

# TÓPICOS EM DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS SOCIAIS

ORGANIZADORA:  
KELMA MARIA VASCONCELOS CARDOSO

1

Volume



Editora Poisson

Organizadora  
Kelma Maria Vasconcelos Cardoso

# Tópicos em Direitos Humanos e Políticas Sociais - Volume 1

1ª Edição

Belo Horizonte  
Poisson  
2019

**Editor Chefe:** Dr. Darly Fernando Andrade

**Conselho Editorial**

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais  
Ms. Davilson Eduardo Andrade  
Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas  
Msc. Fabiane dos Santos  
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia  
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC  
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy  
Ms. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

**T674**

**Tópicos em Direitos Humanos e Políticas  
Sociais - Volume 1/ Organização Kelma  
Maria Vasconcelos Cardoso Poisson - Belo  
Horizonte - MG: Poisson, 2019**

**Formato: PDF**

**ISBN:** 978-85-7042-204-0

**DOI:** 10.36229/978-85-7042-204-0

**Modo de acesso: World Wide Web**

**Inclui bibliografia**

1. Ciências Sociais 2. Sociedade.
3. Políticas Públicas I. Cardoso, Kelma  
Maria Vasconcelos

CDD-300

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

[www.poisson.com.br](http://www.poisson.com.br)

[contato@poisson.com.br](mailto:contato@poisson.com.br)

# PREFÁCIO

Apraz-me a satisfação de prefaciar o presente livro a convite da Editora Poisson, que tem como título “Tópicos em Direitos Humanos e Políticas Sociais – Volume 1”, o qual discorre sobre diversos prismas temáticas tão relevantes, principalmente no contexto de acirramento do autoritarismo e de desmonte dos direitos humanos e da democracia. Além disso, tive a oportunidade de ser autora de dois artigos, conforme capítulos 1 e 9 desta obra com outras duas autoras.

Interessante destacar as reflexões abordadas em alguns capítulos deste livro com a temática Direitos Humanos, seja pelo reforço de práticas discriminatórias e violações de direitos como visto no capítulo intitulado “Auditorias do programa bolsa família: confluência entre ajuste fiscal e controle da pobreza”, ou ainda pela presença de temas sobre direitos das minorias, de categorias profissionais e questões éticas raciais, como as discussões nos artigos: “Ocupações Estudantis em 2016: lutas, aprendizados e violações de direitos da juventude”; “Projeto Ético-Político e Violações de Direitos do Assistente Social”; “A (in)eficácia da Lei Maria da Penha no Espírito Santo”; “Direitos Humanos: uma ótica de gênero e questões étnicas raciais”.

Esta obra reúne também discussões no campo das políticas sociais de Saúde e Assistência Social, apresentando experiências e conhecimentos nestas áreas, como nos capítulos: “A Nova Organização do Trabalho e a Saúde do Trabalhador”; “Educação em Saúde e HIV/AIDS: intervindo nas UBS de campina grande (PB)”; “Produção do Conhecimento em Serviço Social sobre Política Social”; “A Importância do Orçamento Público para a Efetivação das Políticas Públicas: uma breve análise sobre o orçamento da assistência social do município de Maracanaú-CE”; “Respeito às Demandas Locais: a experiência do Fórum Popular da Cozinha Comunitária do Alto Alegre”.

Outro destaque deste livro são os capítulos que articulam o texto científico com expressões culturais, ao passo que despertam no leitor a curiosidade de desvendar os escritos aqui postos, a exemplo do artigo: Tim Burton e o conceito de frustração: uma análise psicanalítica a partir do filme “a fantástica fábrica de chocolate”, pelo fato de apresentar personagens caricatos, mas que devem lidar com a frustração no decorrer da longa-metragem, bem como no artigo “As Metas do Milênio da Organização das Nações Unidas e suas interfaces com o Sermão da Montanha”, que relacionam as Bem-Aventuranças, contidas no Evangelho de Mateus à Convenção Internacional da ONU para contribuir com o convívio sustentável humano e planetário. E, ainda com o artigo: “Poder e Arte: a influência do teatro no século XIX na realidade social de Pitangui – Minas Gerais”, ao articular-se aos saberes e valores que contribuíram para o progresso social da realidade pitanguense.

Por fim, o último capítulo intitulado: “Conformação da Pós-Modernidade: aprofundamento da decadência ideológica burguesa e irracionalismo” busca refletir acerca dos processos sócio-históricos presentes no abandono do projeto da modernidade e na constituição do campo pós-moderno, como maneiras de instauração e aprofundamento da decadência ideológica da burguesia.

Desta forma, parablenizo à Editora Poisson e a todos os autores e autoras desta relevante obra literária, ao passo que desejo uma agradável apreciação aos leitores deste conteúdo aqui reunido e entrelaçado, o qual sinaliza a necessidade de resistência, organização e mobilização popular em prol da defesa dos direitos humanos e do fortalecimento das políticas sociais.

**Kelma Maria Vasconcelos Cardoso**

Administradora e Mestre em Planejamento e Políticas Públicas

# SUMÁRIO

**Capítulo 1:** Auditorias do Programa Bolsa Família: Confluência entre ajuste fiscal e controle da pobreza ..... 07

Leiriane de Araújo Silva, Kelma Maria Vasconcelos Cardoso, Elizângela Assunção Nunes

DOI: 10.36229/978-85-7042-204-0.CAP.01

**Capítulo 2:** Ocupações estudantis em 2016: Lutas, aprendizados e violações de direitos da juventude..... 14

Luís Antonio Groppo

DOI: 10.36229/978-85-7042-204-0.CAP.02

**Capítulo 3:** Projeto Ético-Político e violações de direitos do Assistente Social..... 22

Isabela Sarmet de Azevedo

DOI: 10.36229/978-85-7042-204-0.CAP.03

**Capítulo 4:** A (IN)eficácia da Lei Maria da Penha no Espírito Santo ..... 31

Tháís Machado de Andrade, Lorena Rangel Bozzetti

DOI: 10.36229/978-85-7042-204-0.CAP.04

**Capítulo 5:** Direitos humanos: Uma ótica de gênero e questões étnicos raciais..... 40

Bárbara Hellen Dantas Augusto, Francisco Thalles Rocha de Oliveira, José Crístielio de Aquino, Terezinha Gomes de Carvalho Neta

DOI: 10.36229/978-85-7042-204-0.CAP.05

**Capítulo 6:** A nova organização do trabalho e a saúde do trabalhador ..... 44

Jéssica Pereira Cosmo da Silva, Larissa dos Santos Ferreira, Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

DOI: 10.36229/978-85-7042-204-0.CAP.06

**Capítulo 7:** Educação em saúde e HIV/AIDS: Intervindo nas UBS de Campina Grande (PB) ..... 53

Camila Rachel Lira Silva, Maria do Socorro Pontes de Souza, Lúcia Maria Patriota

DOI: 10.36229/978-85-7042-204-0.CAP.07

**Capítulo 8:** Produção do conhecimento em Serviço Social sobre política social ..... 60

Ângela Kaline da Silva Santos, Lucicleide Cândido dos Santos, Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

DOI: 10.36229/978-85-7042-204-0.CAP.08

# SUMÁRIO

**Capítulo 9:** A importância do orçamento público para a efetivação das políticas públicas: Uma breve análise sobre o orçamento da assistência social do município de Maracanaú-CE ..... 70

Kelma Maria Vasconcelos Cardoso, Leiriane de Araújo Silva, Elizângela Assunção Nunes

DOI: 10.36229/978-85-7042-204-0.CAP.09

**Capítulo 10:** Respeito às demandas locais: A experiência do fórum popular da cozinha comunitária do Alto Alegre..... 77

Elizângela Assunção Nunes, Francisca Edleuza Castro da Silva Carneiro, Louiziana Maria Ponce da Silva

DOI: 10.36229/978-85-7042-204-0.CAP.10

**Capítulo 11:** Tim Burton e o conceito de frustração: Uma análise psicanalítica a partir do filme “a fantástica fábrica de chocolate” ..... 86

Estela Belluzzi Freitas, Jaqueline Feltrin Inada

DOI: 10.36229/978-85-7042-204-0.CAP.11

**Capítulo 12:** As metas do milênio da organização das nações unidas e suas interfaces com o Sermão da Montanha ..... 95

Juliana Santos Graciani

DOI: 10.36229/978-85-7042-204-0.CAP.12

**Capítulo 13:** Poder e arte: A influência do teatro no século XIX na realidade social de Pitangui – Minas Gerais ..... 105

Charles Galvão de Aquino, Wagner Francis Martiniano de Faria

DOI: 10.36229/978-85-7042-204-0.CAP.13

**Capítulo 14:** Conformação da pós-modernidade: Aprofundamento da decadência ideológica burguesa e irracionalismo ..... 115

Juliana Menezes Mendes Mauricio

DOI: 10.36229/978-85-7042-204-0.CAP.14

**Autores:**..... 132

# Capítulo 1

## *Auditorias do Programa Bolsa Família: Confluência entre ajuste fiscal e controle da pobreza*

*Leiriane de Araújo Silva*

*Kelma Maria Vasconcelos Cardoso*

*Elizângela Assunção Nunes*

**Resumo:** O presente trabalho versa sobre dilemas e polêmicas sobre os cruzamentos de dados das auditorias do Programa Bolsa Família – PBF pelo Ministério Público Federal no município de Maracanaú-Ce no ano de 2016. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa realizada através de estudo de caso, tendo como instrumentos observação participante e análise documental, precedida de fundamentação teórica. Obteve-se como resultado que os cruzamentos apresentam imprecisões em relação às inconsistências das informações e conseqüentemente das irregularidades, servindo mais para desqualificar o PBF do que possibilitar o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, reforçando discriminações e violações de direitos.

**Palavras-chave:** Pobreza; Política Social; Programa Bolsa Família; Auditoria.

## 1. INTRODUÇÃO

A conjuntura da sociedade brasileira exige reflexões, em especial no contexto de instabilidade e insegurança presente nas propostas de ajuste fiscal, com uma agenda ultraneoliberal, conservadora e de antidireitos, em que na busca de aumentar a rentabilidade do capital o governo Temer<sup>1</sup> apresenta um conjunto de contrarreformas para o Estado brasileiro investindo contra os direitos civis, políticos, trabalhistas e sociais, atingindo as políticas de seguridade e proteção social. Nesse cenário de destituição e desmonte de políticas sociais tem-se o no campo da Assistência Social uma acirrada disputa entre a retomada do primeiro-damismo e o direito a assistência social, perpassadas por manifestações de ódio e violência em que a intolerância e a discriminação com classes, extratos, grupos e indivíduos pobres marcam presença obrigatória.

Em um país de base colonial, escravista e de tradição autoritária (regida pela cumplicidade, pelo mando e obediência) e excludente (a classe dominante faz do Estado seu instrumento econômico privado por excelência) a confusão entre direito, bem-estar ou favor é quase uma mediação universal, tornando assim a pobreza como “estado de natureza” combinando assistencialismo com repressão em um processo de criminalização científica da questão social<sup>2</sup> (IAMAMOTO, 2009).

A busca de refletir sobre os processos de auditorias em contexto de ajuste fiscal, envolve dois elementos de razões. O primeiro consiste na centralidade da discussão da pobreza no âmbito acadêmico, político e na própria intervenção sobre a realidade (conjunto de programas sociais de combate à pobreza), aliado ao profundo grau de controvérsia sobre conceito, causa e critérios de pobreza. E a segunda como essa discussão rebate no significado da ação profissional, num contexto de ressignificação das políticas sociais com um projeto de governo que mantém inalterados a repressão aos direitos sociais e o padrão de concentração de renda.

Desta forma, pretendemos problematizar e levantar algumas questões que possam decifrar essa realidade atravessada por mudanças no sistema econômico capitalista<sup>3</sup> e por uma nova relação entre Estado e Sociedade que coloca em debate a concentração de riqueza e expansão da miséria, um dilema histórico acentuado em sociedades desiguais como a brasileira que segundo Ivo “convive de forma persistente, com grande parte de seus cidadãos em patamares de sobrevivência abaixo de mínimos sociais, num país que exibe níveis de riqueza equivalentes a países desenvolvidos” (2008, p.20).

## 2. OBJETIVO

Nesse quadro histórico-social de crise e restauração capitalista que possui como consequências visíveis o desemprego e o aumento significativo da pauperização, acentuados nas particularidades do capitalismo brasileiro, com uma elite nacional extremamente reacionária as reformas de base que socializem os frutos do desenvolvimento e de um Estado cujas respostas políticas reproduzem ainda mais as desigualdades sociais.

O presente trabalho visa discutir as auditorias do PBF de maneira a suscitar reflexões sobre o cruzamento de informações com os diversos bancos de dados, em especial o da Receita Federal, a análise socioeconômica solicitada pela administração pública aos técnicos de referência do PBF nos municípios, expressando a tensão entre objetivos institucionais e objetivos profissionais, qualidade das informações do Cadastro Único<sup>4</sup> - CadÚnico e os critérios de elegibilidade do PBF.

Busca-se perceber como a sociedade da promessa da integração baseada no princípio do contrato e da igualdade vem se configurando historicamente como uma sociedade da incerteza, do descartável, do banalizado, onde as pessoas não conseguem mais se inserir nos processos tanto de produção como de reprodução das relações sociais. Parafraseado Martins (2002), são instrumentalizadas no processo de

<sup>1</sup> Ver programa de governo expresso no documento uma ponte para o futuro.

<sup>2</sup> Conjunto das expressões das desigualdades sociais inerentes à sociedade capitalista, cuja gênese se deve à acumulação capitalista na medida em que esta aumenta a capacidade de produzir riquezas e, no mesmo movimento, também de reproduzir, contraditoriamente, a pobreza (IAMAMOTO, 2001).

<sup>3</sup> Mundialização do capital, crise do processo produtivo, redução do papel do Estado na regulação das atividades econômicas e trabalhistas.

<sup>4</sup> O Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal (CadÚnico), instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001, é um instrumento de coleta de dados e informações que tem como objetivo identificar famílias em situação de pobreza, a fim de que as mesmas possam ser identificadas e cobertas pelas políticas sociais públicas, constituindo-se assim como um importante instrumento de gestão municipal, estadual e federal.

produção de riqueza, como se fossem matéria-prima da coisa a ser produzida, como se fossem objeto e não sujeito, inseridas em um modelo de desenvolvimento que levar extremos de progresso tecnológico e bem-estar para setores limitados da sociedade e a extremos de privação, pobreza e vulnerabilidade social para setores majoritários da população.

### 3. JUSTIFICATIVA

A temática da proteção social vem se tornando ao longo dos últimos anos, numa discussão obrigatória ao debate sobre a sociedade contemporânea, uma vez que, os índices de pobreza urbana e das desigualdades sociais vem colocando um contingente significativo de indivíduos fora dos espaços integradores da sociedade, sobretudo do mercado de trabalho, exigindo assim da sociedade e do Estado uma responsabilidade social e pública.

Historicamente o Estado vem enfrentando a questão da pobreza através de políticas sociais que se apresentam como respostas as necessidades sociais da população, advindo das contradições inerentes a sociedade capitalista, estruturalmente condicionada pelas características políticas e econômicas do Estado brasileiro. No entanto, essas continuam sendo um desafio fundamental e contraditório da sociedade e do sistema produtivo, uma vez que, historicamente a máquina burocrática brasileira marcada por excessos de centralização e tecnocratização, acarretam para as políticas sociais sérios problemas ao a sua implementação.

No contexto atual os programas de transferência de renda vêm ganhando prevalência no âmbito das políticas sociais enquanto formas alternativas de desenvolver políticas eficientes, eficazes e focalizadas no enfrentamento da pobreza. Dentre estes, destaca-se o Programa Bolsa Família criado pela Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 que iniciou sua implementação em outubro de 2003 como processo de inscrição das famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza no Cadastro Único – Cadúnico, sendo regulamentado pelo Decreto nº 5.209 de 17 de janeiro de 2004 com a finalidade de unificar os programas: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, visando combater a pobreza e outras formas de privação através do repasse mensal em dinheiro<sup>5</sup> as famílias beneficiadas associando a uma rede de serviços públicos, em especial saúde, educação e assistência social. Segundo Silva:

O Bolsa Família é considerado uma inovação no âmbito dos Programas de Transferência de Renda por se propor a proteger o grupo familiar como um todo; pela elevação do valor monetário do benefício; pela simplificação que representa e pela elevação de recursos destinados a programas dessa natureza, de modo que, segundo os idealizadores do Programa, não há possibilidade de diminuição da transferência monetária em relação ao benefício então prestado por qualquer dos outros programas(2004. p.137).

O processo de implementação do PBF enquanto política social de transferência de renda envolve diferentes concepções, críticas e mitos em torno de seu objetivo e operacionalização fruto da formação histórica em que a população pobre é vista como vagabundos, desqualificados, acomodados. Nessa lógica o que se tem veiculado na mídia é o registro em âmbito nacional de sérias distorções sobre o programa, com denúncias de irregularidades e recebimentos indevidos por famílias que não atendem aos critérios estabelecidos pelo mesmo. Importante ressaltar, que os critérios do programa seguem uma linha bem seletiva e focada na população pobre adotando como critério exclusivamente a renda de até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) per capita. O que do ponto de vista de justiça social as análises das necessidades sociais não cabem numa classificação exclusiva de renda, uma família que fica fora dos critérios do PBF por R\$ 10,00 (dez reais) não expressa a não necessidade, apenas ela não entra no critério de renda, mas continua a necessitar de proteção.

Com o objetivo de combater as situações de irregularidades o MDSA (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA) realiza anualmente auditorias<sup>6</sup> aonde se cruza o banco de dados do Cadúnico

---

<sup>5</sup> O valor do benéfico varia de acordo com a renda mensal per capita da família, se esta possuir uma renda per capita de até R\$ 85,00 reais receberá benefício básico (85,00) + benefício variável (39,00 reais por cada criança e adolescentes entre 0 e 15 anos e Variável Jovem adolescente de 15-17 (46,00) Caso a família possua um renda per capita entre 85,01 e 170,00 só receberá benefício variável. (Decreto 8.794 de 29 de julho de 2016)

<sup>6</sup>A ultima auditoria realizada ainda encontra-se em vigência estando regulamentada pela Instrução Operacional nº 79/SENARC/MDS de 29 de abril de 2016.

com outras bases de dados que sinalizam possibilidades de inconsistências entre o que é declarado pela família com o que realmente é na realidade objetiva, principalmente no quesito renda familiar.

O fato que despertou a necessidade do estudo foi à auditoria do MPF em 2016 com a identificação de alguns elementos que necessitavam de debate e reflexões de maneira a não reforçar injustiças com os beneficiários do PBF a partir de uma lógica meramente contábil, sem analisar outros determinantes de necessidade sociais e de possibilidades de erros nos cruzamentos de dados.

#### 4. MÉTODO

A pesquisa buscou trilhar um caminho de articulação entre teoria e prática, uma práxis envolvida em questionamentos e indagações que procurou os nexos no movimento contraditório da realidade, entendendo que o conhecimento da razão só chega após o aparecimento dos fatos, para que possamos problematizá-los, conhecê-los e intervir, caracterizando o ato de pesquisar como caminho para a identificação das mediações históricas necessárias a superação das defasagens entre o discurso genérico e os fenômenos singulares presentes na realidade.

O estudo que subsidiou a elaboração deste artigo foi de natureza qualitativa realizada por meio de estudo de caso, uma vez que o processo de auditoria ocorre nacionalmente, entretanto, as análises estão vinculadas ao município de Maracanaú, podendo identificar ou não aspectos gerais com outras situações convergentes. Por se constituir numa estratégia investigativa que envolve ação, o estudo de caso possibilitou por meio de pesquisa bibliográfica, documental e observação participante, refletir as situações singulares da auditoria no município reelaborando conceitos, concepções e novas maneiras de se pensar as auditorias e sua relação com PBF.

O trabalho de revisão cadastral das famílias encaminhadas pelo Ministério Público Federal no município de Maracanaú foi realizado nos meses de agosto a dezembro de 2016. Para a realização do trabalho foram designados pela Portaria 02 de 10 de agosto de 2016 da Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú 32 servidores distribuídos nas seguintes funções: coordenador, assistentes sociais, suporte administrativo, mobilizadores, articuladores e entrevistadores.<sup>7</sup>

#### 5. RESULTADOS OBTIDOS

O Ministério Público Federal pela Recomendação nº 98, de 27 de julho de 2016, solicitou aos municípios brasileiros a revisão cadastral de beneficiários do PBF nas seguintes situações: servidores públicos cuja família cadastrada seja composta por 4 (quatro) ou menos pessoas; doadores de campanha em valores superiores ao recebido no PBF; proprietários/responsáveis por empresas ativas; servidores públicos e, cumulativamente, doadores de campanha e pagamentos de benefício a pessoa já falecida. A tabela 1 apresenta o quantitativo distribuídos por cada situação.

TABELA 1: Situações da Auditoria no Município de Maracanaú

SITUAÇÃO DA FAMÍLIA	QUANTIDADE
Servidores públicos cuja família cadastrada seja composta por 4 (quatro) ou menos pessoas	215
Doadores de campanha em valores superiores ao recebido no PBF	07
Proprietários/responsáveis por empresas ativas	986
Servidores públicos e, cumulativamente, doadores de campanha	5
Pagamentos de benefício a pessoa já falecida.	5
Total	1.218

Fonte: Ministério Público Federal, 2016

<sup>7</sup> As pesquisadoras participaram enquanto profissionais tanto na coordenação da auditoria como no atendimento direto as famílias beneficiárias do PBF auditadas pelo MPF.

Na tabela 1 tem-se como destaque e o que chamou atenção foi o número considerável da situação dos proprietários/responsáveis por empresas ativas ou como nomeado pela mídia os chamados “empresários”. É importante ressaltar que os empresários com identificação de CNPJ advindos na recomendação se tratavam na maioria de microempreendedores individuais (MEI) ou seja, pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário, podendo ter um lucro líquido de R\$ 0.00 (zero) até R\$ 60,000 (sessenta mil reais), valor este não encontrado entre as famílias beneficiárias do PBF e/ou cadastradas.

Dentre as atividades identificadas na auditoria a maioria eram de pequenos negócios residenciais como perfumaria, alimentação e serviços em geral, não consistindo em rendas altas e/ou negócios lucrativos. Algumas famílias identificadas não desenvolviam mais atividade empreendedora, tendo inclusive já dado baixo junto a Receita Federal, existiram também situações de empréstimo do nome para familiares, parentes e amigos abrirem o negócio, bem como, situações de empresas abertas nos nomes de alguns beneficiários que se configuraram como situação de estelionato, alguns já com processos judiciais.

Outro destaque na situação de empresário foi que a vinculação a um número de CNPJ nem sempre quer dizer desenvolvimento de atividade empreendedora, e sim desenvolvimento de atividades sem fins lucrativos como é o caso membros da diretoria de entidades socioassistenciais que também vieram na auditoria designado como empresários. Segundo Art.3º da LOAS (1993):

Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimentos e assessoramento aos beneficiários abrangidos por essa Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos. (BRASIL,1993)

Ainda tomando como referência a tabela 1 a segunda maior situação foram os servidores públicos cuja família cadastrada fosse composta por 4 (quatro) ou menos pessoas. Nesse caso os servidores identificados no cruzamento de dados consistiam em sua maioria de atividades de limpeza urbana na função de Gari que no município de Maracanaú são contratos por 3 meses, possuindo uma grande rotatividade, tendo os nomes listados na auditoria em grande parte já demitidos dessa atividade remunerada, como se caracteriza uma atividade temporária os beneficiários acabavam não informando no CadÚnico, pois logo os contratos eram encerrados.

As demais situações não foram identificadas na auditoria apenas 1 caso de doador de campanha que afirmou nunca ter doado a nenhuma campanha, desconhecendo a situação e afirmando que nas últimas eleições apenas ter disponibilizado o título de eleitor a uma candidato, prática muito comum na cultura política brasileira.

As famílias encaminhadas em listagem pelo Ministério Público Federal foram 1.218 famílias, organizadas em três situações conforme tabela 2, cadastradas e beneficiárias do PBF, famílias cadastradas e não beneficiárias e famílias não cadastradas, após cruzamento com o banco de dados do Cadastro Único e com folha de pagamento do Programa Bolsa Família de agosto de 2016 ficaram distribuídas da seguinte forma:

TABELA 2: Distribuição das Famílias Cadastradas e Beneficiadas listadas pelo MPF

SITUAÇÃO DA FAMÍLIA	QUANTIDADE
Famílias cadastradas e beneficiárias do PBF	670
Famílias cadastradas não beneficiárias	348
Famílias não cadastradas na base de dados de Maracanaú	200
Total	1.018

Fonte: Ministério Público Federal, Base de dados Cadastro Único e Folha de pagamento de agosto do Programa Bolsa Família. 2016.

Conforme a tabela 2 o trabalho de revisão cadastral teve como objetivo planejar e atualizar as informações cadastrais de 1.018 famílias inscritas no Cadastro Único de Maracanaú advindas do Ministério Público Federal, visando identificar e corrigir possíveis inconsistências nas informações socioeconômicas das famílias inscritas no CadÚnico e/ou beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF.

Maracanaú possui hoje aproximadamente 38.000 (trinta e oito) mil famílias cadastradas, destas aproximadamente 18.000 (dezoito) mil são beneficiárias do Programa Bolsa Família, e como todo município brasileiro identifica problemas diversos na operacionalização do CadÚnico, principalmente sobre a qualidade das informações coletas para preenchimento deste, na dimensão conceitual de algumas variáveis, com destaque para a mensuração da renda, bem como, a sua utilização como instrumento de planejamento, implementação e acompanhamento de políticas públicas no Município de Maracanaú, uma vez que se bem operacionalizado o CadÚnico possibilita indicar de forma aproximativa a situação socioeconômica das famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza fazendo com que as políticas sociais e econômicas possam se voltar para este segmento de maneira planejada.

O trabalho de revisão cadastral das famílias encaminhadas pelo Ministério Público Federal no município de Maracanaú, foi realizado nos meses de agosto a dezembro de 2016. Para a realização do trabalho foram designados pela Portaria 02 de 10 de agosto de 2016 da Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú 32 servidores distribuídos nas seguintes funções: coordenador, assistentes sociais, suporte administrativo, mobilizadores, articuladores e entrevistadores. Obteve-se o resultado descrito na tabela 3:

TABELA 3: Resultado do Atendimento as Famílias

DESCRIÇÃO	TOTAL
Total Geral	1.018
Famílias visitadas e atendidas	560
Famílias visitadas que não compareceram para atualização cadastral	156
Famílias visitadas não localizadas com benefícios bloqueados	337
(%) do Trabalho Realizado	100%

Fonte: Relatório Auditoria Ministério Público Federal, Gesuas, 2016

No universo total de 1.018, realizou-se visitas e atendimentos a 560 famílias, não localizou-se 337<sup>8</sup> e 156 famílias foram visitadas mais não compareceram para a atualização cadastral nos pontos de atendimento do Cadastro Único. Com relação 560 famílias visitadas e atendidas identificaram-se erros nas informações advindas do cruzamento de dados encaminhados pelo MPF, tais como: inserção em emprego formal em anos anteriores cuja informação da renda já se encontrava no cadastro, contratos temporários já encerrados, famílias inscritas como pessoas jurídicas na Receita Federal enquanto participantes de Diretoria de Associações de Comunitárias. Fatores esses explicados pelo fato dos cruzamentos não realizarem filtros traçando os perfis colocando uma regra e submetendo todos na mesma lógica, além de que sendo a realidade das famílias bastante dinâmica o espaço de tempo entre o cruzamento das informações e disponibilidade das listagens aos municípios as situações já possuem alterações diferentes das identificadas nos cruzamentos dos banco de dados.

Tabela 4 - Distribuição da situação cadastral e do benefícios das famílias pós-auditoria.

DESCRIÇÃO	TOTAL
Famílias fora dos Critérios do Cadastro Único	22
Famílias fora dos Critérios do PBF e dentro dos Critérios do Cadastro Único	189
Famílias dentro dos critérios do PBF	349
Total	560

Fonte: Relatório Auditoria Ministério Público Federal, Gesuas, 2016

<sup>8</sup> Motivos da não localização das famílias: mudança de residência, endereço não localizado e casa fechada. As famílias não localizadas constituem um desafio para as equipes de referência das unidades de Cras, pois a situação de vulnerabilidade e risco social acabam por incidir na grande rotatividade das famílias no bairros dos municípios, como nos municípios vizinhos.

Considera-se assim com base na tabela 4 que o quantitativo de famílias que tiveram seus benefícios cancelados representam 33,7% do total atendimento, estas estão fora do critério de renda per capita do PBF que é de R\$ 170,00 (setenta e sete reais) per capita, entretanto, encontram-se numa faixa de renda entre R\$ 170,00 à R\$ 440,00 per capita ou de renda familiar de até 3 (três) salários mínimos, estando ainda dentro dos critérios do CadÚnico. Com relação as famílias fora dos critérios do CadÚnico e do PBF teve 22 famílias representando 3,9%. Se comparamos o resultado da auditoria com os números de beneficiários do PBF no município que é de 18.000 (dezoito mil) com o número de famílias fora dos critérios do PBF e dentro dos critérios do Cadastro Único temos um percentual de 1,05% de famílias com subdeclaração de renda, o que com certeza encontra-se dentro de uma margem aceitável dentro de qualquer programa social.

Esses dados informam que se tomarmos como referência uma conceito de necessidade humanas e sociais que não se restringe segundo Pereira (2009) a necessidades naturais (alimentar-se, vestir-se, abrigar-se, dentre outras) mais um complexo correlato e interativo de necessidades que dizem respeito ao ser, ao ter, ao fazer e ao interagir no mundo com proteção, participação, autonomia e liberdade, condições essenciais para que os indivíduos desenvolvam sua existência, podemos concluir que essas 189 famílias que tiveram seus benefícios cancelados estão fora dos critérios de renda do Programa Bolsa Família entretanto, são todas famílias em situação de empobrecimento cujas necessidades sociais não podem ser mensuradas apenas pelo critério de renda per capita de até R\$ 170,00 reais.

Esses casos colocam em foco o que deve ser central nas análises sobre as omissões de renda das famílias pobres, e a crítica também deve estar sobre aqueles que tendo todas as condições e privilégios dentro da sociedade brasileira, ainda assim, desviam milhões por meio de sonegação de impostos, retirada de direitos trabalhistas e licitações fraudulentas, onde esta o pente fino para essas classes? Onde se situa o justo é o injusto?

Em suma, o que se identificou foi que a maioria das famílias relacionadas na auditoria do MPF, mesmo acrescentando a renda advinda de trabalho formal ou como microempreendedor individual ainda permanecem dentro do critério de renda do PBF para receber benefício variável. O que se apresenta na maioria dos casos atendidos, é a condição de per capita dentro dos critérios de legibilidade do PBF, uma vez que a faixa salarial de renda das mesmas encontram-se entre 1 (um) a 1(um) e 1/2 (meio) de salário-mínimo, que dependendo da composição familiar ainda permite que as famílias fiquem dentro do critério do PBF<sup>9</sup> e do Cadastro Único.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizada essa exposição podemos concluir a importância de aprofundar as questões apontadas ao longo da discussão, para descortinar a realidade social, para a produção acadêmica e para intervenção sobre a realidade pela via das políticas sociais. E por mais que a pobreza e a política social sejam temas históricos de reflexões no âmbito das ciências sociais, e em especial no Serviço Social, com uma rica bibliografia que perpassa por diferentes concepções, significados, sentidos, perspectivas e correntes de pensamentos, apresenta também um profundo grau de controvérsia seja conceitual, causal e consequentemente operacional justificando assim o interesse em problematizar a questão, para que possamos lançar novos olhares para a realidade da pobreza e dos pobres e as formas de enfrentamento pelas políticas sociais na perspectiva do direito (com a clareza dos limites e possibilidades engendradas nessa sociedade capitalista), assim quem sabe, estes possam ocupar novos lugares que apontem para o acesso da riqueza socialmente produzida.

As reflexões postas permitem dizer que os Programas de Transferência de Renda representam no cenário atual o principal componente do Sistema de Proteção Social Brasileiro, no entanto, algumas questões devem ser suscitadas em relação as reais possibilidades de efetividade dessa política no que concerne a redução da pobreza no Brasil. Uma vez que todos os entrevistados reconhecem que o valor do benefício é extremamente baixo, não impactando na ultrapassagem da linha de pobreza por parte das famílias atendidas, podendo apenas como coloca Silva (2008) proporcionar “integração” precária, marginal e em nível de sobrevivência.

<sup>9</sup>O valor do benefício varia de acordo com a renda mensal per capita da família, se esta possuir uma renda per capita de até R\$ 85,00 reais receberá benefício básico (85,00) + benefício variável (39,00 reais por criança e adolescentes entre 0 e 15 anos e Variável Jovem adolescente de 15-17 (46,00). Caso a família possua uma renda per capita entre 85,01 e 170,00 só receberá benefício variável (Decreto 8.794 de 29 de julho de 2016)

Dentro do princípio da equidade ao diferenciar famílias pobres de extremamente pobres quebra-se a concepção de universalidade do direito a assistência social, se dentro do universo de quem precisa foca-se em que mais necessita acaba-se desprotegendo um conjunto de indivíduos, famílias e grupos que não são muito pobres para integrarem os programas focalizados de combate a pobreza, mas também não conseguem acessar os direitos securitários do trabalho.

Desta forma, onde reside a equidade? Todos os cidadãos são dotados de direitos similares (independente da classe ou da inserção no mercado) para enfrentar as situações de riscos sociais, tomando como referência os direitos positivados na Constituição de 1988. Então o que o PBF é uma estratificação das necessidades básicas ao retirar do programa uma família que ultrapassar o corte de renda, entretanto apresenta necessidades sociais que não podem ser mensuradas pelo critério de renda somente. Reforçando-se assim o caráter gestor da pobreza ao adequar nos limites dos ajustes econômicos o contingenciamento dos benefícios do PBF, sobrepondo-se ao sentido amplo do direito, da justiça redistributiva e da responsabilidade pública.

No que se refere as auditorias o que identifica-se é um espaço aberto de possibilidades de assegurar a permanência daqueles que necessitam do benefício, em especial se buscamos uma grade de análise socioeconômica orientada por um conceito de pobreza multidimensional (conceitua) e do que seja necessidades humanas e sociais, uma vez que a realidade dos beneficiários do PBF não é o mercado formal e sim a informalidade, o que exige dos profissionais uma atenção a legislação do CadÚnico e do PBF para dominar esses instrumentos, em especial o CadÚnico, hoje tornando referência para inserção de famílias nos programas sociais.

## REFERÊNCIAS

- [1] Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.
- [2] \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social – Suas. Norma Operacional Básica NOB/Suas. Brasília; 2012.
- [3] \_\_\_\_\_. Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social dá outras providências. Brasília DF: Senado Federal.
- [4] \_\_\_\_\_. Lei nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília DF: Senado Federal.
- [5] Iamamoto. Marilda Vilela. A questão social no capitalismo, Revista Temporalis, Associação Brasileira de Ensino e pesquisa em Serviço Social, Ano 2 n 03, Brasília: ABEPSS, 2001.
- [6] Iamamoto. Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo:Cortez, 2007.
- [7] Ivo, Anete Brito Leal. Viver por um fio: pobreza e política social. São Paulo: Annablume; Salvador:CRH/UFBA, 2008.
- [8] Martins, G. A. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- [9] Silva, Maria Ozanira da Silva e (org). Renda Mínima e Reestruturação Produtiva. São Paulo: Cortez, 1997.
- [10] Yazbeck, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.
- [11] Telles, Vera da Silva. Pobreza e cidadania. São Paulo, USP:Ed.42,2001.
- [12] Yin, R.K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

# Capítulo 2

## *Ocupações estudantis em 2016: Lutas, aprendizados e violações de direitos da juventude*

*Luís Antonio Groppo*

**Resumo:** O capítulo apresenta resultado de pesquisa e reflexões do Grupo de Estudos sobre a Juventude da Universidade Federal de Alfenas acerca das ocupações estudantis, tanto de Instituições de Educação Superior, quanto de escolas públicas, no Sul de Minas Gerais. Destaca-se o evento Seminário Memorial das Ocupações Estudantis, em novembro de 2017. Verificou-se que, ainda mais do que as experiências políticas e formativas propiciadas pela participação na ação coletiva, marcavam as memórias das e dos ocupas, os sofrimentos e as angústias provocados por ameaças, repressões e retaliações, durante e após as ocupações. O Grupo buscou fazer a denúncia das violações dos direitos sofridas por ocupas, em especial secundaristas, diante do poder público estadual, em intervenções em eventos públicos.

**Palavras-chave:** Ocupação, movimento estudantil, ação coletiva.

## 1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, o artigo faz uma reflexão sobre material coletado pelo Grupo de Estudos sobre a Juventude da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), tanto em eventos de extensão quanto na pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis”, a respeito da participação de jovens secundaristas e da Educação Superior do Sul de Minas Gerais no movimento das ocupações estudantis em 2016. E reflete principalmente acerca de material coletado e experiências vividas durante o Seminário Memorial das Ocupações Estudantis, realizado em novembro de 2017.

O artigo apresenta também a proposta de nova pesquisa sobre as ocupações, iniciada em 2019, com apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), para a qual foi formada uma equipe de alcance nacional, envolvendo diversas instituições de pesquisa do país.

Ao final, destaca relatos de ocupas colhidos durante a pesquisa e o Seminário, bem como o esforço do Grupo de Estudos sobre a Juventude de denunciar as violações dos direitos de ocupas adolescentes, durante a ocupação e no pós-ocupação, para as autoridades estaduais de educação.

## 2. A OCUPAÇÃO, A PESQUISA E O SEMINÁRIO.

Entre outubro e dezembro de 2016, quando aconteceu a ocupação por estudantes da universidade, o Grupo de Estudos sobre a Juventude mergulhou nessa ocupação. Promovemos atividades, como Mesa sobre a história dos movimentos estudantis e uma Roda de Conversa sobre relações entre gerações, que na verdade, compuseram uma pequena parte de um imenso número de atividades propostas por estudantes ou oferecidas a elas e eles durante uma ocupação de longa duração. Estudantes e docentes lutavam especialmente contra a PEC 241/55,<sup>10</sup> mas também contra a Reforma do Ensino Médio. Ainda durante a ocupação, o Grupo de Estudos buscou sistematizar suas experiências e as das ocupações, escrevendo um artigo que foi submetido, e posteriormente publicado, na revista ETD (Educação Temática Digital). Com esse artigo, fizemos uma primeira sistematização de observações em campo e de entrevistas com estudantes da ocupação. (GROPPO et al., 2017).

Ao longo de 2017, o Grupo considerou necessário organizar um evento para rememorar essa ocupação da universidade, bem como outras ocupações estudantis no Sul de Minas Gerais. Realizou, então, o Seminário Memorial das Ocupações Estudantis, fruto da inquietação diante do esquecimento promovido pelas instituições educacionais, Estado e sociedade a respeito de um movimento desafiador, criativo e múltiplo. O evento, apoiado pela Pró-reitoria de Extensão da UNIFAL-MG e pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) tinha a intenção de ser uma rememoração festiva. Contudo, o evento foi um banho de realidade, quando descobrimos um imenso manancial de dores e angústias por debaixo das memórias sobre as ocupações. Em parte, também muitas e muitos ocupas queriam esquecer o que sofreram com o movimento, bem como as represálias do pós-ocupação. O Seminário forçou várias e vários a reviver o desgaste físico e emocional daqueles dias de intensa e longa participação em uma ação coletiva.

Analisamos os dados, tanto da pesquisa de campo quanto dos registros sobre o Seminário, a partir das categorias de Walter Benjamin acerca da história e da memória, bem como de Jacques Rancière sobre subjetivação política. Benjamin (1983) considera que a tarefa do historiador é a rememoração, a qual compara com o momento do despertar – breve intervalo entre o sonho e a realidade. A rememoração deseja redimir desejos de liberdade do passado, os quais se expressaram de múltiplas formas, incluindo as artísticas e as políticas. Konder (1989, p. 82-3) afirma que Benjamin defende “[...] o efetivo aproveitamento de toda a riqueza das experiências humanas do passado, em função das necessidades das lutas que travamos no presente [...]. O que os seres humanos quiseram e não obtiveram talvez possa ser alcançado um dia. É por isso que precisamos resgatar tudo”. Ou seja, é possível e necessária uma “salvação histórica para todas as aspirações libertárias do passado”.

A categoria da subjetivação política (RANCIÈRE, 1996) enfatiza dispositivos de subjetivação oferecidos ou criados no campo político para as e os jovens – em vez da imposição de valores e padrões de modo unidirecional por pessoas adultas. A categoria ultrapassa o caráter meramente integrador e unilateral da noção tradicional de socialização e socialização política, flagra adolescentes e jovens como seres com capacidade de participar, de modos próprios, da vida social e política, cujas demandas e ações alteram o

<sup>10</sup> Proposta de Emenda à Constituição nº 241/2016 (PEC 241), que altera as Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo um novo Regime Fiscal que “congela”, por 20 anos, os gastos públicos com políticas sociais. Aprovada no mesmo mês de outubro de 2016 em regime de urgência pela Câmara dos Deputados, a PEC foi encaminhada ao Senado e recebeu novo número: PEC 55. Aprovada no Senado, a PEC 55 tornou-se a Emenda Constitucional 95.

espaço público e as pautas do debate coletivo, fazendo emergir novos atores e outras formas de atuar politicamente. (CASTRO, 2009).

A pesquisa “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016” nasceu da imersão do pesquisador e do Grupo de Estudos sobre a Juventude – por ele coordenado – nas ocupações estudantis ocorridas no Sul de Minas Gerais e, principalmente, das impressões profundas causadas pelos relatos de estudantes secundaristas no Seminário Memorial das ocupações estudantis (em novembro de 2017). Ela dá continuidade à pesquisa atualmente desenvolvida, sobre a formação política ensejada pela participação nas organizações juvenis atuantes na universidade pública pesquisada. Entretanto, agora, os sujeitos serão ex-estudantes de Ensino Médio que foram ocupas, como elas e eles se denominaram, em diversas partes do Brasil. Busca compreender a efetividade e a generalidade daquilo que foi indicado pelo Seminário, a saber, o profundo impacto subjetivo causado nas e nos ocupas pelo processo de ocupação e pós-ocupação de suas escolas, que promoveu e/ou dificultou sua formação e auto formação como sujeitos políticos.

Enquanto escrevia o projeto para esta pesquisa, encontrávamo-nos, eu e as e os integrantes do Grupo de Estudos sobre a Juventude, na última fase da pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis: Estudo dos processos educativos não formais e da formação política no interior de organizações juvenis de uma universidade pública de Minas Gerais”, coordenada por mim e apoiada com Bolsa de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), bem como por Bolsas de Iniciação Científica pelo próprio CNPq e pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais). Essa pesquisa iniciou-se em março de 2016 e se encerrou em fevereiro de 2019. Seu principal objetivo foi analisar a formação social e política no interior de coletivos juvenis atuantes na universidade, por meio de processos educativos não formais e informais, enfatizando as práticas e os sentidos desta formação. Diversos foram os coletivos pesquisados, destacando organizações políticas, coletivos culturais e grupos religiosos.

Desde sua proposição, a pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis” previa a possibilidade de não se limitar aos objetivos inicialmente declarados. Era preciso ter um olhar sempre aberto, por dois motivos. Um, o fato de que boa parte dos coletivos juvenis pesquisados era volátil, podendo ser classificados como “coletivos fluidos”, alguns deles surgindo, desaparecendo ou se recriando durante a pesquisa, diante de nossos olhos. (SILVA; CASTRO, 2013). Dois, a opção da pesquisa por ter um caráter etnográfico, adotando a observação participante do cotidiano das organizações e de possíveis ações coletivas como uma prática investigativa crucial. A etnografia impõe a abertura da equipe de pesquisa à surpresa do campo.

Justamente, uma excepcional ação coletiva aconteceu durante a observação: a ocupação da universidade durante quase dois meses, em 2016, que transformou completamente o cenário das organizações juvenis políticas desta universidade e interferiu no cotidiano dos demais coletivos, fossem eles religiosos, culturais ou esportivos. Estudantes da universidade estabeleceram frutuosas relações (que depois definham) com as e os secundaristas que ocuparam quatro escolas públicas de ensino médio no município sul mineiro pesquisado. Na verdade, a primeira ocupação no município foi iniciativa de secundaristas. Assim como em outros estados do Brasil, as ocupações das escolas é que inspiraram as ocupações das IES (Instituições de Educação Superior) e, para além da motivação, as segundas usaram o modelo organizativo já adotado pelas ocupações secundaristas: assembleias decisórias e horizontais, divisão do trabalho em comissões, atividades de representação e comunicação com mídia e autoridades exercidas de modo rotativo (evitando a formação de lideranças) e preocupação com a paridade de gênero.

As ocupações tiveram um notável caráter formativo, tanto do ponto de vista da formação política – perceptíveis no modelo de organização, citado acima – quanto na proposição e exercício de outra condução das relações de ensino-aprendizagem: largamente autogestionária, contando com a colaboração de militantes e docentes que apoiaram o movimento (em um exercício de co-aprendizado entre gerações), combinando práticas inusuais na escola (oficinas, rodas de conversa, aulões [misto de assembleia e aula]) com práticas escolares tradicionais e, enfim, combinando a preparação ao ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) com temáticas formativas mais amplas (por vezes efetivando conteúdos determinados por lei, mas pouco presentes no cotidiano escolar, como a história e cultura afro-brasileira, as relações de gênero e a sexualidade).

No pós-ocupação, estudantes da universidade que apoiaram as ocupações secundaristas no município se aproximaram do Grupo de Estudos sobre a Juventude, por meio do qual foram escritos dois artigos em 2017, aceitos para publicação na Revista Três Pontos, além de trabalhos apresentados no II Simpósio Aproximações com o Mundo Juvenil, promovido pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, no início de 2018. Por meio dessas e desses estudantes que estiveram dentro da ocupação de uma escola, apoiando

secundaristas, passamos a ter maior conhecimento sobre a dinâmica das ocupações secundaristas e seu cotidiano, bem como sobre as tensões, conflitos e dilemas vividos pelas e pelos ocupas.

Durante observação participante no CONUNE (Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes), em junho de 2017, em Belo Horizonte, ouvi o seguinte relato de uma estudante que participou da ocupação da universidade sul mineira. Durante alguns dias, ela foi olhada de modo enviesado por docentes que foram contrários à ocupação, mas, em uma ou duas semanas, tudo foi esquecido. “A universidade não tem memória”, disse a estudante como desfecho. Movido pela indignação desta tentativa de colocar nas sombras um movimento tão impactante na história da universidade, o Grupo de Estudos sobre a Juventude promoveu um evento de extensão que tinha a intenção de ser uma espécie de comemoração do primeiro aniversário da ocupação. Em novembro de 2017, durante três dias, aconteceu o Seminário: Memorial das ocupações estudantis. Ele teve três mesas, uma formada por pesquisadora e pesquisador, outra só com ocupas de escolas do Sul de Minas e a terceira só com estudantes de IES do Sul de Minas. Também, duas rodas de conversa, abertas, para debater sobre o movimento das ocupações no Sul de Minas e no país. Entretanto, o que era para ser apenas uma festa, foi também tempo de luto. Nas mesas com ocupas, mas também nas rodas de conversa, foram inúmeros os relatos de sofrimentos vividos durante o processo de ocupação e as angústias diante das tensões e conflitos com discentes, docentes e corpo gestor que se opunham ao movimento (durante a ocupação e no pós-ocupação). Entre os relatos, notícias falsas veiculadas pela mídia local, invasões e agressões policiais no interior de escola ocupada (sob conivência da direção), perseguições a estudantes tidos como “líderes”, retaliações, ameaças, punições por parte de corpo docente e até agressões por parte da própria família e de outras e outros estudantes. Algumas ocupas se recusaram a participar da mesa, outra não compareceu, sem justificativa, enquanto outras e outros marcaram suas falas com registros de dor e muitas lágrimas. Não foi muito diferente nas rodas de conversa, envolvendo agora mais estudantes da universidade, que relataram os desgastes físicos e emocionais de uma longa ocupação, além das agressões sofridas da polícia em manifestações em Brasília e Belo Horizonte.

O impacto subjetivo que nós, comissão organizadora do Seminário Memorial das ocupações estudantis, sentimos, foi revelador da própria carga subjetiva, pessoal, íntima, que o movimento das ocupações teve sobre seus sujeitos adolescentes e jovens – como aliás, qualquer movimento social tem. Algo pouco tematizado, tanto pelas organizações políticas quanto pela própria academia, mas que apareceu como elemento central nos relatos de secundaristas e estudantes de IES neste Seminário, principalmente secundaristas.

Cabe ainda reafirmar algo que as/os “secundas” pareciam saber desde logo: não se deve superestimar, nem idealizar a prática das ocupações de escolas e IES. Lá no final de 2015, circulava pelas redes sociais, durante o movimento contrário à “Reorganização” das escolas estaduais paulistas, a Cartilha “Como ocupar seu colégio”. (O MAL-EDUCADO, 2015). A Cartilha, que explicava o formato das ocupações criado pelos Pinguins chilenos e secundaristas da Argentina, adotado nas ocupações no Brasil, lembrava que a ocupação é uma “tática”, nunca uma estratégia ou fim em si mesmo para o movimento estudantil. Como tática, ela pode ser viável e muito adequada, de acordo com o contexto social e político e conforme as pautas propostas. Assim, novas expressões das subjetividades políticas construídas durante o movimento das ocupações, caso venham a irromper, não precisam adotar a mesma tática e, conforme o contexto político, nem podem, nem devem.

O principal resultado esperado por essa nova pesquisa é a construção de conhecimentos inovadores a respeito das ações coletivas e movimentos sociais, já que a ênfase é sobre os resultados em médio prazo, que intentam mergulhar nas subjetividades de adolescentes e jovens, acompanhando seu processo de autoconstituição como sujeitos políticos. Esses conhecimentos, apesar de largamente qualitativos, não incidem sobre um único caso ou localidade, mas esperam abordar distintos exemplos do movimento das ocupações que abarcam todas as regiões do país, bem como considerarão os diferentes momentos do movimento das ocupações – desde seu início, no final de 2015, às últimas desocupações, no final de 2016. Outro resultado que espera ser muito impactante é a devolutiva de resultados da pesquisa também como ações de extensão universitária, envolvendo outras formas de divulgação do conhecimento (textos de divulgação, documentários e Portal da Internet) e o diálogo com adolescentes e jovens que participaram ou não das ocupações.

A pesquisa e os conhecimentos que se espera construir com a nova pesquisa são relevantes e impactantes por vários motivos. Primeiro, a possibilidade de conhecer mais profundamente um processo social – um conjunto de ações coletivas – de grande abrangência, que envolveu quase todas as unidades federativas do país. Segundo, a possibilidade de conhecer os impactos a médio prazo desse processo social – considerando também o “pós-desocupação” - nos sujeitos envolvidos diretamente nele, do ponto de vista

da sua formação e autoformação política e trajetória escolar – incluindo a possível busca de novos caminhos de transformação da escola, como o ingresso em cursos de Licenciatura e o desejo de ser outro tipo de docente.

Terceiro, trata-se de uma pesquisa de caráter nacional – ainda que não exaustiva – mas que não pretende se bastar em casos tomados das capitais ou grandes metrópoles. Ela deseja conhecer um pouco do processo de interiorização das ocupações. Não se deve desprezar o poder do “contágio” do movimento, em especial no segundo semestre de 2016. Por exemplo, praticamente todas as escolas do Paraná foram ocupadas, e não apenas sua capital e municípios maiores. No Sul de Minas Gerais, até mesmo uma escola municipal de Ensino Fundamental teve uma ação de protesto – uma espécie de ocupação simbólica, de um dia – em que pré-adolescentes e adolescentes colocaram todo um pequeno município, de menos de 10 mil habitantes, Campestre, para debater a PEC 55/142. Em Campestre, estudantes enviaram cartas para as e os responsáveis, informando sobre a ação e seus motivos, conseguindo a compreensão e até apoio da população.

Outros motivos justificam a relevância e o possível impacto desta investigação. As atividades de extensão, conjugadas com a pesquisa, reabrem o mundo acadêmico a novas formas de conhecimento, formação e experiência, ensaiadas ou vividas durante as ocupações. A perspectiva longitudinal ou temporal, incidindo sobre os impactos subjetivos da participação de adolescentes em uma ação coletiva, podem nos levar a conhecer melhor o que significaram os processos de enfrentamento vividos por ocupas diante de autoridades e pessoas adultas, bem como tentativas de silenciamento, ocultamento na memória e a perseguição – no mínimo, uma denúncia e um alerta a quem é educadora e educador. Há também uma novidade deste movimento: adolescentes tomando a linha de frente de um movimento social, inspirando até mesmo o movimento estudantil universitário, demonstrando a fragilidade dos discursos do senso comum e até de certos pedagogos midiáticos, que diziam que pouco poderia se esperar das e dos adolescentes do ensino médio, supostamente sob a alienação do consumismo e das redes sociais, individualistas, com pouca atenção às questões políticas e sociais e “sem esforço”.

Acreditamos que a pesquisa possui grande potência pelo fato de ter nascido desde o diálogo com estudantes que ocuparam as escolas, no Seminário Memorial das ocupações estudantis, levando o Grupo de Estudos sobre a Juventude da UNIFAL-MG a assumir a busca de conhecimentos sobre o movimento das ocupações secundaristas como tarefa premente. Penso que, tão interessante quanto a sua motivação, é a forma como esse projeto se construiu e como a pesquisa pretende se realizar, na medida do possível (em parte relevante, inspirada não apenas pelas organizações juvenis investigadas na pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis”, mas pelo próprio formato das ocupações estudantis): de modo coletivo, horizontal, cogrido e desejanter de benefícios para a adolescência e a juventude.

### 3.RELATOS DE OCUPAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE ADOLESCENTES

Os relatos dos ocupas – autodenominação de tais estudantes – trazem um grande reconhecimento dos aprendizados suscitados por esta ação coletiva, inclusive o ensaio de novas formas educacionais, políticas e de relações de gênero. Tratam da auto-organização do espaço da escola ou da universidade, tanto para sustentar o cotidiano – comissões de alimentação, limpeza e segurança – quanto para realizar atividades políticas e formativas (assembleias, comissões de comunicação e negociação, atos públicos, manifestações, aulas públicas, rodas de conversa, oficinas etc.).

Quando esse movimento for discutido no futuro, não olharemos para as ocupações como um exemplo a ser seguido necessariamente, mas como uma experiência de coletividade que se mostrou uma alternativa possível ante o esgotamento das instituições representativas tradicionais. E esse resultado se fez por meio de mais de mil escolas ocupadas pelo país e mais de duzentas universidades. Não foi pouco barulho. (Graduando em História, nov. 2017).

Contudo, revelou-se também um grande manancial de angústia e mal-estar e, principalmente entre secundaristas, violações de direitos humanos, já que enfrentaram, durante as ocupações, ameaças e agressões, e, no pós-desocupação, intimidações e retaliações. Nesses momentos de conflito, ocupas tentaram se reinventar como sujeitos e manter o próprio movimento, apesar das adversidades. Em certos momentos, parece que as ocupações foram virando trincheiras, cercadas de adversários por todos os lados. Nessas experiências, as ocupações não eram apenas espaço criativo para que estudantes reinventassem as formas de lutar e ensinar-e-aprender, mas notadamente lugar em que número reduzido

de ocupas mais insistentes se viu acoçada por muitas pessoas que se colocaram contra o movimento – docentes, gestão, responsáveis, representantes da sociedade civil e mídia.

A ocupação foi um processo massacrante... (Secundarista mulher, nov. 2017).

Entre os encaminhamentos do Grupo de Estudos sobre a Juventude, diante da pesquisa e do Seminário Memorial das Ocupações Estudantis, decidimos cobrar da Superintendência e da própria Secretaria da Educação do Estado um retorno sobre as denúncias de violações de direitos contra ocupas. Foram feitas inclusive fizemos duas intervenções públicas, interpelando diretamente representantes da Secretaria, com boa repercussão, ainda que, ao final, a decisão das autoridades tenha sido o arquivamento das denúncias.

Estudantes da universidade que acompanharam de perto as violações sofridas por secundaristas, nos estimularam a conhecer o que foram essas ameaças e agressões a secundaristas nas escolas, bem como a apoiar e participar de intervenções para a apuração de responsabilidades acerca dessas violações. Das quatro escolas ocupadas, em ao menos três houve denúncias de violações durante as ocupações e no pós-desocupação.

No caso mais grave, alguns pais, estudantes e outros adultos contrários ao movimento usaram porretes e marreta para abrir à força o portão da escola ocupada. Golpes de marreta foram desferidos não apenas contra o portão, mas também quebraram a perna da mãe de uma ocupa. Houve também a invasão da escola pela Polícia Militar, que agrediu estudantes e contou com a conivência da direção. Outras agressões e violações de direitos foram praticadas durante as ocupações e no pós-desocupação, em sua maioria nunca denunciadas, algumas guardadas para serem narradas apenas um ano depois, no Seminário Memorial das Ocupações Estudantis, como a agressão que um estudante sofreu da vice-diretora de sua escola, durante assembleia.

Em duas oportunidades, membros do Grupo de Estudos sobre a Juventude buscaram respostas de dirigentes estaduais da educação, em intervenções durante eventos. Na primeira delas, em dezembro de 2017, a secretária estadual de educação veio para o Sul de Minas participar de uma reunião. Integrantes do grupo e secundaristas se organizaram para cobrar da secretária uma posição sobre as violações narradas acima. A reunião foi desmentida e remarcada, ao longo do dia, por mais de uma vez, como se a organização quisesse evitar a presença de secundaristas. Ao final, havia pequeno número de secundaristas, mas o suficiente para conseguir reverter a pauta da reunião, que acabou tendo de discutir as violências sofridas por ocupas. A secretária alegou não ter sido comunicada sobre as denúncias, diante do que assim respondeu integrante do Grupo de Estudos:

Os secundaristas que participaram das ocupações, em sua maioria, não são organizados. Logo, eles não estiveram em nenhum outro espaço de debate, de luta, nenhum espaço no qual pudessem ser ouvidos ou falar sobre isso. Pelo contrário, voltaram para a escola, que fingiu que nada aconteceu, voltaram a conviver diariamente com professores, funcionários e pessoas que os reprimiram. Estamos perdendo jovens de luta, devido à negligência do Estado. Eles não querem mais estar presentes em processos de enfrentamento.

As ocupações estudantis no Brasil fizeram parte de um ciclo de protestos juvenis, iniciado em 2013, que trouxe grandes esperanças de aprofundamento de conquistas sociais. Ciclo que, entretanto, também foi acompanhado por forte repressão e o crescimento de movimentos conservadores e reacionários. Esses contra movimentos anunciam um tempo que é regressivo em matéria dos direitos de juventude, tanto quanto é negador da potência do movimento das ocupações e pouco se preocupará em averiguar as denúncias de violações que adolescentes e jovens foram submetidos durante o movimento das ocupações.

Ainda assim, nos esforçamos em registrar e revalorizar memórias de lutas de um movimento ímpar, que injustamente se quis colocar entre as relíquias inúteis da história. Contra a política do esquecimento, buscamos ativar, com o Seminário, sob inspiração de Walter Benjamin, a política da rememoração. Nós mesmos precisamos nos repensar e desafiar, buscando superar um sentimento ingênuo e mal informado, de que pouco poderia se esperar de adolescentes de escolas públicas de Ensino Médio – dada a precariedade dessas instituições e à suposta apatia política e alienação da adolescência das camadas populares.

Vale a pena seguir as sugestões de Jacques Rancière (2014), quando nos ensina que a política é criação, portanto, ruptura de uma dada ordem injusta supostamente consolidada. Ela, a política, acontece quando pessoas, até então consideradas como externas à comunidade dos que podem agir e falar, emergem como sujeitos políticos, atuam e falam justo nos lugares e nos momentos em que se esperava de tais apenas passividade e docilidade. Mesmo quando a luta se encerra, as pessoas se desmobilizam e as escolas voltam

à suposta normalidade, é apenas em sua aparência que a antiga ordem se restaurou. As marcas de uma ação coletiva que colocou em suspenso a divisão do mundo sensível – entre adolescentes que devem ouvir e adultos que podem falar – permanecem na memória das pessoas, ainda que outra, ou a mesma ordem injusta se reinstale. Houve um processo de subjetivação política que poderá reverter seus frutos quando menos esperarmos.

## REFERÊNCIAS

- [1] Benjamin, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. *In*: Benjamin, Habermas, Horkheimer e Adorno. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores). p. 29-56.
- [2] Costa, Adriana Alves; Gomes, Juaciara Barrozo; Oliveira, Luiza Alves de. Discursos e memórias da ocupação estudantil na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. *In*: Costa, Adriana Alves Fernandes; Groppo, Luís Antonio (orgs.). O movimento de ocupações estudantis no Brasil. São Carlos: Pedro & João, 2018a, p. 263-292.
- [3] Castro, Lúcia Rabello de (coord.). “Falatório”: participação e democracia na escola. Rio de Janeiro: Contracapa, 2010. Disponível em: [www.nipiac.ufrj.br/producao2/item/.../178\\_2e350a6abfcb36bf1bef400e51012d01](http://www.nipiac.ufrj.br/producao2/item/.../178_2e350a6abfcb36bf1bef400e51012d01). Acesso em: 10 jun. 2018.
- [4] Castro, Lúcia Rabello de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. *Psicologia: Teoria e Pesquisas*. v. 25, n. 4, p. 479-487, 2009.
- [5] Groppo, Luís Antonio et. al. Ocupações no Sul de Minas: autogestão, formação política e diálogo intergeracional. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas/SP, v.19, n.1 p. 141-164, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647616>>. Acesso em 10 abr. 2017.
- [6] Konder, Leandro. Walter Benjamin. O marxismo da melancolia. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- [7] O Mal-Educado. Como ocupar um colégio? Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile. 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/mal.educado.sp/posts/713559985444416>. Acesso em: 24 fev. 2017.
- [8] Rancière, Jacques. O desentendimento: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.
- [9] SILVA, Conceição Firmina S.; Castro, Lúcia Rabello de. Para além das fronteiras convencionais do ativismo político: a inserção de jovens em “coletivos fluidos”. *In*: Bezerra, Helena D.; Oliveira, Sandra Maria de. Juventude no século XXI: dilemas e perspectivas. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013, p. 14-44.

# Capítulo 3

## *Projeto Ético-Político e violações de direitos do Assistente Social*

*Isabela Sarmet de Azevedo*

**Resumo:** Tomando a categoria projeto ético político do Serviço Social como ponto de partida, este artigo resgata algumas das principais aproximações entre tal estrutura conceitual e a realidade de violação de direitos dos assistentes sociais. Para tanto, foram analisadas as produções de importantes intelectuais como Barroco (2001), Netto (1999), Teixeira e Bravo (2009), Guerra (2011, 2015), Forti e Coelho (2015), Simas e Ruiz (2015) e Vasconcelos (2015), que se propuseram a discutir o tema, evidenciando o desafio de implementar esse projeto em contexto neoliberal. Concomitantemente, recorre-se aos pilares desse projeto, bem como ao debate sobre o cotidiano de trabalho do assistente social, para demonstrar as fragilidades de algumas proposições e apontar novos caminhos para a profissão.

**Palavras-chave:** Serviço Social; projeto ético-político; materialização.

## 1. INTRODUÇÃO

Um dos debates de maior destaque no Serviço Social atualmente se refere à materialização do projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano de trabalho do assistente social.

Desde a tese de Netto (1999), de que data “da segunda metade dos anos noventa do século XX o debate sobre o que vem sendo denominado projeto ético-político do Serviço Social”, vários intelectuais vêm escrevendo sobre a atividade profissional no enfrentamento e na denúncia do conservadorismo profissional, a partir dos elementos básicos em geral formulados por Marx. “(...) foi onde os sujeitos do projeto profissional, no seu nascedouro, foram buscar suas referências ético-políticas e teórico-metodológicas, no sentido de sustentar a possibilidade de o Serviço Social dar a virada no enfrentamento do conservadorismo histórico da profissão...” (VASCONCELOS, 2015, p.12-13).

Ocorre que, pelas próprias peculiaridades das competências e atribuições profissionais, bem como pela historicidade da profissão, esse não tem sido um terreno de consensos entre os autores. Netto (1998<sup>11</sup>, apud ABRAMIDES, 2015, p.12) afirma que “o que estará no centro da polêmica profissional será a seguinte questão: manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou contê-la, modificá-la e revertê-la”. Vasconcelos (2015, p.21) aponta que há uma intolerância com Marx e com o marxismo e, por conseguinte, com o projeto profissional do Serviço Social brasileiro. Por outro lado, as produções mais recentes (FORTI, GUERRA, 2015) afirmam que “não tem havido grandes alterações no que se refere ao exercício profissional cotidianamente”. Braz<sup>12</sup> (2004, apud FORTI, COELHO, 2015, p. 26) afirma que o projeto ético-político “vem sendo ameaçado, colocado em risco, em decorrência da crise capitalista contemporânea”. Simas e Ruiz (2015, p.76) afirmam que “em uma conjuntura em que projetos societários conservadores se reapresentam (...) não haveria como uma profissão ser uma espécie de “ilha”, protegida por todos os lados por oceanos de princípios avançados e alternativos à lógica capitalista”. Braz<sup>13</sup> (2007, apud SIMAS, RUIZ, 2015, p.76) afirma que “a crise de um projeto societário alternativo ao do capital imporia uma crise do projeto profissional”. Teixeira e Braz (2009, p.12) afirmam que há profissionais “que sustentam a ‘inviabilidade’ do projeto ético-político”, alegando que ele apresenta princípios que não podem ser efetivados concretamente e que o fazer profissional não permite que sejam contemplados. Nada mais falso!”

Nessa direção, o texto apresentado busca resgatar as principais formulações no âmbito do Serviço Social brasileiro que se dedicaram ao estudo do tema, contrapondo suas posições, ideias, polêmicas e controvérsias. Trata-se de uma revisão de literatura, a partir de um diálogo crítico entre os principais expoentes que discutem esse projeto, a fim de incluir e levantar novos elementos de análise. O objetivo em voga é suscitar a preocupação com a real violação de direitos do assistente social que em seu espaço sócio ocupacional se coloca no enfrentamento e denúncia ao conservadorismo profissional. Destarte, cabe indagar: Será que o caminho percorrido pelos autores que discutem o projeto ético-político está correspondendo ao que vem sendo vivenciado concretamente pela categoria profissional, ou seria mais um debate acadêmico?

## 2. O DEBATE SOBRE O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL

Em 1999, José Paulo Netto publicou um texto sobre a construção do projeto ético-político do Serviço Social. Nesse texto, ele o caracteriza como enfrentamento e denúncia ao conservadorismo profissional e afirma que sua construção se deu no Brasil, na transição da década de 1970 para 1980. Ele se difundiu no interior da categoria, tendo sido construído por um sujeito coletivo (um corpo profissional fortemente organizado), com inelimináveis dimensões políticas – CFESS/ CRESS, ABEPSS, ENESSO, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais.

Não obstante, Netto (1999) afirma que o sujeito coletivo que constrói o projeto profissional é um universo heterogêneo, o que nos leva a concluir que mesmo que um projeto seja hegemônico, nunca será exclusivo, pois há projetos alternativos, que também se renovam, se modificam e respondem às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera. O autor deixa claro que seja possível que o projeto societário hegemônico seja contestado por projetos profissionais. Essa possibilidade é maior

<sup>11</sup> NETTO, José P. Ética e crise dos projetos de transformação social. In.: BONETTI, D. A. Serviço Social: convite para uma nova práxis. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

<sup>12</sup> BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, n.78, p.48-68, jul.2004.

<sup>13</sup> BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. Revista Inscrita Projeto ético-político. Brasília, CFESS, n.10, v.7, nov. 2007, p.5-10.

quando a profissão se torna mais sensível aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas e quanto mais essas classes se afirmem social e politicamente. Mas, ele também afirma que este enfrentamento de projetos profissionais com o projeto societário hegemônico tem limites numa sociedade capitalista. O projeto ético-político profissional do Serviço Social mostra-se antagônico a ofensiva neoliberal, que promoveu a liquidação de direitos sociais, a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação sistemática de uma política macroeconômica que penaliza a massa da população. “Do ponto de vista neoliberal, defender e implementar este projeto ético-político é sinal de “atraso”, de “andar na contramão da história” (NETTO, 1999).

Teixeira e Braz (2009, p.5) afirmam que os projetos profissionais são impensáveis se não os remetemos aos projetos coletivos de maior abrangência: os projetos societários. E estes podem ser transformadores ou conservadores. Segundo os autores, “o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade” (Idem).

São elementos constitutivos deste projeto: a explicitação de princípios e valores ético-políticos; a matriz teórico-metodológica em que ancora; a crítica radical à ordem social vigente; as lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira. Os componentes que lhe dão materialidade são: a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; as instâncias político-organizativas da profissão; e a dimensão jurídico-política da profissão.

Embora esses componentes sejam fundamentais, não significa que esse projeto ético-político se efetive integralmente na realidade. Isto porque não há uma relação entre o que projetamos e o que realizamos efetivamente e não controlamos todos os aspectos que incidem sobre a realidade.

Teixeira e Braz (2009, p.13) localizam a gênese do projeto ético-político na segunda metade dos anos 1970, afirmando que ele avançou nos anos 1980 e consolidou-se nos anos 1990 e está em construção, fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma reação conservadora no seio da profissão na década que transcorre. “Para o Serviço Social, os desdobramentos não foram nada animadores, uma vez que resultaram em nefastas consequências que recaíram tanto sobre os usuários da profissão quanto sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais, como as de todos os trabalhadores”. (Idem, p.15).

Para esses autores, o projeto ético-político encontra-se num momento crucial, porque remete à manutenção ou não das bases teóricas, organizativas e ético-políticas do projeto coletivo da profissão que mudou as feições do Serviço Social nos últimos trinta anos. A sua reafirmação depende, de modo não exclusivo, das respostas políticas que as vanguardas darão aos desafios atuais quanto das ações profissionais nas diversas áreas de atuação.

Para Forti e Coelho (2015, p.15-16),

Muitas vezes, as indagações são formuladas como se as dificuldades do trabalho profissional cotidiano – e, portanto, as dificuldades de materialização das diretrizes do projeto ético-político, ou seja, de enfrentamento de perspectivas e requisições institucionais conservadoras – fossem relativas ao próprio projeto, em vez de constituírem aspectos inerentes à realidade, ao trabalho profissional no campo das políticas sociais na sociedade capitalista da era neoliberal (especialmente) – um padrão de capitalismo ainda mais duro e que se pretende livre de regras.

Segundo Forti e Coelho (2015, p. 16), “temos uma profissão que, não obstante os compromissos que assume com os interesses da classe trabalhadora, tem suas condições de trabalho frontalmente aviltadas”.

Questionando de que maneira essa profissão vem se posicionando no seu espaço de atuação, as autoras afirmam que “tal projeto supõe capacitação profissional e condições de trabalho que viabilizem sua materialização” (Idem, p.24).

Para as autoras, o conservadorismo não foi erradicado da profissão. Segundo Braz (2004, apud FORTI, COELHO, 2015, p.26), o projeto ético-político vem sendo ameaçado, colocado em risco em decorrência da crise capitalista, que repercute nos serviços prestados pelas instituições empregadoras de assistentes sociais e para os docentes e formação profissional.

Analisando os desafios colocados para os assistentes sociais comprometidos com o projeto ético-político, Forti e Coelho (2015, p.28) afirmam que “no que diz respeito aos direitos sociais, pode-se considerar que a

política neoliberal é amarga para o conjunto da classe trabalhadora”, ou seja, eles são solapados e as organizações dos trabalhadores são fortemente atacadas, combatidas e criminalizadas.

Há segmentação do fazer profissional e potencialização das tensões e dos conflitos vinculados a produtividade, demarcando o ritmo e a regularidade dos procedimentos técnico-operativos nos diferentes espaços sócio ocupacionais (Idem, p.29). Os espaços sócio ocupacionais delimitam as competências e habilidades dos assistentes sociais, segundo as expressões da “questão social” e as diferentes políticas sociais implementadas.

As políticas sociais fragmentam-se segundo o nível de proteção, o segmento da classe trabalhadora a ser atendido, o tipo do serviço a ser prestado, etc. “Para cada uma das políticas e serviços sociais, existem espaços institucionais específicos que concebem, planejam, financiam, imprimindo a direção social a cada política e serviço; os espaços que avaliam e monitoram; os espaços que os executam” (Idem, p. 30). Com isso, podemos afirmar que há uma diferença, às vezes, gritante, das condições de trabalho entre os assistentes sociais.

As políticas sociais devem atender parte das necessidades dos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora por meio de serviços e benefícios sociais. A repetição, a rotina e a espontaneidade tendem a prevalecer nas atribuições dos assistentes sociais que atuam nos espaços que executam as políticas sociais em sua fase terminal. Esse profissional não é partícipe da estrutura decisória, ou seja, não escolheu meios e fins, nem participou do processo de construção sobre o que fazer, como fazer e onde fazer.

As instituições executoras das políticas sociais requerem dos profissionais o preenchimento de fichas e cadastros e o discernimento de demandas dos segmentos da classe trabalhadora a serem atendidas.

A eficácia do desempenho profissional será mensurada a partir das metas a serem alcançadas. O produtivismo permeia programas e projetos sociais, no que tange à sua concepção e operacionalização, e é uma das estratégias de cooptação de profissionais por parte dos agentes do capital. Isso tensiona o cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, pois as metas estabelecidas pelo órgão gestor conflitam com a premissa da qualidade dos serviços prestados. “Tais metas privilegiam a quantidade de procedimentos e atividades que visam à aferição de critérios de elegibilidade, de condicionalidades, de controle das normas institucionais, de repasse de recursos e benefícios etc.” (FORTI, COELHO, 2015, p.33).

Para lidar com esses desafios, as autoras sugerem que o profissional busque encontrar as principais mediações que vinculam o problema específico do qual se ocupa às expressões gerais da “questão social” no Brasil, captando substancialmente o seu objeto de estudo e/ou intervenção.

Para Guerra (2015, p.39),

A utilização do PEP como uma panaceia na solução dos “problemas da prática” demonstra o quanto ele é tomado de assalto por perspectivas estranhas à sua matriz original. Trata-se, aqui de indicar o eclétismo como a “tara histórica” da profissão, segundo a observação criativa de Netto, que invade construções teórico-metodológicas, representações e autorrepresentações dos assistentes sociais.

Há, segundo a autora, “uma leitura idealista e idealizada do PEP, estranha aos seus fundamentos originais” (Idem, p. 46). Essa leitura está baseada no senso comum, romantizada, moralizada, travejada da visão religiosa do mundo, que redundava em um voluntarismo e messianismo. É uma visão naturalizada, desestoricizada, deseconomizada, despolitizada.

A autora afirma que o projeto ético-político tem como fundamento a crítica da sociedade burguesa, mas é nela que os assistentes sociais se forjam como sujeitos sociais e profissionais, sob jugo dos seus valores e princípios que se expressam nas instituições jurídicas e políticas desta sociedade. “Ora, o sujeito que realiza este projeto é formado e forjado numa sociabilidade individualista que aposta na divisão, concorrência, competitividade e fragmentação. (...) este sujeito precisa colocar em xeque os valores e a moralidade dominante.” (GUERRA, 2015, p. 53).

Para Guerra (2015), o assistente social está encharcado da realidade que lida o tempo todo, com as sequelas do capitalismo e cede às ilusões messiânicas e fatalistas que o envolve e o engana. Nem sempre o sujeito histórico que realiza o projeto tem clareza da ideologia que o sustenta, e nem sempre o que formula um projeto é o mesmo sujeito que o opera, de modo que ele pode pôr em risco a sua operacionalização. Isso pode levar a um estranhamento entre o elaborado e o realizado.

“Na profissão, o idealismo do PEP, a que nos referimos, consiste na conversão da teoria crítico-dialética, de mediação necessária à intervenção profissional, em dogma, em normatização de “dever ser” ou orientação moral” (Idem, p. 60)

A autora alerta que o que vem acontecendo com o PEP é que “valores claramente antiliberais, antipositivistas, anticapitalistas são interpretados à luz do liberalismo, do positivismo e suas derivações, com destaque para a interpretação pragmática dos princípios do Código de Ética” (Idem, p.61).

Como saídas para esses riscos, Guerra (2015, p. 63) afirma que os assistentes sociais têm duas tarefas fundamentais:

- 1) Produzir conhecimento sobre a realidade das instituições nas quais atuam e sobre objetos, demandas e respostas profissionais; 2) enfrentar a realidade social existente potencializando nela suas contradições, suas forças de negação da ordem social, ambas tarefas, orientadas pela direção estratégica dada pelo PEP e comprometidas com seus valores, diminuindo a distância entre as projeções e o realizado.

Nesse mesmo sentido, Simas e Ruiz (2015, p. 88) afirmam que é imprescindível que os assistentes sociais sistematizem sua prática no exercício profissional, identificando as principais demandas dos usuários, bem como observar as reais necessidades além da aparência dos casos individuais atendidos.

Para Guerra (2015), é preciso identificar os limites para uma intervenção profissional competente e comprometida e os limites de mobilizar forças de transformação social, visando à superação do capital.

A autora defende, nesse sentido, a viabilidade do projeto ético político do Serviço Social, afirmando que ele resgata os pilares do projeto da modernidade e seus valores universalistas e afirma que ele é, no seu modo ser, revolucionário.

Para Simas e Ruiz (2015, p.78), “o posicionamento hegemônico do Serviço Social brasileiro é inegavelmente afinado com o projeto ético-político profissional, ainda que isso possa não se expressar de forma homogênea na atuação cotidiana”. Para os autores, é preciso analisar como se efetiva o exercício profissional cotidiano em sua “cruzeza”, o que nem sempre envolve iniciativas como a de sistematizar o exercício profissional na busca de melhor apreendê-lo e direcioná-lo no rumo dos interesses da população atendida.

### **3. AS VIOLAÇÕES DE DIREITO DO ASSISTENTE SOCIAL NA MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL**

Dessa forma, feita a revisão de literatura de expoentes importantes do Serviço Social, podemos analisar que a materialização do atual projeto ético-político no cotidiano de trabalho do assistente social recebe o impacto do desconhecimento ou do pouco domínio dos elementos teóricos que lhe dão sustentação.

As mudanças ocorridas em virtude da crise contemporânea do capital, desde os anos 1970, afeta e reconfigura também o trabalho dos assistentes sociais e não só do conjunto da classe trabalhadora. Isso porque o assistente social tem tensinada a sua autonomia na compra e venda da força de trabalho, sujeitando-se ao trabalho alineado, quando a profissão subordina-se ao mercado (IAMAMOTO, 2010, p. 219). Nas palavras de Simas e Ruiz (2015, p. 89),

o cotidiano profissional se debruça na clássica dicotomia entre saber profissional e poder institucional, ou seja, a autonomia técnica se colide frequentemente com o caráter coercitivo de seu processo de trabalho, marcado pelo assalariamento e pela burocratização.

As consequências para os assistentes sociais são muitas, desde a ameaça de desemprego, a incerteza de manutenção do contrato precário ou com tempo de duração pré-determinado, excesso de demandas para dar conta no cotidiano profissional, podendo ocasionar doenças físicas e psíquicas.

(...) Trata-se dos processos de adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras, em particular dos assistentes sociais, que são gerados a partir da inserção no trabalho em tempo de mundialização do capital. Problemas variados de coluna, gastrites, úlceras, depressões e síndromes as mais diversas são reveladoras de indivíduos vivendo em situações agudas de competitividade, burocratismo e violação de direitos. Ainda

são invadidos por demandas do trabalho a todo instante por meio eletrônico, que permite que com um simples acesso ao email o indivíduo comece a responder as demandas de trabalho (SANTOS, 2010, p. 703).

Há um conjunto de violações de direitos no campo das políticas sociais. O direito às políticas sociais está cada vez mais mercantilizado e atende de forma precária aos usuários. O profissional se torna responsável pela triagem dos usuários de acordo com o perfil de prioridades e condicionalidades determinadas pelos órgãos gestores das políticas sociais. O que tem prevalecido na política social “tem sido o reforço de traços de improvisação e inoperância, o funcionamento ambíguo e sua impotência na universalização do acesso” às políticas sociais (IAMAMOTO, 2010, p.163)

A autonomia profissional do assistente social sofre os impactos dessa dinâmica. Isto porque há diluição das linhas divisórias entre as competências e atribuições privativas, estimulando o trabalho interdisciplinar. (SIMÕES, 2009, p.412).

O debate interdisciplinar que afirma interfaces entre as profissões, questionando, em algumas áreas, a exigência em si da noção de “atribuições privativas”, em nome de atribuições que seriam da equipe e não das especificidades profissionais – a saúde mental e a assistência social são campos em que isso ocorre com maior radicalidade. (CFESS, 2015, p.4)

Isso tem a ver com a própria dinâmica do trabalho na atualidade, onde o capitalismo exige que não haja barreiras, ou caso haja, sejam mínimas, provenientes das atribuições privativas referentes a cada profissão. Isso faz com que as requisições institucionais sejam cumpridas sem nenhuma restrição e que não se crie dependência em relação a determinados profissionais, especificamente. O que se quer, com isso, é substituir um profissional pelo outro, desprezando normativas importantes “das relações com assistentes sociais e com outros profissionais”, art. 10, “e”, que afirma: “respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões” (CONSELHO, 2012, p. 194).

(...) é vedado que profissional de outra área exerça as atribuições privativas do assistente social ou que subscreva seu entendimento técnico em matéria de Serviço Social, mesmo considerando a atuação em equipe multiprofissional ou interdisciplinar. Resolução CFESS n.557, de 15 de setembro de 2009). (Idem, p.195)

A postura ética dos profissionais tende a ficar distante do compromisso com os valores éticos e democráticos expressos no atual projeto ético-político crítico do Serviço Social, quando convicções pessoais, morais e a mera obediência às requisições institucionais se manifestam, não havendo qualquer aproximação aos interesses da coletividade.

Os atendimentos feitos por alguns profissionais podem expressar posicionamentos arbitrários, autoritários, preconceituosos e muitas vezes higienistas. Desde os atendimentos presenciais até os estudos, relatórios e pareceres sociais emitidos aos diferentes órgãos, como o Poder Judiciário e o Ministério Público. Esse procedimento pode prejudicar diferentes usuários de Serviço Social, visto que os profissionais analisam suas realidades a partir de suas concepções de mundo, estabelecendo parâmetros que podem ignorar laços de afetividade e afinidade, condenando orientações sexuais, religiosas e avaliando negativamente condições materiais e de limpeza em visitas domiciliares. Essa incorreção ética, no modo de proceder as abordagens, traz consequências higienistas, discriminatórias e policiaesca, retardando ou retirando o direito dos usuários ao acesso a direitos sociais.

Outra questão posta na atualidade é o sigilo profissional, que é direito do assistente social e protege o usuário de tudo aquilo que o profissional sabe em virtude de sua intervenção. Esse direito vem sendo colocado em xeque por alguns espaços institucionais, ferindo a proteção das informações relatadas pelo usuário ao assistente social.

A inexistência de condições de trabalho, em alguns espaços institucionais, fere o direito dos usuários de terem as informações relatadas aos profissionais em sigilo.

O profissional não sinaliza, por desconhecimento do aparato ético-normativo-legal da profissão ou opção, nem para o empregador nem para o Conselho Profissional, a falta de estrutura necessária para assegurar a qualidade do exercício profissional, que abrange sala própria que resguarde o sigilo profissional no atendimento aos usuários e na preservação das informações relatadas em fichas, relatórios, livro de registro, entre outros, e em segundo lugar, porque a precarização das condições de trabalho atinge o Serviço Social e o conjunto da classe trabalhadora.

O esgotamento físico e mental em decorrência da exploração do trabalho, afeta toda a classe trabalhadora, incluindo o Serviço Social. No entanto, é possível reclamar judicialmente condições favoráveis para o desenvolvimento do exercício profissional, de maneira a garantir qualidade nos atendimentos prestados à população atendida, nos diversos espaços sócio ocupacionais onde os assistentes sociais realizam seu trabalho.

A Lei 12.317/2010 que garante a CH de 30 horas semanais para os assistentes sociais é constantemente descumprida por alguns de seus empregadores. Algumas empresas e órgãos públicos burlam esse direito do profissional, alterando e/ou mantendo nomenclatura do cargo, como, por exemplo, “analista judiciário”, “técnico administrativo em educação”, “técnico de atendimento”, entre outras. A Lei é válida para os assistentes sociais que trabalham em instituições públicas e privadas. Mesmo que os cargos não utilizem a nomenclatura direta de assistente social, precisa estar inscrito no CRESS para exercer a função, portanto, deve ter a carga horária reduzida para 30 horas semanais.

Em 2005, o CFESS publicou um levantamento feito sobre o conhecimento que os assistentes sociais possuem da legislação do Serviço Social, no qual um percentual de 9,45% dos profissionais a desconhecem. É real o fato de terem profissionais que não sabem o que é o projeto ético-político e exercem a profissão, em alguns casos, segundo seus próprios valores, sua “consciência”.

O assistente social deve proporcionar elementos de crítica à sociabilidade burguesa; identificar aliados; colocar em xeque os valores e a moralidade dominante. Em suma, “o educador precisa ser educado” (GUERRA, 2015, p.53).

Dimensionar e construir estratégias, visando potencializar as forças de negação da ordem social e de sua transformação, articulando princípios às suas manifestações empíricas no exercício profissional pode ser uma saída. Para tanto, é preciso produzir conhecimento sobre a realidade das instituições nas quais atuam e sobre objetos, demandas e respostas, enfrentando a realidade social existente, potencializando nela suas contradições, suas forças de negação da ordem social, diminuindo a distância entre as projeções e o realizado.

É imprescindível que os assistentes sociais sistematizem sua prática no exercício profissional, no que se refere à identificação das principais demandas dos usuários que procuram nossos serviços, observando as reais necessidades, além da aparência dos casos individuais atendidos.

É fundamental a articulação com os diferentes canais de proteção dos direitos humanos, tais como espaços de controle social, órgãos do sistema de justiça, os profissionais e as organizações de defesas de direitos. (SIMAS, RUIZ, 2015, p.88)

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se tentou demonstrar, há diversas posições (algumas mais próximas, outras nem tanto) sobre a materialização do projeto ético político do Serviço Social. No entanto, o que chama atenção nessas reflexões, para além do fato de serem recorrentes em textos, encontros e seminários em que os principais expoentes intelectuais da categoria participam, é a distância que ainda existe entre as abordagens apresentadas e o cotidiano de trabalho dos assistentes sociais.

Há, no entanto, um esforço de analisar o trabalho profissional, a partir de tarefas, atribuições privativas e instrumentais que envolvem o Serviço Social, como por exemplo a segmentação do fazer profissional e a potencialização das tensões e dos conflitos vinculados à produtividade.

De fato, o que se visualiza nas produções é mais um esforço teórico de se aprofundarem as investigações sobre a materialização do projeto ético político do Serviço Social, do que a preocupação sobre os caminhos do trabalho profissional, que tem revelado violações dos direitos do assistente social. Segundo as produções analisadas, ainda existe o desconhecimento do projeto ético político do Serviço Social e do próprio Código de Ética Profissional por muitos assistentes sociais, que não conhecem as tarefas e prerrogativas inerentes ao seu próprio cargo. Por outro lado, considerando a trajetória intelectual dos principais autores que versam sobre o assunto, é possível tecer algumas indicações de análise. No caso de Netto (1999), Braz (2004), Simas e Ruiz (2015), podemos analisar que ou se mantém, consolida e aprofunda a atual direção estratégica – leia-se projeto ético político do Serviço Social – ou se contém, modifica e a reverte, na medida em que ele vem sendo ameaçado, colocado em risco, em decorrência da crise capitalista contemporânea e da reapresentação de projetos societários conservadores. Já para Vasconcelos (2015), há uma intolerância em relação ao marxismo e ao projeto profissional. As produções mais recentes, tais como as de Forti e Coelho (2015), analisam que não há grandes alterações no que tange

ao exercício do cotidiano do Serviço Social. Também merece destaque a análise de Guerra (2015), que afirma que o projeto ético político tem sido usado como uma panaceia para a solução dos “problemas da prática”, com matrizes estranhas à original.

Nessa linha, alguns desafios se colocam para o Serviço Social, a saber: a segmentação do fazer profissional e conflitos vinculados à produtividade, demarcam o ritmo e a regularidade dos procedimentos técnico-operativos nos diferentes espaços sócio ocupacionais; competências e habilidades dos assistentes sociais são delimitadas de acordo com as expressões da “questão social” a serem respondidas e as diferentes políticas sociais implementadas nos diferentes espaços sócio ocupacionais; as políticas sociais fragmentam-se segundo o tipo de proteção, o segmento da classe trabalhadora a ser atendido e o tipo de serviço a ser prestado; as diferenças as vezes gritantes das condições de trabalho dos assistentes sociais; um pequeno número de profissionais está instrumentalizado para analisar a realidade social, enquanto a grande maioria executa políticas sociais e não participa da estrutura decisória sobre o processo de construção do fazer. Com base nisso, podemos concluir que há prevalência da repetição, da rotina e da espontaneidade – próprias do cotidiano – nas atribuições dos assistentes sociais.

A premissa da qualidade dos serviços prestados à população é posta em xeque pela quantidade de procedimentos (afecção de critérios de elegibilidade, condicionalidades, controle de normas institucionais, repasse de recursos e benefícios), que é privilegiada pelo órgão gestor. Por outro lado, o assistente social tem seus vínculos e condições de trabalho fragilizados, tendo seu desempenho profissional afetado pela quantidade de procedimentos que realiza.

O círculo vicioso das instituições e práticas não tem assegurado respostas às demandas, necessidades e direitos.

Concluimos que são muitas as violações de direitos do assistente social. Acrescenta-se a isso, a despolíticação dos usuários, profissionais e formadores de assistentes sociais, visto que entre esses sujeitos são reiteradas práticas discursivas que defendem mas não asseguram direitos.

## REFERÊNCIAS

- [1] ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Prefácio. FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (orgs.). Ética e direitos: ensaios críticos. 3.ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2011. (Coletânea Nova de Serviço Social).
- [2] CFESS. Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005.
- [3] CONSELHO Federal de Serviço Social – CFESS (org.). Código de Ética do/a assistente social comentado. São Paulo, Cortez, 2012.
- [4] NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: Módulo 1: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999.
- [5] SANTOS, S.M.M.R. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez, n.99, 2009.
- [6] TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: In: CONSELHO Federal de Serviço Social – CFESS; ASSOCIAÇÃO Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ ABEPSS, 2009, v.1. Unidade 2: O Serviço Social no contexto das transformações societárias, p. 166-184.
- [7] GUERRA, Yolanda. Direitos sociais e sociedade de classes: o discurso do direito a ter direitos. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (orgs.). Ética e direitos: ensaios críticos. 3.ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2011. (Coletânea Nova de Serviço Social).
- [8] FORTI, Valéria, COELHO, Marilene. Contribuição à crítica do projeto ético-político do Serviço Social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (orgs.). Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. (Coletânea Nova de Serviço Social).
- [9] GUERRA, Yolanda. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (orgs.). Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. (Coletânea Nova de Serviço Social).
- [10] IAMAMOTO, M.V. Serviço Social em tempo de capital e fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2010.
- [11] SANTOS, S.M.M.R. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez, n.99, 2009

[12] SIMAS, Fábio do Nascimento, RUIZ, Jefferson Lee de Souza. Exercício profissional: uma mediação entre direitos humanos e o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (orgs.). Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. (Coletânea Nova de Serviço Social).

[13] SIMÕES, C. Na Ilha de Robinson: a autonomia profissional no liberalismo. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez, n. 99, 2009.

[14] VASCONCELOS, Ana Maria de. A/ o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015. Cap.1: O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro e formação na sociedade do capital; 1.4 - O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: emancipação humana para além dos direitos e da cidadania burgueses; Cap.2: O assistente social na luta de classes: entre projetos, tendências, possibilidades, alternativas não exploradas e consequências, no contexto de lutas emancipatórias; 2.4- Respostas profissionais: tendências, limites, consequências e possibilidades não exploradas; Cap.3: Serviço Social, projeto e atividade profissional. Eixo de análise; 3.1.1- O exercício profissional mediado pelo projeto ético político do Serviço Social: questões candentes.

# Capítulo 4

## *A (IN)eficácia da Lei Maria da Penha no Espírito Santo*

*Thaís Machado de Andrade*

*Lorena Rangel Bozzetti*

**Resumo:** Com a promulgação da Lei Maria da Penha, muitas mulheres celebraram por terem seus direitos resguardados, mas, na prática, a luta está apenas começando. Os direitos protetivos da mulher ainda não são suficientes para a garantia da efetividade quanto aos seus direitos fundamentais e percebe-se, então, a necessidade de se discutir os processos de educação da sociedade que ainda é regida por um estruturado e enraizado sistema patriarcal, fato que explica o porquê das punições prestadas aos agressores, além de não bastarem para a diminuição dos índices, sequer impactam na violência que tem se tornado cada vez mais crescente, como os índices de feminicídio no Estado do Espírito Santo, por exemplo, que se apresenta como recordista em relação à violência contra a mulher na federação brasileira. Logo, é preciso reavaliar as políticas públicas e os mecanismos de educação, ensino e de práticas sociais sob o qual está inserida a cultura de uma violência invisibilizada, mas, legitimada, que fora historicamente construída. Com isso, a presente proposta será orientada por dados históricos e institucionais tanto do Brasil quanto, especificamente, da realidade do Estado do Espírito Santo, acerca da proteção à mulher a partir da violência praticada no âmbito privado / doméstico, assim como, de uma violência simbólica praticada também no âmbito público. Para tanto, o artigo a ser apresentado, metodologicamente, adotará uma abordagem epistemológica com foco no Estruturalismo e tem como objetivo construir uma análise sobre a Lei Maria da Penha e sua (in)efetividade à luz da violência simbólica descrita por Pierre Bourdieu.

**Palavras- Chave:** Gênero; Dominação; Violência Simbólica; Proteção à mulher; Direitos Fundamentais.

## 1. INTRODUÇÃO

A Lei Maria da Penha surge em 2006 como um grande e importantíssimo instrumento para prevenir e combater os casos de violência doméstica que eram tratados por meio da entrega de cestas básicas pelos agressores, deixando a vítima da violência em total situação de vulnerabilidade. Os casos eram processados em Juizados Especiais Criminais, como crimes considerados de menor potencial ofensivo, o que culminava geralmente no arquivamento dos processos face ao agressor. Todavia, mesmo diante dos instrumentos disponibilizados pelo Estado para fins de proteção e repressão dessa forma de violência, das pesquisas realizadas nesse sentido, das propagandas divulgadas, enfim, das políticas públicas implementadas (que não diferem de outras no tocante ao pouco investimento público), não houve uma retração dos índices de violência contra a mulher, nem avanços na aplicação da Lei Maria da Penha.

Nessa perspectiva, o artigo tem por objetivo central analisar a proteção jurídica da mulher no âmbito da violência doméstica, como uma inegável conquista do Movimento Feminista, e o porquê da não produção dos efeitos jurídico-sociais esperados, ou seja, da não diminuição dos índices da violência e da inefetividade quanto à aplicabilidade instrumental da lei Maria da Penha. Para tanto, a análise recairá metodologicamente sobre a abordagem Estruturalista, uma vez que, seja pelo Estado, seja pela atuação dos agentes públicos (homens ou mulheres), seja pelas instituições de apoio, a precariedade de toda essa organização pública, na verdade, não é o fator determinante para a ineficácia da Lei Maria da Penha mas, sim, as estruturas sociais que historicamente foram estabelecidas pela cultura patriarcal e reproduzidas nos diversos campos sociais.

O Estruturalismo, enquanto método de estudo, surge como marco epistemológico com o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, fundador da antropologia estruturalista, em meados da década de 1950 a partir da análise de fenômenos como a mitologia. O método estruturalista, cuja proposta recai no estudo das estruturas sociais, propõe um estudo metódico inspirado nos modos linguísticos que têm significados e que numa determinada situação serão reproduzidos e servirão como sistemas de significação, objetivando a construção de formas de organização, dado que tudo no mundo social é composto de estruturas. Conforme Jean Piaget (1979, p.86), “essas estruturas não se aplicam somente ao parentesco: são reencontradas na passagem de uma classificação a outra, de um mito a outro, enfim, em todas as “práticas” e produtos cognitivos das civilizações estudadas”.

Nesse mesmo pensar, o sociólogo Pierre Bourdieu trabalha com a ideia de violência simbólica e do exercício do poder simbólico, existentes no âmbito das estruturas sociais. De acordo com ele, as estruturas “existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos - linguagem, mito, etc. -, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações” (1990, p.149) e, representando esquemas de percepção, pensamento e ação que são *habitus*, os campos e seus respectivos grupos, vão constituir classes sociais. (BOURDIEU, 1990).

Assim, explorando a temática da *violência simbólica* sob o olhar de Bourdieu, a reprodução do campo social e do seu *habitus* se aplica ao campo feminino que ainda representa um campo estruturalmente vinculado aos ideários doméstico e da maternidade e, portanto, sofrendo inúmeras limitações (não jurídicas, mas sociais) a partir da cultura dominante patriarcal.

## 2. MARIA DA PENHA: A INVISIBILIDADE DAS VIOLÊNCIAS NO ÂMBITO DOMÉSTICO

Maria da Penha Maia Fernandes é brasileira, cearense, nascida em 1945, farmacêutica, mãe de três filhas e paraplégica em razão da violência e das diversas agressões praticadas em seu domicílio (Fortaleza) pelo (ex) marido, o economista e professor universitário Marco Antonio Heredia Viveros, colombiano.

Dentre as agressões, foram duas tentativas de homicídio sofridas pela Maria de Penha. A primeira, em que ela teve que ser submetida a várias cirurgias e que a deixou paraplégica, resultou de um tiro de espingarda na noite de 29 de maio de 1983, onde marido afirmou que assaltantes teriam sido os autores do disparo. A outra fora quando o mesmo tentou eletrocutá-la durante o banho, duas semanas depois que retornou do hospital, em 06 de junho de 1983, estando ela ainda em recuperação. (OEA, 2011).

Por meio de autorização judicial a mesma conseguiu sair de casa e, assim, iniciou uma longa jornada processual contra o marido na tentativa de condená-lo, o que frustrava-se a cada decisão judicial. Por meio das investigações, foi dado como o autor do tiro que a deixou em uma cadeira de rodas e foi levado a júri popular em 1991, onde apesar da condenação, o julgamento foi anulado por irregularidades. Novo Júri

aconteceu em 1996 e novamente o professor foi condenado e novamente irregularidades no procedimento judicial foram alegadas, permanecendo o processo em aberto e o mesmo em liberdade. (OEA, 2011).

Em 1994 Maria da Penha lançou o livro intitulado “*Sobrevivi...posso contar*”, contando sobre a sua vida e a de suas filhas, meio às agressões sofridas pelo marido, e consegue em 1998, com a ajuda das Organizações CLJIL/Brasil-Centro para a Justiça e o Direito Internacional e CLAEM/Brasil- Comitê Latino-Americano do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, encaminhar sua história à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

Por fim, o Estado Brasileiro foi condenado por omissão e negligência, dado que inclusive diante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos “não respondeu às repetidas comunicações com as quais lhe foi transmitida a petição e, por conseguinte, tampouco invocou essa exceção”. (OEA, 2011, s.p.). E, dessa forma, foi recomendado na decisão da OEA: (i) A conclusão do processo e a condenação do agressor da Maria da Penha; (ii) A proceder investigação sobre as irregularidades e demora do processo; (iii) compensação pela omissão do Estado, tanto na esfera material quanto simbólica; (iv) por fim, a adotar políticas públicas preventivas e repressivas em se tratando de violência contra a mulher.

A denúncia alega a tolerância da República Federativa do Brasil (doravante denominada “Brasil” ou “o Estado”) para com a violência cometida por Marco Antônio Heredia Viveiros em seu domicílio na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, contra a sua então esposa Maria da Penha Maia Fernandes durante os anos de convivência matrimonial, que culminou numa tentativa de homicídio e novas agressões em maio e junho de 1983. Maria da Penha, em decorrência dessas agressões, sofre de paraplegia irreversível e outras enfermidades desde esse ano. Denuncia-se a tolerância do Estado, por não haver efetivamente tomado por mais de 15 anos as medidas necessárias para processar e punir o agressor, apesar das denúncias efetuadas. Denuncia-se a violação dos artigos 1(1) (Obrigação de respeitar os direitos); 8 (Garantias judiciais); 24 (Igualdade perante a lei) e 25 (Proteção judicial) da Convenção Americana, em relação aos artigos II e XVIII da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (doravante denominada “a Declaração”), bem como dos artigos 3, 4,a,b,c,d,e,f,g, 5 e 7 da Convenção de Belém do Pará. A Comissão fez passar a petição pelos trâmites regulamentares. Uma vez que o Estado não apresentou comentários sobre a petição, apesar dos repetidos requerimentos da Comissão, os petionários solicitaram que se presuma serem verdadeiros os fatos relatados na petição aplicando-se o artigo 42 do Regulamento da Comissão. (OEA, 2011, s.p.)

E ainda continua Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA:

[...] que o Estado violou, em prejuízo da Senhora Maria da Penha Maia Fernandes, os direitos às garantias judiciais e à proteção judicial assegurados pelos artigos 8 e 25 da Convenção Americana, em concordância com a obrigação geral de respeitar e garantir os direitos, prevista no artigo 1(1) do referido instrumento e nos artigos II e XVII da Declaração, bem como no artigo 7 da Convenção de Belém do Pará. Conclui também que essa violação segue um padrão discriminatório com respeito a tolerância da violência doméstica contra mulheres no Brasil por ineficácia da ação judicial. A Comissão recomenda ao Estado que proceda a uma investigação séria, imparcial e exaustiva para determinar a responsabilidade penal do autor do delito de tentativa de homicídio em prejuízo da Senhora Fernandes e para determinar se há outros fatos ou ações de agentes estatais que tenham impedido o processamento rápido e efetivo do responsável; também recomenda a reparação efetiva e pronta da vítima e a adoção de medidas, no âmbito nacional, para eliminar essa tolerância do Estado ante a violência doméstica contra mulheres. (OEA, 2011, s.p.).

Em 2002, após dezenove anos, finalmente Marco Antônio foi condenado a oito anos de prisão, mas, no entanto, por meio dos benefícios legais cumpriu apenas dois anos e conseguiu a liberdade em 2004. E, nesse contexto punitivo, em 2006, surge como resposta à Comunidade Internacional a produção da Lei nº 11.340 que recebeu o nome de Lei Maria da Penha, tornando-se um marco emblemático e, conforme parecer da ONU, a terceira melhor lei de prevenção e combate à violência doméstica.

### **3. DO PERCURSO PROCESSUAL: COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS - RELATÓRIO Nº 54/01\* CASO 12.051**

De acordo com o Informe nº 54 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Marco Antonio Viveros já havia planejado a tentativa de homicídio, pois semanas antes da agressão havia tentado convencer Maria da Penha a contratar um seguro de vida em que ele fosse o beneficiário e cinco dias antes do fato fez com ela assinasse um documento de venda do seu carro, mas sem constar o nome do comprador. Descobriu-se também que Marco Antônio possuía um passado repleto de crimes, era bígamo e tinha um filho na Colômbia, o que Maria da Penha desconhecia. (OEA, 2001).

O processo iniciou no Tribunal do Júri oito anos após as agressões e a primeira decisão fora proferida em 4 de maio de 1991, constando de uma decisão condenatória de 15 anos de prisão por tentativa de homicídio, mas reduzidos a 10 anos pelo fato de ser, no Brasil, réu primário. No mesmo dia a defesa apresentou recurso de apelação, que foi considerado intempestivo, com base no artigo 479 do Código Processual Penal pois somente poderia ser instaurado durante a tramitação do juízo (OEA, 2011). Fato sustentado pela jurisprudência:

STJ - RECURSO ESPECIAL REsp 1307086 MG 2012/0051073-3 - Data de publicação: 18/06/2014

Ementa: RECURSO ESPECIAL. PROCESSO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. VIOLAÇÃO AO ART. 479 DO CPP. LEITURA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DOS AGENTES. POSSIBILIDADE. JUNTADA DENTRO DO TRÍDUO LEGAL. NECESSIDADE. NULIDADE PORVENTURA EXISTENTE. NATUREZA RELATIVA. MANIFESTO PREJUÍZO À DEFESA RECONHECIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. MODIFICAÇÃO DO JULGADO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O art. 479 do Código de Processo Penal dispõe acerca da necessidade de juntada de documentos ou objetos que serão utilizados pelas partes na sessão plenária dentro do prazo legal de 3 (três) dias úteis a contar do dia designado para o julgamento, em obediência aos princípios do contraditório, da não surpresa, da lealdade processual e da paridade de armas. 2. Para incidência da norma constante do art. 479 é imprescindível que o conteúdo do documento ou objetos utilizados na sessão plenária versem sobre a matéria de fato submetida à apreciação e julgamento dos Jurados, ou que, a despeito de não se referirem diretamente ao fato em discussão, digam respeito ao agente, como a sua certidão de antecedentes criminais, que é o que ocorre no caso em julgamento. [...]

Após três anos, em 4 de maio de 1995, o Tribunal de Alçada deu provimento à alegação apresentada intempestivamente entendendo, conforme o pleito da defesa, que houve vícios na formulação de perguntas aos jurados, anulando a decisão do Júri. Paralelamente havia por parte da defesa de Marco Antônio uma apelação contra a sentença que o denunciava, também considerada e, posteriormente, declarada intempestiva pelo Juiz. Fora interposto recurso de apelação perante o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará que rejeitou e confirmou em 3 de abril de 1995 a sentença de pronúncia em face do agressor. (OEA, 2001)

Dois anos depois da anulação da sentença condenatória, em 15 de março de 1996, inicia o segundo Júri em que Viveiros foi condenado a dez anos e seis meses de prisão, mas, novamente, o Tribunal aceitou a segunda apelação da defesa, sob a alegação de irregularidades e que foram ignoradas as provas de autos. (OEA, 2011). Portanto, até a data em que o caso fora levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o processo contra as agressões e as duas tentativas de homicídio praticadas por Marco Antonio Viveros, não havia sido finalizado.

### **4. A LEI MARIA DA PENHA E A SUA INEFICÁCIA PROCEDIMENTAL: UMA ANÁLISE DA SUA APLICABILIDADE E (IN)EFICÁCIA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

A lei nº 11.340/06 – Lei Maria da Penha - “sem dúvida, uma das mais importantes conquistas legais do feminismo, das mulheres e da sociedade brasileira” (CAMPOS, 2016, p. 502) retirou a competência dos juizados especiais criminais entendendo (finalmente) que a violência doméstica não se tratava de um crime de menor potencial ofensivo e, a fim de combater a banalização da violência sofrida pelas mulheres que constituía-se até então, reconheceu a gravidade desses casos, contribuindo para a visibilidade da questão, como apontam as diversas pesquisas que atestam que há um amplo conhecimento da lei, onde

98% da população já ouviu falar da lei Maria da Penha (CAMPOS, 2015), contribuindo também para a disponibilização instrumental de empoderamento feminino face à condição de vulnerabilidade no perante o agressor.

Além da alteração na competência para julgar crimes de violência doméstica, passa a existir a possibilidade de prisão preventiva ou flagrante do agressor; também o Código Penal passa a prever esse tipo de violência como agravante (o chamado feminicídio); as penas de multas e doação de cestas básicas passaram a ser proibidas para os agressores; o agressor pode ser obrigado a se afastar da casa da vítima, de manter contato com ela ou com familiares, se for necessário; e como medida assistencial, o agressor pode ser convocado a comparecer em programas de recuperação e reeducação.

Para tanto, a DEAM - Delegacia da Mulher foi criada pensando num atendimento que fosse especializado para receber e acolher mulheres vítimas de violência doméstica. Entretanto, não é esse o atendimento vivenciado pelas vítimas que procuram as DEAM, sendo problemas correntes quanto à inefetividade material desse sistema: (i) o quantitativo de Delegacias da Mulher ainda é pouco e precário no país; (ii) as Delegacias da Mulher não funcionam 24h (e as vítimas não conseguem recorrer no momento da agressão); (iii) A dificuldade sofrida pelas mulheres para comprovar as agressões; (iv) Por fim, a ausência de uma capacitação dos agentes públicos (homens e mulheres) para o atendimento a esse tipo de violência.

A violência doméstica é definida como sendo a que acontece dentro da família, nas relações entre os membros que se relacionam por vínculos de parentesco ou afinidade natural (CAVALCANTI, 2007). Conforme a Lei 11.340/06, artigo 5º, configura-se a violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero, ou seja, independente da orientação sexual, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. (BRASIL, 2016).

Explica a jurista Maria Berenice Dias (2007, p.32) que “a violência doméstica está ligada, freqüentemente, tanto ao uso da força física, psicológica ou intelectual, no sentido de obrigar outra pessoa a fazer algo que não quer”.

No entanto, mesmo com o advento da lei, a violência contra a mulher não teve seus índices retraídos, como bem aduz a Dra. Carmem Hein Campos (2015, p. 519) quando afirma que “passados seis anos da promulgação da Lei Maria da Penha (...) ao longo das últimas décadas as taxas de mortes de mulheres no país não têm diminuído”, não sendo superada justamente por se tratar de um contexto histórico-cultural do sistema social patriarcal, dado que “no âmbito do casamento, eram tidas como uma espécie de acessório do homem. Tudo isso confinava a mulher ao espaço privado”. (SABADELL, 2005, p. 235).

Em relação aos índices no estado brasileiro, a ONU recentemente divulgou que a taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior do mundo, e, em relação às mulheres negras, os números são ainda mais elevados:

No Brasil, a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres – a quinta maior no mundo, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 2015, o Mapa da Violência sobre homicídios entre o público feminino revelou que, de 2003 a 2013, o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 54%, passando de 1.864 para 2.875. Na mesma década, foi registrado um aumento de 190,9% na vitimização de negras, índice que resulta da relação entre as taxas de mortalidade branca e negra. Do total de feminicídios registrados em 2013, 33,2% dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas. (ONUBR, 2016, s.p.) (Grifo Nosso).

No tocante aos índices, especificamente, nos estados da federação, o Estado do Espírito Santo ocupa o quinto lugar no ranking nacional de violência contra a mulher e “de acordo com o Governo do Estado, os feminicídios representam em média, cerca de 10% do número total de assassinatos notificados.” (FOLHA VITÓRIA, 2017, s.p.).

Ainda, de acordo com a Folha Vitória (2017, s.p.), “entre os meses de janeiro e julho de 2016, 19 casos de feminicídio foram registrados. No mesmo período deste ano, já ocorreram 23”. Assim, conforme a Secretaria de Segurança Pública do Estado (Sesp), “o número de atentados contra a vida das mulheres, os chamados feminicídios, aumentou no Espírito Santo. Entre janeiro e julho deste ano, foram registrados 23 casos, um aumento de 21% em relação ao ano de 2016, quando 19 mulheres foram assassinadas.” (Idem). Todavia, esse índice de violência não está atrelado ao uso de drogas pelos parceiros ou à questões ligadas à ciúmes ou sentimentos afins, e sim, à condição de inferioridade imposta à mulher, como explica o próprio Secretário de Segurança do Estado do Espírito Santo:

De acordo com o secretário André Garcia, esses crimes tem como principal característica o desprezo pela condição feminina. "Enquanto a gente não mudar a cabeça e tiver a ideia que a diferença de gênero implica em supremacia pelo homem, essa realidade não vai ser mudada", disse. (FOLHA VITÓRIA, 2017, s.p.) (Grifo Nosso).

Nessa perspectiva, o Atlas da Violência 2016, baseado num estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FPSP), apontou que as principais formas de violência contra a mulher são: violência física - 49,82%; violência psicológica - 30,40%; violência moral - 7,33%; violência patrimonial - 2,19%; violência sexual - 4,86%; cárcere privado - 1,76%; envolvendo drogas - 0,53%.

No entanto, conforme a estimativa realizada pela desembargadora substituta, Dra. Hermínia Azoury, o Estado representa uma estatística de ser o primeiro em mortes de mulheres.

Quatorze mil mulheres já tiveram que pedir socorro no Espírito Santo, desde que a Lei Maria da Penha foi sancionada, no final de 2006. Esse é o número de medidas protetivas dadas pela Justiça para manter agressores afastados das vítimas de violência doméstica. A estimativa foi feita pela desembargadora substituta Hermínia Azoury, coordenadora estadual de Enfrentamento à Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES).

O balanço é apenas parcial, porque a coordenação não incluiu ainda os pedidos registrados em 2013 e 2014, que só serão divulgados no final deste mês. Com base na Lei Maria da Penha, juízes determinam medidas protetivas que podem obrigar o afastamento do agressor da vítima. (G1.GLOBO, 2014) (Grifo Nosso).

Assim, nesse tipo de violência fica caracterizada a vulnerabilidade feminina frente ao agressor. Os agressores, então, utilizam-se da relação de poder e da força física para subjugar as vítimas (CAVALCANTI, 2007) e "é uma violência que segue um roteiro: ela se repete e se reforça com o tempo. Começa com o controle sistemático do outro, depois vêm o ciúme e o assédio e, por fim, as humilhações e a abjeção. Tudo para um se engrandecer rebaixando o outro". (HIRIGOYEN, 2006, p. 42). A histórica das mulheres, portanto, sempre foi voltada para o âmbito privado (obediência e inferioridade), sendo o campo público, um campo masculino representado pela força e pela superioridade ao sexo feminino.

Essa realidade de dominação masculina vai ser trabalhada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, de forma a demonstrar também que há uma naturalização das violências contra a mulher que são legitimadas socialmente e, portanto, como são violências invisíveis, o que ele chama de Violência Simbólica, culturalmente aceitas e reproduzidas.

Considerando, então, a dominação masculina a partir de Pierre Bourdieu (1999), este não trabalha com a questão de gênero, especificamente, e sim com a relação social existente entre o masculino e o feminino, considerando a dominação masculina a partir de uma perspectiva simbólica, onde "a dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (*esse*) é um ser-percebido (*percipi*), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica". (1999, p.82). E explica que as próprias mulheres aplicam "particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica". (1999 p. 45).

A noção de dominação vai estar incorporada pelos indivíduos no pensamento, nos corpos, nos símbolos, na linguagem, porque "*os princípios fundamentais da visão androcêntrica do mundo são naturalizados sob a forma de posições e disposições elementares do corpo que são percebidas como expressões naturais de tendências naturais.*" (BOURDIEU, 1999, p. 156).

Sobre a dominação masculina, Bourdieu escreve que:

Sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento [...] (Trecho do Preâmbulo).

Para o historiador Roger Chartier, a lógica da dominação masculina, que ele chama de alienante, mantém as mulheres no privado (campo doméstico) em relação aos homens que continuam no público:

Para as mulheres, se conformar aos cânones corporais (móveis e variados, inclusive) ditados pelo olhar e pelo desejo dos homens não é somente se curvar a uma submissão alienante, mas também construir um recurso permitindo deslocar ou subverter a relação de dominação (CHARTIER, 1995, p. 41).

Sobre a relação *público x privado* nas questões de gênero, Susan Okin, filósofa liberal, aponta que:

A divisão do trabalho entre os sexos tem sido fundamental para essa dicotomia desde seus princípios teóricos. Os homens são vistos como, sobretudo, ligados às ocupações da esfera da vida econômica e política e responsáveis por elas, enquanto as mulheres seriam responsáveis pelas ocupações da esfera privada da domesticidade e reprodução. As mulheres têm sido vistas como “naturalmente” inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família. (OKIN, 2008, pp. 307-308).

Nesse sentir, a heteronormatividade masculina como padrão de representação da legitimidade normativa e punitiva da sociedade, se dará por meio de uma falsa ideia de igualdade entre os sexos, uma vez que “a força da ordem masculina evidencia no fato de que ela dispensa justificção”. (BOURDIEU, 1999, p.18).

Bourdieu (1999) trabalha então com a ideia de *violência simbólica*, que compreende o poder que impõe significações como legítimas e que dissimula as relações de força que são invisíveis. Dessa forma, as instituições e as coerções objetivas se manifestam através da Igreja, do Estado, da Família e de outras macroestruturas, por meio dos agentes sociais, legitimando as várias formas de dominação, como ocorre na questão de gênero, relativamente às definições (construídas) de homem e de mulher.

A violência simbólica e a dominação masculina, não obstante a Lei Maria da Penha ser resultado de uma luta feminista<sup>14</sup>, podem ser exemplificados pela expressão da atuação da heteronormatividade masculina, no sentido de que sequer sua elaboração partiu de uma consciência do Poder Legislativo brasileiro e sim de uma punição da OEA. Logo, a “violência sofrida pela mulher não é exclusivamente de responsabilidade do agressor. A sociedade ainda cultiva valores que incentivam a violência, o que impõe a necessidade de se tomar consciência de que a culpa é de todos” (DIAS, 2007, pp. 15-16). O fundamento, então, da violência é cultural, decorrente da desigualdade estrutural entre os sexos na sociedade, apesar do ideário de igualdade em razão dos preceitos constitucionais pregados nos Estados Democráticos.

Assim sendo, mesmo com a Lei Maria da Penha e sua plena vigência, não há a oferta de um aparato que forneça atendimento e efetiva preocupação com as mulheres vítimas da violência. Como também não se vê nenhuma intenção estatal em investir nesse serviço. Portanto, a única responsabilidade do Estado Brasileiro foi em editar a Lei e criar os órgãos de atendimento à mulher, sem, no entanto, investir nessa causa. Isto porque o patriarcalismo também é institucional, fato que explica o total descaso com a violência doméstica, já que o problema não é o universo masculino, e sim as estruturas que, historicamente, foram estabelecidas entre os sexos e que agem reproduzindo seus efeitos para todos na sociedade.

## 5. A LEI MARIA DA PENHA SOB O OLHAR DE PIERRE BOURDIEU A PARTIR DA IDEIA DE DOMINAÇÃO MASCULINA E DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Pierre Bourdieu (2007) trabalha com as ideias de *campo* que seria um espaço de relacionamento simbólico que impõe sua lógica aos sujeitos. Também com a ideia de *habitus* que é o resultado de uma capital cultural herdado, havendo uma cultura dominante sobre uma cultura do dominado, ou seja, são constantes estruturais que se relacionam com os sujeitos sociabilizados dentro do campo.

Assim, as escolhas do indivíduo não são livres, uma vez o *habitus* é incorporado pelo ser humano dentro desse campo onde as práticas e simbolismos vão coordenar a sua postura a partir de rituais, vestimentas, falas, momentos para determinados atos. Por exemplo, o campo jurídico tem suas vestimentas, linguagens, comportamento e atitudes próprias que serão absorvidas de forma natural, não havendo sequer uma determinação temporal para isso.

O *campo*, conforme a acumulação do capital cultural, define as posições sociais. Dessa forma, o indivíduo de cada *campo* internaliza e incorpora as suas regras, como acontece com a linguagem e seu poder simbólico. Essa internalização que consistirá num *habitus* é “consentida”, ou melhor, não é sentida pelo

<sup>14</sup> “Foi somente após a década de 1970, com as iniciativas das feministas, que se começou a estudar o impacto da violência conjugal entre as mulheres. Até então se hesitava em intervir, sob pretexto de que se tratava de assunto privado.” (HIRIGOYEN, 2006, p.10).

indivíduo. Mas sua teoria não tem o condão de ser determinista, já que o indivíduo, de acordo com Bourdieu, pode ser transformado quando se toma consciência do *habitus*, como o fora com o movimento feminista.

Trabalha também com a ideia de *violência simbólica*, que compreende o poder que impõe significações como legítimas, dissimulando as relações de força que sustentam a própria força. Nesse sentir, as instituições e as coerções objetivas se manifestam através da igreja, do estado, da família e de outras macroestruturas, por meio dos agentes sociais, legitimando formas de dominação através da violência simbólica. (BOURDIEU, 1999)

Acerca do Poder Simbólico, compreende o modelo teórico em que se insere as noções de espaço simbólico e de classe social, ou seja, compõe categorias em que "o mundo social possa ser expresso e construído de diferentes maneiras" (BOURDIEU, 1989, p. 298). O Poder Simbólico (1989), então, compreende o modelo teórico em que se insere as noções de espaço simbólico e de classe social que funcionam como *estruturas estruturantes* que vão condicionar *modus operandi*, ou seja, o agir conforme os padrões sociais já estruturados. Essas estruturas construídas, enraizadas socialmente, são sistemas simbólicos que Bourdieu vai chamar de *estruturas estruturadas* ou *opus operatum*, que vão gerar *produções simbólicas*, ou seja, as formas (invisíveis) de dominação.

Acerca da categorização das estruturas sociais, dentro da ideia de relação de forças, a relação social existente entre o masculino e o feminino se constrói numa perspectiva simbólica (haja vista a plena igualdade constitucional) que vai direcionar o *modus operandi social*, ou seja, o agir conforme os padrões sociais pré-estabelecidos, isso para o homem e para a mulher. Essa estrutura vai instrumentalizar *opus operatum*, ou seja, o comportamento e suas formas simbólicas (e justificáveis no ideário coletivo) de dominação. A heteronormatividade masculina no campo social, como representação da legitimidade normativa e punitiva da sociedade, vai se manifestar por meio de uma falsa ideia de igualdade de gêneros, uma vez que "a divisão entre os sexos parece estar na ordem social e das coisas, nesse sentido a dominação masculina é tão sofisticada que dispensa justificativas, é como se essa visão de mundo fosse neutra e não tivesse necessidade de explicar-se". (BOURDIEU, 1999, p.17).

E, portanto, mesmo sendo as mulheres assistidas e protegidas pela Lei Maria da Penha, numa sociedade aonde vigora a cultura dominante patriarcal, a mulher sofre para além da violência doméstica, a violência institucional que é simbólica, dado o discurso da igualdade como um direito fundamental e, mais ainda, como uma garantia constitucional.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto, trabalhando com o modelo atual de igualdade democrática e sendo as mulheres assistidas e protegidas por lei, num plano ideário de igualdade constitucional, a cultura patriarcal vai opor a institucionalização masculina como padrão, de forma que não se perceba o quanto ainda subsiste o privado para o feminino e o público para o masculino, assim como, subsistem as coisas de homem e as de mulher, as funções de homem e as de mulher.

Logo, o Estado brasileiro apenas cumpriu com sua obrigação em resposta à comunidade internacional, qual seja, promover a defesa Mulher contra a violência doméstica por meio do aparato legislativo para atendimento dessas mulheres, fato que não justifica, isoladamente, a perpetuação e elevação dos índices de violência doméstica nos estados da federação; alie-se aí, conforme a teoria bourdieusiana, as práticas diárias de violências que são legitimadas e culturalmente aceitas a própria sociedade que reproduz suas estruturas de forma que, não obstante a igualdade formal entre os gêneros, não permitem a sua efetivação no plano material ou real.

## REFERÊNCIAS

- [1] Bourdieu, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- [2] \_\_\_\_\_. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- [3] \_\_\_\_\_. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- [4] \_\_\_\_\_. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

- [5] Brasil, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm). Acesso em: 05. Jun 2016.
- [6] Campos, Carmem Hein de. A Cpmi da Violência Contra a Mulher e a Implementação da Lei Maria da Penha. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(2): 352, maio-agosto/2016.
- [7] Cavalcanti, Stela Valéria Soares de Farias. *Violência Doméstica: análise da lei “Maria da Penha”, nº 11.340/06*. Salvador, BA: Edições PODIVM, 2007.
- [8] Chartier, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). In: *Cadernos Pagu – Fazendo História das Mulheres*. Campinas: Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 1995.
- [9] \_\_\_\_\_. Pierre Bourdieu e a História – debate com José Sérgio Leite Lopes. Palestra proferida na UFRJ. Rio de Janeiro, 30 abr. 2002.
- [10] Comissão Interamericana de Direitos Humanos - Relatório Anual 2000- *Relatório nº 54/01\* Caso 12.051 Maria da Penha Maia Fernandes Brasil* 4 de abril de 2001. Disponível em: [http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/299\\_Relat%20n.pdf](http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/299_Relat%20n.pdf). Acesso em: 25 nov 2016.
- [11] Dias, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.
- [12] Folha Vitória. (2017). Violência contra a mulher aumenta no ES: 23 mortes em 7 meses. Disponível em: <https://novo.folhavoria.com.br/policia/noticia/08/2017/violencia-contra-a-mulher-aumenta-no-es--23-mortes-em-7-meses>. Acesso em: 02. Abr. 2018.
- [13] Gi.Globo. (2014). Estimativa foi feita pela desembargadora substituta Hermínia Azoury. Estado carrega a estatística de ser o primeiro em mortes de mulheres. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2014/03/no-es-14-mil-mulheres-ja-pediram-protecao-da-lei-maria-da-penha.html>. Acesso em: 02. Abr. 2018.
- [14] Hirigoyen, Marie-France. *A violência no casal: da coação psicológica à agressão física*; tradução de Maria Helena Kühner – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- [15] Okin, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*. v. 16, n. 2, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2008000200002>. Acesso em: 05. Jun. 2016.
- [16] Piaget, Jean. *O estruturalismo*. Rio de Janeiro: Difel, 1979. pág. 86-96. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/psicoeduc/piaget/o-estruturalismo-antropologico-de-claude-levi-strauss>. Acesso em 01 de Jul. 2015.
- [17] Sabadell, Ana Lucia. *Manual de Sociologia Jurídica: introdução a uma leitura externa do Direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- [18] Onubr. (2016) Onu: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>. Acesso em: 02. Abr. 2018.

# Capítulo 5

## *Direitos humanos: Uma ótica de gênero e questões étnicas raciais*

*Bárbara Hellen Dantas Augusto*

*Francisco Thalles Rocha de Oliveira*

*José Crístielio de Aquino*

*Terezinha Gomes de Carvalho Neta*

**Resumo:** O presente trabalho científico propõe esmiuçar de forma sucinta, clara, coesa e objetiva as peculiaridades/especificidades preponderantemente apresentadas nos relevantes institutos por ora trabalhados – direitos humanos, gênero e questões étnicas raciais. Enfocar-se-á, dentre outras coisas, na elucidação de suas consequências e objetivando-se com isso, conseqüentemente, a demonstração da necessidade da referida abordagem, discussão e reflexão (dos aludidos temas) para o ordenamento jurídico pátrio, até mesmo, resalte-se, para necessidade de uma discussão voltada para um sentido combativo da problemática e, para tanto, percorrer-se-á ao longo desta análise no estudo qualitativo (uma vez que devemos expor a relevância e a necessidade do tema, contribuindo assim, para proporcionar uma melhor compreensão acerca) de renomadas bibliografias do ramo jurídico do Direito brasileiro e internacional, analisando, entre outros relevantes aspectos, questões que versam desde a abordagem histórica dos aludidos temas, ora, em estudo, à importância para o sistema jurídico, seus efeitos tanto nacionalmente como também, internacionalmente. A análise proposta permitiu melhor entender o significado, a origem, o porquê e as consequências deste trio (direitos humanos, gênero e questões étnicas raciais) tão indesejado e negativo em qualquer que seja a sociedade na qual, infelizmente, se instalem. Temas de suma importância que, por meio de discussões literárias, têm o condão e a força necessária para criar no espírito do aspirante leitor uma consciência séria, proba e ética, ajudando, por conseguinte, a minimizar a obscuridade provocada pela falta da conscientização, em tempo também que contribui, embora a longo prazo – frise-se, na construção de uma sociedade melhor e mais justa.

**Palavras-chave:** Consequências. Direito. Conscientização.

## 1. INTRODUÇÃO

Apesar de pouco compreendido pela sociedade em um contexto geral, sobretudo aqueles indivíduos menos providos de acesso ao conhecimento e mais sedentos pelo desejo instintivo de punir, os Direitos Humanos representam hoje - para a humanidade como um todo - a maior expressão civilizatória que o homem já alcançou. De nada bastaria agrupar-se, estabelecer relações econômicas, se não fossemos capazes de garantir o mínimo necessário de dignidade humana, independentemente de etnias, gêneros, etc.

Com base em todos estes apontamentos, objetivar-se-á com esta produção científica, por meio de análise qualitativa embasada no que há de mais avançado acerca desta discussão na doutrina contemporânea, o estudo consubstancial destas temáticas – sobretudo arrastando-as para dentro das searas tanto do sistema jurídico nacional quanto de seus comportamentos nas relações sociais no Estado brasileiro, analisando a abordagem de seus impactos na vida do país e, concomitantemente, proporcionando o despertar de interesses do respeitado leitor no sentido do aprofundamento dos temas e, simultaneamente, o amadurecimento do mesmo, ou seja, da sua discussão e reflexão no seio social.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao levantarmos a discussão acerca de um assunto tão imprescindível para órbita do Direito é necessário que aquele que se disponha a sua análise faça um amplo raciocínio dedutivo, se utilize da metodologia qualitativa, busque debruçar-se sobre o estudo de aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Por meio do referido método, se fez necessário, neste trabalho científico, diversas análises bibliográficas, com o fim de alcançar o aprofundamento teórico suficiente e de qualidade (seja em livros, artigos, leis, jurisprudências ou acórdãos, etc.) expostos por nomes e órgãos de grande relevância do meio. Por fim e a par de tal fundamentação, o pesquisador científico tecerá a etapa mais culminante da pesquisa, sistematizando os conhecimentos em uma base sólida e homogênea dotada de coesão e coerência metodológica.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1. BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA

A construção de uma consciência por direitos garantistas da dignidade do homem é um desencadeamento de fatos que perlongam toda a evolução humana, desde a concepção mais primitiva de “meu” (quando o homem começa a apropriar-se de bens - mesmo que uma precária lança feita com madeira e pedra utilizada para caçar seu alimento e garantir sua existência, por exemplo) até mesmo a elaboração e consolidação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Mas, como assoalho mais expressivo desta edificação - e por isso optamos por utilizá-lo vez que mais fácil se torna o acordar do leitor para a importância do tema – podemos encontrar as contribuições do ilustre jurista e humanista italiano, Cesare Beccaria (1738 – 1794) que escreveu:

“(…) que é monstruoso e absurdo exigir que um homem acuse a si mesmo, e procurar fazer nascer a verdade por meio dos tormentos, como se essa verdade estivesse nos músculos e nas fibras do infeliz (...)”

Nessa passagem, o estudioso italiano deixa claro sua posição contrária a utilização de tortura para obtenção da verdade.

Ora, nesse momento o nobre leitor deve estar – e é natural que esteja - abismado por perceber que foram e são ideais humanistas (embora ainda criticados, conforme inferido anteriormente), como os defendidos por Beccaria, que o protegem, atualmente, de práticas de tortura tão utilizadas e comuns no passado.

### 3.2. DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: DIREITO E PRÁTICA

No Brasil, muito embora sejamos signatários de diversos tratados internacionais de direitos humanos e alguns estudiosos entendam que há diferenças entre direitos fundamentais e humanos, é a Constituição Federal de 1988, de um modo geral, a maior consolidação e expressão de direitos humanitários que podemos encontrar em nossa legislação doméstica, até mesmo por se tratar da Lei maior do Estado.

A CRFB/1988 ficou conhecida como constituição cidadã, vez que se erige do princípio *mor* da dignidade da pessoa humana - este também corolário dos direitos humanos, e elenca um título próprio dedicado aos Direitos e Garantias Fundamentais. Nesse sentido:

Apesar de uma semelhança ainda que distinta entre os Direitos Humanos e os Direitos e Garantias Fundamentais é preciso entender de forma clara e concisa que não possuem a mesma natureza jurídica, pois ambos são centros valiosos de proteção do indivíduo perante ao Estado, mas cada um com o seu desdobramento (Scandoleiro, 2015).

Sob essa perspectiva, especialmente diante do princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil e princípio- matriz de todos os direitos fundamentais (...) (Lenza, 2015).

Ao analisarmos a carta de direitos fundamentais (...), percebemos uma sintonia com a Declaração Universal de 1948, bem como com os principais pactos sobre Direitos Humanos, dos quais o Brasil é signatário. Intensifica-se a interação e conjugação do Direito internacional e do Direito interno, que fortalecem a sistemática de proteção dos direitos fundamentais, com uma principiologia e lógica, fundada na primazia dos Direitos Humanos (Piovesan, 2000).

Sentimos em ter que dizer, caro leitor: nem tudo são flores. Muito embora tenhamos uma legislação avançada, em diversos sentidos e sobretudo no que pese ao tema: direitos humanos, o Brasil anda longe de observar e proteger a dignidade humana de seu povo. Ao contrário, somos uma das nações que mais desrespeitam direitos humanos em todo o mundo.

O Brasil é um país profundamente injusto e desigual, onde direitos humanos são violados todos os dias de várias formas.

A Amnistia Internacional (AI) acusa o Brasil de ignorar as "graves violações dos direitos humanos no país", assim como os "retrocessos iminentes" de algumas medidas legislativas em curso no país.

A AI apresentou a sua crítica ao Governo brasileiro na reunião da Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, que periodicamente analisa a situação dos direitos humanos dos seus Estados-membros (Núñez, 2018).

Um dos maiores e mais tristes fatores que contribuem para tal estatística continuam, infelizmente, sendo a intolerância étnico-racial e a desigualdade de gênero.

Em setembro de 2014, um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) apontou que, no Brasil, o racismo é "estrutural e institucional". Para a organização, nosso país viveria em uma falsa democracia racial, que nega a existência do racismo devido à miscigenação entre diferentes povos e raças.

O relatório fez algumas recomendações ao Brasil, como garantir a permanência de estudantes negros cotistas nas universidades, prevenir a violência contra mulheres e jovens negros (...) e prover recursos financeiros e humanos para os órgãos municipais e estaduais de combate ao racismo (Yamaguti, 2017).

Após a análise dos dados propostos pode-se perceber que a diferença salarial entre gêneros não é pautada em nenhuma característica da mão-de-obra feminina, como por exemplo nível de escolaridade. Também não ficou determinado que essa massa trabalhadora possua alguma incapacidade de efetuar as mesmas atividades que os trabalhadores homens. As diferenças salariais foram encontradas em ambos os mercados de trabalho (formal e informal) (Santos et al., 2010).

São nítidas as violações dos direitos humanos no país, seja em decorrência de violações de direitos fundamentais, seja por desigualdades e preconceitos étnico-raciais, de gênero, dentre outros.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Direitos Humanos ainda são pouco compreendidos, fruto de uma sociedade ainda pouco instruída. O dado real é que tais direitos são o alicerce de uma sociedade mais segura, justa e que fornece as condições básicas para seus indivíduos se desenvolverem, onde o Estado não se torna um verdadeiro tirano, um *leviatã*, que suprime o povo a condições sub-humanas ou até mesmo desumanas. Ainda há muito o que se percorrer nesse campo do direito, sobretudo no direito brasileiro, ainda mais no que pese efetivar as normas já existentes sobre a temática: as violações são tamanhas!

Ademais, nos resta dizer que o presente tema se mostrou em todo seu discorrimento bastante instigante e inspirador, proporcionando o contraponto de conhecimentos e se mostrando bastante relevante para o estudo do Direito. Esperamos, brevemente, aprofundarmo-nos sobre o mesmo, dando uma roupagem mais intensa e atualizada nos trabalhos vindouros.

#### REFERÊNCIAS

- [1] Beccaria, Cesare Bonesana. Dos delitos e das penas. Trad. Flório de Angelis. São Paulo: Edipro, 1999.
- [2] Brasil. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso: 28 de out. de 2018.
- [3] Lenza, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2015.
- [4] Novo, Benigno Núñez. Direitos humanos e cidadania. Jus, Teresina: 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/62050/direitos-humanos-e-cidadania>>. Acesso em 30 de out. 2018.
- [5] ONU. Declaração universal dos direitos humanos. 1948. Disponível em <<http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>>. Acesso: 28 de out. de 2018.
- [6] Piovesan, Flávia. Direitos humanos e o direito internacional. 4. ed. São Paulo: Max Limonad, 2000.
- [7] Scandoleiro, Thiago chinzazzo. A diferença entre Direitos Humanos e Direito e Garantias Fundamentais: interpretação segundo a Constituição Federal de 1988. Jusbrasil, São Paulo: 2015. Disponível em: <https://thiagochinzazzo.jusbrasil.com.br/artigos/195641569/a-diferenca-entre-direitos-humanos-e-direito-e-garantias-fundamentais>>. Acesso em 29 de out. De 2018.
- [8] Santos, A. S. et al. Desigualdade de gênero: uma análise do mercado de trabalho no turismo do Nordeste brasileiro. In. VII Encontro de Egressos, 2017
- [9] Ilhéus. Anais Eletrônicos - ISBN: 978-85-7455-471-6. Ilhéus: UESC, 2017. p. 18.
- [10] Yamaguti, Walter Haruki. Imagem e representação no conar: ruptura de normas, inovações e ética. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2017.

# Capítulo 6

## *A nova organização do trabalho e a saúde do trabalhador*

*Jéssica Pereira Cosmo da Silva*

*Larissa dos Santos Ferreira*

*Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida*

**Resumo:** As atuais transformações no mundo do trabalho, advindas da reestruturação produtiva perpassada pela acumulação e produção flexível impactaram nas condições de trabalho e vida dos trabalhadores, e, sobretudo, incidindo sobre a saúde, que passam a ter sua capacidade laboral comprometida ao se submeterem em condições precárias de trabalho. Assim, objetiva-se investigar e analisar como essas transformações têm refletido negativamente sobre a saúde dos trabalhadores. Metodologicamente, tipifica-se como um estudo documental, que também contempla o levantamento bibliográfico. Os resultados atestaram que os trabalhadores atendidos no CEREST/JP são condicionados ao trabalho precarizado, multifuncional, em ritmos intensos, com esforços repetitivos que passam a comprometer o exercício do labor.

**Palavras-Chave:** Trabalho; Reestruturação Produtiva; Saúde do trabalhador.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo decorre do desenvolvimento da pesquisa de Referência Regional em Saúde do Trabalhador CEREST1/ João Pessoa junto ao Núcleo de Acolhimento e Assistência, que objetiva discutir a relação das transformações no mundo do trabalho, desencadeadas a partir da crise estrutural do capital e o processo de reestruturação produtiva, e o comprometimento da capacidade laboral dos trabalhadores.

As transformações em curso debatidas nesse texto são advindas da crise estrutural do capital (que envolve e afeta a totalidade do sistema), que vem se desdobrando desde a década de 1970, advindas das novas transformações sociais e econômicas postas desde a ascensão do modelo taylorista-fordista, com os seus influxos nos anos de 1980/1990, com o enfraquecimento do sistema Fordista-Keynesianismo.

Conforme elucidado acima, é a partir do contexto da reestruturação do capital decorrente desde a década de 1970 que surge a inquietação de investigar as mudanças no mundo do trabalho e seus rebatimentos na saúde do trabalhador, ou seja, analisar criticamente o processo trabalho saúde doença, pois conforme sublinham Abramides e Cabral (2003, p.07) “A força de trabalho, considerada mercadoria básica no processo de produção capitalista, é requerida pelo mercado, mas lhe é exigido ter a saúde necessária para executar um processo de trabalho”, sendo consumida até o seu desgaste, ou seja, o conseqüente processo de adoecimento.

## 2. A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E OS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO: SOB A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

O trabalho deve ser compreendido em seu caráter ontológico, enquanto atividade fundante do ser social, que constitui ao homem à sociabilidade humana. Com o desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista, o processo de trabalho torna-se assalariado e transforma-se em atividade reprodutiva direcionada a uma única finalidade: acumulação de capital. Cabe ressaltar que tal desenvolvimento dá-se através do processo de acumulação, que se realiza pela exploração da força de trabalho a categoria mais valiosa do processo de trabalho, pois essa mercadoria especial produz o valor excedente necessário ao processo de acumulação de capital.

O processo de trabalho se converte em meio de subsistência e a força de trabalho se torna, como tudo, uma mercadoria especial, cuja finalidade vem ser a criação de novas mercadorias objetivando a valorização do capital. (ANTUNES, 2005, p.69)

Nesse sentido o sistema capitalista expande-se a partir da acumulação do capital pautado na exploração dos trabalhadores, a lei da produção capitalista consiste na “[...] relação entre trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional, requerido para pôr em movimento o capital adicional.” (MARX, 2013, p. 697)

Contudo, é na sua essência (superacumulação) que está os limites desse Modo de produção, enfrentando assim, durante todo o processo de expansão, crises que conforme alude Netto (2012) são inerentes a dinâmica do sistema capitalista: “não existe capitalismo sem crise” (p. 415). O recorte temporal de análise para a construção deste estudo centra-se na crise do capital desencadeada nos anos de 1970.

Estamos diante de um desses momentos em que a crise vem exprimir os limites históricos do sistema capitalista. Não se trata de alguma versão da teoria da “crise final” do capitalismo, ou algo do estilo. Do que sim se trata, na minha opinião, é de entender que estamos confrontados com uma situação em que se exprimem estes limites históricos da produção capitalista. (CHESNAIS, 2008, p. 22)

De acordo com Mészáros (2009), o modo de produção capitalista enfrenta atualmente uma “crise estrutural do sistema metabólico do capital” que afeta todas as esferas de produção e reprodução social. Diferente das crises cíclicas já enfrentada pelo capitalismo desde o século XIX, a crise estrutural envolve toda a estrutura da ordem capitalista, da produtiva ao social, revelando o caráter destrutivo desse Modo de produção, conforme assevera Mészáros (2009)

[...] o que está fundamentalmente em causa hoje não é apenas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza. (p. 29)

A crise estrutural do capital, provocada pela intensificação da tendência decrescente da taxa de lucro (CHESNAIS, 1996) significou o enfraquecimento do modelo de organização do trabalho taylorista/forsita associado ao keynesianismo, padrão crescimento responsável pela ascensão do capitalismo monopolista durante o pós-45. Como resposta a esse novo quadro, o sistema capitalista adotou um novo modelo de organização do trabalho, afim de reestruturar o processo de acumulação do capital, a saber o Toyotismo, também conhecido como Acumulação Flexível (HARVEY, 1992).

O que denominamos de toyotismo implica a constituição de um empreendimento capitalista baseado na produção fluida, produção flexível e produção difusa. A produção fluida implica a adoção de dispositivos organizacionais como, por exemplo, o just-in-time/kanban ou o kaizen, que pressupõem, por outro lado, como nexos essenciais, a fluidez subjetiva da força de trabalho, isto é, envolvimento pró-ativo do operário ou empregado [...] Além disso, o novo empreendimento capitalista implica a produção flexível em seus múltiplos aspectos, seja através da contratação salarial, do perfil profissional ou das novas máquinas de base microeletrônica e informacional; e a produção difusa significa a adoção ampliada da terceirização e das redes de subcontratação (ALVES, 2007, p.158).

Nesse sentido, tratam-se de transformações no mundo do trabalho objetivada pelo capital a fim de recuperar seu ciclo produtivo e recuperar seu projeto de dominação societal.

Assim, as recentes respostas engendradas pelo Capital estão articuladas sobre um tripé, a saber: a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal (NETTO, 2012). De modo que, as transformações no mundo do trabalho, cujas transformações caracterizam-se pela precarização do processo de trabalho e o desmonte das conquistas políticas e sociais da classe trabalhadora são mudanças advindas do processo de globalização financeira, inovações tecnológicas (com a rede informacional para Alves (2016) a quarta revolução industrial), bem como das novas formas de gestão e do processo de reestruturação produtiva.

Essa crise estrutural e suas consequências à classe trabalhadora, ainda em plena ebulição, além de vitimar as economias dos blocos dos países centrais, causa sérios prejuízos à economia mundial, sobretudo dos países chamados emergentes, como o Brasil, que já começam a sofrer os efeitos dessa crise. Com relação à realidade brasileira, essas transformações econômicas, produtivas e sociais, desencadearam-se muito antes dos desdobramentos perversos dessa nova crise, convive-se com mudanças econômicas e sociais derivadas dos ajustes neoliberais, portanto de cariz privatizante, implementadas nos anos de 1990. De acordo com Alves (2007, p. 149), “o Estado neoliberal é o Estado político do capital nas condições de sua crise estrutural.[...]É o elemento político constitutivo da lógica da precarização do trabalho que hoje se impõe à reproduzibilidade capitalista.

A implantação dos ajustes neoliberais impactou não somente na esfera estatal e nas políticas sociais, mas, sobretudo, nas condições de trabalho, tornando-as precárias quando aliadas à intensificação do trabalho, ao aumento da jornada de trabalho, ao rebaixamento salarial, à multifuncionalidade ao trabalhador, além de incorporar o processo de terceirização e instabilidade no emprego com adoção de contratos de trabalhos temporários. Decerto, trata-se da confirmação das características do processo de “reestruturação produtiva”, pautada pelo modelo toyotista.

## 2.1 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO SÉC. XXI E O ADOECIMENTO DOS TRABALHADORES

O contexto das crises capitalistas e suas respectivas respostas incidem em transformações que ao adotarem um modelo de acumulação flexível e neoliberal, precarizam, flexibilizam e terceirizam o processo de trabalho, sendo este subordinado ao capital sob a nova organização do trabalho do modelo japonês, o toyotismo. Sublinha Alves que,

“o núcleo ideológico do novo regime de acumulação flexível é o toyotismo, posto como a ideologia orgânica do novo complexo de reestruturação produtiva que surge com a mundialização do capital” (2014, p. 55)

De modo que, as atuais transformações no mundo do trabalho sob a égide da acumulação flexível se fundamentam no tríplice mote da flexibilização, desregulamentação e da privatização, assim, o atual modo de organização do processo produtivo ampliou o grau de exploração da força de trabalho, em que elevou a um patamar mais alto as formas de precariedade do trabalho, revelando-se como um processo que

desestabiliza, fragiliza e vulnerabiliza a classe trabalhadora, desde as relações contratuais, perpassando os direitos trabalhistas, até a sua organização política (sindical) dos trabalhadores.

Segundo Antunes (2015), para além da flexibilização do processo de acumulação, tem-se a flexibilização dos trabalhadores, com direitos flexíveis, de modo a se adaptarem conforme a lógica do mercado.

Assim, a flexibilização, a desregulamentação, a privatização e a terceirização demarcam as novas exigências do capital contemporâneo e constituem nas categorias responsáveis pelas mudanças no mundo do trabalho, ou seja, “[...] complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho”. (ANTUNES, 2002, p. 62)

Para Netto (2012, p.418), “[...] o chamado “mercado de trabalho” vem sendo radicalmente reestruturado — e todas as “inovações” levam à precarização das condições devida da massa dos vendedores de força de trabalho”, precarização, sobretudo, das condições de trabalho.

Trata-se de um modo de organização de trabalho dominado pela flexibilização, terceirização, subcontratação, círculo de controle de qualidade total, kanban, just in time, kaizen, trabalho polivalente, multifuncional, entre outros pontos, que denotam uma nova fase de desconstrução do trabalho, marcado pela precariedade das condições de trabalho e de vida os trabalhadores, além dos altos níveis de desemprego estrutural, inerente à era da acumulação flexível, da “empresa enxuta” que mantém números reduzidos de trabalhadores e ainda assim com aumento nos índices de produtividade (ANTUNES; DRUCK, 2013).

Outra estratégia advinda da Nova Organização do Mundo do trabalho no atual contexto do capitalismo contemporâneo, conforme já mencionado, é a terceirização. Essa lógica favorece a precarização do processo de trabalho, uma vez que “a terceirização como um tipo de informalidade aponta ruptura com os laços formais de contratação e regulação da força de trabalho, sendo passagem para a condição da precariedade” (AZEVEDO, 2014, p. 320).

Cabe ressaltar que, atualmente, o país encontra-se em um grande conflito de luta em torno do Projeto de Lei nº 4.330 de 2004 (agora PLC 30), de autoria do deputado Sandro Mabel, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. O projeto foi votado na Câmara dos Deputados em caráter de urgência entre os meses de abril e maio de 2015, aguardando votação do Senado.

Tal tendência revela-se enquanto condição de desregulamentação das relações trabalhistas que intensificam a exploração do trabalho imputando ao trabalhador uma relação de insegurança e instabilidade quanto ao vínculo empregatício, conforme afirma Druck (2002):

A terceirização é uma das expressões mais significativas do processo de flexibilização do trabalho e de sua consequência principal: a flexibilização. São homens e mulheres “que vivem do trabalho” e que se tornam cada vez mais descartáveis, flexíveis (adaptáveis) ou jogados a uma condição de “subemprego”. A terceirização [...] levou consigo – como marca fundamental – a perda dos direitos, a instabilidade, a insegurança dos trabalhadores. (p. 136)

Conforma-se como o novo formato de exploração de trabalho em todos os níveis, desde a indústria aos serviços públicos e privados. As vantagens da Terceirização direcionadas ao capital consiste, de acordo com Azevedo (2014), desde a redução dos custos administrativos ao controle da força de trabalho, dificultando, sobretudo, a sua organização sindical, por conter um número reduzido de trabalhadores.

A lógica flexibilizante no mundo do trabalho se apresenta, sobretudo, nas formas de vínculo e nas relações contratuais, que caracterizam-se pela informalidade, contrato temporário, intensificação do ritmo de trabalho, aumento da taxa de desemprego, competitividade, rotatividade e multifuncionalidade no processo de trabalho.

O trabalho informal não é um fenômeno novo, porém o processo de inovações tecnológicas da Terceira Revolução Industrial, bem como o processo de reestruturação produtiva, o evidencia como tendência no atual mundo do trabalho, “[...]fica mais fácil negar a produtividade de certos trabalhos realizados informalmente, mas diretamente articulados à produção capitalista. Essa forma de organizar a produção, ao mesmo tempo fragmenta o trabalho e obriga-o a assumir a condição que aparenta”. (TAVARES, 2002, p. 50)

Revela-se também como um fenômeno que garante a “autonomia” do trabalhador com relação ao processo de trabalho no Modo de Produção Capitalista, porém, trata-se de uma estratégia de exploração, pois além

de negar o a produtividade, destitui o trabalhador dos direitos trabalhistas, como o assalariamento formal, configurando-se como um processo de precariedade das condições de trabalho, descaracterizando processo de assalariamento.

Apresenta-se ainda, enquanto estratégia da Nova Organização do trabalho, que exprime o processo de superexploração do trabalho, tem-se a introdução do trabalhador multifuncional.

Para atender as exigências mais individualizadas do mercado, no melhor tempo e com melhor “qualidade”, é preciso que a produção de sustente num processo produtivo flexível, que permita a um operário operar várias máquinas (em média cinco máquinas, na Toyota), rompendo-se com a relação um homem/uma máquina que fundamenta o fordismo. [...] a chamada polivalência do trabalhador japonês, que mais do que expressão e exemplo de uma maior qualificação, estampa a capacidade do trabalhador em operar com várias máquinas[...] (ANTUNES, 2015, p. 45).

Desse modo, as empresas passaram a valorizar o trabalhador multifuncional. O trabalhador multifuncional é aquele que desempenha múltiplas funções, relativas à sua área de trabalho; o trabalhador multifuncional não fica alocado em um posto de trabalho específico, já que o seu método de trabalho está baseado na polivalência e na rotação de tarefas (CORECE, 2011).

Assim, o trabalhador multifuncional garante a empresa não só o aumento da produtividade, mas a eficiência da mesma, além de diminuir o número de trabalhadores contratados formalmente. Em contrapartida, o exercício da multifuncionalidade exige do trabalhador um ritmo de trabalho mais intenso, muita pressão mental e física, dentre outras consequências, o que acarreta grandes riscos e danos à saúde.

Afora esses influxos na saúde do trabalhador, cita-se ainda a instabilidade da garantia de direitos, tendo em vista os desvios de funções, sem aparatos legais que subsidiem o trabalhador na busca da garantia dos direitos trabalhistas. A respeito desse assunto, Antunes (2002, p. 60) sublinha que,

[...] é relevante lembrar que esse processo também significou um ataque ao saber profissional dos operários qualificados, a fim de diminuir seu poder sobre a produção e aumentar a intensidade do trabalho. Os trabalhadores qualificados enfrentaram esse movimento de desespecialização como um ataque à sua profissão e qualificação, bem como ao poder de negociação que a qualificação lhes conferia[...]

A multifuncionalidade do trabalho configura-se como uma categoria da exploração do trabalho inerente ao modo de produção capitalista, em que há um aumento do ritmo do trabalho, o conseqüente aumento da produtividade e o rebaixamento salarial. Desse modo, a multifuncionalidade do trabalho pode ser compreendida como um fator determinante não só na aquisição da doença, mas também no agravamento das doenças relacionadas ao trabalho, além dos acidentes típicos no ambiente de trabalho.

Conforme já elucidado anteriormente, a pesquisa realizada no Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador em João Pessoa/PB nos anos de 2014-2015, a partir das observações empíricas levantadas durante os acompanhamentos supervisionados dos atendimentos realizados pelo Núcleo de Acolhimento e Assistência possibilitou conhecer a realidade dos trabalhadores atendidos, que a partir das suas falas ao descrever sua história laboral, apontaram condições de trabalho inerentes a Nova organização do Trabalho – apresentadas anteriormente - ao processo de adoecimento.

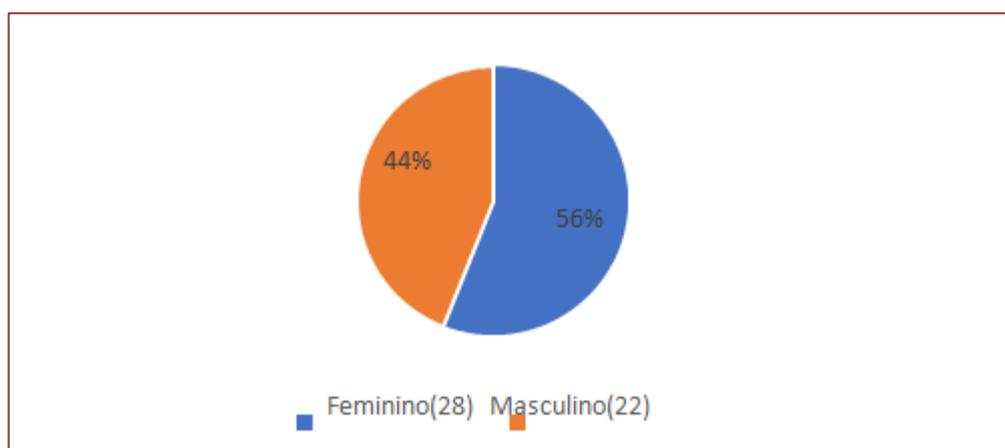
### **2.1.1 PERFIL DOS TRABALHADORES ATENDIDOS NO CEREST/JP**

A seguir a discussão analítica do perfil dos 50 (cinquenta) trabalhadores/as atendidos/as no CEREST/JP envolveu um conjunto de variáveis que versam sobre os dados sociodemográficos e sócioocupacionais.

Com relação ao sexo dos/as 50 (cinquenta) trabalhadores/as atendidos/as no CEREST/JP, a leitura dos dados revela a predominância (56%) do sexo feminino, conforme resultados expressos no gráfico que se segue.

Com relação ao sexo dos/as 50 (cinquenta) trabalhadores/as atendidos/as no CEREST/JP, a leitura dos dados revela a predominância (56%) do sexo feminino, conforme resultados expressos no gráfico que se segue.

Gráfico 01- Sexo dos/as trabalhadores/as atendidos/as no CEREST.João Pessoa, 2014-2015



Fonte: CEREST/SMSJP.

Essa significativa diferença percentual entre sexos (masculino e feminino) pode ser explicada pela crescente inserção atual da figura feminina no mercado de trabalho. De acordo com o Censo 2010 (IBGE, 2011), o nível de ocupação da população brasileira cresceu 11,3%, e o ingresso no mercado de trabalho foi maior entre as mulheres. As brasileiras ocupadas passaram de 35,4% (2000) para 43,9% (2010). Embora a maioria (63,3%) da força do trabalho seja representada pelo sexo masculino, a inserção dos homens no mercado de trabalho aumentou apenas 3,5% segundo dados do Censo 2010.

Na análise dos dados referentes à faixa etária dos/as trabalhadores/as, evidencia-se que 72% têm entre 31 e 50 anos de idade, portanto, são as estratificações etárias mais incidentes. O que impacta na leitura desses dados é a predominância da faixa etária superior a 30 anos, cujo processo de adoecimento acontece quando os/as trabalhadores/as estão em plena capacidade laborativa.

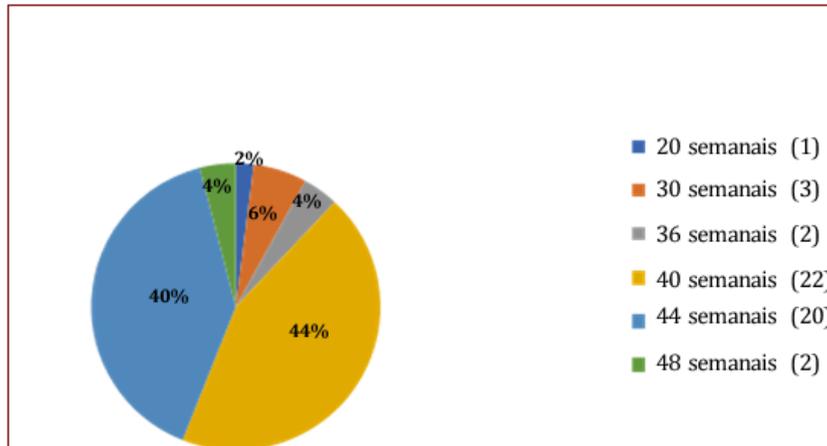
No que se refere as variáveis que versam sobre os dados sócio ocupacionais, analisa-se a seguir as funções exercidas pelos/as trabalhadores/as atendidos no CEREST e a carga horária estabelecida para o exercício da função.

Quanto as funções exercidas pelos trabalhadores atendidos no CEREST/JP os resultados atestaram que as ocupações atuais dos/as trabalhadores/as com maior incidência estão relacionadas com as seguintes atividades econômicas: Indústria (controle de entrada, costureira, operador de costura, operador de máquina, operador de prensa, operador de grupo, operador de montagem, operador de grupo de montagem, operador de banca mecânica e auxiliar operacional) com 32% dos trabalhadores; e Serviços com 68% dos/as trabalhadores/as, distribuídos entre atividades de: comércio (cabeleireira, consultor de vendas, auxiliar de vendas, operador de caixa e vendedora) com 16%; alimentação (cozinheiro, merendeira, meia oficial de cozinha, copeiro) com 14%; funcionalismo público (agente comunitário de saúde, inspetor de aluno, porteiro e auxiliar de portaria) com 8%; atividade de Transporte (6%), Administrativa (6%), Telecomunicação (6%), Construção Civil (6%), Serviços Gerais (4%) e Atividade financeira (2%).

O fato de maioria significativa dos/as trabalhadores/as atendidos/as no CEREST/JP se inserir no Setor de Serviços indica uma das atuais tendências do mercado de trabalho.

Os resultados seguintes tratam da carga horária semanal dos/as trabalhadores/as atendidos/as no CEREST/JP. O Gráfico abaixo aponta que a maioria (88%) trabalha mais de 40 horas semanais.

Gráfico 02 – Carga horária semanal de trabalho dos/as trabalhadores/as atendidos/as no CEREST. João Pessoa, 2014-2015



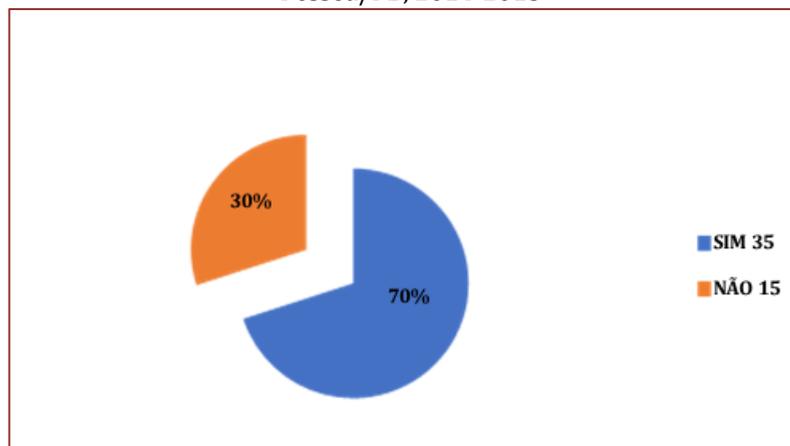
Fonte: CEREST/SMSJP

Embora os resultados abalzem que a carga horária semanal desempenhada pelos/as trabalhadores/as atendidos/as no CEREST/JP esteja regulamentada na Constituição Federal de 1988 que fixou a jornada de trabalho legal em, no máximo, oito horas diárias ou 44 horas semanais, o ritmo de trabalho é bastante intenso ao considerar os dados da tabela 08 que trata da ocupação dos trabalhadores, cujas funções participam diretamente do ciclo da produtividade e criação de valor.

### 2.1.2 RELAÇÃO ENTRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E O ADOECIMENTO DOS TRABALHADORES ATENDIDOS NO CEREST/JP

Na pesquisa realizada em 2014-2015, os resultados apontaram que 70% (35 usuários em um total de 50) dos trabalhadores usuários do CEREST/JP exerciam o trabalho multifuncional, ou seja, um processo de trabalho em que o trabalhador realiza mais de uma função, para além da qual foi designado. Conforme dados a seguir:

Gráfico 03 - Realização de outras funções segundo os/as trabalhadores/as atendidos/as no CEREST. João Pessoa/PB, 2014-2015



Fonte: CEREST/SMSJP

As empresas defendem o trabalho multifuncional para não ter trabalhador “parado”, quando na verdade, trata-se mesmo da exploração do trabalho. Desse modo, compreende-se o trabalho multifuncional como uma estratégia contemporânea capitalista para intensificação da exploração do trabalho, o incorporando na organização do trabalho como um requisito de qualificação do trabalhador ao realizar várias operações.

Ressalta-se que todos os usuários atendidos no CEREST/JP estão adoecidos, por vezes afastados ao terem a capacidade laboral comprometida.

Os dados atestaram ainda condições de trabalho inerentes ao Novo modelo de organização do trabalho que corroboraram para o adoecimento dos trabalhadores usuários do CEREST-JP, ou seja, condições desfavoráveis de trabalho que estabelecem diretamente nexos causais com o adoecimento destes trabalhadores, quais sejam: 40% exercem sua função de forma pesada, com ritmo de trabalho intenso (82% dos trabalhadores), com movimentos repetitivos (84% dos trabalhadores).

Cabe aqui registrar que o ritmo de trabalho intenso é um dos principais motivos causadores da LER/DORT, devido à alta produtividade do trabalhador, demandada pela empresa/empregador, outro agente causador dessas síndromes é o trabalho repetitivo.

O índice de trabalhadores com LER/DORT vem aumentando consideravelmente. Fatores como mudanças na organização do trabalho, tais como: a alta intensidade no ritmo de trabalho, a execução de movimentos repetitivos em grande velocidade, a execução de trabalhos multifuncionais, a ausência de pausas, as exigências pelo aumento da produtividade em menor tempo de trabalho são responsáveis por esse aumento.

Com relação aos acidentes, de acordo com Lara (2016),

os principais fatores geradores de acidentes e doenças ocupacionais estão relacionadas salários e aos benefícios inadequados; maquinários e instalações improprias, principalmente em setores da produção que se utilizam dos recursos da terceirização, da quarteirização; descumprimento das leis trabalhistas; programas de prevenção e controles de riscos desconectado da realidade das empresas; cultura do equipamento de proteção individual (EPI)[...] (p.348)

No tocante a utilização de EPIs, a pesquisa desenvolvida no CEREST/JP (2014-2015) revelou ainda que da totalidade de 50 (100%) usuários atendidos, apenas 27 (54%) afirmaram utilizar os EPIs no trabalho.

A pesquisa constatou ainda que dentre os agravos à saúde mais frequentes entre os trabalhadores atendidos no CEREST/JP são as doenças osteomuscular e do tecido conjuntivo, os transtornos mentais e comportamentais, doenças do sistema nervoso, doenças do aparelho circulatório e respiratórios, além de algumas lesões (traumatismos no pé, tornozelo, ombro, braços e punho da mão).

Tratam-se de dados que revelam a situação de trabalho atual a qual estão submetidos os trabalhadores dentro dessa lógica financeira flexível, ou seja, condicionado a processos de trabalho precários e extenuantes, impingindo à saúde dos trabalhadores agravos que comprometem a capacidade laborativa.

Diante do exposto, compreende-se que a nova organização do trabalho regida pela reestruturação produtiva impõe aos trabalhadores condições precárias e vulneráveis de trabalho, pois as atuais estratégias de acumulação de capital, potencializam e intensificam a superexploração do trabalho, através do processo de flexibilização, terceirização, informalidade, além da polivalência do trabalho.

São transformações que refletem diretamente na saúde do trabalhador, com o comprometimento da capacidade laborativa, por vezes, irreversíveis. Nesse sentido, torna-se imprescindível o debate em torno da saúde do trabalhador no capitalismo contemporâneo, em que, dada as novas configurações ao mundo do trabalho os agravos à saúde foram intensificados.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos conclusivos, verificou-se que a precariedade do trabalho na égide da acumulação flexível tem propiciado à classe trabalhadora, o desencadeamento de doenças que comprometem a capacidade laboral, haja vista que os agravos desenvolvidos a partir das condições precárias de trabalho, são por vezes irreversíveis à saúde do trabalhador.

Tem-se ainda, como consequências para classe trabalhadora advindas das atuais transformações no mundo do trabalho, o desemprego estrutural, e, aos inseridos no mercado do trabalho deparam-se atualmente com as formas de terceirização, salários e jornadas flexíveis de trabalho, contrato temporário, a informalidade do trabalho e o trabalho polivalente. O comprometimento à Saúde do Trabalhador na contemporaneidade vem se intensificando, de modo que, as análises em torno dessa consequência a classe trabalhadora deve ser ampliada, a fim de proporcionar lutas em torno dessa expressão da relação

contraditória entre capital e trabalho, com o intuito de minimizar os efeitos causados a saúde do trabalhador.

## REFERÊNCIAS

- [1] ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. Regime de acumulação Flexível e Saúde do Trabalhador. São Paulo, 2003.
- [2] ALVES, Giovanni. Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007. p. 156-165
- [3] ALVES, Giovanni. A disputa pelo intangível: estratégias gerenciais do capital na era da globalização. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. São Paulo: Boitempo, 2014. p.55-72
- [4] ALVES, Giovanni. O Fardo mórbido do tempo histórico do capital global. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Org.). Saúde do trabalhador e da trabalhadora e Serviço Social: estudos da relação trabalho e saúde no capitalismo contemporâneo. Campinas: Papel Social, 2016. p. 13-15
- [5] ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015
- [6] ANTUNES, Ricardo. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- [7] ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.
- [8] ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Maria da Graça. A Terceirização como regra?. Revista TST, Brasília, v. 79, n. 4, out./dez. 2013.
- [9] ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Maria da Graça. A epidemia da Terceirização. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. São Paulo: Boitempo, 2014. p.13 -25
- [10] BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4.330 de 2004. Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.
- [11] CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR (CEREST). RENAST online. Disponível em: <<http://www.renastonline.org/temas/centro-refer%C3%Aancia-sa%C3%BAde-trabalhador-cerest>>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- [12] CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 2008.
- [13] FRANCO, Tania; DRUCK, Graça; SILVA, Edith Seligman. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador os transtornos mentais no trabalho precarizado. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, Dossiê: o mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental, v. 35, n. 122, jul./dez., 2010.
- [14] HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.
- [15] LARA, Ricardo. Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Org.). Saúde do trabalhador e da trabalhadora e Serviço Social: estudos da relação trabalho e saúde no capitalismo contemporâneo. Campinas: Papel Social, 2016. p. 339- 353
- [16] MARX, Karl. O Capital. Livro I/Vol. I/ tomos 1 e 2. São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx e Engels).
- [17] MENDES, René; DIAS, Elisabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. Saúde Pública. v. 25. São Paulo, 1991.p.341-347.
- [18] MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009. NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012. (Arquivo PDF)
- [19] SILVA, Jéssica Pereira Cosmo. A multifuncionalidade do trabalho e o adoecimento do trabalhador: sob o signo da precarização. 2015 (Trabalho de Conclusão de Curso)- UFPB/CCHLA, 2015.
- [20] TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. São Paulo: Cortez, 2004.p.50-60

# Capítulo 7

## *Educação em saúde e HIV/AIDS: Intervindo nas UBS de Campina Grande (PB)*

*Camila Rachel Lira Silva*

*Maria do Socorro Pontes de Souza*

*Lúcia Maria Patriota*

**Resumo:** A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), infecção que se manifesta em pessoas que contraíram o vírus HIV, teve os primeiros casos identificados no Brasil, no contexto dos anos 1980. Ao longo dos últimos anos, o perfil foi se modificando e hoje, apresenta como características a feminização, juvenização, interiorização, pauperização e envelhecimento. O desenvolvimento de práticas educativas em saúde promotoras de cuidado integral torna-se importante, uma vez que as decisões sobre o comportamento sexual não podem ser isoladas das influências sociais, econômicas e culturais mais amplas. O presente artigo tem como objetivo, trazer resultados de ações extensionistas realizadas em UBS de Campina GrandePB, em comunidades com maior incidência de DST's/Aids, através de trabalho sócio-educativo.

**Palavras-chave:** Educação em saúde. Promoção em saúde. DSTs/Aids

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado consiste num relato de experiência, resultado do projeto de extensão, desenvolvido através da Universidade Estadual da Paraíba, intitulado: Promoção e educação em saúde no âmbito das ISTs/AIDS: Intervindo nas Unidades Básicas de Saúde da Família do município de Campina Grande-PB. Tem como principal objetivo intervir junto às Unidades Básicas de Saúde da Família de Campina Grande-PB, localizadas nas comunidades com maior incidência de ISTs<sup>15</sup>/AIDS.

A epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids) se caracteriza como um dos mais graves problemas de saúde pública em âmbito mundial. Os números de novos casos da doença, continuam a crescer. De acordo com a UNAIDS (2016), O Brasil sozinho responde por mais de 40% das novas infecções de aids na América Latina. De cerca de 43 mil novos casos em 2010, o País passou para 44 mil em 2015 (mais de 5 por hora), com 15 mil mortes por ano.

Do total de 709.477 casos de Aids identificados no Brasil foram registrados no Brasil, desde 1990 até junho de 2015, 519.183 (65,0%) casos de aids em homens e 278.960 (35,0%) em mulheres (BRASIL, 2015). Destaca-se que ao longo dos anos, o perfil da infecção foi se modificando, hoje se tem uma maior notificação em casais heterossexuais de idade mais avançada (atingindo as pessoas da chamada terceira idade); em pessoas com menos escolaridade; afetando também as classes menos favorecidas; houve um aumento entre as mulheres, e também um aumento em outras regiões do país atingindo principalmente as regiões norte e nordeste.

Particularmente no que se refere à juvenização a prevalência da infecção pelo HIV apresenta tendências de aumento entre os jovens. Na faixa etária de 17 a 21 anos de idade, a prevalência de infecção pelo HIV transpôs de 0,09% em 2002 para 0,12% em 2007, sendo que o aumento mais expressivo foi na população de HSH (homens que fazem sexo com homens) jovens, cuja prevalência subiu de 0,56% em 2002 para 1,2% em 2007. Desde 2008, o número de casos de Aids em homens jovens tem aumentado (BRASIL, 2015).

Especificamente, o Estado da Paraíba, possui 3.745 pessoas com HIV/Aids confirmados, dados acumulados até 2009, tendo uma incidência de 9,5 HIV positivos para cada 100 mil habitantes. Verifica-se uma concentração maior em João Pessoa, Campina Grande, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo (BRASIL, 2010). Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde de Campina Grande-PB, através da coordenação de DSTs/Aids, foram registrados 438 casos de Aids entre os anos de 1980 e 2009 (SMS, 2010).

Em levantamento realizado pelo Serviço de Assistência Especializada-SAE de Campina Grande/PB foram constatados 35 bairros com notificação de casos de HIV/Aids, com maior concentração nos seguintes bairros: Centro, Catolé, Bodocongó, Liberdade, Malvinas, José Pinheiro, Cruzeiro, Centenário, Jardim Quarenta, Jardim Paulistano, Santa Rosa, Alto Branco, Palmeira, Pedregal e São José. (SAE, 2014). Tais dados, apontam para a necessidade da realização de ações de promoção e educação em saúde voltadas as DSTs/Aids nas Unidades Básicas de saúde da Família, junto às comunidades mais afetadas pela doença, a nível local.

Com o avanço no número de casos registrados de HIV/AIDS e as mudanças percebidas no perfil da população acometida, entendemos que, a educação em saúde torna-se ferramenta fundamental, permeando as práticas desenvolvidas pelos profissionais de saúde no processo do cuidado. Vale destacar que, o trabalho realizado pelas equipes nos serviços de referência em HIV/AIDS, seja multidisciplinar ou interdisciplinar, deve considerar a importância do exercício do diálogo, da pertinência do universo cultural dos usuários e do incentivo ao posicionamento crítico e à reflexão sobre a realidade social. Nesse sentido, entendemos que as Unidades Básicas de Saúde- UBSs, se configuram como importante espaço, para o desenvolvimento de práticas voltadas para a Promoção e Educação em saúde.

<sup>15</sup> Cabe esclarecer que o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais passa a usar a nomenclatura “IST” (infecções sexualmente transmissíveis) no lugar de “DST” (doenças sexualmente transmissíveis). A nova denominação é uma das atualizações da estrutura regimental do Ministério da Saúde por meio do Decreto nº 8.901/2016, publicado no Diário Oficial da União em 11.11.2016, Seção I, páginas 03 a 17. O Ministério da Saúde explica que “O termo IST é mais adequado e já é utilizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelos principais Organismos que lidam com a temática das Infecções Sexualmente Transmissíveis ao redor do mundo”, pois “A denominação ‘D’, de ‘DST’, vem de doença, que implica em sintomas e sinais visíveis no organismo do indivíduo. Já ‘Infecções’ podem ter períodos assintomáticas (sífilis, herpes genital, condiloma acuminado, por exemplo) ou se mantém assintomáticas durante toda a vida do indivíduo (casos da infecção pelo HPV e vírus do Herpes) e são somente detectadas por meio de exames laboratoriais” (BRASIL, 2017).

## 2. O HIV/AIDS NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A descoberta da HIV/aids no Brasil se dá no início da década de 1980, permeada por dúvidas, por se constituir uma doença nova e estigmatizada (GALVÃO, 2000). Apesar dos avanços científicos acerca da infecção, a aids ainda vem se apresentando como um dos maiores desafios no âmbito da saúde pública em âmbito nacional e internacional. Os primeiros casos identificados da infecção no Brasil foram, na cidade de São Paulo, logo em seguida notificado no Rio de Janeiro. O quadro inicial era de uma epidemia restrita a determinados “grupos de risco” como homossexuais, hemofílicos e usuários de drogas.

É possível distinguir três momentos distintos na evolução da epidemia no Brasil. O primeiro momento vai da sua origem até 1986, período que se caracterizou, predominantemente, pela infecção via relações homossexuais, com nível alto de escolaridade; o segundo ocorreu entre 1987 e 1990 e as características principais do período foram o aumento dos números de casos pelo uso de drogas injetáveis, diminuição da faixa etária e uma maior disseminação em pessoas com práticas heterossexuais; a terceira fase ocorre a partir de 1991 até os dias atuais, acentua-se a disseminação em casais heterossexuais em vários níveis de escolaridade e classes sociais, em especial as mulheres (BRASIL, 2011).

Passados mais de 30 anos desde o início do surgimento da Aids no Brasil, o perfil da infecção foi se modificando ao longo dos anos e atualmente, a epidemia de HIV/Aids ultrapassa o campo biológico e destaca-se por afetar indivíduos que se encontram vulnerabilizados nos diversos aspectos sociais, econômicos e culturais. Hoje a infecção apresenta características como: Feminização, juvenização, interiorização, envelhecimento e pauperização (SANTOS, 2005).

De acordo com o Boletim Epidemiológico de HIV/Aids no Brasil, de 1980 a junho de 2018, foram notificados 926.742 casos de aids no Brasil. O país tem registrado, anualmente, uma média de 40 mil novos casos de aids nos últimos cinco anos. O número anual de casos de aids vem diminuindo desde 2013, quando atingiu 43.269 casos; em 2017 foram registrados 37.791 casos. A distribuição proporcional dos casos de aids, identificados de 1980 até junho de 2018, mostra uma concentração nas regiões Sudeste e Sul, correspondendo cada qual a 51,8% e 20,0% do total de casos; as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste correspondem a 15,8%, 6,4% e 6,1% do total dos casos, respectivamente. Nos últimos cinco anos (2013 a 2017), a região Norte apresentou uma média de 4,4 mil casos ao ano; o Nordeste, 9,0 mil; o Sudeste, 16,1 mil; o Sul, 8,2 mil; e o Centro-Oeste, 2,9 mil (BRASIL, 2018).

Cabe ressaltar que, a epidemia do HIV/AIDS ultrapassa o campo biológico e destaca-se por afetar indivíduos que se encontram vulnerabilizados nos diversos aspectos sociais, econômicos e culturais. É importante ressaltar que a vulnerabilidade social em contrair o HIV/AIDS está associada a uma série de fatores que podem ampliar ou diminuir as situações de risco. Dentre estes estão: a falta de acesso a informações e baixo nível de escolaridade traduzidos na dificuldade em se adotar práticas seguras. Parte-se do pressuposto de que todas as pessoas são vulneráveis a infecção pelo HIV, estando o aumento ou diminuição dos riscos diretamente relacionados aos aspectos socioculturais e econômicos. Com base na mudança de seu perfil ao longo dos anos, e acreditando que seu trato não se restringe apenas a uma intervenção médica e medicamentosa, o desenvolvimento de práticas educativas em saúde promotoras de um cuidado integral torna-se importante, uma vez que as decisões sobre o comportamento sexual não podem ser isoladas das influências sociais, econômicas e culturais mais amplas que norteiam a vida dos indivíduos.

## 3. A IMPORTÂNCIA DA PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO ENFRENTAMENTO DAS ISTS/AIDS

Dada às novas configurações que a epidemia do HIV/AIDS tem apresentado na realidade brasileira, cabe ressaltar, que as ações de promoção e educação em saúde, tornam-se importante instrumento no enfrentamento do avanço infecção. É importante destacar que a Educação em saúde enquanto prática social e campo específico de intervenção possui um caráter político, ao voltar-se para a reflexão da realidade social, identificando na mesma os determinantes do processo saúde-doença.

Concordamos com Vasconcelos e Schmaller (2014, p. 82), quando estas afirmam que a “Educação em saúde pode ser considerada como um componente da promoção à saúde, na medida em que ultrapasse a abordagem preventiva e incentive ações efetivas de promoção”. A educação em saúde pode ser concebida como um dos eixos de sustentação da promoção à saúde, sendo esta última entendida a partir de perspectiva de integralidade, intersetorialidade, trabalho interdisciplinar, controle social e organização e mobilização popular.

Guedes e Souza (2009) chamam atenção para o fato que, o educar em saúde privilegia o agir político, objetivando a capacitação dos indivíduos para a luta e a conquista de direitos. As práticas educativas pedagógicas têm, como horizonte, o esforço para compreender e lidar com fatores que desencadeiam o adoecimento da população, numa perspectiva de qualificação dos serviços de saúde para enfrentamento da realidade.

Entendemos, assim, que as atividades educativas desenvolvidas pelos profissionais de saúde, em qualquer nível de atenção, concentram em si grande potencial, na medida em que podem contribuir para que o indivíduo amplie sua compreensão acerca, tanto de seu estado de saúde, quanto dos determinantes sociais que envolvem o adoecer e o estar sadio em HIV/AIDS, favorecendo um posicionamento crítico com relação ao contexto social e à qualidade de vida.

Vale ressaltar que a educação em saúde, enquanto prática social e campo específico de intervenção possui um caráter político ao se voltar para a reflexão da realidade social, identificando na mesma os determinantes do processo saúde-doença. Concordamos com Vasconcelos e Schmaller (2014, p. 82), quando estas afirmam que a “Educação em saúde pode ser considerada como um componente da promoção à saúde, na medida em que ultrapasse a abordagem preventiva e incentive ações efetivas de promoção”.

No que se refere à abordagem das ISTs/AIDS, Guedes e Souza (2009), chamam atenção para o fato que, a relação educativa entre profissionais e usuários deve buscar estimular o posicionamento mais crítico dos indivíduos quanto aos problemas de saúde e não se restringe à transmissão vertical de informações. Envolve o estabelecimento de relação entre saberes popular e científico e o privilegiamento de espaços coletivos de debate, estratégia que, potencialmente, possibilita incentivo à participação. Esta forma de educar está voltada para desencadear, através da participação dos atores envolvidos no processo de cuidado (serviços, profissionais, usuários e família/rede de relações), pelo menos três tipos de direitos: o direito à informação, o direito ao acesso e o direito à assistência.

Conforme destacam as citadas autoras, a educação em saúde tem papel relevante na promoção da saúde, ao buscar desencadear um processo de cuidado voltado para a resolução conjunta dos problemas de saúde, para além dos aportes higienistas cunhados nas ações institucionais tradicionais. Especificamente no que se refere às ISTs/AIDS, promover saúde através das práticas educativas é engendrar um processo de capacitação dos indivíduos e grupos para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, requerendo uma maior participação no controle desse processo. Portanto, o conceito de Educação em Saúde se liga diretamente ao de promoção da saúde, reforçando o conceito ampliado de saúde, enquanto uma produção social (GUEDES; SOUZA, 2009).

No tocante ao HIV/AIDS, as referidas autoras ressaltam que nas primeiras décadas do surgimento da epidemia, quando não se tinha uma dimensão precisa da doença, as ações em saúde privilegiavam um conteúdo biologicista, com conotação discriminatória, voltado para a adoção de comportamentos ditos como saudáveis, numa relação verticalizada entre profissionais/usuários/serviços. Com os avanços da medicina e uma compreensão mais global dos elementos que envolvem o adoecer em AIDS, atualmente os profissionais de saúde e os serviços também se preocupam com aspectos subjetivos que envolvem a doença, tais como: questões culturais, estigma, sexualidade, relação com a família, dentre outros. Hoje, é possível perceber o desenvolvimento de um trabalho de enfrentamento do HIV/AIDS mais pedagógico/crítico do que disciplinador, ainda que este último aspecto continue presente em algumas práticas.

Nessa perspectiva é que entendemos a importância do trabalho desenvolvido pelas Equipes de saúde da Família, na perspectiva de contribuir com o processo de cuidado ao preconizar, a autonomia e o direito do usuário em se cuidar e ser cuidado, seja no plano individual, seja no plano coletivo.

#### **4. A EXPERIÊNCIA JUNTO AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB: ALGUNS RESULTADOS**

Conforme destacamos inicialmente, o relato de experiência aqui apresentado resulta do projeto de extensão, desenvolvido através da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e que teve seu primeiro momento de fevereiro de 2015 a fevereiro de 2016, através do apoio da Pró- Reitoria de Extensão- PROEX, tendo sua renovação nas Cotas 2016-2017; 2017-2018 e 2018-2019 atualmente em andamento.

Constituem-se objetivos de tal projeto, realizar ações que possibilitem a sensibilização, divulgação e esclarecimentos acerca da importância da prevenção das ISTs/AIDS; Promover ações socioeducativas que

contribuam para a diminuição da contaminação em torno de tais doenças; interagir junto às comunidades locais com maior incidência de casos de ISTs/AIDS na perspectiva de possibilitar uma maior e melhor compreensão acerca do significado da vulnerabilidade social em contrair tais doenças; Estimular o desenvolvimento de ações integradas entre o Departamento de Serviço Social da UEPB, as comunidades locais, o Serviço de Assistência Especializada em HIV/AIDS de Campina Grande– SAE, que vem participando como instituição colaboradora do projeto e Unidades Básicas de Saúde da Família, com o intuito de atender os objetivos propostos no projeto.

Para tanto, adotamos uma metodologia participativa, dinâmica dialógico transformativa. Buscamos trabalhar com oficinas temáticas, mostra de vídeos, rodas de conversas e reflexões nas Unidades Básicas de Saúde, localizadas nas comunidades locais que participam do projeto, tendo como enfoque principal a sensibilização para tal problemática. A equipe do projeto vem contando com a participação de professores e alunos do curso de serviço social da UEPB, como também técnicos colaboradores, realizando encontros quinzenais e mensais para planejamento e avaliação das atividades propostas.

Cabe destacar que o referido projeto de extensão teve sua primeira fase, desenvolvida de fevereiro de 2015 a fevereiro de 2016, tendo sido realizado a partir de algumas etapas que fizeram parte de sua execução. Destacamos dentre estas: reunião com a equipe de trabalho no Serviço de Assistência Especializada em HIV/AIDS no Município de Campina Grande - SAE, objetivando discutir as ações propostas no projeto; capacitação da equipe de trabalho e planejamento das oficinas socioeducativas; contatos com os profissionais das UBSFs para sensibilização em relação ao projeto e Identificação das demandas.

Para as ações de intervenção desenvolvidas tanto na primeira fase do projeto, como na segunda fase contamos com a participação de alunas bolsista e voluntárias, da professora coordenadora do projeto, e com o apoio dos professores colaboradores e técnicos envolvidos, na elaboração de tais atividades.

As Unidades Básicas de Saúde que participaram inicialmente das ações foram: Unidade Básica de Saúde de Nova Brasília; Unidade Básica de Saúde Antônio Mesquita, localizada na comunidade de Monte Castelo e Unidade Básica de Saúde Horacina de Almeida, também localizada no bairro de Monte Castelo, no Município de Campina Grande/PB.

O público participante nas referidas Unidades foram usuários/as que buscam serviços como: teste rápido em HIV, gestantes e mulheres que participam do grupo de planejamento familiar. Foram abordadas em sua primeira etapa, temáticas como: Sexualidade na gestação; IST/AIDS, abordando questões como: tipos de doenças sexualmente transmissíveis com ênfase no HIV/AIDS e formas de contaminação e de prevenção.

A partir do desenvolvimento de tais atividades, foi possível identificar, conforme destaca Besen et al (2007), que a Estratégia Saúde da Família-ESF, pode ter a partir do espaço de suas Unidades Básicas de Saúde e da atuação dos profissionais de saúde que nelas atuam, um possível objeto de Educação em Saúde para o acesso da população às informações sobre sua saúde, construção da cidadania e busca de autonomia, podendo fomentar a socialização dos saberes no âmbito do processo saúde-doença, e dos determinantes da saúde da população. A ESF, vista como objeto de Educação em Saúde, tem como papel central uma prática educativa voltada para a promoção da saúde, como um conjunto de atividades orientadas a propiciar o melhoramento de condições de bem estar e acesso a bens e a serviços sociais.

No entanto, cabe destacar que ainda são muitos os desafios para se avançar efetivamente no âmbito da educação e promoção à saúde numa perspectiva de empoderar a população. Faz-se necessário repensar a educação em saúde sob a perspectiva da participação social; compreender que as verdadeiras práticas educativas só têm lugar entre sujeitos sociais e considerar a educação em saúde uma estratégia para a constituição de sujeitos ativos (BESEN et al, 2007).

Podemos identificar a partir da realização das ações desenvolvidas nas UBSs, anteriormente citadas, o pouco conhecimento da população no que se refere as ISTs/AIDS, apontando para a necessidade de um maior investimento em ações sócio educativas no âmbito da ESF voltadas para tal temática. Foi possível perceber também em todas as Unidades Básicas onde desenvolvemos as atividades na primeira etapa do projeto, um tabu de se falar em sexualidade, um desconhecimento no uso do preservativo feminino por parte das mulheres e a dificuldade apontada na fala de algumas, em negociar com o parceiro o uso do preservativo.

É importante enfatizar também, durante a realização das atividades, nas comunidades que participaram inicialmente do projeto, a ausência dos homens em tais espaços. Apenas em uma atividade, desenvolvida na Unidade Básica de Saúde de Nova Brasília, tivemos a presença de um homem que acompanhava sua

companheira, durante a oficina que teve como tema: Formas de Contaminação e prevenção em torno das ISTs/AIDS. Tal fato, nos remete a necessidade de se trabalhar a questão da saúde do homem, como uma política que precisa avançar em sua efetividade.

Cabe destacar ainda, o teste rápido de HIV, que vem sendo implantado nas Unidades Básicas de saúde da Família, nos espaços onde desenvolvemos tais atividades, identificamos uma procura pouco significativa por tal serviço, indicando a necessidade de uma maior publicização deste no âmbito das UBSs, como também aponta para o fato, que grande parte da população ainda não se vê vulnerável em contrair as ISTs/AIDS.

Nessa perspectiva, é que buscamos dar continuidade a tais ações através da renovação de tal projeto, buscando atingir um número maior de comunidades com incidência das ISTs/Aids, objetivando contribuir com a ações de promoção a saúde da população a nível local.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados iniciais do projeto de extensão aqui apresentado, é possível afirmar que desenvolver ações voltadas à educação e promoção em saúde, requer trabalhar questões que vão além do biológico com a população, significa contribuir com o desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e comportamentos favoráveis ao cuidado da saúde mediante o processo de empowerment e luta pelo alcance de estratégias que permitam um maior controle sobre suas condições de vida, individual e coletivamente.

Buss (2003 apud BESEN et al, 2007), chamam atenção para o fato que, a educação em saúde pode ser feita dentro da família, na escola, no trabalho ou em qualquer espaço comunitário. No que se refere particularmente à temática que vem sendo trabalhada em nosso projeto de extensão, cabe destacar a necessidade de um maior investimento em ações que possibilitem a diminuição da vulnerabilidade da população em torno de tais doenças, numa perspectiva que possa contribuir para a promoção e a educação em saúde, embasada no empowerment, ou seja, o processo de capacitação (aquisição de conhecimentos), que poderá contribuir para a consciência política comunitária.

Cabe destacar ainda a necessidade de capacitação dos profissionais que atuam nas Unidades Básicas de Saúde, no que se refere a tais demandas, na perspectiva de se avançar na lógica da Educação e Promoção à Saúde. Conforme ressaltamos no decorrer das reflexões aqui apresentadas, as Equipes de saúde da Família, no âmbito da Estratégia Saúde da Família, podem se constituir, em importante instrumento na perspectiva de contribuir com o processo de cuidado e do direito do usuário em se cuidar e ser cuidado, seja no plano individual, seja no plano coletivo. Para tanto, é preciso se desconstruir discursos permeados por uma educação voltada para as doenças e para a tentativa de mudança de comportamento dos indivíduos, através de uma abordagem vertical do processo saúde-doença.

No que se refere especificamente ao HIV/Aids, é importante ressaltar que a vulnerabilidade social em contrair tal doença está associada a uma série de fatores que podem ampliar ou diminuir as situações de risco. Dentre estes estão: A falta de acesso à informações e baixo nível de escolaridade traduzidos na dificuldade em se adotar práticas seguras. Nesta perspectiva, buscamos destacar o papel fundamental das ações de promoção e educação em saúde, voltadas aos segmentos mais vulnerabilizados em contrair doenças sexualmente transmissíveis, a exemplo da AIDS. Entendemos, portanto, ser de extrema relevância um trabalho sócio-educativo junto às comunidades locais, visto que a informação ainda é o melhor caminho de enfrentamento e prevenção das IST's/AIDS. Vale destacar ainda, que o desenvolvimento do projeto ora em andamento, vem se pautando na educação em saúde, tendo por base as contribuições de Vasconcelos (1997; 2001; 2002), circunscritas na referência teórica da educação popular freiriana.

Neste sentido, entendemos a educação em saúde como um processo educativo baseado no diálogo entre saber científico e popular, bem como na interrelação entre profissionais, usuários(as) e demais sujeitos sociais envolvidos no processo, visando a ampliação das discussões e conhecimentos acerca da política pública de saúde e do direito à saúde, a partir dos interesses, do pensar e fazer cotidiano da população.

## REFERÊNCIAS

- [1] BRASIL. Ministério da saúde. Boletim epidemiológico AIDS/DST. Brasília jul./ set. 2018. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2018/boletim-epidemiologico-hiv-aids-2018> Acesso em: 25, abr. 2019.
- [2] \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico aids/DST, Brasília (DF), jul./ set. 2015. Disponível em: [http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2013/55559/\\_p\\_boletim\\_2015\\_internet\\_pdf\\_p\\_51315.pdf](http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2013/55559/_p_boletim_2015_internet_pdf_p_51315.pdf) >. Acesso em: 10 maio 2015.
- [3] \_\_\_\_\_. Ministério da saúde - Secretária de Vigilância em Saúde - Departamento de DST, Aids e hepatites Virais. Boletim epidemiológico Aids/DST, Brasília (DF), jan./ jun. 2016. Disponível em: [http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2016/59291/boletim\\_2016\\_1\\_pdf\\_16375.pdf](http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2016/59291/boletim_2016_1_pdf_16375.pdf) >. Acesso em: 25 fev. 2017.
- [4] \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico de 2010. Brasília, 2010.
- [5] BESEN,C.B.; NETTO,M.S.; ROS, M.A.. A Estratégia Saúde da Família como objeto de educação em saúde. Rev. Saúde e Sociedade, v.16, jan./abr.2007. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Campina Grande). Disponível em: <http://www.sms.pmcg.pb.gov/dst-aids>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- [6] GALVÃO, J. Aids no Brasil: a agenda da construção de uma epidemia. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: 34, 2000.
- [7] GUEDES, H. H. S.; SOUZA, A. I. S. A Educação em saúde como aporte estratégico nas práticas de saúde voltadas ao HIV/AIDS: O papel da Equipe de saúde. Rev. APS, v. 12, n. 4, p. 388-397, out./dez. 2009 ROCHA, A. G. V. A AIDS como expressão da questão social: a prática pedagógica do assistente social nos programas de prevenção de DST/Aids. In. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2.; 2005. São Luiz, 2005.
- [8] SANTOS, R. M. O Serviço Social e a Exclusão/ Inclusão dos portadores de HIV/AIDS: demandas e desafios nos hospitais públicos. 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Natal, 2005.
- [9] UNAIDS. Organização Mundial de Saúde. 2016. Disponível em: <http://www.unaids.org.br/>>. Acesso em: 05 set. 2016.
- [10] VASCONCELOS, K.E.L.; SCHMALLER,V.P.V. Promoção da Saúde: polissemias conceituais e ideopolíticas. In: POR UMA CRÍTICA da Promoção da Saúde: Contradições e Potencialidades no contexto do SUS. São Paulo, Hucitec, 2014.

# Capítulo 8

## *Produção do conhecimento em serviço social sobre política social*

*Ângela Kaline da Silva Santos*

*Lucicleide Cândido dos Santos*

*Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida*

**Resumo:** Este estudo trata-se de uma análise da Produção do Conhecimento em Serviço Social a partir da metodologia do estado da arte. Resulta de pesquisa bibliográfica realizada a partir das dissertações de mestrado defendidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPB nos anos de 1982 a 2010, vinculadas à área de Política Social. Os resultados atestam que a área de concentração da Política Social compõem 78,2% (183) das dissertações de mestrado defendidas, tendo prevalência nas produções do PPGSS/UFPB em relação à área de concentração de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social com 21,7% (51). A análise das Políticas Sociais indica a contribuição do Serviço Social para a compreensão dessa realidade e das demandas profissionais postas.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Produção do conhecimento; Política social.

## 1. INTRODUÇÃO

No início dos anos de 1970, as economias industrializadas baseadas no pacto fordista/keynesiano apresentam os primeiros sinais de esgotamento, chegando ao fim o padrão de crescimento que, por quase três décadas, sustentaram o pacto de classes expresso no Welfare State, deslançando, assim, uma profunda crise do capitalismo que perdura até os dias atuais.

Esse período é marcado por uma reestruturação produtiva, pautada por uma flexibilização da produção e uma revolução tecnológica microeletrônica "[...] objetivando potencializar a extração de mais-valia relativa, sem prejuízo da extração de mais-valia absoluta" (SANTOS, 2007, p.19). Também é caracterizado pela mundialização da economia, implicando uma mudança da divisão social e internacional das relações de trabalho, combinado a financeirização da economia; e, pela mudança no papel do Estado que adota medidas de cariz neoliberal. Desse modo, as mudanças derivadas dessa crise que eclodem a partir dos anos 1970 e que se intensificam até a atualidade, acarretam transformações não apenas na economia, mas também de ordem política, social e cultura l. Essas transformações societárias ocasionaram também um movimento ideológico, embalado na ideia de que o período contemporâneo não teria mais as bases fundadas no Projeto de Modernidade, mas em um conjunto de novidades históricas, a pós- modernidade, entendida como a "lógica cultural do capitalismo tardio". (JAMESON, 2007)

O Projeto de Modernidade deriva do pensamento racional, no qual o homem tem centralidade como sujeito, aquele que representa a materialidade do real, pautada em noções universalistas e totalizantes, ou seja, nas metanarrativas. (ALMEIDA, 2016)

O pensamento – que alguns autores chamam de ideologia, movimento, cultura - pós-moderno tem como característica, nas palavras de Wood (1999, p. 9), "[...] a ênfase na natureza humana fragmentada do mundo e do conhecimento humano". E assevera que,

As implicações políticas de tudo isso são bemclaras: o self humano é tão fluído e fragmentado (o 'sujeito descentrado') e nossas identidades, tão variáveis, incertas e frágeis que não pode haver base para solidariedade e ação coletiva fundamentadas em uma 'identidade' social comum (uma classe), em uma experiência comum, em interesses comuns (WOOD, 1999, p. 9).

O Serviço Social enquanto profissão que tem como especificidade intervir nas expressões da "questão social", portanto, é perpassado pelos desdobramentos dessas transformações societárias, tanto em sua intervenção profissional, quanto na produção do conhecimento gerada pela categoria.

Nesse sentido, esse trabalho se propõe a analisar a produção do conhecimento gerado pelas dissertações de Mestrado defendidas entre os anos de 1982 a 2010 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, que se concentram na área da Política Social.

Caracteriza-se como uma investigação bibliográfica e documental através do uso da metodologia do estado da arte em torno do universo de 234 Dissertações de Mestrado defendidas nas duas áreas de concentração do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ UFPB, no período de 1982 a 2010. Esse universo encontra-se distribuído em 51(21,7%) dissertações na área da Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social; e 183 (78,2%) na área de Política Social. Conforme aludido, este trabalho circunscreve-se à análise da totalidade da produção das 183 Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB, vinculadas a área de Política Social.

Este processo investigativo adotou a perspectiva teórico-metodológica de cunho histórico-crítico marxista, por apreender a totalidade do objeto de análise a partir da crítica ao desenvolvimento da sociedade capitalista e as contradições geradas na relação capital e trabalho.

## 2. SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

A partir da década de 1970 a produção do conhecimento na área do Serviço Social tem um grande crescimento, juntamente com o surgimento dos primeiros cursos de Pós- graduação na área. Afirma Kameyama (1998, p.03) ao se referir a importância dos cursos de pós-graduação para a produção do conhecimento no Serviço Social "[...] os cursos de pós-graduação constituem-se em espaços privilegiados para a produção de conhecimento e suas atividades estão intrinsecamente ligadas à produção e reprodução da comunidade científica e técnica".

Além de formar a massa crítica da profissão, a criação dos cursos de pós-graduação em Serviço Social proporcionou a articulação política de um segmento da profissão de grande importância, que passa a exigir um estabelecimento do diálogo com outras áreas do conhecimento (GUERRA, 2011).

Nos anos de 1980 novas exigências são requisitadas da profissão, em sua dimensão teórico-prática. Essas demandas postas à profissão advêm do protagonismo da classe trabalhadora e a ascensão dos movimentos sociais e sindicais nessa década.

Há um avanço na produção do conhecimento em que a tradição marxista aparece como referência básica, indicando uma direção hegemônica da profissão em busca de uma ruptura com o conservadorismo. Nessa direção, tem-se uma proximidade com autores marxistas, além da produção do conhecimento, como na formação profissional, em trabalhos profissionais. É principalmente, nas pós-graduações em que o diálogo entre as áreas do saber e diversos paradigmas teóricos se consolida, tendo o Serviço Social ganhado espaço no debate intelectual no âmbito das Ciências Sociais no país e no exterior. Nesse período, o Serviço Social também é reconhecido no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Referindo-se ainda aos anos 1980, essa década consolidou a maioria do Serviço Social no quesito da elaboração teórica e ídeo-política com a ruptura com o conservadorismo, isso não quer dizer que o conservadorismo foi totalmente superado, ele só não tinha mais legitimidade para se expressar abertamente. (NETTO, 1996)

Na década de 90 a profissão está relativamente consolidada, com um quadro de maturação profissional. Essa maturação do campo da formação é indicada por cerca de setenta unidades de ensino e sete universidades que contavam com programa de pós-graduação (UFRJ, UFPE, UFPB, UnB, PUC-RJ, PUC-SP, PUC-RS). Na produção científica o Serviço Social já possuía biblioteca própria e tinha na academia um espaço de elaboração. Houve um alargamento da presença de profissionais brasileiros em eventos no exterior, principalmente na América Latina, e a presença de estudantes do exterior nos programas de pós-graduação.

Na conjuntura dessa década, marcada pela ofensiva neoliberal “[...] são apontadas alternativas privatistas e refilantropizadas para questões relacionadas à pobreza e à exclusão social” (YAZBEK, 2009, p. 155). Esse momento traz novas temáticas para o Serviço Social. No debate profissional, citam-se três eixos articuladores que pautaram a produção e ação: 1) a Seguridade Social; 2) a Assistência Social como política pública; 3) a municipalização e descentralização das políticas sociais públicas (com a presença do protagonismo de assistentes sociais nos fóruns e conselhos).

Nessa década, a profissão construiu seu Projeto Ético-Político (é o conjunto do Código de Ética de 1993 que reafirma a relação com o projeto das classes subalternas, Diretrizes Curriculares de 1996 e pela Lei 8.662 de 07/06/93 que Regulamenta a Profissão), sob a influência da tradição marxista, numa conjuntura de expansão do neoliberalismo.

Nesse sentido, a ofensiva pós-moderna traduz-se como uma ameaça aos elementos teórico-metodológicos e ídeo-políticos em bases marxistas que percorrem a produção do conhecimento em Serviço Social. Essas inflexões pós-modernas, mesmo de forma tímida, questionam o projeto profissional da profissão em suas dimensões teórico-metodológica, ético-política, ideocultural e técnico-operativo da profissão.

Nos anos 2000, a conjuntura é abalada por crises financeiras (2001 e 2008), manifestadas pela lógica do “capitalismo das bolhas”, forma advinda do sistema institucional-político da mundialização financeira. “As crises financeiras traduzem no plano da objetividade contraditória do sistema, a fenomenologia da crise estrutural do capital. A financeirização expõe as novas manifestações da precarização estrutural do trabalho e da dinâmica social da proletariedade”. (ALVES, 2012, p. 1)

Continua esse autor, “Nos primórdios do século XXI, a destruição criativa do capital articula-se cada vez mais com a produção destrutiva das condições da reprodução social”. (Ib. Ibidem) que provoca novas disputas em torno da “questão social” e do papel a ser cumprido pelas Políticas Sociais.

Nesse contexto, assiste-se a diversas formas de precarização do trabalho e a capacidade de mobilização em torno de projetos coletivos se reduz. Com isso, surgem novos desafios na luta pela consolidação dos direitos da população usuária dos serviços sociais.

No Serviço Social, os anos 2000 representam o processo de engajamento nas lutas em defesa dos direitos sociais, e, internamente, nas lutas de afirmação do Projeto Ético - Político da profissão. Embora, se depare com uma conjuntura deveras adversa, “[...] os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social se

conformam no país e amplia uma produção de conhecimentos mais densa na área, a profissão ganha um novo estatuto”. (PRATES, 2013, p. 213)

Quando ao locus da pesquisa, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal da Paraíba foi criado em 1978, pela Resolução Nº 202/77 do CONSUNI. Esse Programa já passou por algumas reformas estruturantes, em termos de linhas de pesquisa, carga horária e disciplinas com respectivas ementas. Mas, as áreas de concentração de Política Social e Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social permaneceram até o ano de 2014, quando ocorreu a penúltima reestruturação do Programa.

Em janeiro de 2016, aconteceu a última regulamentação do PPGSS, aprovada através da Resolução Nº 01/2016 do CONSEPE/UFPB que dispôs sobre a unificação das duas áreas de concentração, tornando-se Serviço Social e Política Social e contando com duas linhas de pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Política Social; e Estado, Direitos Sociais e Proteção Social. Portanto, merece registrar que a análise da produção do conhecimento gerada pelas Dissertações de Mestrado do PPGSS, por se dar dentro do corte temporal de 1982 a 2010, apresenta ainda a divisão dessas produções à luz das duas citadas áreas de concentração.

Os objetivos do PPGSS consistem em “[...] incentivar a pesquisa e a formação de pesquisadores; e Capacitar docentes e profissionais vinculados à prestação dos serviços sociais na compreensão dos diferentes processos e dimensões da realidade nacional e regional, para contribuir na fixação de políticas sociais” (UFPB, CCHLA, PPGSS, 2014).

O PPGSS/UFPB possui parcerias com Instituições de Ensino Superior brasileira (PUC-SP, UFRJ, FIOCRUZ, UFMS, UFRN, UFPE, UFAL, UEPB e UNIPÊ) e no exterior por meio do intercâmbio com a Espanha, Portugal, Alemanha, Suíça e México. As parcerias de intercâmbios ampliam as discussões sobre temas relevantes ao Serviço Social, e, os estudos sobre as Políticas Sociais destacam produções sobre essa temática, analisadas sob os ângulos diferentes e interlocução com os mais variados campos do saber e autores e respectivas obras.

### 3. POLITICA SOCIAL NO BRASIL: ANÁLISE DAS DÉCADAS DE 1980, 1990 E 2000

A ditadura militar (1964 – 1985) expande a cobertura da política social no Brasil, numa dinâmica de expansão dos direitos sociais e restrição dos direitos civis e políticas, caracterizada como um processo de modernização conservadora. Tendo um sistema dual de das políticas sociais: pública e privada. Esse é o período de crescimento econômico, o chamado “milagre brasileiro”, com a introdução da produção em massa de bens de consumo duráveis, que vinha acontecendo desde 1955, para um consumo de massa restrito. Behring e Boschetti (2011, p. 135) elucidam que,

[...] apesar da aparente ausência de sincronia, o intenso salto econômico para diante promovido pela ditadura tem a ver com um projeto de intensa internacionalização da economia brasileira, aproveitando-se da necessidade imperiosa do capital de restaurar as taxas de crescimento dos esgotados ‘anos de ouro’.

A partir de 1974, apresentam-se os primeiros sinais de esgotamento da ditadura militar, e os anos pós-74 são marcados por uma abertura lenta e gradual do regime no caminho para uma transição democrática. Esse se torna o contexto que marcará os anos de 1980, um período de conquistas democráticas, mas também conhecido como a “década perdida” do ponto de vista econômico, por conta da crise do endividamento externo, que marca os países da América Latina, causando um empobrecimento generalizado, crises dos serviços públicos por conta do aumento da demanda e desemprego, além de um processo altamente inflacionário. “A grande novidade, portanto, era o processo de redemocratização, apesar da crise econômica, com seu forte conteúdo reformista, no sentido de desenhar na Constituição políticas orientadas pelos princípios da universalização, responsabilidade pública e gestão democrática”. (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p.144).

Na Nova República (1985/1989), instaurada logo após a ditadura militar, as políticas sociais mantêm a característica compensatória, seletiva, fragmentada, marcada por iniciativas baixas no enfrentamento da “questão social”. Um exemplo é o Programa do Leite, que foi criado durante o governo Sarney, deixando de implementar propostas de reestruturação das políticas públicas. Esse período é pautado por um grande debate acerca do desenho institucional das políticas públicas. Tendo destaque o Movimento de Reforma Sanitária, que influenciou a Assembleia Constituinte no processo do redesenho da Política Social da Saúde. O texto constitucional foi aprovado em outubro de 1988 e “[...] o complexo da seguridade social foi o que

apresentou maiores avanços legais, considerando as tentativas de integrar os sistemas de saúde, previdência e assistência social". (POCHMANN, 2004, p.88).

A vitória de Fernando Collor de Melo na primeira disputa presidencial direta em 1989 após o regime militar, marca a implementação dos ajustes neoliberais no Estado brasileiro. Todavia, esse processo é intensificado a partir de 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso, que ratificou a conforreforma do Estado.

Enquanto um conjunto de ideias conservadoras, o neoliberalismo, expande a liberdade e expansão do mercado, diminui o tamanho do Estado, e aprofunda as desigualdades sociais. O Estado com vistas a contribuir com os interesses do capital cada vez mais passa a prosseguir no movimento de desresponsabilização social sob o discurso de que a implementação de Políticas Públicas ocorre de forma ineficiente, passando a legitimar as organizações da sociedade civil na gestão dos Programas de Proteção Social. Em resumo, nos anos de 1990, as Políticas Sociais tornam-se privatizadas, focalizadas, seletivas e descentralizadas (BEHRING; BOSCHETTI, 2011) em um contexto em que crescem as demandas sociais em face do aumento do desemprego, da pobreza e das desigualdades sociais.

O novo desenvolvimentismo surge no século XXI após o neoliberalismo experimentar sinais de esgotamento. As diretrizes estratégicas do neodesenvolvimentismo são o crescimento econômico com menor desigualdade, maior eficiência das instituições do governo e maior eficiência dos mercados em que o foco são as políticas macroeconômicas. Alinhado a esse processo, os anos 2000 em toda América Latina vivenciaram a ascensão dos governos ditos progressistas.

No Brasil, a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder central significou um marco histórico para o país, onde um ex-operário alcança a presidência. Essa ascensão de Lula ao poder central se inscreve num momento de retrocesso da organização da classe trabalhadora, e contou com alianças políticas que representam interesses diferentes. Esse governo continua com posições que reafirmam o processo ocorrido durante o governo FHC, segundo Cantalice,

A defesa da estabilidade econômica, o compromisso do orçamento com a sustentação dos laços do capital financeiro e, por outro lado, apesar do alarme midiático do governo acerca do gasto na área social com suas políticas compensatórias, os registros do parque investimento direto em políticas sociais demonstram nitidamente a direção a direção político-econômica desse governo. (CANTALICE, 2009, p. 10).

A marca das políticas sociais nesse período são a fragmentação, a seletividade e a centralidade da intervenção da extrema pobreza, mesmo com os avanços na proteção social com a Constituição Federal de 1988, e por alguns estatutos e legislações sociais. O que começou com FHC, foi intensificado com Lula, tendo como carro chefe de seu governo o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família.

Nos governos petistas, o discurso adotado expressa a união entre o desenvolvimento econômico e desenvolvimento social como mecanismo de enfrentamento das expressões da "questão social". Embasado na expansão do emprego e, em decorrência, a expansão do consumo. Assim, ao passo que os governos petistas investiam na economia e na livre circulação do mercado, tentaram promover programas sociais, com destaque os programas de transferência de renda, conferindo centralidade à Política de Assistência Social, cuja Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004 traz uma nova arquitetura e organização para essa política e a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Nesse contexto, as demais políticas sociais tornam-se alvos de transformações que as colocam como produto mercantil do capital, por meio das privatizações institucionais desde a década de 1990 e intensificadas nos anos 2000, como o sucateamento da educação básica e a privatização do ensino superior.

No item seguinte, passa-se a analisar os dados das dissertações vinculadas à área de concentração da Política Social durante os anos de 1982 a 2010.

#### **4. ANÁLISES DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO NA ÁREA DE POLÍTICA SOCIAL DO PPGSS NOS ANOS DE 1982 A 2010**

A primeira Tabela, a seguir, traz os dados gerais referentes às dissertações de Mestrado Acadêmico, vinculadas às duas áreas de concentração: Fundamentos Teóricos – Prático do Serviço Social e Política Social, defendidas durante os anos de 1982 a 2010 no PPGSS/UFPB.

Tabela 1 - Frequência de ocorrências das Dissertações de Mestrado defendidas nas áreas de concentração Fundamentação teórico-prática do Serviço Social e Política Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016-2017.

Área de Concentração	Anos 80		Anos 90		Anos 2000*		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fundamentação Teórico-prática	11	37,9	15	22,4	25	18,1	51	21,7
Política Social	18	62,1	52	77,6	113	81,8	183	78,2
Total	29	100	67	100	138	100	234	100

\*Nota: os anos 2000 correspondem às obras defendidas nos 2000 até 2010.

Fonte: PPGSS/UFPB, 1982 - 2010.

Conforme demonstram os dados da Tabela 01, verifica-se a prevalência expressiva da área de concentração Política Social com 78,2% (183) dissertações defendidas, e conseqüentemente, 21,7% (51) restantes vinculam-se à área de Fundamentação Teórico - Prática do Serviço Social. Quanto às décadas, observa-se que nos anos de 1980: há 29 obras defendidas, 62,1% (18) vinculam-se a área de concentração da Política Social e 37,9% (11) à área de Fundamentação Teórico-prática; nos anos de 1990, constata-se o crescimento da área da Política Social com 77,6% (52) e 22,4% (15) na área Fundamentação Teórico-prática, totalizando em 67 obras produzidas na referida década; e, nos anos 2000, há um total de 113 obras, deparando-se com a alta incidência de 81,8% (113) dissertações vinculadas à área de concentração Política Social e 18,1% (25) à área de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social.

Esse significativo percentual de produções acadêmicas em torno das Políticas Sociais no PPGSS/UFPB expressa uma tendência investigativa do Serviço Social brasileiro, já constatado em inúmeras pesquisas e publicações. A interlocução do Serviço Social com as Políticas Sociais no Brasil inicia nas três últimas décadas do século XX e, no início do século XXI, essa relação consolida-se. Quanto ao avanço no debate entre Serviço Social e Política Social,

Isso pode ser explicado pela alteração nos sistemas de proteção social brasileiros, após o retorno do país ao Estado de Direito, em 1985 [...] Estabelece-se um amplo processo de produção de conhecimento em torno da política social, que tem se constituído em um pilar central na consolidação do Serviço Social como área de conhecimento no campo das ciências sociais. Este fato favoreceu tanto a inserção da profissão e de seus profissionais no embate político da sociedade brasileira como, também, a discussão sobre a intervenção profissional dos assistentes sociais no terreno da política social. (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p.62).

Essa aproximação do processo do conhecimento em Serviço Social no campo das Políticas Sociais contribui para o amadurecimento intelectual e metodológico dos assistentes sociais frente às múltiplas expressões da “questão social” que se apresentam durante as três décadas contempladas nesta pesquisa, perpassadas pelas mudanças e transformações que a sociedade tardo-burguesa sofre, repercutindo na reprodução da vida social e trazendo novas temáticas para a profissão.

Tabela 2 - Frequência de ocorrências das áreas de conhecimento das Dissertações de Mestrado vinculadas à Área Política Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016– 2017.

Área de conhecimento	Anos 80		Anos 90		Anos 2000		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Serviço social	08	44,4	22	42,3	44	38,9	74	40,4
Saúde	01	5,5	03	5,7	28	24,7	32	17,4
Sociologia urbana	04	22,2	09	17,3	12	10,6	27	14,7
Sociologia do trabalho	02	11,1	06	11,5	11	9,7	19	10,3
Sociologia rural	02	11,1	08	15,3	04	3,5	14	7,6
Educação	-	-	03	5,7	09	7,9	12	6,5
Direitos humanos	-	-	-	-	04	3,5	04	2,1
Psicologia	01	5,5	01	1,9	-	-	02	01
Não identificado	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Total	18	100	52	100	113	100	183	100

Fonte: PPGSS/UFPB, 1982-2010.

A leitura da Tabela 02 aponta que as Áreas de Conhecimento identificadas nas Dissertações estão agrupadas em oito grupos do saber: a maior incidência recai no Serviço Social com o total de 40,4% (74) dissertações, sendo que: na década de 80, registra-se a incidência de 44,4% (08) dessa área; na década de 1990 uma diminuição com 42,3% (22) obras; e nos anos 2000 também uma queda com 38,9% (44). Em seguida, evidencia a área da Saúde com 17,4% (32) dissertações totais, sendo: nos anos de 1980 com 5,5% (01); na década de 1990 com 5,7% (03); e nos anos 2000, dá-se um aumento notável dessa área com 25,7% (28) obras, por ser essa uma das áreas que mais empregam os assistentes sociais.

A área da *Sociologia Urbana* com 14,7% (27) que incide nos anos de 1980 com 22,2% (04); com 17,3% (09) nos anos de 1990; e uma queda nos anos 2000 com 10,6% (12). Pode-se constatar que a maior incidência dessa área recai nos anos de 1980, por ser essa década marcada por várias reivindicações dos movimentos populares urbanos no processo de redemocratização. Seguindo-se da *Sociologia do Trabalho* que conta com um total de 10,3% (19) das obras, sendo: 11,1% (02) nos anos 80; 11,5% (06) nos anos 90; e 9,7% (11) nos anos 2000. Seguidamente destaca-se a *Sociologia Rural* com um total de 7,6% (14), com maior incidência nos anos de 1990, com 15,3% (08) obras; nos anos de 1980 com 11,1% (02); e nos anos 2000 diminui a sua incidência com 3,5% (04).

A seguir, a área da Educação com um total de 6,5% (12), não se registra m dissertações defendidas na década de 1980; em 1990 com 5,7% (03); e nos anos 2000 com 7,9% (09). Logo após, a área de *Direitos Humanos* com o total de 2,1% (04), que se concentram nos anos de 2000. Seguidamente, evidencia-se a área da *Psicologia* com 1% (2) das dissertações, sendo: 1 (uma) nos anos de 1980; e uma nos anos de 1990; e nenhuma nos anos 2000. E uma dissertação sem a identificação da área de conhecimento, defendida nos anos 2000.

Evidencia-se que o *Serviço Social*, segundo Netto (1996, p.12) “[...] enquanto profissão, não é uma ciência nem dispõe de teoria própria [...], mas por atuar na realidade social, dialogam com outras áreas de conhecimento e produzem conhecimento [...] de natureza teórica, incorporáveis pelas ciências sociais e humanas”. Explica-se, assim, o diálogo com oito áreas do conhecimento, nas dissertações produzidas no PPGSS/UFPB. Também se assinala a procura de profissionais de outras áreas para cursar o Mestrado Acadêmico em Serviço Social da UFPB.

Tabela 3 - Frequência de ocorrências dos campos das Políticas Sociais nas Dissertações de Mestrado, vinculadas à Área Política Social do PPGSS/UFPB, João Pessoa/PB, 2016-2017.

Campos da Política Social	Anos 80		Anos 90		Anos 2000		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Política da Saúde	01	5,5	05	9,6	23	20,3	29	15,8
Política da Criança e Adolescente	-	-	10	19,2	17	15	27	14,7
Política da Assistência Social	-	-	07	13,4	18	15,9	25	13,6
Política da Educação	03	37,5	07	13,4	09	7,9	19	10,3
Políticas Agrárias	02	11,1	10	19,2	04	3,5	16	8,7
Política da Habitação	04	22,2	03	5,7	01	0,8	08	4,3
Política da Pessoa Idosa	-	-	-	-	08	07	08	4,3
Política da Pessoa com Deficiência	-	-	-	-	07	6,1	07	3,8
Política de Saúde Mental	-	-	01	1,9	05	4,4	06	3,2
Política Social	03	16,6	01	1,9	01	0,8	05	2,7
Política sobre Drogas	-	-	-	-	04	3,5	04	2,1
Política para a Família	-	-	-	-	03	2,6	03	1,6
Política de Saúde do Trabalhador	01	5,5	01	1,9	01	0,8	03	1,6
Política da Previdência	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Política da Segurança Pública	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Política para Mulher	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Política para Juventude	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Política Cultural	-	-	01	1,9	-	-	01	0,5
Não Identificado	03	16,6	06	11,5	08	07	17	9,2
Total	18	100	52	100	113	100	183	100

Fonte: PPGSS/UFPB, 1982 – 2010.

Na Tabela 03 analisam-se os campos de atuação da Política Social, pesquisados no PPGSS/UFPB. Com a maior incidência, destaca-se a *Política de Saúde* com o total de 15,8% (28) obras, sendo: em 1980, uma dissertação defendida; nos anos de 1990, são 05; e nos anos de 2000 há um crescimento considerável com a defesa de 23 dissertações. Em seguida, aponta-se *Política da Criança e Adolescente* com um total de 14,7% (27), sendo que: não há dissertação defendida nos anos de 1980; nos anos de 1990, foram 10; e, na década de 2000, com 17. Seguidamente, tem-se a Política de Assistência Social com o total de 25, sem nenhuma incidência anos de 1980; nos anos de 1990 com 07 dissertações; e anos 2000, com 18, constatando o crescimento dessa Política, principalmente na Era Lulista com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2004. A seguir, a *Política de Educação* com um total de 19, sendo 03 nos anos 1980; 07 nos anos de 1990; e 09 dissertações defendidas nos anos 2000.

Logo após, tem-se o campo das *Políticas Agrárias* com um total de 16 dissertações, sendo: 02 na década de 1980; nos anos de 1990 há um crescimento com 10 obras; e anos 2000 essa incidência diminui drasticamente com 04 dissertações defendidas. Em seguida, cita-se a *Política de Habitação* com um total de 08 dissertações, com maior incidência dos anos de 1980 com 04 dissertações; nos anos de 1990, essa incidência diminui para 03; e nos anos 2000 com apenas 01 dissertação defendida. A *Política para a Pessoa Idosa* indica um total de 08 dissertações defendidas apenas nos anos 2000, portanto, sem nenhuma incidência nos anos de 1980 e 1990. A seguir, a *Política da Pessoa Com Deficiência* com 07 dissertações defendidas apenas nos anos 2000. A *Política da Saúde Mental* apresenta um total de 06 dissertações defendidas, sendo 01 na década de 1990; e 05 nos anos 2000.

Em seguida, registra-se o foco investigativo na *Política Social* com 05 dissertações que trazem uma discussão mais geral, por esse motivo não foram setorizadas como as demais. Nos anos de 1980, incide 03; tem-se uma diminuição nos anos 1990 com apenas uma; e também uma dissertação nos anos 2000.

As políticas com menor incidência são: *Política Sobre Drogas* 2,1% (04) obras; a *Política para a Família* com 1,6% (03); a *Política de Saúde do Trabalhador* também conta com 1,6% (03); com 0,5% (01) dissertação cada uma das seguintes políticas: a *Política da Previdência*, *Política de Segurança Pública*, *Política para a Mulher*, a *Política para a Juventude* e a *Política Cultural*. Registra-se 17 dissertações defendidas em que não foi possível identificar o campo da *Política Social*.

As políticas sociais setoriais são frutos da totalidade do real que se apresenta ao assistente social em seu campo de atuação que reconfigura a necessidade de novas intervenções sobre as demandas sociais. Por isso a produção do conhecimento contribui para a compreensão dessas realidades, no intuito de subsidiar a perspectiva do profissional na sua intervenção.

## 5. CONCLUSÃO

Em termos conclusivos, constata-se que a produção do conhecimento na área do Serviço Social amplia-se nas últimas décadas, a partir do surgimento dos programas de pós-graduações, do reconhecimento dos órgãos de fomento à pesquisa e o desenvolvimento a ampliação da pesquisa. O crescimento dessa produção contribui com a própria profissão, desenvolvendo cada vez mais a criticidade, a maturidade intelectual e o aumento da massa crítica.

No tocante ao PPGSS/UFPB, pode-se afirmar que tem cumprido o seu papel em analisar a realidade concreta que se apresenta nas determinações sócio-históricas, uma vez que o Serviço Social tem contribuído com a formação política, cultural, social etc.

Verificou-se o crescimento das dissertações de mestrado vinculadas à área de concentração da *Política Social*. Quanto aos objetos de análises dessas dissertações, comprovou-se que estão alinhados com os determinantes históricos das três décadas contempladas nesta pesquisa, demonstrando que os assistentes sociais estão intensificando as pesquisas nessa área para compreender, analisar e dar respostas concretas as demandas sociais postas, que são demandadas nos seus espaços ocupacionais.

## REFERÊNCIAS

- [1] ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. O Processo de Produção do Conhecimento do Serviço Social à Luz do Legado da Modernidade à Emergência da Pós-Modernidade: o estado da arte das Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB. João Pessoa: UFPB/ CCHLA/ DSS/ PPGSS/ SEPACOPS, 2016. (Projeto de Pesquisa e Plano de Trabalho).
- [2] ALVES, Giovanni. A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica. São Paulo: Boitempo, 2012. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a- crise-estrutural-do-capital-e-sua- fenomenologia-historica/>>. Acesso em: 19 jan. 2018.
- [3] BEHRING, Elaine Rossetti; BOSHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2011.
- [4] CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. Projeto Ético- Político do Serviço Social Brasileiro: as teses da crise, da (possível) dissolução da hegemonia e da viabilidade histórica. Rio de Janeiro: PPGSS/UERJ, 2009.
- [5] JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- [6] GUERRA, Yolanda. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p. 125-158, jul./dez. 2011.
- [7] KAMEYAMA, Nobuco. A Trajetória da Produção de Conhecimento em Serviço Social: avanços tendências (1995 a 1997). *Cadernos ABESS*, São Paulo: Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social, n. 8, p. 33-76, 1998.
- [8] MIOTO, Regina Celia Tamaso; NOGUEIRA Vera Maria Ribeiro. *Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional*. Katálisis, Florianópolis v.16 n<sup>o</sup>. esp., p. 61-71, 2013.
- [9] NETTO, José Paulo. *Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil*. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.
- [10] PRATES, Jane Cruz. A produção de conhecimentos e a contribuição dos periódicos para o amadurecimento teórico do Serviço Social. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 213 - 220, jul./dez. 2013.

- [11] POCHMANN, Marcio. O desafio da inclusão social no Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 2004.
- [12] UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO,
- [13] PESQUISA E EXTENSÃO. Resolução Nº 46/2014. João Pessoa: UFPB/CONSEPE, 12 nov. 2014.
- [14] WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda “pós-moderna”? In: FOSTER, John Bellamy (Orgs.). Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- [15] YASBEK, Maria Carmelita. Fundamentos Históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: SERVIÇO social: direitos e competências profissionais. Brasília- DF: CEFESS/ABEPSS, 2009. p. 144-163.

# Capítulo 9

## *A importância do orçamento público para a efetivação das políticas públicas: Uma breve análise sobre o orçamento da assistência social do município de Maracanaú-CE*

*Kelma Maria Vasconcelos Cardoso*

*Leiriane de Araújo Silva*

*Elizângela Assunção Nunes*

**Resumo:** Este artigo destina-se a compreender a importância do orçamento público para a efetivação das políticas públicas, de modo particular para a Política de Assistência Social no município de Maracanaú (CE). Para isso foi realizada uma apresentação da temática finanças e orçamento público, para então realizar uma breve análise sobre o orçamento destinado à assistência social em Maracanaú. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental. Por meio deste trabalho verificou-se a relevância do orçamento público, a evolução dos valores para o órgão gestor da Política de Assistência Social em Maracanaú e suscitou a necessidade de continuidade dos estudos nesta área.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Gestão Pública; Finanças Públicas; Orçamento Público.

## 1. INTRODUÇÃO

A temática orçamento público nem sempre tem sido objeto de interesse e discussão pelos atores das políticas públicas contemporâneas, embora seja de suma importância para a efetivação das mesmas e esteja atualmente em pauta. Acredita-se que existe um mito que este assunto deve ser para contadores, administradores, no máximo para gestores das políticas públicas. Assim, este trabalho pretende desmistificar este tema e ressaltar a importância dele em várias áreas de atuação das políticas públicas.

Vale ressaltar ainda que as políticas públicas operacionalizam por meio da gestão pública, que por sua vez rege-se por princípios, normas, legislações. Ressalta-se que, os termos gestão pública e a administração pública serão considerados sinônimos nesta pesquisa. A gestão pública deve orientar-se pelos princípios básicos da Administração Pública, como legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Uma frase bem conhecida que norteia a ação e a decisão do gestor público, é a seguinte: “Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer tudo que a lei autoriza” (LIMA, 2005, p. 244).

Desta forma, por mais que os gestores públicos pretendam implantar ações que possibilitem a melhoria do serviço público, eles deverão orientar-se por estes princípios e todos demais preceitos da gestão pública, o que ao mesmo tempo restringe e norteia o poder de decisão pública.

A questão que se coloca na atualidade em relação à administração pública não é mais resolver exclusivamente o problema da confiança pública na probidade do governo, mas produzir confiança pública em sua capacidade de desempenho (BEHN, 1998). Verifica-se que a administração pública reage às mudanças econômicas e sociais que se processam à sua volta, entretanto ainda de forma lenta, o que reflete de maneira negativa nas organizações públicas, podendo gerar sentimentos de desestímulo e resistência a mudanças.

Com relação à adoção de medidas para melhorar o desempenho da administração pública, existem diversos mecanismos que podem ser utilizados pelos governos para promover essas mudanças, segundo Matias-Pereira (2012), entre esses instrumentos, destacam-se o processo orçamentário, o sistema de gestão de pessoal e a transparência. Neste estudo, focaremos na importância do orçamento público para a efetivação das políticas públicas, de modo especial na Política de Assistência Social.

## 2. OBJETIVOS

Diante de tais considerações, e acreditando que a relevância deste estudo está centrada na possibilidade de contribuir para uma reflexão crítica em torno do assunto em questão, esta pesquisa possui como objetivo geral: compreender a importância do orçamento público para a efetivação das políticas públicas, de modo particular para a Política de Assistência Social no município de Maracanaú.

Como objetivos específicos, este trabalho pretende: conhecer os principais conceitos sobre finanças públicas e orçamento público; verificar os valores do orçamento da Secretaria de Assistência Social - SASC do município de Maracanaú; verificar brevemente o financiamento dos três entes federados: União, Estado e Município.

## 3. JUSTIFICATIVA

O interesse das pesquisadoras em suscitar a temática se deu em decorrência das observações e inquietações que se materializam por meio das experiências profissionais na gestão da Política de Assistência Social do município de Maracanaú-CE, bem como do referido assunto encontrar-se em pauta no cenário nacional, como uma das dimensões necessárias para justificar a instabilidade da economia, como por exemplo com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95<sup>16</sup>, de 15 de dezembro de 2016, que institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte (20) exercícios financeiros, conforme previsto.

Ainda destaca-se a importância para a academia, tendo em vista a relevância desta temática e a carência de mais discussões sobre a mesma, de modo a fomentar o interesse neste campo e desmitificar que este assunto é complexo e que não necessita ser de conhecimento de todos, tendo em vista que vivenciamos os

16Referente a proposta de Emenda à Constituição - PEC nº 241/55, chamada de PEC do Teto dos Gastos Públicos.

reflexos dá gerência ou ingerência em prol da melhor utilização dos recursos públicos e distribuição das riquezas do país.

Também é esperado que os resultados deste estudo despertem o interesse de outros órgãos e da comunidade em geral para a necessidade de se compreender melhor a temática orçamento público, a fim de poder participar como atores protagonistas, e não apenas coadjuvantes na elaboração e monitoramento das políticas públicas.

#### 4. MÉTODO

Quanto à metodologia de pesquisa, é por meio dela que é possível planejar o caminho para alcançar um determinado resultado, previamente objetivado. A natureza desta pesquisa é qualitativa. Desta forma, ao usar a pesquisa qualitativa, as pesquisadoras buscaram analisar significados, motivos, valores e atitudes, o que possibilitou uma análise mais profunda das relações e seus processos. Para tanto, os critérios utilizados neste tipo de estudo foram a coerência e a lógica, a consistência de seus conteúdos e materiais selecionados, a intersubjetividade, a objetivação e a originalidade (GIL, 2001).

Quanto aos seus meios de investigação, ou seja, seus procedimentos técnicos, o estudo foi bibliográfico e documental. O levantamento bibliográfico sobre o tema que se pretende pesquisar, se deu a partir de referências teóricas publicadas, as quais, de forma interligadas, subsidiaram todas as partes da pesquisa. Já a pesquisa documental aconteceu por meio de arquivos, leis, decretos, portarias, normatizações, relacionados a Política de Assistência Social e a Secretaria de Assistência Social e Cidadania, da Prefeitura de Maracanaú, do estado do Ceará.

#### 5. RESULTADOS OBTIDOS

É de suma importância destacar que para compreender o conceito de política social como política pública e direito de cidadania é preciso conhecer o termo política em seus dois principais significados. Partindo desta assertiva:

Há, de fato, um sentido mais geral, referente aos temas clássicos da política, como eleições, voto, partido, parlamento, governo. Mas, há também, um sentido mais recente e restrito, que se refere às ações do Estado face às demandas e necessidades sociais da sociedade, desde que aquele se tornou crescentemente interventor (PEREIRA apud BOSCHETTI, 2008, p. 87).

Neste artigo, o significado de política é o mais recente e restrito como dito, caracterizado como política pública, o qual engloba a política social. Entretanto, como disse Gramsci (1990, p. 15), mesmo que os primeiros elementos sejam esquecidos, eles continuam presentes pela sua reiteração, tornando-se, assim, os “pilares da política e de qualquer ação coletiva”. Partindo deste entendimento, desca-se a seguir os principais conceitos de finanças e orçamento público, para melhor compreensão da efetivação das Políticas Públicas.

##### 5.1. FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO PÚBLICO

As finanças públicas tratam dos gastos do setor público e das formas de financiamento desses gastos, de forma sucinta. Desta forma, são desenvolvidos estudos e análises que procuram compreender e esclarecer a participação setor público na economia, as fontes e origens das receitas públicas, as formas de intervenção do Estado na atividade econômica. Enquanto, o orçamento público é um dos instrumentos de planejamento das finanças públicas, utilizado para gerenciar e controlar a aplicação dos recursos públicos e monitorar os gastos realizados, devendo representar o compromisso do governante com a sociedade para a execução de políticas públicas. Vejamos a definição de Finanças Públicas, conforme Baleeiro:

Ela é a disciplina que, pela investigação dos fatos, procura explicar os fenômenos ligados à obtenção e dispêndio do dinheiro necessário ao funcionamento dos serviços a cargo do Estado, ou de outras pessoas de direito público, assim como os efeitos outros resultantes dessa atividade governamental (1995, p. 6).

Já por meio do orçamento público os cidadãos podem visualizar onde, quando e com quais recursos será realizada uma obra ou fornecido um serviço. No entanto, os citados cidadãos precisam ter um mínimo de

formação ou informação nesta área para poder compreender a mencionada peça, sendo que este entendimento não é de domínio ou interesse de todos, mesmo que possa impactar no cotidiano da população. Desta forma, como ressalta Salvador (2010) o estudo do orçamento público deve ser considerado como um elemento importante para compreender a política social, pois é uma peça técnica que vai além da sua estruturação contábil, refletindo a correlação de forças sociais e os interesses envolvidos na apropriação dos recursos públicos.

Colabora ainda com essa assertiva Castro (2012), pois segundo ela o orçamento público, concebido inicialmente como um instrumento de controle das receitas e despesas, vai sendo determinado historicamente como um espaço de tomada de decisões sobre os objetivos dos gastos e recursos necessários para o financiamento, em diferentes tempo e lugares. Assim, o dimensionamento desses gastos permite compreender e mensurar a importância dada a cada política pública.

São instrumentos de planejamento e operacionalização das finanças públicas e também complementares para a elaboração do orçamento público, previsto pela Constituição Federal de 1988: o Plano Plurianual (PPA)<sup>17</sup>, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)<sup>18</sup> e a Lei Orçamentária Anual (LOAS)<sup>19</sup>. O objetivo principal destas três peças orçamentárias é integrar as atividades de planejamento e orçamento visando garantir a execução das políticas públicas governamentais nos municípios, estados e em âmbito nacional.

O Poder Executivo tem a prerrogativa de elaborar e executar o PPA, a LDO e a LOA, enquanto o Poder Legislativo pode alterar, por meio de emendas, a proposta original ou apenas confirmar as propostas por meio do voto. Ressalta-se a importância do orçamento participativo como meio de atender as necessidades e demandas da população nas fases de elaboração, e também posteriormente monitorando se o que fora aprovado está sendo realizado.

No item seguinte, analisaremos brevemente o orçamento da Secretaria de Assistência Social e Cidadania - SASC, órgão que operacionaliza a Política de Assistência Social no município, como segue.

## 5.2. ORÇAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ (CE)

Com base nas informações, referentes a LOA, disponibilizadas no Portal da Transparência do município de Maracanaú – CE, e com foco no orçamento destinado à SASC, realizamos algumas breves análises, sem a pretensão de esgotar o assunto e sim aguçar o interesse por ele, conforme a seguir.

Destacamos ainda que a SASC foi criada no início de 2005, proporcionando maior autonomia ao órgão<sup>20</sup>, sua sede localiza-se na Av. II, nº 150 – Centro Administrativo – Jereissati I – em Maracanaú<sup>21</sup>, município localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, do Estado do Ceará.

Maracanaú possui uma população de 209.057 habitantes, conforme projeção do IBGE – 2010. Localiza-se a 15 quilômetros do centro de Fortaleza, 12km do Aeroporto Internacional Pinto Martins e 26km do Porto do Mucuripe (Maracanaú, 2012). É uma cidade eminentemente urbana, sedia o maior polo industrial do Estado, sendo a economia municipal centralizada fundamentalmente no setor industrial, embora apresente em seu entorno um cenário de pobreza e violência urbana, exigindo uma maior ação do poder público na oferta de políticas públicas.

Quanto às análises diante das informações disponibilizadas no portal da transparência de Maracanaú, inicialmente, identificamos o valor nominal e o percentual do orçamento destinado à SASC, comparando ao orçamento total do município de cada ano, durante o período de 2007 e 2017, conforme Tabela 1:

17No PPA devem constar as ações planejadas, as diretrizes, objetivos e metas do governo, incluídas as despesas de investimento e custeio dos serviços para quatro anos, iniciando-se no governo vigente e se estendendo por mais um ano no governo seguinte (CASTRO, 2012).

18A LDO consta de metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (CASTRO, 2012).

19A LOA estabelece anualmente as receitas e despesas de natureza fiscal e de seguridade social em conformidade com as ações constantes no PPA (CASTRO, 2012).

20Antes de 2005, a Assistência Social era uma coordenação vinculada à Secretaria de Saúde.

21O nome Maracanaú em Tupi significa “lagoa onde bebem as maracanãs”. Assim, o nome do Município surgiu em virtude do grande número de maracanãs que sobrevoavam ao longo de suas lagoas (Maracanaú, 2012).

TABELA 1 - Orçamento da SASC de Maracanaú e do município no período de 2007 a 2017.

Ano	Orçamento da SASC	Orçamento do Município	PERCENTUAL
2007	R\$ 9.679.700,00	R\$ 236.792.500,00	4,09%
2008	R\$ 15.164.240,00	R\$ 289.149.100,00	5,24%
2009	R\$ 13.952.600,00	R\$ 331.262.140,00	4,21%
2010	R\$ 17.026.700,00	R\$ 447.733.100,00	3,80%
2011	R\$ 17.292.300,00	R\$ 444.950.250,00	3,89%
2012	R\$ 22.663.100,00	R\$ 491.021.100,00	4,62%
2013	R\$ 23.884.600,00	R\$ 515.234.480,00	4,64%
2014	R\$ 28.028.100,00	R\$ 642.563.750,00	4,36%
2015	R\$ 28.381.800,00	R\$ 740.323.150,00	3,83%
2016	R\$ 27.116.100,00	R\$ 732.249.200,00	3,70%
2017	R\$ 26.824.000,00	R\$ 731.476.000,00	3,67%

Fonte: Portal da Transparência Maracanaú – adaptado (2017).

Segundo a Tabela 1, verificamos que o valor nominal do orçamento da SASC evoluiu de R\$ 9.679.700,00 (nove milhões seiscentos e setenta e nove mil e setecentos reais) para R\$ 26.824.000,00 (vinte e seis milhões e oitocentos e vinte e quatro mil) durante o período de 2007 a 2017, valor crescente a cada ano até 2015, exceto em 2009, e a partir de 2016 com redução, acompanhada também pela diminuição do orçamento do município nestes dois últimos anos, o que nos leva a acreditar que seja reflexo a refração da economia nacional.

Ainda com base na Tabela 1, verificamos que quanto a representação da SASC no orçamento em Maracanaú, o maior percentual ocorreu em 2008 com 5,24% e o menor percentual em 2017 com 3,67%. Ressaltamos ainda que a Política de Assistência Social não possui um percentual mínimo de orçamento garantido constitucionalmente, como é o caso da Educação e da Saúde. Por isso, evidencia-se ainda mais que o orçamento é um instrumento estratégico e de correlação de forças e prioridades das políticas públicas.

Outra análise realizada, foi quanto a fonte, ou seja, a origem do recurso, tomando por base, neste caso, os anos de 2007 e 2017. O intuito principal era conhecer quanto cada ente federado (União, Estado e Município) colaborou com o financiamento da assistência social em Maracanaú. Desta forma, vejamos a Tabela 2:

TABELA 2 - Orçamento da SASC em Maracanaú por fonte de recurso nos anos 2007 e 2017.

ORÇAMENTO	2007		2017	
<b>RECURSOS DO TESOUREO (TOTAL)</b>	<b>R\$ 9.679.700,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$ 26.824.000,00</b>	<b>100,00%</b>
Recursos Ordinários (do Município)	R\$ 6.218.060,00	64,24%	R\$ 21.742.000,00	81,05%
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS (União)	R\$ 1.606.640,00	16,60%	R\$ 4.129.000,00	15,39%
Transferências de Recursos de Convênios – União/Assistência Social	R\$ 1.855.000,00	19,16%	R\$ 630.000,00	2,35%
Transferências de Recursos de Convênios - Estado/Assistência Social (Estado)	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 73.000,00	0,27%
Recursos Destinados aos Direitos da Criança do Adolescente	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 200.000,00	0,75%
Recursos Vinculados - Outros	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 50.000,00	0,19%

Fonte: Portal da Transparência Maracanaú – adaptado (2017).

Ressalta-se que o modelo de gestão preconizado pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS prevê o financiamento compartilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e deve ser viabilizado por meio de transferências regulares e automáticas entre os fundos<sup>22</sup> de assistência social,

<sup>22</sup>Os fundos de assistência social são instrumentos de gestão orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos quais devem ser alocadas as receitas e executadas as despesas relativas ao conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social (NOB SUAS, 2012).

observando-se a obrigatoriedade da destinação e alocação de recursos próprios pelos respectivos entes (NOB SUAS, 2012).

Sendo que a luz da Tabela 2, constatamos que o ente que mais financia as ações desenvolvidas pela SASC é o próprio município de Maracanaú. No ano de 2007, o percentual de alocação de recursos ordinários do município foi de 64,24% e em 2017, ainda maior, 81,05%, enquanto a União transferiu recursos por meio do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS para o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, representando 16,60% em 2007 e 15,39% em 2017. Quanto aos recursos estaduais, o percentual de cofinanciamento foi ínfimo.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que este trabalho aguçou a necessidade de uma reflexão crítica em torno da temática do orçamento público. O estudo em questão possibilitou ratificar a importância das peças de planejamento e orçamento: PPA, LOA e LDO, não apenas para cumprir um formalismo imposto pela legalidade dos atos públicos, mas sim, a partir da compreensão de que neles devem estar depositados os interesses e demandas da população, objetivando a elaboração de políticas públicas que tenham como horizonte a construção de uma sociedade mais justa, com maior distribuição das riquezas, proporcionando mais qualidade de vida.

Desta forma, requer o compromisso dos técnicos e gestores públicos de contemplar nestes documentos programas e ações exequíveis e não uma ficção, conforme Viccari Junior, (2002). O autor ressalta ainda a importância do monitoramento na gestão pública, segundo ele: “a demonstração de que variáveis possíveis estão sendo monitoradas comprova que a gestão pública está atuando de forma responsável e tecnicamente correta, e permite perceber se o planejado está sendo executado e avaliado de forma eficaz” (VICCARI JUNIOR, 2002, p. 37).

Quanto ao orçamento público destinado à SASC de Maracanaú, verificamos que houve crescimento de valores nominais, conforme evolução do próprio orçamento total do município, mas que nos últimos dois anos, 2016 e 2017, tanto os valores nominais como o percentual, apresenta redução, o que nos remete ao cenário atual de rebatimentos nos investimentos nas políticas sociais, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte (20) exercícios financeiros, conforme previsto.

Cabe aqui lembrar do pensamento de Dye (2005) ao conceituar política pública como aquela que o governo faz, porque faz e que diferença faz e aquela em que o governo escolhe fazer ou não fazer. Portanto, quando se fala de política pública, refere-se a “política cuja principal marca definidora é o fato de ser pública, isto é, de todos, e não porque seja estatal (do Estado) ou coletiva (de grupos particulares da sociedade) e muito menos individual” (PEREIRA *apud* BOSCHETTI, 2008, p.85).

Portanto, o orçamento público é um instrumento estratégico de planejamento para a implementação das políticas públicas. Por isso, a compreensão do processo de construção e execução orçamentária é de suma relevância para o desempenho das políticas públicas e deve ser buscada ou oportunizada o seu entendimento por parte dos gestores públicos, legisladores, trabalhadores, conselheiros e pela população nas três esferas de governo: União, Estado e Município.

Enfim, ressaltamos que nos propusemos a despertar e intensificar o interesse por este assunto, mas, ao mesmo tempo, percebemos que as “conversas” com os autores aqui citados e breves análises realizadas, despertaram também em nós pesquisadoras e servidoras públicas a continuidade de estudos sobre este assunto, de modo a aprofundar esta discussão.

## REFERÊNCIAS

- [1] Baleeiro, Aliomar. Uma introdução à ciência das finanças. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- [2] Behn, Roberto D. O novo paradigma da gestão pública e a busca da accountability democrática. Revista do Serviço Público, Brasília, ano 49, nº 4, p. 5-46, out./dez. 1998.
- [3] Bobbio, Noberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- [4] Boschetti, Ivanete et al. Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 1ª ed., 2009.

- [5] \_\_\_\_\_. Constituição República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- [6] Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. PNAS/2004. Brasília, 2004.
- [7] \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, DF: MDS, 2012.
- [8] \_\_\_\_\_. Presidência da República, Lei Orgânica da Assistência Social – Loas, Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, publicado no Dou de 08 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011.
- [9] Castel, Robert. *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- [10] Castro, Iêda Maria Nobre. Pacto Federativo e financiamento da assistência social: as implicações da regulação do SUAS sobre os orçamentos municipais. *Revista Temporalis*. Brasília (DF), ano 12, p. 69-96, jan/jun. 2012.
- [11] Dye, Thomas. *Understanding public policy*. 11 ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2005.
- [12] Gil, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2001.
- [13] Gramsci, Antônio. *Poder, política e partido*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- [14] Lima, Carlos Alberto Nogueira de. *Administração pública para concursos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- [15] Maracanaú. Secretaria de Assistência Social e Cidadania. *Diagnóstico*. Maracanaú – CE, 2012.
- [16] \_\_\_\_\_. *Leis Orçamentária Anuais*. Portal da Transparência de Maracanaú. Disponível em <<http://www.maracanau.ce.gov.br/portal-da-transparencia/>>. Acesso em: 08 de abril de 2017.
- [17] Matias-Pereira, José. *Manual de gestão pública contemporânea*. 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 2012.
- [18] Salvador, Evilasio. O controle democrático no financiamento e gestão do orçamento da Seguridade Social no Brasil. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 40 - 51, jan./jul. 2012.
- [19] \_\_\_\_\_. *Fundo Público e Seguridade Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
- [20] Silva, Ivaldo. *Síntese da História de Maracanaú*. Maracanaú, 1992.
- [21] Viccari Junior, Aduino [et al]. *Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada: lei complementar nº101, de 4 de maio de 2000*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

# Capítulo 10

## *Respeito às demandas locais: A experiência do fórum popular da cozinha comunitária do Alto Alegre*

*Elizângela Assunção Nunes*

*Francisca Edleuza Castro da Silva Carneiro*

*Louiziana Maria Ponce da Silva*

**Resumo:** O presente artigo compreende que democracia é algo dinâmico e que participação social é a participação da sociedade em espaços públicos tendo interlocução com o Estado. O artigo tem como objetivo: discorrer sobre os diversos sentidos conferidos à democracia e participação social na conjuntura brasileira relatando uma experiência local de participação de usuários(as) na implantação e execução de um equipamento público de alimentação e nutrição, Cozinha Comunitária, no bairro do Alto Alegre, no município de Maracanaú-CE.

**Palavras-chave:** democracia; participação social; equipamento público de alimentação e nutrição.

## 1. MARCO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

Diante da grandeza de teorias e conjecturas existentes acerca da democracia, esta é fonte inexaurível de inquietações e controvérsias em relação ao seu teor. “Da idade clássica a hoje o termo “democracia” foi sempre empregado para designar uma das formas de governo, ou melhor, um dos diversos modos com que pode ser exercido o poder político” (Bobbio, 1987, p.135). Reitera ainda que,

democracia, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático, é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos. Todo grupo social está obrigado a tomar decisões vinculatórias para todos os seus membros com o objetivo de prover a própria sobrevivência, tanto interna como externamente (Bobbio, 1986, p.17).

Segundo Bobbio (2000), no clássico debate sobre a mais perfeita configuração de governo, a democracia foi quase sempre colocada em último lugar, exatamente em razão de sua natureza, de poder dirigido pelo povo ou pela massa, ao qual foram habitualmente atribuídos os piores vícios da licenciosidade, do desregramento, da ignorância, da incompetência, da insensatez, da agressividade, da intolerância.

O termo democracia passa ainda por inúmeras divisões, tais como: democracia política versus democracia social; democracia formal versus democracia substancial; democracia dos antigos versus democracia dos modernos e democracia representativa versus democracia direta.

No presente trabalho, centraremos na democracia dos modernos, no qual quem toma a decisão é o representante dos cidadãos, diferentemente da democracia dos antigos, no qual ocorria a participação direta dos cidadãos nas tomadas de decisão. A democracia dos modernos se pauta na representação política, na qual o cidadão participa através de estruturas pensadas pelo Estado para eleger os seus representantes. Como exemplo, de mecanismos de democracia direta, destacamos a implementação de Conselhos de Direitos, Conferências, Audiências Públicas, Orçamentos Participativos, Fóruns, dentre outros, sempre objetivando alargar a inserção da população nas tomadas de decisões do Estado.

Podemos afirmar que, no Brasil, vivenciamos uma democracia representativa e participativa. A democracia participativa, segundo Benevides (1994), é um modelo de organização política, na qual o povo, além de ser o titular do poder supremo, pode e deve exercê-los diretamente, sem a intermediação de pessoas e instituições nos diversos processos de decisão, controle, fiscalização e sanção da esfera pública, através de referendos e plebiscitos; conselhos de gestão, fiscalização de serviços públicos e orçamento participativo e o júri popular. Percebemos que a democracia participativa é um regime no qual se almeja que existam efetivos mecanismos de controle da sociedade civil sob a administração pública, não reduzindo o papel democrático ao voto.

A democracia representativa é uma organização política da sociedade, na qual é selecionado um determinado número de representantes para dirigir os interesses de toda uma sociedade. Esses representantes são eleitos, geralmente, por votação, para representar, agir, decidir em “nome do povo”, se agrupando em parlamento, congresso ou assembleia.

Para O’Donnell (1998), a democracia não é apenas um regime político, mas também um modo de relacionamento entre o Estado e os cidadãos e dos cidadãos entre si. Portanto, na ausência e/ou fragilidade de instituições democráticas, as deficiências na observância do princípio da lei, esses relacionamentos são fortemente prejudicados.

O autor percebe que o processo de democratização é algo de longo prazo, com modificações cotidianas na relação entre Estado e sociedade civil, que submerge a inclusão, pelos atores políticos dos princípios democráticos expressos em normas e valores. Por isso, não temos como falar de democracia sem falar em participação social.

As discussões sobre participação social, no Brasil, refletem o desenho de um movimento diversificado e intensificado, em meados dos anos 1970, através do surgimento dos novos movimentos sociais. A participação social nos processos de construção de políticas públicas é uma temática estudada por diversos autores refratando a ansiedade de incluir a sociedade na gestão das políticas públicas.

Gohn (2000) compreende que participação social se relaciona ao modo como a sociedade é incluída nos processos de construção das políticas públicas. Sayago (2000) parte do posicionamento do indivíduo sobre a sua forma de participar das decisões. A possibilidade de ter controle e poder de decisão sobre

problemáticas que afetam sua própria condição, motiva esse indivíduo a buscar alguma forma mais direta de participação.

A Constituição Federal de 1988 coroou o processo de participação social, infligindo a importância da participação da sociedade na vida do Estado, ao instituir vários dispositivos nas esferas públicas de âmbitos federal, estadual, municipal e local. Afiançou raízes democráticas na organização política, social, econômica e fundiária do país, além da garantia do fortalecimento da cidadania. Em seu Artigo 1º, fica explícito que a república brasileira se constitui como um Estado Democrático de Direito, tendo como fundamentos: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Nesse sentido, a Constituição Federal ajustou transformações na sociedade brasileira concretizando antigas questões populares, por uma maior inserção da sociedade nos processos de tomadas de decisão e gestão das políticas públicas. Introduziu novos valores democráticos, maior transparência e controle social na atuação do Estado, no tocante às políticas sociais, além de estabelecer sistemas de gestão democrática, em vários campos de atuação da Administração Pública.

Arretche (1998) descreve profundas alterações na natureza das relações intergovernamentais, ao longo dos anos 80, com o fim do Regime Militar, a instituição de eleições diretas para todos os níveis de governo e a descentralização fiscal amparada pela nova Constituição. A autora afirma que essas mudanças permitiram redefinir as competências e atribuições da gestão das políticas sociais, sob um modelo inteiramente distinto daquele sob o qual elas foram assumidas no regime militar.

Na Constituição Federal de 1988, nos artigos 204 e 227, assegura-se a participação da população, por meio de organizações representativas, no processo de formulação e controle das políticas públicas, em todos os níveis da gestão administrativa (municipal, estadual e federal). Essa Constituição regulamentou novas normas de participação democrática, propiciando a inserção da sociedade na gestão das políticas públicas de forma direta, como, por exemplo, a legitimação da construção de orçamentos participativos, a criação dos conselhos gestores de políticas públicas, conferências, mesas de negociação, audiências públicas, fóruns dentre outros canais.

Tais canais têm motivado oportunidades para movimentos e atores sociais, grupos, associações, entre outros, a levarem suas demandas que, por representarem minorias políticas, têm grande dificuldade que suas demandas cheguem aos legisladores e formuladores de políticas públicas.

## 2. RESULTADOS

Maracanaú é um município localizado no estado do Ceará, constituinte da região metropolitana de Fortaleza. Delimita-se ao norte por Fortaleza e Caucaia, ao oeste por Caucaia e Maranguape, ao sul, por Pacatuba e Maranguape e ao leste, por Pacatuba e Maranguape. O desenvolvimento de Maracanaú surgiu com a emancipação da condição de distrito pertencente ao município de Maranguape, ocorrido em 04 de julho de 1983.

Caracteriza-se pela grande riqueza produzida através do seu parque industrial. No entanto, apresenta uma grande contradição, pois sua riqueza produzida não é socialmente distribuída. Assim, grande parcela da população é sujeito das políticas públicas, principalmente, da Política de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como dos programas e projetos de inclusão produtiva e transferência de renda.

A comunidade do Alto Alegre, objeto de estudo deste artigo, foi constituída, há mais de 30 anos, a partir de uma área de ocupação, marcada por um processo de organização comunitária, para a luta e conquista daquele território. Por ser uma área limítrofe entre os municípios de Fortaleza e Maracanaú, vivencia uma indefinição quanto à responsabilidade da gestão municipal e a garantia de seus direitos (ADELCO, 2011).

Por se tratar de uma comunidade em área de ocupação, as famílias ali inseridas, carecem de acesso às políticas públicas. O território conta com poucos equipamentos públicos de educação e saúde. Mesmo estando em uma área pertencente ao Distrito Industrial de Maracanaú não consegue absorver seus moradores, devido a sua baixa escolaridade.

Conforme Censo do IBGE 2010, os bairros do Alto Alegre I e II, juntos contam com mais de 8 mil moradores, e mais da metade dos domicílios têm renda per capita inferior a meio salário mínimo. Segundo

dados disponibilizados pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania<sup>23</sup>, novembro de 2016, no bairro do Alto Alegre II, existem 2116 famílias inseridas no Cadastro Único<sup>24</sup>, totalizando 6696 pessoas cadastradas. Sendo 1276 famílias beneficiárias diretas do Programa Bolsa Família, 40 famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada para o Idoso e 46 famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada para Deficiente, ficando explícito a intensa vulnerabilidade e risco social do território.

O processo organizativo do Alto Alegre teve influência direta dos movimentos de luta pela terra, que originaram os principais grupos locais, hoje existentes. Visando favorecer um reforço organizacional do associativismo e a progressiva autonomia dos associados, a partir de 2002, a Associação para o Desenvolvimento Local Coproduzido – ADELCO firmou parceria com a Associação dos Moradores do Alto Alegre – AMAA, a fim de desenvolver projetos econômicos, apoio ao trabalho de associações, estratégias para a criação de uma poupança coletiva e microcrédito para a construção de casas.

A partir da parceria citada, observamos no território, o desenvolvimento de várias atividades econômicas conforme a demanda da comunidade, de acordo com o descrito a seguir: um Centro de Estocagem – espaço que funcionava como um depósito de material de construção, onde circulavam produtos a custo acessível para a população de baixa renda; Viveiros para a piscicultura – criação e pesca de tilápias; Projeto peixes defumados – objetivava que a defumação das tilápias dos viveiros fosse feita por jovens da comunidade; Galpão de alimentos – no qual eram produzidos hambúrgueres e bolinhos de peixe tilápia, através da inserção de jovens estudantes e/ou donas de casa, selecionadas num processo comunitário, e que tinham o desafio de produzir, vender e administrar o espaço; Hortas comunitárias - estímulo à agricultura familiar através de técnicas de agricultura orgânica para o cultivo de batata, cenoura, coentro, cebolinha, alface, pimenta, frutas variadas e flores da região (ADELCO, 2011).

Percebemos que no decorrer da parceria entre ADELCO e AMAA, foram solicitadas readaptações de acordo com as demandas que surgiam da comunidade, e os espaços foram alocando novas propostas de atividades de caráter coletivo. Por exemplo, o prédio do Centro de Estocagem foi utilizado para o Projovem Adolescente, e o Galpão de Alimentos demandou a transformação em uma Cozinha Comunitária, em parceria com a Prefeitura Municipal de Maracanaú.

Observa-se nos(as) usuários(as) do Alto Alegre II, uma disposição para se organizar e lutar por seus direitos, a fim de trazer uma condição mínima de dignidade. Evidencia-se, conforme acima, que a forma e a magnitude de luta variaram de acordo com os interesses da época, com a experiência histórica e política dos(as) envolvidos(as), propiciando canais de diálogo e negociação .

Ao finalizar a parceria com a AMAA, em 2011, foi realizada pela ADELCO, uma articulação com a Prefeitura de Maracanaú, para doação das benfeitorias do Galpão de Alimentos para a Prefeitura, a fim de que esta inserisse ali, mais um Equipamento Público de Alimentação e Nutrição<sup>25</sup> (EPAN), no caso, uma Cozinha Comunitária<sup>26</sup>.

A inserção dessa Cozinha Comunitária no território do Alto Alegre, era um anseio latente da comunidade por uma alimentação digna a preço acessível (R\$ 1,00), haja vista os(as) moradores(as) terem dificuldades de acesso às demais EPANs já existentes no município.

<sup>23</sup> Informações obtidas no setor de Gestão do Sistema Único de Assistência Social – GESUAS, em fevereiro de 2017, através de pesquisa documental.

<sup>24</sup> O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos. Este cadastro permite ainda, conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. Informações retiradas do site: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>, acesso em 30 de outubro de 2014.

<sup>25</sup> A Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição – REDESAN é uma estrutura operacional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional – SISAN e está composta por restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos. Estes agem diretamente no acesso da população à alimentação de qualidade nutricional e sanitária a um baixo custo. (BRASIL, 2014, p.21).

<sup>26</sup> As Cozinhas Comunitárias são Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição – EPANs destinados ao preparo de refeições saudáveis, variadas e saborosas, a preços acessíveis à população em situação de vulnerabilidade social, garantindo a esse público, o Direito Humano à Alimentação Adequada. Cada uma delas está comprometida com a produção mínima de 100 refeições por dia, durante pelo menos cinco dias por semana, sempre respeitando as características culturais e hábitos alimentares da região. Informações retiradas do site: <http://www.brasil.gov.br/centrais-de-conteudo/imagens/mds/cozinhas-comunitarias>, acesso em 04 de março de 2017.

O município de Maracanaú, desde 2006, vem implantando uma rede municipal de programas, projetos e Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição – EPANs a citar: 01 Restaurante Popular e 01 Banco de Alimentos, no Centro de Maracanaú e 05 Cozinhas Comunitárias nos territórios da Pajuçara, Timbó, Luzardo Viana, Mucunã e Acaracuzinho. Esta última era o equipamento público de nutrição alimentação mais próximo ao bairro do Alto Alegre, mas que ainda se fazia necessário aos seus(as) moradores(as), uma longa, cansativa e perigosa caminhada, haja vista não ter transporte público que fizesse esse percurso, e a necessidade de realizar a travessia da Avenida Anel Viário.

A implantação da Cozinha Comunitária do Alto Alegre, na agenda política do território, foi fruto de longos processos de articulação social e reivindicações, entre 2011 e 2016, junto ao governo municipal, a fim de propiciar abertura de canais de acesso que promovessem sua inclusão social até a sua inauguração, em 30 de junho de 2016.

A Cozinha Comunitária do Alto Alegre foi implantada com o objetivo de fornecer 230 a 300 refeições por dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, para as famílias inseridas no banco de dados da referida cozinha. Essa inserção ocorre através da consulta ao Cadastro Único. Caso este cadastro seja de Maracanaú e esteja atualizado, é agendada a participação do(a) representante familiar para uma reunião informativa, com equipe de profissionais da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN.

A reunião objetiva explicar a finalidade da cozinha comunitária, que é para além do fornecimento de refeições saudáveis, ser um espaço multifuncional com cursos de inclusão produtiva, e despertar na comunidade um pertencimento comunitário. A reunião, ainda, tem como propósito, orientar quanto aos fluxos cotidianos e emitir carteiras de acesso da cozinha comunitária. A citada carteira é para a família e indica o quantitativo máximo de refeições que esta poderá comprar por dia. Este quantitativo coincide com o número de pessoas contidas no Cadastro Único.

Nos três primeiros meses de funcionamento da Cozinha Comunitária do Alto Alegre, foram inseridas no banco de dados, uma média de 324 famílias, e produzidas e distribuídas mais de 13.000 (treze mil) refeições. Sem demora, a comunidade demandou alterações nas rotinas de acesso, no que tangia ao fluxo da venda de refeições, visto que o processo, como se encontrava, acabava por contrariar o interesse da maioria, o que, segundo estes(as), mais atrapalhava do que contribuía para o acesso ao direito fundamental garantido por lei: a alimentação (MARACANAÚ, 2017).

A partir da demanda dos(as) usuários(as), foi montada uma equipe, na coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional, vinculada à Secretaria de Assistência Social e Cidadania – SASC, cuja qual ficou responsável por avaliar, organizar e realizar o processo. Esta se reuniu para analisar as mudanças propostas pelos(as) usuários(as), decidindo que seria mais democrático a realização de um Fórum Comunitário, a ser realizado nos dias 28 e 29 de setembro de 2016, no horário das 9h às 11h, para que fossem votadas pelos próprios(as) usuários(as), as regras a serem adotadas a partir de 03 de outubro do mesmo ano.

Durante a reunião da equipe de organização, foram apreciados os pontos da pauta, relacionados a seguir, conforme reclamações e sugestões coletadas no cotidiano: a documentação necessária para acessar ao equipamento, que é a carteira de acesso às Cozinhas Comunitárias de Maracanaú e documento de identificação com foto; a idade mínima para aquisição das refeições, que é 16 (dezesesseis) anos; a fila preferencial (conforme a Lei Federal nº 10.048, de 08 de novembro de 2000); as propostas para os horários de entrega de senhas e abertura do portão; e avaliação do atendimento dos funcionários.

Definidas as datas e horário, o próximo passo foi decidir as regras para a participação no Fórum, para o qual ficou definido que somente os(as) usuários(as) cadastrados(as) na Cozinha, os(as) quais são referenciados(as) pelo CRAS<sup>27</sup> Alto Alegre e/ou CRAS São João, teriam direito a voto, devendo estar munidos(as) de algum documento oficial com foto, além do que só poderiam exercer o poder de voto apenas em um dos dois dias, podendo sim participar, espontaneamente, do outro dia, mas apenas como observador. Os(as) usuários(as) foram convocados(as) através de convite, no ato da venda das refeições, aleatoriamente.

<sup>27</sup> Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social, que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2011). Em Maracanaú existem 11 CRAS localizados nos territórios do Alto Alegre, Parque São João, Pajuçara, Jardim Bandeirante, Timbó, Indígena, Jereissati, Antônio Justa, Piratininga, Mucunã e Acaracuzinho.

O Fórum foi dividido em dois dias, pois foram convidadas cerca de 100 pessoas e, havendo a possibilidade de que a maioria estivesse presente, foi levado em consideração o espaço e uma melhor acomodação dos(as) participantes. O local escolhido para a sua realização foi a própria cozinha comunitária, que não permitia uma quantidade maior do que 50 usuários(as) /dia.

A divisão do processo durante a realização do Fórum se deu em cinco etapas: recolhimento de assinaturas e distribuição dos cartões de votação (verde e vermelho); apresentação da metodologia a ser utilizada no Fórum; apresentação das propostas para votação do horário de abertura do portão e distribuição das senhas; apresentação das regras de convivência; avaliação quanto aos funcionários (porteiros “1” e “2” e agente administrativo).

Nos dias e horários estabelecidos, deu-se início ao evento, com todos os informes relativos, além da pactuação de um acordo de convivência, que durante a realização do fórum deveria ocorrer a inscrição para fala e o respeito à fala do outro. A metodologia adotada para a votação consistiu em recolhimento da assinatura de todos(as) os(as) usuários(as) presentes e entrega de dois cartões para votação, nas cores verde (para proposta aprovada) e vermelho (para proposta reprovada), aos(às) que estavam aptos(as) a votar. Após serem dados os informes e esclarecidas as dúvidas sobre o procedimento para votação, o processo foi iniciado.

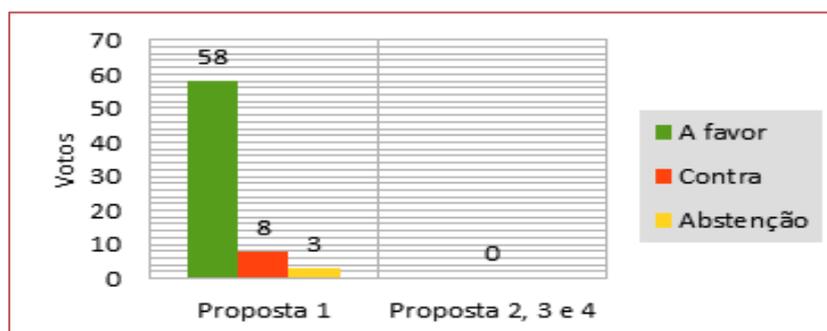
Tabela 1 - Propostas apresentadas aos usuários no Fórum Comunitário

HORÁRIOS		PROPOSTAS
ENTREGA DAS SENHAS	ABERTURA DO PORTÃO	
06h30min	06h30min	01
07h	06h30min	02
08h	07h	03
11h	11h	04

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Ao final da votação, foram obtidos os seguintes valores: Proposta 1 – 58 votos a favor (cartões verdes) e 08 contra (cartões vermelhos), e 03 abstenções; Demais propostas – nenhum voto.

Gráfico 1 - Votação do horário de abertura do portão e entrega das senhas

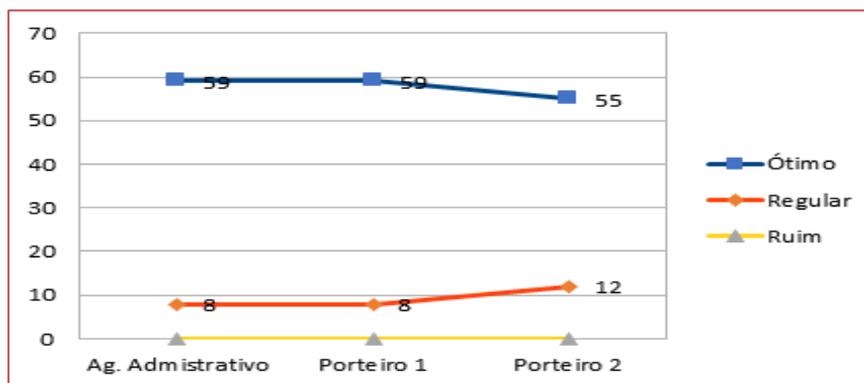


Em relação ao horário de abertura dos portões e entrega das senhas, foram sugeridos pelos próprios usuários, quatro horários diferentes, no entanto durante a votação, somente uma das propostas recebeu votos. Duas hipóteses foram levantadas: os(as) usuários(as) que haviam proposto os demais horários não estiveram presentes no Fórum; ou a partir das informações dadas, quanto às experiências nas demais cozinhas, referente a horário, estes avaliaram que a melhor opção seria a Proposta 1.

Terminada esta pauta, foi iniciada a avaliação do atendimento dos funcionários. Os(as) usuários(as) votaram individualmente, em sala reservada, através de emojis<sup>28</sup>(ótimo, regular e ruim), para cada um dos funcionários.

O resultado final da avaliação foi: Agente administrativo – 59 ótimo, 08 regular e 0 ruim; Porteiro 1 – 59 ótimo, 08 regular e 0 ruim e Porteiro 2 – 55 ótimo, 12 regular e 0.

Gráfico 2 - Avaliação dos funcionários



Quanto à avaliação dos(as) funcionários(as), esta foi realizada baseada nas reclamações de usuários(as) devido a alguns acontecimentos desagradáveis envolvendo usuários(as) e funcionários(as). No entanto, o resultado da avaliação não deixou claro que havia um desconforto nesta relação, deixando transparecer que tudo transcorria tranquilamente entre os(as) envolvidos(as). Não temos elementos para avaliar tal resultado, se porque, de alguma forma, os(as) usuários(as) se sentiram inibidos(as), se os(as) que tinham queixas não estavam presentes ou se as diferenças já teriam sido sanadas.

No dia seguinte, como havia sido acordado, os resultados foram expostos no flanelógrafo da própria cozinha para que todos(as) tivessem acesso ao consolidado dos dois dias de Fórum. E, a partir do primeiro dia útil seguinte, entraram em vigor as regras e o novo horário. Ainda baseado nas informações, dúvidas e reclamações expostas pelos(as) usuários(as), antes e durante a realização do fórum, foram feitos esclarecimentos e reforçadas informações sobre as regras de convivência – informações estas que já são repassadas aos novos usuários, durante as reuniões informativas, que acontecem mensalmente – para esclarecer todo o fluxo de acesso às cozinhas, além das regras de convivência, como: não ser permitido “furar” ou guardar lugar na fila; quem chegar depois de formada a fila, entrará no final desta, por ordem de chegada; as prioridades seguem as regras da Lei Federal nº 10.048, de 08 de novembro de 2000; são formadas duas filas, por ordem de chegada, de prioridade e não prioridade; no caso da gestante, em início de gestação, cuja barriga ainda não seja perceptível, esta deverá portar a caderneta do pré-natal, fornecida pelos postos de saúde, para comprovação, a fim de assegurar sua prioridade diante dos demais usuários; pessoas portadoras de alguma doença que a habilite como prioridade deverá portar documento comprobatório; com o intuito de garantir a sua prioridade no atendimento, os(as) usuários(as) que possuírem crianças menores de dois anos, estas deverão estar presentes; somente poderá pegar as refeições, pessoas que fazem parte do cadastro da carteirinha em questão e que tenham acima de 16 anos; salvo alguma exceção, esta deverá ser avaliada pelo(a) técnico(a) do CRAS de referência.

Ainda durante o Fórum, foi sugerido pelos(as) usuários(as), a exposição, do cardápio do dia e o do dia seguinte, em local acessível a todos(as), pois segundo estes facilitava na decisão de ir ou não comprar a quentinha no dia seguinte, conforme o cardápio, evitando a ida à cozinha desnecessariamente. A sugestão foi acatada prontamente pela equipe organizadora.

Foram colocadas para votação e/ou avaliação, os principais pontos que se fizeram presentes nas falas dos(as) usuários(as), durante a escuta, a qual se deu no período que antecedeu o fórum e que eram, segundo estes(as), os gargalos que deveriam ser resolvidos para que o fluxo da venda das refeições

<sup>28</sup> *Emoji* é de origem japonesa, composta pela junção dos elementos *e* (imagem) e *moji* (letra), e é considerado um pictograma ou ideograma, ou seja, uma imagem que transmite uma ideia de uma palavra ou frase completa. Disponível em: <https://www.significados.com.br/emoji/>, acesso em 06 de março de 2017.

transcorresse de forma mais harmoniosa, acessível e que se encaixaria melhor dentro da realidade dos usuários(as), os(as) quais são o público-alvo e os(as) maiores interessados(as).

Consideramos que todo o processo transcorreu positivamente, pois se deu de forma democrática e transparente, sendo acatadas as reivindicações possíveis, esclarecidas as dúvidas, e tomadas pela população, todas as decisões necessárias para que o fluxo de venda fosse o mais tranquilo possível e que, além disso, atingisse ao que se propõe, beneficiar as famílias de forma mais acessível.

Percebemos que a comunidade do bairro Alto Alegre tem um perfil de lutar pelos seus direitos, exigindo melhorias, cobrando das autoridades que as Leis sejam cumpridas e que as obrigações dos gestores sejam realmente colocadas em prática, e não fiquem apenas no papel. A execução do Fórum Comunitário que surgiu através de demandas da própria comunidade para discutir o funcionamento da Cozinha Comunitária do Alto Alegre. A sua realização propiciou a construção de uma gestão territorial democrática, no qual os cidadãos(ãs) se sentiram componentes ativos na construção de serviços comunitários, através do qual todos(as) tiveram acesso às informações e liberdade para emitir suas opiniões. O fórum oportunizou um espaço de discussão e deliberação no qual ocorreu manifestação das opiniões dos(as) usuários(as), influenciando no processo de tomada de decisão e rotina da Cozinha Comunitária.

Ainda no tocante a gestão territorial, os anseios da comunidade demonstraram que o(a) gestor(a) público, ao implantar qualquer equipamento público na comunidade, deve dialogar e identificar as particularidades do territórios. A realidade de uma território pode se diferenciar de outro, mediante as especificidades locais. A experiência de gestão da rede municipal de SAN teve que ser adaptada para a realidade do Alto Alegre, pois o horário de entrega de senhas para aquisição das refeições e o seu horário de vendas normatizado pela rede municipal, não atendia às necessidades locais, sendo necessário adaptações, mediante escuta qualificada das demandas da comunidade.

Todos(as) os(as) usuários(as) que se fizeram presentes demonstraram estar satisfeitos com os resultados, saindo de lá com a responsabilidade de repassar para os(as) demais, as informações adquiridas e conscientes de que, em um processo democrático, as decisões tomadas pelo coletivo devem ser acatadas por todos(as), não havendo margem para que as decisões fossem questionadas pela minoria e/ou pelos ausentes, uma vez que fora decidido em Fórum Comunitário, salvo em um outro Fórum convocado para este fim.

Encerramos classificando a participação dos(as) usuários(as) do território, em duas dimensões: política e ética. A dimensão política se refere ao alcance que os usuários(as) exerceram na configuração da agenda governamental. Ou seja, a habilidade de atribuir diretrizes e acordos capazes de proporcionar respostas reais a demandas concretas. E a dimensão ética é com a asseveração e alegação de uma agenda civilizatória. O pressuposto dessa dimensão é a convicção de que a participação social se identifica com a construção de valores e práticas contra hegemônicas.

## REFERÊNCIAS

- [1] ADELCO. Para além das quatro paredes. Fortaleza: 2011. 100 p
- [2] ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In: Avaliação de Políticas: uma questão em debate. São Paulo: Cortez Editora; IEE/PUC/SP, 1998.
- [3] BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. Lua Nova [online]. 1994, n.33, pp.5-16.
- [4] BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- [5] BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- [6] BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- [7] BRASIL. Constituição República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- [8] BRASIL. Lei nº 11.346, de 15.09.2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional- LOSAN. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2006.
- [9] BRASIL. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – N. 14. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Brasília, 2010.

- [10] BRASIL. Lei nº 12.435, de 06.11.2011. Altera a Lei no 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2011.
- [11] GOHN, Maria Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Editora Cortez, 2000.
- [12] O'DONNELL, Guilherme. Poliarquia e a (in)efetividade da lei na América Latina. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 51, p. 37-61, 1998.
- [13] MARACANAÚ. Relatório de Gestão 2016. Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Prefeitura Municipal de Maracanaú, 2017.
- [14] SAYAGO, Doris. A invenção burocrática da participação: discursos e práticas no Ceará. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2000.

# Capítulo 11

## *Tim Burton e o conceito de frustração: Uma análise psicanalítica a partir do filme “a fantástica fábrica de chocolate”*

*Estela Belluzzi Freitas*

*Jaqueline Feltrin Inada*

**Resumo:** Esse artigo tem como intuito abordar como a frustração é exposta nos filmes do diretor Tim Burton, tendo como referência de pesquisa a teoria psicanalítica de Freud, a sociologia de Edgar Morin e o autor de cinematografias de grandes diretores do cinema, Paul A. Woods. O tema foi escolhido por se tratar de uma discussão que está em voga, a dificuldade em aceitar frustrações, muito presente na sociedade hipermoderna. Nesse sentido, destaca-se a facilidade com a qual o diretor aborda esse tema de difícil “digestão” de maneira natural e, de certa forma, indiferente a possíveis críticas a suas produções. Tal preferência por este diretor advém de sua abordagem ao tema que se pretende tratar, a frustração, já que em seus filmes, tal temática é muito presente. Para tal explanação das produções de Tim Burton, foi selecionado o filme *A fantástica fábrica de chocolate*, baseado no livro de Roald Dahl, de mesmo título, pelo fato de apresentar personagens caricatos, mas que devem lidar com a frustração a cada “prova” em que passam no decorrer do longa metragem.

**Palavras-chave:** Frustração; Psicanálise; Tim Burton; Hipermodernidade.

## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a investigar, através de uma revisão bibliográfica, ou seja, de um estudo teórico, como a frustração é exposta nos filmes do diretor Timothy William Burton, mais conhecido como Tim Burton, tendo como referência de pesquisa a teoria psicanalítica de Freud (1856-1939), a sociologia de Edgar Morin (1921) e o autor de cinematografias de grandes diretores do cinema, Paul A. Woods (2011).

O tema foi escolhido por se tratar de uma discussão que está em voga: a dificuldade em aceitar frustrações. Nesse sentido, destaca-se a facilidade com a qual o diretor aborda esse tema de difícil “digestão” de maneira natural e, de certa forma, indiferente a possíveis críticas aos seus filmes.

Tal preferência por este diretor advém de sua abordagem ao tema que se pretende tratar, a frustração, já que em seus filmes, assim como cita o livro *O estranho mundo de Tim Burton*, do autor Paul A. Woods (2011), tal temática é muito presente.

A Disneylândia de Burton tem a atmosfera da Mansão Mal-Assombrada do parque, com seus fantasmas zombeteiros e brincalhões, juntamente com a floresta da Branca de Neve, onde mulheres bonitas se transformam em velhas caducas e os medos de crianças pré-púberes se refletem em árvores sombrias e retorcidas (WOODS, pg.9, 2011).

Para tal explanação das produções de Tim Burton, foi selecionado o filme *A fantástica fábrica de chocolate*, baseado no livro de Roald Dahl, de mesmo título, pelo fato de apresentar personagens caricatos, mas que devem lidar com a frustração a cada “prova” que passam no decorrer do longa metragem. Podemos usar como amostra o trecho abaixo em que Woods (2011) exemplifica o caricaturismo de um dos personagens e as “provas” que ele tem que passar ao longo do filme.

O Wonka de Depp tem um sopro do Fantasma da Ópera de Lon Chaney, o mestre torturador. E cada cenário é um pequeno filme de terror. A reprimenda de Veruca na Sala das Nozes é melhor que qualquer coisa em ambas as versões de *A vingança de Willard* (WOODS, p.292, 2011).

Explanando sobre o filme brevemente, a história vem contar sobre um chocolateiro (Willy Wonka) muito excêntrico, que decide reabrir a sua fábrica que estava fechada por quinze anos, por conta do roubo das receitas de suas invenções pelos seus funcionários.

Com a abertura, Wonka decide realizar um concurso mundial para que cinco crianças possam entrar em sua fábrica, caso achem um bilhete dourado em uma das barras de chocolate. O primeiro a encontrar é o garoto alemão rechonchudo Augustus Gloop. Na sequência, a criança premiada é a mimada e rica Veruca Salt. O terceiro bilhete é achado pela confiante mascadora de chicletes Violet Beauregarde. O quarto bilhete fica com Mike Teavee, um garoto apaixonado por tecnologia e jogos violentos. E, por fim, tem-se Charlie Bucket, um garoto pobre que teve a chance de comprar a barra de chocolate em que achou o bilhete dourado quando encontrou dinheiro em meio a neve. As cinco crianças, juntas de seus responsáveis, adentram a fábrica e é onde passarão por várias lições, de modo que apenas uma delas chegará ao fim e ganhará o grande prêmio.

Tim Burton expõe em suas produções uma visão peculiar, apresentando um humor negro e expressionista para retratar crianças, em sua maioria desajustadas ao meio, não tendo receio em mostrar, de forma, muitas vezes, sarcástica, os medos e as frustrações infantis que, em alguns personagens, perduram até a vida adulta. Apesar de todas as exposições à frustração que o diretor faz em seus filmes, as produções são vistas e bem avaliadas por um público cada vez maior. “Na tela, nos identificamos com simpáticas aberrações, monstros ou demônios, e também com o Morcego, ou pelo menos com seus sonhos sexuais reprimidos ao se deitar com a Gata” (WOODS, p.12, 2011).

Assim como apontado por Woods, fica clara a identificação dos telespectadores com os filmes. Woods (2011) nos diz que esse fenômeno também está presente no próprio diretor. Isso porque, mesmo que relutantemente, ele aceita as analogias que os críticos fazem, associando sua vida a alguns personagens de seus filmes.

A questão da frustração também foi trabalhada por Freud (1930), tendo esse tema chamado nossa atenção, o que, a nosso ver, reveste-se de grande importância para a sociedade hipermoderna<sup>29</sup> com sua cultura hedonista, onde os personagens são tratados de modo ousado pelo diretor Tim Burton, que continua a abordar o tema de formas variadas, de modo a expô-lo ao público de maneira direta em seus diversos filmes<sup>30</sup>, dentro do seu mundo de fantasia, em seu “caricaturismo macabro”, como aponta o livro *O Estranho mundo de Tim Burton* (2011).

Considerando todo esse contexto, decidimos usar ambos os temas (a frustração e as produções de Tim Burton) em conjunto, principalmente, pela afinidade direta entre os mesmos e a relação de complementação que mantêm. Como forma de enriquecer a discussão, procuramos, então, uma abordagem que tenha o cinema como forma de expressão e a abordagem psicanalítica de Freud (1930) como base epistemológica para a pesquisa.

A temática da frustração foi abordada por Freud em *O mal-estar na civilização* (1930). O foco principal é o antagonismo entre as exigências do instinto e as restrições impostas pela civilização.

Em benefício de uma terminologia uniforme, descreveremos como ‘frustração’ o fato de um instinto não poder ser satisfeito, como ‘proibição’ o regulamento pelo qual essa frustração é estabelecida, e como ‘privação’ a condição produzida pela proibição (FREUD, pg. 20, 1930).

Para Zimerman (2013), a frustração, vista da perspectiva freudiana, tem três distinções em seus significados, que seriam: a frustração (a insatisfação da pulsão), a proibição (o meio em que a frustração acontece) e a privação (o estado emocional decorrente da frustração). É importante entender tais termos para que se possa trabalhar de maneira a distingui-los na análise do filme, sendo o apresentar da frustração por meio da análise cinéfila relevante. Como pontua Zimerman (2013) sobre a visão de Freud em *O Mal-estar da civilização* (1930), a frustração é inerente à condição humana, uma vez que também é produzida pelas leis da cultura, e sendo a produção de filmes uma forma de arte e no caso uma produção cultural, irá representar um contexto cultural mesmo que em um âmbito imaginário. Faz com que o espectador elabore a percepção do imaginário no mundo real, mostrando a importância do cinema para a sociedade (DOMINGUES, 2009).

No entanto, como observa Morin (1997), as análises mais frequentes do cinema, que observam sua condição de arte/indústria ou, ainda, de produto do *mass media*, oblitera um viés de compreensão que tenta perceber neste um bem com fortes impactos sobre elaborações simbólicas e, desde aí, com potencial para compor a formação cultural e as visões de mundo de indivíduos e grupos situados em posições que possibilitam a fruição do cinema como expressão de cultivo afetivo-intelectual (SILVA, p.2, 2012).

É possível ver, a partir da citação acima, a importância de abordar determinados temas, inserindo o cinema no contexto da pesquisa, para que se possa ter um melhor entendimento do ponto de vista artístico e cultural de uma sociedade que na última década vem apresentando cada vez mais dificuldade em lidar com as frustrações. Sobre isso, Bauman afirma:

as tendências egocêntricas da sociedade contemporânea, uma cultura que promove uma estratégia de vida concentrada na busca da sensação de prazer e na aptidão física, compreendida como capacidade de absorver essas sensações e desfrutá-las de forma plena (BAUMAN, p.84, 2010).

É nítida nessa citação a descrição de uma sociedade que lida com um contexto imediatista de busca por satisfação, algo que nos permite inferir a implicação de uma maior dificuldade em lidar com as situações

<sup>29</sup> Ocorre um hiperinvestimento na esfera privada. O Eu, preocupação central de atenção e de interpretação, é um elemento constitutivo da personalidade deste indivíduo hipermoderno, tornando possível viver sem ideais, sem finalidades transcendentais (GONÇALVES, p.330, 2011).

<sup>30</sup> Filmes Longa-metragem: *As Grandes Aventuras de Pee-wee*-1985; *Os fantasmas Se Divertem*- 1988 *Batman*- 1989; *Edward Mãos de Tesoura*- 1990; *Batman o Retorno*- 1992; *O Estranho Mundo de Jack*-1993; *Ed Wood*-1994; *Um Gaiato no Navio*- 1994; *Batman Eternamente*- 1995; *Marte Ataca!*- 1996; *James e o Pêssego Gigante*- 1996; *A Lenda do Cavaleiro Sem Cabeça*- 1999; *Planeta dos Macacos*- 2001; *Peixe Grande e Suas Histórias Maravilhosas*- 2003; *A Fantástica Fábrica de Chocolate*- 2005; *A Noiva- Cadáver*- 2005; *Sweeney Todd*- 2007; *9- A Salvação*- 2009; *Alice no País das Maravilhas*- 2010; *Sombras da Noite*- 2012; *Frankenweenie*- 2012; *Grandes Olhos*- 2014; *O Orfanato da Sra. Peregrine para Crianças Peculiares*- 2016; *Alice Através do Espelho*- 2016.

que provoquem frustração, pois também segundo Bauman (2010, p.36), a geração de jovens da hipermodernidade “jamais experimentou grandes privações”.

Neste ponto, se prova a importância de trabalhar com ambos, a frustração como tema e o cinema como uma forma de expressá-la, pois refletem fatos da sociedade atual.

Sendo assim, serão delineadas questões como: a) As produções cinematográficas dirigidas por Tim Burton realmente confrontam a cultura da não frustração, principalmente no filme *A fantástica fábrica de chocolate*? b) Como os personagens do filme podem caracterizar a hipermodernidade de indivíduos que tem dificuldade em lidar com a frustração? c) As produções de Tim Burton podem ser consideradas terapêuticas? E, por fim: d) Como o cinema e as produções de Tim Burton têm influência sobre os telespectadores que se deparam com o modo como o diretor trabalha com a frustração nos seus filmes?

Acreditamos que, explorando melhor o filme, será possível entender como a sociedade, vista pelos olhos deste diretor, lida direta ou indiretamente com a frustração, assim como quais os reflexos provocados pelo filme nos indivíduos que o assistem. Em face deste contexto, ressaltamos a importância de tais estudos de forma a contribuir para o maior entendimento desse sentimento humano.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Tendo em vista o estudo de grandes temas como a frustração no âmbito da psicanálise e sua aplicação na sociedade hipermoderna, o cinema produzido por Tim Burton é a “cola” entre esses temas. Em uma sociedade líquida (Bauman, 2010) e cheia de exageros, o cineasta Tim Burton vem ao encontro desta ideia: “From this most singular mind have sprung films whose only similarities are with their owner: scary and funny, dark and colorful”<sup>31</sup> (Ferenczi, p. 5, 2011).

Quando se fala do filme *A Fantástica Fábrica de Chocolate*, nos vem a imagem de crianças mimadas e excessivamente protegidas por seus pais, com exceção do pequeno Charlie, cuja vida se encarregou de frustrá-lo quase que repetidamente por sua condição financeiramente miserável, não deixando de fora Willy Wonka, a figura excêntrica. Para interpretá-lo, Johnny Depp, em uma entrevista para o livro do *Tim Burton*, diz: “Eu o interpretei como se fosse uma criança mal-educada misturada com um apresentador de *game show*”. (WOODS, p. 289, 2011). Assim como em seus outros filmes, (mesmo em seus filmes feitos com massinha, *O estranho mundo de Jack, James e o pêssigo gigante, A noiva cadáver e Frankenweenie*<sup>32</sup>), o diretor Tim Burton traz o excêntrico e o diferente às telas, possibilitando que sejam realizadas reflexões sobre críticas sociais, produzindo sucesso ao nos alcançar com sua fotografia, figurino, maquiagem, cenário e trilha sonora, onde podemos citar precisamente do filme *A fantástica fábrica de chocolate*, as muito conhecidas músicas feitas pelos *oompa loompas*<sup>33</sup>, “Os epitáfios que fazem para cada criança que se dá mal e é despachada são megashows de produção, cada um com um estilo musical diferente.” (WOODS, p.291, 2011). Todos os filmes seguem o tema bizarro e sombrio.

“Na fábrica de Burton, o parque central tem um turbilhão ao estilo do Dr. Seuss, mas cada uma das maravilhas tem duplo sentido: você pode consumi-la, mas ela também pode consumir você” (WOODS, p. 291, 2008).

Ao assistir o longa, temos a sensação de que a frase de Bauman (2010) - “desfrute agora e pague depois” - tem um significado real no filme *A fantástica fábrica de chocolate*, onde uma a uma as crianças (Augustus Gloop; Violet Beauregarde; Veruca Salt e Mike Teavee) desfrutam de seus vícios e exageros até os seus extremos, como se não houvesse consequências, assim como para Bauman (2010), em uma sociedade capitalista que busca saciar seus desejos no agora e lidar com suas consequências depois, muitas vezes esquecendo de que tais consequências existem. Sendo assim, quando vemos os personagens a sensação que temos é que eles são figuras perfeitas para caracterizar os indivíduos hipermodernos que não sabem lidar com a frustração.

<sup>31</sup> “A partir desta mente mais singular surgiram filmes cujas únicas semelhanças são com o seu proprietário: assustador e engraçado, escuro e colorido” ( Ferenczi, p.5, 2011, tradução nossa).

<sup>32</sup> Filmes longas-metragem.

<sup>33</sup> Também podem ser chamados de Umpa-Lumpas nas edições brasileiras do livro de Roald Dahl, são pigmeus que vêm da Loompalândia, sendo os únicos trabalhadores na fábrica de Willy Wonka, dando fim ao risco de espionagem industrial. Eles têm cerca de trinta centímetros e o alimento que idolatram é o cacau, um dos meios de pagamento que Willy Wonka fez, para que fossem trabalhar em sua fábrica de chocolate. (adaptado do site Roald Dahl Wiki)

Abandonar os padrões muito rígidos, ser condescendente com a falta de critérios, satisfazer todos os gostos sem privilegiar nenhum deles, promover a inconsistência e “flexibilidade” (nome politicamente correto da frouxidão de caráter) e exaltar a instabilidade e a incoerência. (BAUMAN, p.34, 2010)

Ao associar tais apontamentos sobre a sociedade atual e sua dificuldade em ser frustrada, muitas vezes se faz a associação direta de frustração com a não realização do desejo, prazer. Porém, Freud (1920), ao falar sobre a frustração, baseia-se no princípio de constância, abordado no texto *Além do Princípio de Prazer* (1966), no qual aponta que o princípio de prazer tem dominância na vida mental, uma vez que se esforça para manter a quantidade de excitação o mais baixa possível, ou pelo menos constante. Por essa razão, quando algo ocorre que aumenta a excitação, esta é vista como adversa, desagradável, tentando ser evitada a todo custo. Sendo assim, o princípio de prazer advém do princípio de constância.

Em outras obras como *O mal-estar da civilização*, Freud (1966) discute as privações e como a sociedade e seus diferentes níveis culturais lidam com elas. Freud escreve ainda sobre como as diferentes personalidades vão lidar com as regras e restrições. Mesmo sendo uma literatura de vários séculos atrás, continua sendo considerada como atual.

Deschamps (2008) explica - em uma visão psicanalítica e moderna - a dificuldade atual da sociedade hipermoderna de lidar com a frustração. Em suas palavras: “Vemos surgir novas (ou renomeadas) patologias e uma grande queixa quanto a um vazio existencial que tenta suprir-se naquilo que seria o ato de consumir vorazmente bens, relações, tarefas, ideais etc” (DESCHAMPS, p. 2, 2008).

É possível ver de maneira clara a dificuldade da sociedade hipermoderna em lidar com a frustração, por meio dos personagens do filme, onde cada uma delas “ganha” uma canção feita pelos oompa loompas, que representam seus exageros e vícios, onde por se deixaram levar por seus desejos mostrando o seu desequilíbrio, se mostrando no extremo da realização do prazer<sup>34</sup>.

Deschamps (2008) escreve sobre a “dualidade psicanalítica”, a luta e equilíbrio entre Eros (vida) e Thanatos (morte). Poderíamos compará-los ao Yin Yang, que é explicado como a dualidade do universo; é o princípio que gera todas as coisas, onde passam a existir e para onde se destinam. A autora explica os dois termos de maneira muito similar ao Yin Yang: “Há Eros e Thanatos, há vida e morte, alento e desespero, amor e ódio, prazer e dor, desejo e frustração; pares que nos movem no dualismo freudiano”

---

<sup>34</sup> Canção dos Oompa Loompa

(Augustus) Augustus Gloop! Augustus Gloop!; O grande pateta avarento!; Augustus Gloop! Tão grande e vill!; Tão avarento, podre e infantil; 'Vamos!' nós gritamos, O tempo está pronto; Para mandá-lo cano a cima! ; Mas, caras crianças, não se assustem; Augustus Gloop não vai se machucar; Embora, é claro, tenhamos que admitir; Ele será alterado um pouquinho; Lentamente, as engrenagens vão girar e girar; E as engrenagens começarão a moer e triturar; Iremos fervê-lo um pouco; Até termos certeza; Então ele virá a sair! E agora! Pela graça!

Um milagre tomou lugar; Esse bruto avarento, essa pulga atrás da orelha; É amado por pessoas em todos os lugares!; Para aqueles que odeiam ou guardam rancor; Contra um delicioso pedaço de fudge?

(Violet) Atenção!; Está no ar; A Violeta Beauregard; Não se cansa de ficar mastigando, mastigando, mastigando sem parar; Sua boca já inchou, de tanto que ela mastigou; Bochechas grande como um sino, queixo igual a um violino; Mastigando sem parar; A cada dia cresce mais, uma das fenomenais; E como pai da multidão; Língua, língua cortarão; Por isso a gente vai tentar; Salvar a pobre Beauregarde; Mastigando sem parar; Mastigando, mastigando, mastigando sem parar

(Veruca) Veruca Salt, a menina malvada; Através do duto de lixo é levada; E ao descer vai encontrar um grupo de amigos ímpar; Como uma cabeça hoje cortada de um peixe espada; Uma ostra que era de um ensopado; Um bife que é uma sola; E muitas outras coisas assim; Todas com um cheiro bem ruim; Cheiro Horrível; São os amigos que vai conhecer; A Veruca ao descer; Quem foi que a mimou assim?; Quem a cada desejo dela dizia sim?; Quem a tornou insuportável?; Quem por isso é responsável?; Quem é o responsável?; Os culpados, bem, isso é doloroso; São a mãe querida e o pai carinhosos

(Mike) A coisa mais importante que nos foi ensinada; A coisa mais importante que aprendemos no que diz respeito às crianças; Estão preocupadas; É nunca, nunca deixá-las perto de uma TV ligada; Ou melhor é nem instalar esse coisa idiotizante no fim das contas; Ela apodrece os sentidos da cabeça, ela mata a imaginação; Ela obstrui e tumultua a mente, ela faz uma criança demente e Cega; Você nunca mais entende um conte de fadas numa terra de fadas; O cérebro dele ficará suave como um queijo; Seus poderes de pensar vão apodrecer e congelar; Ele não pode pensar, ele só vê!; Em relação ao Mikezinho Teavee; Nós lamentamos que nós (nós lamentamos que nós); Teremos que simplesmente esperar e ver...; Nós lamentamos muito que nós; Teremos que apenas esperar e ver; Se nós podermos fazê-lo voltar ao tamanho normal; Mas, se não podermos... Que sirva de lição!

(DESCHAMPS, 2008). Vemos no equilíbrio entre ambos a necessidade da homeostase, pois estão presentes diariamente na vida humana. Porém, quando não há o equilíbrio, vemos o que acontece em uma sociedade que se move em grande parte por Eros, almejando e vivendo pelo desejo, não conseguindo, assim, aceitar a frustração, de modo que quando isso ocorre, há o desequilíbrio. Chegamos, nesse sentido, a uma sociedade com um vazio existencial intenso. Então, o que leva pessoas com dificuldade em aceitar os “nãos” que a realidade muitas vezes impõe a procurarem por filmes que abordam o desconforto do incomum e frustrante?

é sombrio o suficiente para dar pesadelos aos jovens viciados em comer porcarias...Para os adultos, o filme é especialmente interessante para aqueles que cresceram lendo os livros infantis sarcasticamente moralistas de Roald Dahl... (Woods, p. 17, 2011)

Ao compreendermos melhor como Freud abrange as questões relacionadas à frustração, poderemos entender, então, como a cultura e a arte têm influência sobre as pessoas. Segundo Morin, “entender a sociedade com a ajuda do cinema e ao mesmo tempo entender o cinema com a ajuda da sociedade” (pg.10, 2014). Mesmo em 1927, Freud já apontava para a importância da arte, afirmando: “Um tipo diferente de satisfação é concedido aos participantes de uma unidade cultural pela arte” (FREUD, p.10, 1966). O cinema é considerado a 7ª arte. O termo surgiu em 1911, por Ricciotto Canudo no “Manifeste des Sept Arts” (Manifesto das Sete Artes). Porém, o documento foi publicado apenas em 1923, com o intuito de distanciar a ideia de que o cinema era para as massas e mostrá-la então como uma das Belas Artes, pois para ele o cinema era uma arte que conciliava todas as outras artes, sendo vista por Canudo como uma arte total. Morin (2014) aponta que ele foi inspirado pela ideia de compreender a sociedade por meio do cinema e o cinema por meio da sociedade. “Assim, então antes mesmo de abordar o problema do cinema como fenômeno histórico-sociológico, eu precisava encarar esse problema “antropológico” ligado a algo fundamental e arcaico no espírito humano” (MORIN, p.12, 2014).

Quando Morin aponta o “arcaico do espírito humano”, citado acima, podemos fazer a ligação com o que Freud coloca como os três pontos que permeiam todo o ser humano: o canibalismo, o incesto e o parricídio, pontos que mesmo sendo arcaicos estão presentes na sociedade de algum modo, mesmo que distanciados de sua forma real, inclusive dentro das diversas formas de arte.

Desde então, a indústria cinematográfica tem tomado diferentes rumos com seus gêneros cinematográficos: ação, comédia, drama, fantástico, ficção científica, *film noir*, musical, terror, *thriller*, *western* e subgêneros<sup>35</sup>. Porém, todas elas, assim como Morin (2014) aponta, irão proporcionar o cultivo afetivo-intelectual, tendo um forte impacto sobre as elaborações simbólicas de quem os assiste.

Ao falarmos então da obra cinematográfica *A Fantástica Fábrica de Chocolate*, podemos usar um trecho do livro de Dunker e Rodrigues (2015) para entendermos o quanto uma obra pode influenciar os espectadores.

A psicanálise costuma deter-se em obras de arte compostas de tal modo que a realidade do inconsciente se apresenta de modo a obrigar o espectador a implicar-se naquilo que vê ou escuta, sem poder permanecer indiferente. (2015, p.36).

É o que acontece quando as pessoas assistem os filmes dirigidos por Tim Burton. Os autores fazem uma analogia de que o impacto estético das tramas está em trazer a “textura de uma fantasia universal, constituinte do psiquismo em nossa civilização” (DUNKER e RODRIGUES, p.36, 2015). Eles se referem às privações que afetam a todos, tratadas por Freud em seu livro *O Mal-estar na Civilização*.

descreveremos como ‘frustração’ o fato de um instinto não poder ser satisfeito, como ‘proibição’ o regulamento pelo qual essa frustração é estabelecida, e como ‘privação’ a condição produzida pela proibição. O primeiro passo consiste em distinguir entre privações que afetam a todos e privações que não afetam a todos, mas apenas a grupos, classes ou mesmo indivíduos isolados. (FREUD, p.8, 1996)

Em referência ao filme, não podemos deixar de lado o excêntrico e “passivo-agressivo<sup>36</sup>” Willy Wonka.

<sup>35</sup> Retirado do livro: Manuais de Cinema II: Gêneros Cinematográficos, autor: Luís Nogueira, 2010.

<sup>36</sup> (WOODS, p.291, 2011),

Burton e o roteirista John August adicionaram um passado psicológico que não havia no livro: a fábrica é a fuga e uma retaliação ao pai dentista e repressor de Wonka. Agora, Willy é o artista adolescente eterno e definitivo que evita a família (ele não consegue nem dizer a palavra “pais” e se fecha em um mundo criado por si próprio). A Terra-do-Nunca como uma vingança-de-Édipo é também algo bem Michael Jackson, e imagino que esse pedaço extra de perversidade ajudou Burton a caprichar ainda mais em sua imaginação visual de sonhos. (WOODS, p.291, 2011)

Willy Wonka foi privado dos seus desejos, proibido de satisfazê-los pelo pai dominador Wilbur Wonka, que o abandona quando Willy diz que não irá parar de comer doces e que se tornará um mestre chocolateiro. Em retaliação ele cria, então, a fábrica de chocolate em sua vida adulta. Burton tem uma ligação com a infância de maneira intensa, sendo uma das razões de ter colocado a história de vida do desajustado Will Wonka.

Um filme que retrata tais situações (satisfação dos desejos e frustração) leva as pessoas a se identificarem com os personagens. Afinal, quem nunca teve uma vontade absurda de comer doces até não aguentar mais, como Augustus Gloop; ou nos achamos invencíveis e superiores como Violet Beauregarde e Mike Teavee; ou agimos como crianças mimadas quando queremos algo que não podemos ter, assim como Veruca Salt, ou como Willy Wonka desejamos viver “a terra-do-nunca”, onde não há limites entre a realidade e a imaginação, onde tudo é possível?

“Mas não é fácil adocicar o moralismo de Roald Dahl, ou o sadismo, no livro *A fantástica fábrica de chocolate*, no qual quatro crianças egocêntricas (com exceção do pequeno Charlie Bucket, o herói querido) recebem o que merecem: suas justas, vã sobremesas. (WOODS, p. 290, 2011)

Assim como no filme, na vida real pode ser identificada tais atitudes infantis, mesmo em adultos. Sendo assim, mesmo quando vemos cada uma das crianças serem punidas pelos seus excessos, nos sentimos bem em compartilhar seus exageros; mas, no final, nos identificamos na realidade com o pobre Charlie, o bom menino que se priva dos prazeres e acaba recompensado no final, com uma Fábrica de Chocolate e uma família contente e unida, de modo que chegamos a nos sentir bem por não sermos uma “criança tola”, como diria Willy Wonka. Sendo assim, os telespectadores são confrontados na sua tentativa de se esquivar da frustração, pois mesmo com as punições constantes em seus filmes, Burton, com sua alegria macabra, que beira ao infantil, nos mantém ligados ao filme, por ser “bizarramente divertido do começo ao fim, mesmo quando aquelas balas que não acabam nunca ficam presas em nossa garganta” (WOODS, p.292, 2011). Sendo assim, a arte influencia também aqueles que o assistem, confrontando, de maneira terapêutica, algo que na vida real causa incômodo: a frustração.

A arte, assim como já dito anteriormente, influencia e é influenciada pela sociedade. Os longas e curtas dirigidos por Tim Burton, a partir de um viés psicanalítico, são expressões simbólicas de fantasias, fazendo-se presente em todos os indivíduos, incluindo quem dirige as produções cinematográficas.

Quanto mais perto da estrutura esteja, menos livre será o escritor nas escolhas dos avatares dos personagens da trama ficcional. Qualquer escritor sabe que é mais conduzido do que condutor de suas personagens. É esta submissão às coerções da estrutura, precisamente, que o psicanalista enxerga como a grandeza de uma obra. (DUNKER e RODRIGUES, p.36, 2015)

Tim Burton teve uma infância e adolescência em um local onde se considerava deslocado e onde não era bem compreendido. Sua fuga de tal realidade era por meio dos filmes, que eram tão incomuns quanto ele<sup>37</sup>. “O jovem Tim Burton se refugiou no mundo da imaginação, que o abrigou” (WOODS, p.8, 2011). Nesse mundo, foi influenciado por essas produções, na estética gótico-infantil, para produzir sua base cinematográfica.

In these very literary horror films, Burton found an outlet for his childish terrors and lonely teenager’s angst and, strangely, he even saw similarities in them to his own life: ‘Growing up in suburbia, in an atmosphere that was perceived as nice and normal (but which I had other feelings about), those

<sup>37</sup> Diretores e produtores: Mario Brava; Vincent Price; Roger Corman; Barbara Steele.

movies were a way to certain feelings, and I related them to the place I was growing up in'.<sup>38</sup> (FERENCZI, p.9, 2011)

Em várias entrevistas, Tim Burton afirma que as criações de seus filmes partiram de identificações e projeções suas, sendo a mais clássicas delas o filme *Edward mãos de tesoura*<sup>39</sup>. Com *A fantástica fábrica de chocolate* não foi diferente. Burton utiliza os filmes que dirige como uma canalização sublimada de suas fantasias. “O cineasta monta a realidade para expor o seu pensamento [...] o sentido que ele quer dar para o mundo que está a sua volta” (DUNKER, RODRIGUES, p. 67, 2015), tendo, assim, uma função terapêutica em sua vida. Para Burton, tudo gira em torno da infância, nos medos que tecem o imaginário infantil, que o agregam com diferentes coisas providas das fantasias infantis, não muito longe do que Freud apontava sobre a constituição da personalidade do homem.

Filmes são tão terapêuticos quanto sonhos, pois se aproximam do universo onírico. Ambos abalam o tempo e o espaço, em ambos se manifestam imagens latentes tanto dos desejos quanto dos temores. Quando, então, escolhemos analisar como a frustração está implícita e explícita nos filmes de Tim Burton, principalmente na *Fantástica fábrica de chocolate*, e como ela nos afeta por meio do filme e o quanto da sociedade está estampada a cada personagem e cena do filme, podemos então usar a fala de Dunker e Rodrigues (2015) para tentar entender o porquê da importância dessa análise:

Trata-se de um modo inequívoco de afirmar que esses produtos industriais nos dizem respeito, que devemos aprender a nos reconhecer neles, não naquilo em que eles nos encantam, em seu poder de sedução, mas precisamente para que esse encanto se desfaça. Modo astuto de transformar cultura de massas em instrumento de uma crítica certa. (p. 92)

Quando entendemos que a frustração maior é quando as crianças saem do jogo por conta dos seus excessos e vícios, temos tanto pais como crianças, frustradas e punidas, em uma crítica e analogia à vida real, a saídas destas da competição. Punir os pais que deixaram seus filhos agirem como pequenos adultos ao resguardá-los de reprimendas e limites, os pais são boicotados ao notarem que não exerceram a autoridade parental e sim atuaram como meros observadores da criação de seus filhos, aos lhes dar o que queriam para não terem que lidar com a incômoda parte de ser pai, que envolve estabelecer limites. Vemos, assim, pais tão infantis quanto seus filhos. Por viverem na libertinagem de seus desejos acabam sendo sucumbidos pelos mesmos. A saída da competição nada mais seria que a imposição da realidade de que para toda a ação se tem uma reação, onde os excessos e vícios não passam sem consequências. Retomando Bauman (2010), aqui seria o momento em que “a conta do cartão de crédito” chega para ser paga. *A fantástica fábrica de chocolate* nada mais mostra que quando se vive mais pelo princípio de realidade do que pelo princípio de prazer e a mediação correta do ego e do superego, mediadas pelas leis que regem a boa convivência, você será recompensado como Charlie foi ao ganhar uma fábrica de chocolate, uma vida financeira privilegiada e uma família feliz e unida, ou, como Willy Wonka, que ao escolher se reconciliar com o pai e ter o movimento empático de deixar que os pais de Charlie morassem também em sua fábrica, Willy Wonka consegue alcançar sua criatividade e sua felicidade novamente. Porém, o que resta para aqueles que desejam viver de seus vícios e excessos é a vida real que irá cobrar “o que merecem: suas justas, vã sobremesas.” (WOODS, p. 290, 2011).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como intuito trazer mais conhecimento sobre um âmbito pouco trabalhado, que foi como o tema frustração e a hipermodernidade estão presentes nos filmes dirigidos por Tim Burton, tomando o filme *A fantástica fábrica de chocolate*. Tendo como base para tal afirmação o estudo dos autores, Freud para a explanação do âmbito psicanalítico da frustração; o sociólogo Edgar Morin e o autor de cinematografias de grandes diretores do cinema, Paul A. Woods. Com a explanação do que eles apresentam em suas obras em conjunto com o que o filme expõe, mostrando como os personagens do filme caracterizam a cultura da não frustração, a sociedade hipermoderna.

<sup>38</sup> Nestes literias filmes de terror, Burton encontrou uma saída para seus terrores infantis e angústias de um adolescente solitário e, estranhamente, ele mesmo viu semelhanças neles com sua própria vida: ‘Crescendo em subúrbios, em uma atmosfera que foi percebida como agradável e normal (mas na qual eu tinha outros sentimentos), esses filmes eram um meio para certos sentimentos, e eu os relacionava com o lugar em que cresci.’ (FERENCZI, p.9, 2011, tradução nossa).

<sup>39</sup> “...era o jeito de Burton dizer: não posso evitar minha hostilidade, é assim que fui feito”. (WOODS, p.291, 2011)

Por meio também da pesquisa bibliográfica foi possível ver que o longa pode ser considerado como “terapêutico”, tanto para quem o assiste como para seu diretor Tim Burton, mostrando, assim, sua influência na sociedade e a influência desta nas direções de Tim Burton, podendo ser visto como é influenciada pela sociedade, por meio dos personagens que como explanado ao longo do projeto, caracterizam a hipermodernidade de indivíduos que têm dificuldade em lidar com a frustração. Foi possível por meio da produção do projeto que o cinema e as produções de Tim Burton têm influência sobre os telespectadores que se deparam com o modo como o diretor trabalha com a frustração nos seus filmes, onde vivenciam tais experiências por meio dos longas e em especial pela *A fantástica fábrica de chocolate*.

## BIBLIOGRAFIA

- [1] Bauman, Zygmunt. Capitalismo parasitário. Rio de Janeiro. Zahar, 2010.
- [2] Bezerra, Adriano. O discurso do desejo na psicanálise freudiana. Tese (Pró- Reitoria de Graduação Curso de Psicologia). Universidade Católica de Brasília. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/10869/1260/1/Adriano%20Pereira%20Beserra.pdf>>. Acesso em: 12 março, 2016.
- [3] Deschamps, Denise. Psicanálise e a Frustração. Rede Psi, 28 de abril de 2008. Disponível em: <<http://www.redepsi.com.br/2008/04/28/psican-lise-e-a-frustra-o/>>. Acesso em 05 de março, 2017.
- [4] Domingues, José. O espectador de cinema, homem imaginário. 6º Congresso Sopcom. Covilhã, Portugal. Universidade da Beira Interior, 2009. Disponível em: <[http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom\\_iberico/sopcom\\_iberico09/paper/viewFile/332/315](http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/332/315)> . Acesso em 14 março, 2016.
- [5] Dunker, Christian; Rogrigues, Ana. A realidade e o real: verdade em estrutura de ficção. Cinema e psicanálise- Vol. 2. nVersos, 2015.
- [6] Elfman Danny. Charlie And The Chocolate Factory. Letras. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/charlie-and-the-chocolate-factory/>>. Acesso em: 27 julho, 2017.
- [7] Ferenczi, Aurélien. Masters of cinema- Tim Burton. Translated by Trista Selous, Paris. Cashiers du cinema Sarl, 2011.
- [8] Freud, Sigmund. Além do Princípio do Prazer, Psicologia de Grupos e outros Trabalhos (1920-22). in Esb, Obras Psicológicas Completas. Vol XVIII Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- [9] Freud, Sigmund. O Futuro de uma Ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931). Vol. XXI. Rio de Janeiro. Imago, 1996.
- [10] Gil, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ªEd- São Paulo: Atlas, 2002.
- [11] Gonçalves, Marco Antonio. Indivíduo hipermoderno e o consumo. 327
- [12] Anais do VII Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar. Caxias do Sul, 2011.
- [13] Nogueira, Luís. Manuais de Cinema II: Gêneros Cinematográficos. LabCom Books, 2010.
- [14] Morin, Edgar. O cinema ou o homem imaginário. Ensaio de Antropologia Sociológica. Tradução de Luciano Loprete. São Paulo: É Realizações Editora, 2014.
- [15] Roald dahl wiki. Oompa loompas. Disponível em: <[http://roalddahl.wikia.com/wiki/oompa\\_loompas](http://roalddahl.wikia.com/wiki/oompa_loompas)>. Acesso em: 21 julho, 2017.
- [16] Zimerman, David E.. Vocabulário Contemporâneo de Psicanálise. Artmed Editora, 2013.
- [17] Woods, Paul. O estranho mundo de Tim Burton. São Paulo: Leya, 2011.

# Capítulo 12

## *As metas do milênio da organização das nações unidas e suas interfaces com o Sermão da Montanha*

*Juliana Santos Graciani*

**Resumo:** Essa pesquisa buscou refletir sobre o Sermão da Montanha, que apresenta as Bem-Aventuranças contidas no Evangelho de Mateus (Mt 5:1–7:29) inclusa no Novo Testamento, disposto na Bíblia Sagrada e foi realizada uma articulação desse conteúdo com as Metas do Milênio dispostas no documento “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” proposto pelas Organizações das Nações Unidas, utilizando a metodologia de revisão bibliográfica e análise documental. Quanto aos resultados observamos que as Bem-Aventuranças podem ser consideradas como uma Convenção Internacional para contribuir para o convívio sustentável humano e planetário, assim como as metas do Milênio da ONU. Podemos concluir que as Bem-Aventuranças dispostas no Sermão da Montanha proferidas por Jesus e narradas por Mateus (Mt 5:1–7:29) permanecem muito atuais nos tempos modernos e que na atualidade embora existam diretrizes e parâmetros norteadores das ONU, ainda há muito a que ser feito para que o Reino de Deus e a dignidade da pessoa humana possa ser um direito efetivado a todos os cidadãos planetários.

**Palavras-chave:** Sermão da Montanha. Teologia dos Direitos Humanos. Metas do Milênio. Organizações das Nações Unidas. Cidadania Planetária.

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivos analisar o Sermão da Montanha tendo por base o Reino de Deus contido nas Bem-Aventuranças e proferido por Jesus de Nazaré, relacionando esse discurso com os dezessete objetivos contidos na Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas-ONU, procurando identificar as possíveis articulações com os aspectos sociais, econômicos, morais, ambientais e religiosos.

Em relação à relevância dessa pesquisa, podemos destacar que o Sermão da Montanha realizado por Jesus de Nazaré anuncia ao mundo o Plano Divino para todas as nações, por meio da efetivação do Reino de Deus, diante do caráter das Bem-Aventuranças, promovendo a justiça, misericórdia, paz, fidelidade, mansuetude, credulidade e humildade. Diante desses pressupostos, esses podem colaborar para a concretude das metas globais de erradicação da pobreza e da fome, redução das desigualdades, educação a qualidade, paz e justiça, saúde de qualidade entre outros, contidos nas metas do milênio da ONU, diante da agenda 2030.

Será essa articulação possível, apontando novos paradigmas de existência para a sociedade em geral e para a comunidade local? Será a Teologia Prática por meio da Ética Cristã disposta no Sermão da Montanha, por meio das Bem-Aventuranças, diante de seus conceitos morais, espirituais e religiosos úteis e passíveis de serem relacionados às metas mundiais de cuidados, desenvolvimento e progresso humano e societário, de forma a fomentar a cultura de paz, justiça, sustentabilidade e integração entre os direitos Divinos e humanos?

Essa pesquisa buscou refletir sobre o Sermão da Montanha, que apresenta as Bem-Aventuranças contidas no Evangelho de Mateus (Mt 5:1-48) incluso no Novo Testamento, disposto na Bíblia Sagrada e foi realizada uma articulação desse conteúdo com as Metas do Milênio dispostas no documento “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” proposto pelas Organizações das Nações Unidas, utilizando a metodologia de revisão bibliográfica e análise documental.

Gil (2002, p. 44) destaca que a pesquisa de revisão bibliográfica é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, ou seja, fontes secundárias e terciárias. Já a investigação documental, abarca materiais que ainda não receberam tratamento analítico. Acrescenta Lakatos e Marconi (2003, p. 174): “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

Quanto à abordagem da pesquisa essa pode ser classificada como qualitativa dando ênfase na elaboração subjetiva dos temas investigados. Neste sentido, ressalta Minayo et al. (2002, p.15): “a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva, com toda sua riqueza de significados dela transbordante”.

O artigo ficou estruturado a partir de uma análise inicial do Sermão da Montanha (Mt 5:1-48). Logo a seguir, as reflexões das metas do milênio da ONU, a partir da Agenda 2030 e por fim, realizamos uma interface dessas temáticas com os direitos humanos.

### 1.1 A IMPORTÂNCIA DO SERMÃO DA MONTANHA

Jesus de Nazaré após assumir seu ministério de implantação do Reino de Deus na Terra, por meio de suas peregrinações na região da Galileia, curava enfermidades e moléstias do corpo e do espírito de todo povo. (Mt 4: 23). E estes o seguiam, a fim de aprender sobre essas Boas Novas.

No dia em que Jesus, realizou o discurso do Sermão da Montanha, este subiu ao Monte Eremos<sup>40</sup> e se dirigiu ao povo ensinando-lhes (Mt 5:1 – 7:29), nove Bem-Aventuranças, as orientações sobre o procedimento moral de evolução do ser humano, as regras de convívio na terra entre as nações, as diretrizes para a efetivação dos Reinos dos Céus na Terra e a metodologia individual e coletiva de como alcançá-la passo a passo.

A seguir, apresentamos a tabela 1 contendo os principais temas abordados de forma sintética no Sermão da Montanha, tendo por referência os estudos realizados por Rohden (1981, p.2) e a Bíblia Sagrada, a partir do Evangelho de Mateus (Mt 5:1–7:29):

<sup>40</sup> Segundo Costa (2012, p.2) o “Monte Eremos está localizado entre Cafarnaum e Tabgha e é um pouco acima da “Cova do Semeador”. Esta encosta espaçosa proporciona muito espaço para reunir multidões”.

Tabela 1. Temas Abordados no Sermão da Montanha de Forma Sintética

Bem-aventurados os pobres em espírito, pois deles é o Reino dos céus.	Mt 5: 3
Bem-aventurados os que choram, porque serão consolados.	Mt 5: 4
Bem-aventurados os mansos, pois eles herdarão a terra.	Mt 5: 5
Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão fartos.	Mt 5: 6
Bem-aventurados os misericordiosos, porque eles alcançarão misericórdia.	Mt 5: 7
Bem-aventurados os limpos de coração, porque eles verão Deus.	Mt 5: 8
Bem-aventurados os pacificadores, porque eles serão chamados de filhos de Deus.	Mt 5: 9
Bem-aventurados os que sofrem perseguição por causa da justiça, porque deles é o reino dos céus.	Mt 5: 10
Bem-aventurados sóis vós, quando vos injuriarem e perseguirem e, mentindo, disserem todo mal contra vós por minha causa.	Mt 5: 11
Vós sois o Sal da Terra. Vós sois a Luz do mundo. Assim, resplandeça vossa luz diante dos homens, para que vejam suas boas obras e glorifiquem vosso Pai, que estais nos céus.	Mt 5: 14-16
Não pensei que vim abolir a lei ou os profetas, não vim abolir, mas cumprir.	Mt 5: 17
[...] aquele, porém, que cumprir e ensinar, será chamado de Grande no reino dos céus.	Mt 5: 19
[...] Não matarás. [...] reconcilia-te primeiro com teu irmão e depois vem e apresenta a tua oferta. Concilia-te depressa com teu adversário. [...] Não cometerás adultério.	Mt 5: 21-28
Seja, porém, vosso falar: Sim, sim; não, não, porque o que passar disto é de procedência maligna.	Mt 5: 37
Amarás teu próximo. [...] Amai os vossos inimigos, bendizeis os que vos maldizem, fazei o bem aos que vos odeiam e orai pelos que vos maltratam e perseguem. [...] Sede vós, pois, perfeitos, como é perfeito vosso Pai que está nos céus.	Mt 5: 43-48
Mas quando deres esmola, não saiba tua mão esquerda o que faz tua mão direita. [...] teu Pai, que vê em secreto, te recompensará publicamente.	Mt 6: 3-4
[...] porque vosso Pai sabe o que vos é necessário, antes mesmo de o pedires.	Mt 6: 8
Porque, se perdoardes aos homens suas ofensas, também vosso Pai Celestial vos perdoará.	Mt 6: 14
Tu, porém, quando jejuares, unge a cabeça e lava o rosto.	Mt 6: 17
Porque onde estiver vosso tesouro, aí estará também vosso coração.	Mt 6: 21
Ninguém pode servir a dois senhores porque ou há de odiar um e amar o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro.	Mt 6: 24
Não andeis, pois, inquietos. [...] Mas buscai primeiro o reino de Deus e a sua justiça e todas estas coisas vos serão acrescentadas.	Mt 6: 31-33
Não julgueis, para não serdes julgados.	Mt 7: 1
Não deis aos cães as coisas santas, nem deiteis aos porcos vossas pérolas.	Mt 7: 6
Pedi, e vos será dado, buscais, e encontrareis, batei e a porta vos será aberta.	Mt 7: 7
Portanto, tudo o que quereis que os homens vos façam, fazei também a eles, porque está é a lei e os profetas.	Mt 7: 12
Entrai pela porta estreita porque, larga é a porta, e espaçoso, o caminho que conduz a perdição.	Mt 7: 13
Acautelai-vos dos falsos profetas. [...] Pelos seus frutos os conhecereis.	Mt 7: 15-20
[...] Nem todo que me diz: Senhor, Senhor! Entrará no reino dos céus, mas aquele que faz a vontade de meu Pai, que está nos céus.	Mt 7: 21
Todo aquele, pois, que escuta estas minhas palavras e as pratica, o assemelharei ao homem prudente, que edificou sua casa na rocha. E aquele que ouve estas minhas palavras e não as cumpre, o compararei ao homem insensato, que edificou sua casa sobre a areia.	Mt 7: 24-26

Fonte: Elaboração da autora (2019), tendo por base os estudos de Rohden (2003) e a Bíblia Sagrada, Evangelho de Mateus (Mt 5:1-7:29).

As Bem-Aventuranças (Mt 5: 3-11) conforme explicitadas na tabela 1 envolvendo a explicitação do Reino dos Céus, contendo as características a serem desenvolvidas pelos seres humanos, os povos, as sociedades e as nações, abrangendo a mansuetude (Mt 5: 5), a cultura da paz (Mt 5: 9), a limpeza de coração (Mt 5: 8), a humildade (Mt 5: 3), a busca pela justiça (Mt 5: 6) e a obediência a Vontade de Deus (Mt 7: 21). Também englobam, uma postura frente ao sofrimento seja por sua expressão de choro (Mt 5:4), onde será consolado, a possível perseguição que poderão sofrer por seguirem o caminho da ética Cristã e a orientação de resistir, diante da dor, pois quem seguir esses preceitos estará em consonância a ser um filho de Deus e herdarão o Reino dos Céus (Mt 5: 11).

Logo a seguir, a apresentação das Bem-Aventuranças no Sermão da Montanha, Jesus aponta sobre a identidade do ser humano, afirmando que “Vós sois o Sal da Terra (Mt 5: 14) e a Luz do Mundo” (Mt 5:15) e apresenta a missão de propagar essa Luz produzindo boas obras e glorificando a Deus diante de sua

existência e do mundo (Mt 5:16). Na sequência Jesus, anuncia que veio fazer cumprir as leis (Mt 5: 17) e destaca que quem conseguir fazer o mesmo e ajudar seus irmãos por meio do ensino, será considerado Grande no reino dos Céus. (Mt 5: 19).

Jesus também orienta a humanidade a buscar a perfeição (Mt 5:48), que é composta de diversos aspectos: não matar (Mt 5:21), não cometer adultério (Mt 5:27), conciliar-te com teus irmãos (Mt 5:24) e com os adversários (Mt 5:25) e no amor trás um desafio, pois orienta a expressão do afeto aqueles que têm afinidade (Mt 5: 43), bem como as pessoas que lhe desejam mal (Mt 5:44). Neste sentido, esses aspectos favorecem o desenvolvimento da perfeição, tendo como modelo de conduta moral, ética, cultura e convívio, o Pai de todos que se encontra nos céus. (Mt 5: 48).

Na continuidade do Sermão da Montanha diante da prática do bem Jesus orienta sobre a importância da humildade e da discrição na maneira de dar esmolas (Mt 6: 4) e na prática do jejum faz-se necessário ungi a cabeça e lavar o rosto (Mt 6:17). Ressalta que Deus tem a consciência das necessidades de seu povo, antes mesmo desse realizar solicitações (Mt 6: 8), assim, não há necessidade de preocupações para quem vive no caminho estreito e reto (Mt 7: 13).

Aponta também a necessidade do perdão no convívio entre os irmãos, pois similarmente Deus perdoará as ofensas da pessoa (Mt 6: 14) e que não é possível seguir a dois senhores (Mt 6: 24) e aponta que quando usar o livre arbítrio se responsabilize diante de suas consequências: “Seja, porém, vosso falar: Sim, sim; não, não, porque o que passar disto é de procedência maligna”. (Mt 5: 37).

Outro aspecto relevante dos ensinamentos de Jesus é a orientação para os seres humanos evitarem os julgamentos (Mt 7: 1), fazer ao próximo o que gostaria que vos fosse feito (Mt 7:12), estimulando assim, a solidariedade e a fraternidade no convívio familiar e comunitário. E, é dada uma ênfase a esperança do futuro, articulada a humildade de pedir a Deus a oportunidade de realização de todos os sonhos, bem como a visão de que Este almeja auxiliar as criaturas, no êxito de suas nuances de felicidade: “Pedi, e vos será dado, buscais, e encontrareis, batei e a porta vos será aberta!”. (Mt 7: 7).

Também é orientado para cuidar das coisas Santas, não atirando a Palavra de Deus aos porcos (Mt 7: 6), tendo cautela com os falsos profetas (Mt 7: 15), procurando conhecer os frutos que estes propagam (Mt 7: 16). É ressaltado que existem as tentações e perdições neste caminho, mas o Cristão deve se manter na porta estreita (Mt 7: 13), refletindo através da autoeducação (Mt 5: 19) e do autoconhecimento diário (Mt 7: 1) de seus sentimentos (Mt 6: 21), intenções (Mt 7: 21) e pensamentos (Mt 5: 17), repensar sobre suas atitudes (Mt 7: 26) e obras pessoais (Mt 7: 24), sociais, religiosas e políticas.

Ao ir finalizando o Sermão da Montanha (Mt 5:1-7: 29), Jesus afirma que se faz necessário cumprir essas Leis, pois essas são a Vontade de Deus e aponta duas formas de exercê-las: escutar e praticar e construir suas referências na rocha (Mt 7: 24), com firmeza e determinação e a outra é ouvir e não cumprir, edificando sua casa na areia, de forma flexível e móvel (Mt 7: 26).

Para White (2008, p. 9) o Sermão da Montanha é considerado o maior discurso de Jesus:

O Sermão da Montanha é a bênção que o Céu confere ao mundo — uma voz vinda do trono de Deus. Foi dado à humanidade para lhe ser como que a lei do dever e a luz dos Céus, sua esperança e consolo no desânimo, à alegria e conforto em todas as vicissitudes da vida. (WHITE, 2008, p.9).

O Sermão da Montanha é considerado uma normativa universal diante da Ética Cristã, tendo uma via dupla de orientação: a primeira como manifestação de Deus para com as diretrizes e norteadores da criatura e seu convívio na Terra (Mt 7: 21) e num segundo aspecto do ente para com seus semelhantes (Mt 7: 12). Em ambos, são realizados alinhamentos de condutas morais, éticas, culturais e sociais de relacionamentos com o Criador e a criatura, bem como entre a população na terra.

Mileant (2000, p. 7) aponta que o Sermão da Montanha: “engloba todo o Evangelho e resume tudo o que é de mais importante para o cristão, o que ele deve saber e fazer”. Neste sentido, aponta o autor que o Novo Testamento dá ênfase ao que deve ser feito para se alcançar o Reino de Deus na Terra e o Antigo Testamento daria enfoque no que não deve ser feito.

Esta articulação entre o saber e o fazer apontada por Mileant (2000) diante das orientações de Jesus apontam que seguir a Vontade de Deus é colaborar na efetivação do Reino de Deus na Terra. Conforme aponta o Sermão da Montanha (Mt 5: 19):

Qualquer, pois, que violar um destes menores mandamentos, e assim ensinar aos homens, será chamado o menor no Reino dos Céus; aquele, porém, que os cumprir e ensinar será chamado grande no Reino dos Céus. (MATEUS, 5:19).

Para Rohden (2003, p. 17) o Sermão da Montanha é um convite ao ser humano para que esse se renove em seus propósitos existenciais:

O Sermão da Montanha convida o homem a abdicar definitivamente do seu velho ego pecador, despojar-se do 'homem velho' e revestir-se do 'homem novo' da 'nova criatura' em Cristo, feita em verdade, justiça e santidade. (ROHDEN, 2003, p.17).

Neste sentido, o Sermão da Montanha pode ser considerado como um texto que vem sendo lido e legitimado como uma Convenção Internacional<sup>41</sup>, que busca promover transformações nas dimensões morais, éticas, culturas, religiosas de vários Estados, nações e no nível pessoal, por meio das relações com Deus, envolvendo os membros dos vários segmentos das Igrejas Cristãs.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB no ano de 2017, através da pesquisa Pew Research Center, destacou que a população mundial abrange em torno de 7 bilhões de pessoas e que aproximadamente 2,18 bilhões professam a fé Cristã, sendo 51,4% Católicos, 36% Evangélicos Pentecostais e 12,6% são Ortodoxos. Podemos inferir através desses dados que um terço da nação mundial, está inclusa nas perspectivas do Cristianismo e nas Boas-Novas do anúncio e na prática do Reino de Deus.

O Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE indica que 87% da população brasileira são Cristãs, sendo 64,6% Católicos e 22,2% são Protestantes (Evangélicos Tradicionais, Pentecostais e Neopentecostais).

A partir dos dados acima supracitados, podemos observar que a Ética Cristã tanto no nível mundial como local, no Brasil, vem exercendo forte influência na formação e desenvolvimento das nações como na vida dos cidadãos planetários.

A seguir, iremos realizar uma articulação entre os conteúdos do Sermão da Montanha, disposto na Bíblia Sagrada, especificamente no Evangelho de Mateus (Mt 5:1–7:29), com as Metas do Milênio das Organizações Unidas – ONU, a partir da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

## **2. AS METAS DO MILÊNIO DAS ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS E SUAS INTERFACES COM O SERMÃO DA MONTANHA**

Em 1992 no Rio de Janeiro foi realizada a ECO-92, uma Conferência das Organizações das Nações Unidas-ONU, tendo por objetivos enfrentar os problemas mundiais relacionados ao meio ambiente. Em 2000, os países se reuniram novamente e desenvolveram uma agenda contando com oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, abrangendo a erradicação da pobreza e da fome (1), ensino básico universal (2), igualdade de gênero e autonomia das mulheres (3), redução da mortalidade infantil (4), melhorar a saúde materna (5), combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças (6), garantir a sustentabilidade ambiental (7) e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (8).

Em 2015, em Nova York na sede da ONU, ocorreu uma revisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, e esses foram ampliados, a fim de abranger os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, e ficou-se estabelecido o documento Metas do Milênio Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável, contendo dezessete objetivos mundiais, que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2016 e orienta as principais decisões a serem realizadas nos próximos doze anos com abrangência planetária (2030). Este é um tratado internacional, onde todos os países que compõe a ONU assinaram e assumiram como importante escritura de proposição de transformações pessoais, sociais, familiares, de nações, do clima e do Planeta Terra.

<sup>41</sup> A Convenção de Viena Sobre os Direitos dos Tratados (1969, art.2º), define que um Tratado consiste em: “[...] um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo Direito Internacional, que conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica”. Já a Convenção Internacional refere-se a atos multilaterais assinados em conferências internacionais envolvendo dois ou mais países e que versam sobre assuntos de interesse geral, também regido pelo Direito Internacional.

Neste sentido, a cidadania de um país é ampliada ao seu nível planetária, formando uma única comunidade, tendo por base um ethos mundial. Aponta Josaphat (2010, p.348) dois aspectos dessa os valores e as virtudes que interiorizadas fomentam um novo modelo de humanidade:

O projeto de ética mundial aposta na racionalidade, na análise a mais imparcial e exata da realidade social, econômica, política e cultural, bem como na apreciação das responsabilidades, dos espaços de liberdade e de ação, que tornam viável o avanço para um mundo de igualdade e solidariedade. (JOSAPHAT, 2010, p.348).

Um dos aspectos fundamentais do ethos mundial, permeado pelas Metas do Milênio da Agenda 2030 é a sustentabilidade que Boff (2012, p.14) aponta o Planeta Terra, como uma casa comum, que precisa desenvolver um novo convívio, permeado por uma mudança na mente e no coração: “Requer, um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável nos níveis local, nacional, regional e global”.

Boff (2012) acrescenta que essa mudança de paradigma vai exigir um repensar e uma nova atitude frente à sustentabilidade nos seguintes campos: ecológico-social, educação, pessoal, global, universal, econômico, político e na epistemologia dos propósitos existenciais.

Na sequência apresentaremos as dezessete Metas do Milênio das Organizações das Nações Unidas, a partir da agenda 2030 e suas possíveis inferências com o Sermão da Montanha, na perspectiva do Evangelho de Mateus (Mt 5:1 – 7:29).

Metas	Articulação com o Sermão da Montanha
1. Erradicação da pobreza	O pão nosso de cada dia nos dá hoje. (Mt 6:11)
2. Fome zero	Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos. (Mt 5:6)
3. Boa saúde e bem-estar	Portanto, tudo o que quereis que os homens vos façam, fazei também a eles. (Mt 7:12)
4. Educação de qualidade, inclusiva e equitativa	Todo aquele, pois que escuta estas minhas palavras e as pratica, o assemelharei ao homem prudente, que edificou sua casa na rocha. (Mt 7:24)
5. Igualdade de gênero, empoderamento de mulheres e meninas	Pedi e vos será dado, buscai e encontraréis, batei e a porta vos será aberta. (Mt 7:7)
6. Água limpa e saneamento para todos	Bem-aventurados os limpos de coração, porque eles verão Deus. (Mt 5:8)
7. Energia confiável, sustentável, moderna e com preço acessível	Tu porém, quando jejuares unge a cabeça e lava o rosto. (Mt 6:17)
8. Emprego digno e crescimento econômico	Porque onde estiver vosso tesouro, aí estará também vosso coração. (Mt 6:21)
9. Indústria, Inovação e Infraestrutura	Não ajunteis tesouros na terra, onde a traça e a ferrugem tudo consomem, onde os ladrões minam e roubam. Mais ajuntai tesouros do céu. (Mt 6:19-20)
10. Redução das desigualdades	Ninguém pode servir a dois senhores. (Mt 6:24)
11. Cidades e comunidades sustentáveis, resilientes, seguras e inclusivas	Vós sóis a Luz do mundo, não se pode esconder uma cidade edificada sobre um monte. (Mt 5:14)
12. Consumo e produção responsáveis e sustentáveis	Mas buscai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça e todas as coisas vos serão acrescentadas. (Mt 6:33)
13. Combate as alterações climáticas	Vós sóis o Sal da Terra, se o sal for insípido, com que se há de salgar? (Mt 5:13)
14. Vida debaixo d'água	Não andeis, pois, inquietos, dizendo: Que comeremos ou beberemos ou com que nos vestiremos? (Mt 6:31)
15. Vida sobre a terra	Bem-aventurados os mansos, porque eles herdarão a terra. (Mt 5:5)
16. Paz, justiça e instituições inclusivas	Bem-aventurados os pacificadores, porque eles serão chamados filhos de Deus. (Mt 5:9)
17. Parcerias globais para o desenvolvimento sustentável	Concilia-te depressa com seu adversário (Mt 5:25)

Fonte: Elaboração da autora (2019), tendo como referências as Metas do Milênio da ONU, agenda 2030.

Conforme explicitado na Tabela 2. Podemos observar alguns aspectos comuns entre as Metas do Milênio da ONU, Agenda 2030 e o Sermão da Montanha de Jesus, disposto na Bíblia Sagrada: ambos são Tratados

Internacionais, funcionam como Convenções contendo diretrizes e norteadores para o desenvolvimento de todas as nações, auxiliando as transformações nas dimensões pessoais, sociais, econômicas, culturais, religiosas, colaborando para um renascer de propósitos existenciais e uma injeção de animo nos Projetos Estratégicos de Desenvolvimento das Nações.

Quanto à análise geral do documento As Metas do Milênio da ONU, Agenda 2030 Para o Desenvolvimento Sustentável, podemos destacar que esse abrange seis eixos de categorias englobando seus respectivos objetivos: o primeiro é o ambiental, contendo 5 metas (saneamento básico, energia sustentável, combate as alterações climáticas, vida na terra e debaixo d'água); o segundo tange 4 metas, inclusas nas desigualdades (fome, pobreza, econômica e social), o terceiro tem dois eixos com três objetivos, às nuances econômicas (emprego, consumo e indústrias) e os valores a serem desenvolvidos (parcerias globais, cidades sustentáveis e os conceitos de justiça, paz e instituições inclusivas) e por fim, temos mais dois eixos, também com um score cada, sendo a educação (qualidade, inclusão e equidade) e a saúde (bem estar e vida saudável).

Na sequência, a partir desses seis eixos (ambiental, desigualdade, valores, econômicos, educação e saúde) dispostos nas Metas do Milênio da ONU, Agenda 2030 Para o Desenvolvimento Sustentável realizaremos uma articulação com os versículos que compõe o Sermão da Montanha, disposto no Novo Testamento na Bíblia Sagrada, especificamente diante do Evangelho de Mateus (Mt 5:1-7:29).

O primeiro eixo das Metas do Milênio da ONU Agenda 2030 abrange a preocupação com os aspectos ambientais, neste sentido Jesus orienta os Cristãos: usar a água para a limpeza do coração e que agindo dessa forma serão Bem-Aventurados e verão a Deus (Mt 5:8), diante do Sal da Terra viver no meio ambiente preservando-o e se posicionando para não se tornar insípido (Mt 5:13), diante das vicissitudes da vida na terra (Mt 6:31) devemos manter a fé, a mansuetude (Mt 5:5) e a tranquilidade, “[...] porque vosso Pai sabe o que vos é necessário antes mesmo de o pedires”. (Mt 6:8).

Em relação ao segundo eixo das Metas do Milênio da ONU Agenda 2030 que abrange a superação das desigualdades, Jesus ensina que mesmo que as pessoas estejam sofrendo se seguirem seus ensinamentos serão consoladas (Mt 5:4) e que diante de perseguições e injúrias ao seu Reino na Terra (Mt 5:10), serão exaltados no Céu e serão chamados de grande no Reino dos Céus (Mt 5:19). Neste sentido, o Mestre do Cristianismo anuncia que essas desigualdades terão fim (Mt 5:17), desde que os cidadãos sigam, pratiquem (Mt 7:24) e ensinem a Vontade de Deus (Mt 7:21). Outros aspectos incluem a visão de que Deus cuida da criatura, dando-lhe o Pão diário (Mt 6:11), são bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça (Mt 5:6) e que não é possível servir as nuances das explorações materiais egoísticas e simultaneamente aos desígnios da evolução espiritual, há que se escolher um predomínio, neste sentido destaca Jesus: “Ninguém pode servir a dois senhores” (Mt 6:24).

Quanto ao terceiro eixo das Metas do Milênio da ONU Agenda 2030 este propaga os valores e que no Sermão da Montanha, incluem a intersecções entre os aspectos humanísticos vivenciados em sociedade, bem como nas transformações pessoais, envolvendo a propagação da paz nas cidades e comunidades sustentáveis (Mt 5:9), a expressão do amor (Mt 5:43), perdão (Mt 6:14) e conciliação entre irmãos (Mt 5:24) e adversários (Mt 5:25), a vivência da cidadania pautada nos direitos e deveres (Mt 7:12), tangenciados pela misericórdia (Mt 5:7), e dá ênfase na necessidade de primeiramente buscar o Reino de Deus, praticar a Vontade de Deus (Mt 7:21) e o restante será realizado (Mt 6:33).

O quarto eixo das Metas do Milênio da ONU Agenda 2030 abarca os aspectos econômicos, neste sentido Jesus proclama que onde se encontra a atenção e o coração da pessoa, lá estará seu tesouro (Mt 6:21) e ressalta que a ênfase na terra deve ser dada a conquista ao Reino de Deus (Mt 6:33) e não ao acúmulo de bens materiais (Mt 6:19-20).

Os eixos quinto e sexto das Metas do Milênio da ONU Agenda 2030 englobam a educação e a saúde, meios de desenvolvimento, formação e expansão dos talentos e potenciais da humanidade. Assim, Jesus afirma que: “Todo aquele, pois, que escuta estas minhas palavras e as pratica, o assemelharei ao homem prudente, que edificou sua casa na rocha”. (Mt 7:24). E acrescenta que o Homo Sapiens Sapiens, em sua identidade e condição existencial, tange dois aspectos fundamentais: “Vós sois a Luz do Mundo” (Mt 5:14) e “Vós sois o Sal da Terra”. (Mt 5:13). Essa luz Divina ilumina o mundo e o sal permite o deleite, apreciação do gosto e o sabor da vida.

O ser humano ao cuidar de si, do outro, do ambiente e do Planeta Terra, conforme acrescenta Boff (1999), está em consonância com os propósitos dos Direitos Divinos, preconizados no Sermão da Montanha (Mt 5:1-7:29) e ao zelar pelos direitos humanos na terra, está sinergia com a dignidade humana expressa na condição individual, bem como de uma nação, que está em interdependência com outros países.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, art.1º) destaca que: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”.

Conforme supracitado acima, os seres humanos estão imbricados com sua dignidade, nascem com a liberdade inata e com a garantia de seus direitos. Estão dotados de consciência para viverem num convívio fraterno, igualitário, com justiça, equidade, respeito, segurança, paz e proteção às violações de seus direitos.

O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), portanto assumiu como meta para o século XXI desenvolver sua efetivação e conjuntamente a essa, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) que por meio do artigo 5º, institui os direitos fundamentais da pessoa humana:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (CF, 1988, art.5º).

O artigo 5º da Constituição Federal (art.5) institui que todos os seres humanos, têm direito a vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade, porém em relação à criança, ao adolescente e as jovens, esses direitos são aumentados, bem como a responsabilidade de desenvolvimento desses é ampliada incluindo o Estado, a sociedade e a família:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CF, 1988, art.227).

Podemos observar neste sentido, que as Metas do Milênio da ONU: Agenda 2030, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) refletem os ideais contidos no Sermão da Montanha, já que instituem uma forma onde os direitos regulam as relações entre as pessoas, orientam as regras de convívio entre seus membros, possibilitam o livre arbítrio de respeito colaborativo social, cultural, religioso e cívico.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo atual, no século XXI ainda apresenta muitas dificuldades de diversas ordens. A Cúpula das Organizações Unidas em 2015 ampliou as Metas do Milênio Agenda 2030 Para o Desenvolvimento Sustentável, visando promover um convívio justo, equitativo, pacífico, igualitário as diversas nações que compõem o Planeta Terra.

Neste sentido, faz-se necessário promover e desenvolver uma cidadania planetária, abrangendo transformações nos níveis pessoal, local, regional e global.

Esta pesquisa teve por objetivos refletir sobre a importância do Sermão da Montanha (Mt 5:1-7:29), proferido por Jesus e narrado no Evangelho de Mateus, contido na Bíblia Sagrada, no Novo Testamento e articular com as Metas do Milênio Agenda 2030 Para o Desenvolvimento Sustentável, sistematizado pelas Organizações das Nações Unidas – ONU.

Para tal, utilizamos do método de pesquisa de revisão bibliográfica do Sermão do Monte (Mt 5:1-7:29) e análise documental das Metas do Milênio Agenda 2030 Para o Desenvolvimento Sustentável, tendo uma abordagem qualitativa frente a essa temática.

Como resultados, podemos apontar que foi possível realizar essa articulação e que dois aspectos foram ressaltados diante da análise realizada: o primeiro tange que ambos os objetos de investigação, tiveram a necessidade de explicitar transformações necessárias que dependem de cada pessoa, bem como da nação

como um todo e o segundo abarca a interdependência global e a corresponsabilidade comum universal, conforme afirma Boff (2012).

Outro aspecto constatado é que o Sermão do Monte contido nas Sagradas Escrituras (Mt 5:1-7-29) escrito há muito anos permanece atual, diante das proposituras realçadas no documento da ONU sobre as Metas do Milênio Agenda 2030 Para o Desenvolvimento Sustentável, ocorrendo neste sentido, uma intersecção entre ambos, unindo passado e presente, com perspectivas de construção para um futuro mais humanizado a todos.

A fim de conjecturar sobre os critérios que fundamentam as temáticas abordadas, indicamos a necessidade de novos estudos científicos sobre essas investigações, que poderão estar inclusos tanto na Teologia Prática, bem como na Teologia de Direitos Humanos. Conforme ressalta Streck (2011, p.101):

O elemento determinante para definir os tipos de pastoral na América Latina foi o modo de ação e sobre o mundo. Se quisermos, uma teologia moderna: o ser humano, criatura e Cocriador, é visto como sujeito de seu destino. (STRECK, 2011, p.101).

Conforme aponta Panasiewicz (2011, p.15): “Viver humanamente é sempre um desafio. Somos desafiados o tempo todo e a todo instante”. Assim, concluímos nossa pesquisa ressaltando a busca por uma articulação do Direito Divino consubstanciado no Sermão do Monte de Jesus Cristo (Mt 5:1-7-29) na união e interface entre os Direitos Humanos, em consonância com o dilema pessoal, societário e mundial, preconizado pelas Metas do Milênio da ONU Agenda 2030 Para o Desenvolvimento Sustentável de todos, auxiliando e contribuindo para que o Reino dos Céus se efetive aqui no Reino da Terra.

## REFERÊNCIAS

- [1] BÍBLIA SAGRADA. Trad. ALMEIDA, João Ferreira de. Ed. Revista e corrigida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 2014.
- [2] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Brasília: Presidência da República, 1988.
- [3] BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: O que é e o Que não é. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.
- [4] Saber Cuidar, Ética do Humano, Compaixão pela Terra. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
- [5] CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Cristãos no Mundo: 2,18 Bilhões de Pessoas de Pessoas Dizem Professar a Fé Cristã Segundo Instituto. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/cristaos-no-mundo-7-bilhoes-de-pessoa-dizem-professar-a-fe-crista-segundo-instituto-de-pesquisa-pew-research/> Acesso: 12 set. 2019.
- [6] COSTA, José Carlos. Israel: Monte das Bem-Aventuranças. Disponível em: <http://galeriabiblica.blogspot.com/2012/03/israel-monte-das-bem-aventuracas.html> Acesso: 20 set. 2019.
- [7] GIL, Antônio, Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2002.
- [8] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama do Brasil. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama> Acesso: 20 set. 2019.
- [9] Censo 2010 Amostra Religião 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107?detalhes=true> Acesso: 12 set. 2019.
- [10] JOSAPHAT, Carlos. Ética Mundial: Esperança da Humanidade Globalizada. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.
- [11] LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da Metodologia de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2003.
- [12] ROHDEN, Humberto. O Sermão da Montanha. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- [13] STRECK, Danilo. Teologia Prática e Práticas na América Latina. In: HARPPRECHT, Chistoph, Schneider e ZWETSCH, Roberto. Teologia Prática no Contexto da América Latina. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2011.
- [14] MILEANT, Alexandre. O Sermão da Montanha. Los Angeles: Holy Protection Russian Orthodox Church, 2000. Disponível em: [https://www.fatheralexander.org/booklets/portuguese/sermao\\_montanha.htm](https://www.fatheralexander.org/booklets/portuguese/sermao_montanha.htm) Acesso: 03 set. 2019.
- [15] MINAYO, Maria Cecília de Souza, DESLANDES, Suely Ferreira e GOMES, Romeu. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.
- [16] ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: ONU, 1948.

- [17] Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em: 12 set. 2019.
- [18] Convenção de Viena Sobre o Direito dos Tratados. Viena: ONU, 1969. Disponível em: [https://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/legislacao/convencoes/convencao\\_viena\\_direito\\_tratados.pdf](https://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/legislacao/convencoes/convencao_viena_direito_tratados.pdf) Acesso: 06 set. 2019.
- [19] PANASIEWICZ, Roberlei. As Múltiplas Dimensões do Ser Humano. In: BAPTISTA, Agostinho, N. e SANCHEZ, Wagner, L. (Orgs.). Teologia e Sociedade: Relações, Dimensões e Valores Éticos. São Paulo: Paulinas, 2011.
- [20] WHITE, Ellen, G. O Maior Discurso de Cristo. Washington: Ellen G. White Estate, 2008.

# Capítulo 13

## *Poder e arte: A influência do teatro no século XIX na realidade social de Pitangui – Minas Gerais*

*Charles Galvão de Aquino*

*Wagner Francis Martiniano de Faria*

**Resumo:** Este documento apresenta estudo acerca de um período do século XIX no contexto da arte teatral em suas diversas manifestações. Esta inspirada no drama realista, discorrendo acerca da sua importância na realidade de Pitangui, um pequeno município do estado de Minas Gerais. Apresentamos por meio de pesquisa bibliográfica uma análise das ações teatrais que se constituíram nesta cidade e que revelam parte da experiência brasileira de intervenção político-social no campo da arte teatral, cujos pressupostos antes não eram percebidos, remontando até aquele momento a ideia do teatro inspirado no romantismo, e este negligenciando a cidadania e a liberdade de expressão das comunidades. Logo, as práticas teatrais valorizavam no período ações de opressão em uma sociedade dividida em classes sociais e localizada em realidades política e econômica distintas uma das outras. Como resultado, a análise bibliográfica confirma que embora o teatro exerça um papel fecundo da apresentação da arte cênica, ele se deu também ao trabalho no século XIX de considerar-se como responsável pelo convite aos espectadores a uma reflexão da realidade social ao articular-se aos saberes e valores que contribuíram para o progresso social da realidade pitanguense.

**Palavras-chave:** Teatro no século XIX. Teatro. Drama realista. Arte. Teatro popular.

## 1. INTRODUÇÃO

Não se pode falar em uma forma única de se fazer teatro, isto é, não existe técnica certa ou errada de vivê-lo. Tudo depende das necessidades que a encenação requer para que se cumpra o objetivo central de uma montagem teatral. Este estudo reporta-se a esta ideia ao discutir as possibilidades de uma nova perspectiva de teatro na realidade social brasileira, mais em específico nas ações manifestadas no município mineiro de Pitangui no século XIX. O desejo de comunicar à plateia a realidade nua de uma sociedade até então envolvida artisticamente pelo romantismo, remonta além do amadurecimento da arte-teatral, exprime um novo fôlego para esta arte no período. Resguardamos-nos a discutir neste texto sobre a influência do teatro na realidade do município de Pitangui – Minas Gerais, contudo, também apresentamos um breve e tímido histórico do teatro no ocidente.

## 2. A IMPORTÂNCIA DO TEATRO PARA A SOCIEDADE DO SÉCULO XIX

O teatro no século XIX apresenta considerável evolução ao que tange suas diferentes e múltiplas propostas estéticas, que, opondo-se entre si, mostram-se ainda no século XXI em desenvolvimento. A ação política que perfazia tal prática artística no período contribuiu ativamente para as mudanças sociais que se desencadearam posteriormente ao longo da história.

Assim, o teatro manifestado através do drama realista, em oposição ao romantismo, vem da Europa através de autores como Henrik Johan Ibsen, dramaturgo norueguês, considerado um dos criadores do teatro realista moderno, tal como também Anton Tchekov, dramaturgo e escritor russo, tido como um dos maiores contistas de todos os tempos.

Este estilo apropriado também por tantos outros dramaturgos, em várias partes do ocidente no século XIX, desvalorizava a imaginação romântica e começava a descrever a realidade social ao apresentar um retrato fiel das personagens, mostrando, também, os aspectos negativos da natureza humana. Tornava-se a ação teatral neste contexto um espelho das revoluções de cada espaço social.

Surgiu, neste íterim, esta nova geração de dramaturgos cujo trabalho artístico se centrava no desenvolvimento da interpretação e dos diálogos para que, em todos os aspectos, estes se assemelhassem e apresentassem um panorama fiel do comportamento humano nas situações do cotidiano da época no exercício do ato teatral.

Neste arcabouço produtivo do social, mostrou-se a ativa contribuição do cultural e cênico- artístico que passam a misturar arte e realidade no palco por meio das peças teatrais, das óperas, dos monólogos e outras ações teatrais. Há de se destacar também nesta discussão Émile Zola, escritor e dramaturgo francês, que deu início ao naturalismo, uma forma radicalizada do realismo influenciada pelos métodos da análise científica e experimental do ser humano. Este movimento também foi influenciado pelas ideias evolucionistas de Charles Darwin, que revolucionam o pensamento filosófico e intelectual até a contemporaneidade.

### 2.1 O TEATRO POPULAR E SUAS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS NA REALIDADE DO SÉCULO XIX E SUA AÇÃO NO MUNICÍPIO DE PITANGUI

O teatro por meio de óperas, peças e musicais trouxe novos ares à realidade social do século XIX no município de Pitangui no estado de Minas Gerais. Sabemos embasados na experiência brasileira de intervenção político-social que, por meio da ação teatral dramática e musical popular, a conjuntura do período passou a designar a estas manifestações parte da responsabilidade de divulgação dos atos políticos, econômicos, culturais e de ação social ocorridos na realidade deste período histórico.

Estas ações encaminhavam-se por pressupostos conceituais no que tange aos contextos da cultura, cidadania e opressão em uma sociedade dividida em classes sociais distintas, mas localizada política e economicamente num mesmo domínio de poder. Logo, os espectadores, como folhas em branco, recebiam através do cênico, informações que até o momento, não se faziam divulgadas em todos os espaços do então Brasil Colônia.

O município de Pitangui tornou-se conhecido ao final do século XVII e veio a se tornar vila em 1715. Posteriormente, em 1855 foi considerado cidade. Já no período ficou conhecido como Velha Serrana, por encontrar-se na parte mais baixa da Serra da Cruz do Monte. Tempos antes, suas terras e rios, limítrofes de outros municípios que também se consolidavam como território, abrigavam os escravos advindos de fugas das primeiras expedições de Porto Seguro. Por ser uma rota de passagem para várias outras cidades,

diversos integrantes do teatro e da música popular, nomeados desde períodos antes de companhias, transitavam pela cena pitanguiense, consolidando assim, para a época, a ação teatral como importante componente de representação artística de serviço à sociedade.

Estas companhias de teatro popular, inspiradas em grupos europeus, não faziam apresentações somente em espaços destinados às apresentações artísticas como teatros e clubes, mas também sediavam suas práticas nas ruas e igrejas.

Remetendo à origem do teatro brasileiro, ainda sem identidade nacionalista, mas já com fulgor de formação política, este surgiu quando Portugal tornou o país colônia, ainda no século XVI. Com a intenção de catequizar indígenas que em terras brasileiras viviam, os jesuítas não somente os submetiam à religião católica como também à vivência em uma atmosfera de cultura com raiz europeia. Esta perfazia também a arte literária e teatral, puramente portuguesas. Todas estas manifestações, dadas por rituais festivos, inserindo neste contexto as danças indígenas, davam o tom para as práticas teatrais populares arraigadas, em sua maioria, nas escrituras bíblicas, com autoria pioneira do Padre José de Anchieta.

Padres jesuítas, como Anchieta, atuaram como diretores, atores, dramaturgos, líderes e principalmente educadores. Esta última designação é sem dúvidas, o papel mais importante que os componentes da missão jesuíta exercera, e também o que lhes rendeu mais frutos:

(...) como haviam se colocado inteiramente a serviço da Igreja, compreenderam facilmente que seria através da educação, especialmente de lideranças, que poderiam ajudar a Igreja a reconquistar gradualmente grande parte dos países e nações que haviam aderido ou estavam aderindo às novas doutrinas (SCHIMITZ, 1994, p. 129).

Perdurou por muito tempo o designo de jesuítas à ação teatral do Brasil. O teatro propriamente com identidade nacional, sem diálogo direto com a religião, sem viés proselitista, só veio se estabilizar-se no país em meados do século XIX, quando o romantismo teve seu início. Este foi um movimento de ação no campo da arte, da política e da filosofia que surgiu nas últimas décadas do século XVIII na realidade europeia e reverberou em grande parte do ocidente, perdurando por uma longa parte do século XIX.

Martins Pena foi um dos responsáveis por este rompimento, através de suas comédias de costumes. Sua maior contribuição foi como teatrólogo, cuja história coloca-o como o homem da sociedade burguesa que satiriza a própria sociedade que por ora é integrante.

Ao mostrar como funcionavam as relações sociais do período, contribuiu para a compreensão histórico-sociológica do seu tempo, bem como com a linguística, uma vez que escrevia as falas das personagens de suas peças utilizando a linguagem coloquial da época. Podemos apresentar outros nomes de destaque da época como: o dramaturgo Artur Azevedo, o ator e empresário teatral João Caetano e, na literatura, o escritor Machado de Assis.

Com a Primeira Guerra ficamos separados do resto do mundo, sem receber influências do estrangeiro, e cada vez mais a revista nacionalizava-se, entrelaçando a música popular e a roteiro de forma estreita e indissolúvel. Afastando-se do modelo luso-francês surgiu uma nova fórmula onde a melodia passou a ser parte integrante do conjunto. O teatro popular havia adquirido um perfil tipicamente nacional iniciando uma nova fase na História Social da cultura brasileira (CONTIER, 2003, p. 05).

Esta afirmativa confirma que somente após o rompimento com os valores de estado de outras nações é que o teatro e suas possibilidades de ação se apresentavam na realidade brasileira como espelho de suas manifestações locais no campo da economia, da política, da cultura e das ações de desenvolvimento social.

Em um contexto histórico, remetendo à transposição da Corte portuguesa para a América em 1808, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se sede do governo. Logo, é inaugurado um período extenso de transformações. A cidade passou a ter corte, tribunais, conselhos, ministérios, gráficas, bibliotecas, teatros, orquestras, escolas, jardins, livrarias entre outros preceitos organizacionais, que formaram um universo de informações a serem absorvidas pela nova sociedade que nascia (CALDEIRA, 1995, p.76). Assim, a corte já estabelecida no Rio de Janeiro mudou todo o comportamento social, estabelecendo e criando novas identidades coletivas, tendo grande impacto diretamente na capitania de Minas Gerais, em sua cultura e seus costumes.

Retomando o debate da realidade histórica de importância cultural e econômica do teatro junto à música popular, ainda na segunda metade do século XIX, passaram a ser construídas várias casas de espetáculos por todo interior mineiro. “Sabe-se que pela mesma época, ou desde mais cedo, também tiveram seus teatros Pitangui” (ÁVILA, 1978, p. 20). Pode-se confirmar esta afirmação ao reportar-se à Diniz (1965) que ao citar duas construções em Minas Gerais, remete à mencionada como a Casa da Ópera, esta que fora edificada para apresentações teatrais na cidade de Pitangui:

Casa da Câmara e Cadeia, assobradada, era modesta construção da primeira metade do dito século. A da Ópera<sup>42</sup>, também levantada no mesmo século, não chamava a atenção como obra arquitetônica e media apenas 04 braças<sup>43</sup> e 01 palmo e meio de esteio a esteio, na frente (p. 98).

Podemos nesta perspectiva elencar várias experiências importantes para este debate empreendidas no século XIX, a se destacar duas: As companhias itinerantes de teatro e o conteúdo dos textos e peças musicais apresentados aos cidadãos espectadores.

A primeira experiência, que se espraiou por muitos outros espaços do Brasil, no período, era liderada por artistas que acumulavam a função de empresários e porque não dizer de agentes políticos. O segundo quadro caracteriza o teor dos textos que se apresentavam aos espectadores como um diálogo com os eventos sociais que faziam motriz a sociedade da época. No contexto popular, como apresentado nos textos de Martins Pena, pode-se perceber que uma crítica política se fazia presente na arte teatral e musical do momento.

Segundo informa-nos o historiador e professor Sobrinho (1968) sobre esta ação na região mineira: “em Minas não houve centro arrojado de mineração que não desse contributo às artes vindas da Espanha e Portugal, seja pelo incentivo que os governantes criavam com dupla intenção de educar e entreter a seus súditos e vassalos” (p. 02).

No ano de 1817, a Câmara Municipal<sup>44</sup> de Pitangui faz-se o cumprimento de ofícios encaminhados pelo Governo da Província. Nestes constavam que a Câmara deveria preparar em regozijo festejos oficiais em todo seu território pela Aclamação de Dom João VI e o casamento de Dom Pedro com a sereníssima Arquiduquesa da Áustria, Dona Carolina Josefa Leopoldina. Logo, os membros da Câmara escreveram uma carta em resposta. Nesta, informavam que realizariam e apresentariam demonstrações festivas, da qual, era de costume se fazer em datas importantes como essa. Todavia, ficaria a promessa: “denam podermos fazer com mais pompa como exigem tã altos objetos” (RAPM, 1905, p. 725).

Os responsáveis pela Câmara chamaram estas celebrações de “Festejo Real” que iriam perdurar por alguns dias consecutivos e fizeram um relatório de tudo que haviam realizado naquele mês de dezembro de 1817, começando com o um anúncio à população:

(...) na tarde do dia 22 de maio do presente anno sahiram os Senadores dos Pasos do Conselho trajados de capaz bordadas de ricas sedas brancas, Voltas plumas nos Chapeos, jalecos de sêda branca, e meias tambem brancas, calçados de Sapatos com varas Alçadas, e o Estandarte, montados em Cavalos ricamente jaezados levando adiante de si todos os off<sup>es</sup> de Justiça e o Porteiro que publicava o bando do que havia de comter a festa por todas as ruas sendo este lido pello Procurador do Concelho e finalmente retumbava com clarim q. os Presedia a Cavallo, e na retaguarda marchava o Regim.<sup>to</sup> Meliceanno a cavalo ao som de seus bélicos instrumentos (RAPM, 1905, p.725).

<sup>42</sup> Dos nove palcos de Ópera que funcionaram simultaneamente, na segunda metade do século XVIII, apenas o de Vila Rica (Ouro Preto) e o de Sabará continuam em evidência. Os demais entraram para a história como o de Pitangui (Sobrinho, 1961, p. 02).

<sup>43</sup> Braça e Palmo: O sistema de medidas utilizado no Portugal medieval para medir e comerciar tecidos baseava-se no Palmo, com 22cm de comprimento, que se assumia como unidade-base, e nos seus dois principais múltiplos: o Côvado (...), correspondente a três Palmos (com 66cm), e a Vara, correspondente a cinco Palmos (com 110cm). Destas duas medidas existiam dois submúltiplos: o Meio Côvado, com 33cm e a Meia Vara, com 55cm. O sistema medieval apresentava ainda uma quarta medida, usada, sobretudo, no comércio de fitas e linhas, a Braça, que teria um valor de cerca de 184cm (Barroca, 2006, 54-55).

<sup>44</sup> As câmaras municipais tinham também o compromisso da organização de algumas festas religiosas. Ver em: Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, vol. I, 1896, p. 481-483, TERMOS DE VERAÇÃO E CÂMARA GERAL: Câmara Geral da Câmara Municipal de Ouro Preto, CMOP- 137 (1809-1826).

No início da primeira noite, no dia 25, colocaram iluminação em todas as casas e igrejas por três dias consecutivos, com predileção à “Casa dos Pasos do Concelho”, com grandes queima de fogos de artifício em suas diferentes cores, seguida de uma coroa que sustentava vários foguetes para o espetáculo luminoso.

Havia uma famosa rua com grande movimento de pessoas nas calçadas, que fazia entroncamento com mais três áreas, por onde passavam toda a nobreza, os oficiais e também trabalhadores da cidade. Nas entradas destes locais, foram esculpidas as figuras das armas reais acompanhadas de diversos arvoredos e frutos. Já na madrugada do dia 26 seguinte, os moradores foram despertados com uma aurora de instrumentos musicais, seguidos de fogos pelos céus até o amanhecer. Foi também celebrada missa solene acompanhada de música com coros de vozes seguido do *Sacramento Exposto* e depois de uma oração feita pelo professor de Gramática Latina Luís Álvaro dos Santos Bueno. Neste último evento, toda população assistia as atividades festivas junto ao Clero, ao Senado, aos oficiais do Corpo da Ordenança e ao Regimento Miliciano. Às três horas da tarde, era realizada uma procissão solene pelas ruas ao som do cântico *Te Deum Laudamus*<sup>45</sup> e a noite era apresentada a primeira Ópera.

No alvorecer do dia 27, dando continuidade aos festejos, Dona Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castello Branco, mais conhecida como Joaquina do Pompéu, apresentava aos presentes “huma trincheira com touros que se correram de pé presedendo a sua entrada dois Cávalleiros, e quatro contra danças deferentes que foram apresentadas cada uma por seu off.º Mecanico; e nesta noite houve Segunda Ópera” (RAPM, 1905, p. 726), estendendo-se até o dia 28 com igual festejo do dia anterior. Nos dias 29 e 30, considerados dias “gordos” das festividades:

(...) se fez egual festejo de cavalhada com e contradanças ao que assistiu o III.<sup>mo</sup> D.<sup>or</sup> e corregedor da Com.<sup>ca</sup>; bem como o Senado incorporado em um alto Palanque bem ornado nam só neste dia, como nos dia antecendetes e a noite se repediou huma das óperas dandose o festejo por acabado no que todo o povo se monstrou contente, e alegre com aclamaçãem no Nosso Augusto Soberano dando *demonstrações de vontade de melhor o fazer, e provas deferíveis de ser fiéis e leais Vaçallos* (RAPM, 1905, p. 726).

Neste mesmo ano de 1817, em consequência da Ordem do Governo da Província, Sabará realizava também, vários dias de festejos pela aclamação de Dom João VI.

No dia 14 houve huma luzida Cavalhada composta de 18 Cavalleiros de dous nos escarlante, e azul offerecida pelo Corpo dos Commandantes de Ordenança [...]; a Opera; que se representou no dia quatorze foi offerecida pelos Officiaes da Ouvedoria, a que assistirão particulares e Povo, havendo sempre em toda a sua representação muito silencio, e respeito com geral aplauzo; A esta Opera antecedeo hum Drama em que a Fama disputava com o tempo sobre a immortalidade do Nome do Senhor Dom João Sexto, Cujo retrato estava presente. Nos dias 15, e 17 se repetirão os Touros, e contradanças com diversas marcas, assim como em ambas as Noites houve Illuminação do Passeio, e nas tardes de 16, e 18 continuarão as Cavalhadas, fazendo se em cada húa dessas noites huma opera [...] (RAPM, 1905, p.739-740).

Nestes festejos realizados em Minas, junto às apresentações das artes cênicas, pode-se perceber que existia por parte do governo, o objetivo de manter a ordem e a submissão de seus súditos e vassalos, no qual, serviria de “aprendizado das máximas da política, da moral, do amor à pátria e da fidelidade ao rei” (SOBRINHO, 1961, p.15). Assim:

(...) de uma maneira mais geral, pode-se dizer que as festas cívicas celebradas em Minas eram momentos onde se buscava criar laços entre o povo e o poder, fomentar uma identificação do povo com as propostas políticas do governo e estreitar os laços entre ele e seus dirigentes. Nos festejos dessa natureza, o poder se transformava em espetáculo para conquistar a adesão. Através de um

<sup>45</sup> *Te Deum Laudamus* é um hino cristão, usado principalmente na liturgia católica, como parte do Ofício de Leituras da Liturgia das Horas e outros eventos solenes de ações de graças. O hino é encontrado também na hinódia ou práticas litúrgicas de outras igrejas cristãs, incluindo o Livro de Oração Comum da Igreja Anglicana, as matinas luteranas e, de modo menos regular, em outras denominações protestantes e evangélicas. Das duas primeiras palavras do primeiro verso, *Te Deum laudamos* (A ti louvamos, Deus), deriva o nome pelo qual o hino ficou conhecido.

cenário fascinante ele buscava reduzir e atenuar as diferenças entre os seus habitantes, mas buscava também trazê-los reunidos na “unanimidade da obediência” (CHAMON, 1998, p.185).

Foram vários dias de grandes festividades, onde, toda a sociedade participou e regozijou-se com as festas de iluminações, fogos coloridos, danças e óperas, fazendo um grande espetáculo de seis dias consecutivos pela glória e aclamação dos soberanos augustos, ficando assim, a Vila de Pitangui, no patamar das grandes celebrações do reino e suas capitânias.

## 2.2 A COMPANHIA FERNAL DE TEATRO E A PROPULSÃO DA ARTE TEATRAL EM PITANGUI

Com grande tradição dramática e de festejos, Pitangui no ano de 1882, recebia uma grande empresa artística, que haviam iniciado uma turnê pelo interior do centro-oeste de Minas Gerais: a Companhia Dramática Fernal & Cia., sob a direção do ator Antônio Fernal. Antes de chegarem à Velha Serrana, ainda no mesmo ano, a companhia realizou vários espetáculos na também cidade mineira Pará de Minas. O jornal pitanguense *O Iniciador* publicou várias matérias noticiando sobre a estadia da empresa de Fernal na região e até o valor angariado de 2:000\$000 (dois contos de réis) para as dez noites de espetáculos a serem apresentadas na cidade<sup>46</sup>.

Estes espetáculos apresentados em Pará de Minas foram de tal sucesso, que Fernal enviou um comunicado à comunidade pitanguense através do jornal *O Iniciador*. No mês de julho, o empresário e ator expressou no folhetim pedido de desculpas pelo motivo da companhia dramática continuar além do tempo que haviam programado no município paraminense. Foram muitos pedidos entusiasmados da população para permanecerem por mais alguns dias<sup>47</sup>,

(...) de fato, os empresários teatrais buscavam o retorno financeiro, pois a atividade teatral, além de manifestação artística, era também um empreendimento comercial, do qual faziam parte diferentes profissionais, de atores a maquinistas. No entanto, acreditamos que a aceitação do melodrama nos palcos não se explica totalmente pela busca por bilheteria. Outras condições práticas também impactavam nos espetáculos, tais como a circulação dos impressos e das companhias dramáticas, e a disponibilidade de traduções, as quais podem também ser consideradas na avaliação da disseminação do gênero pelos palcos brasileiros da primeira metade do século XIX. Nesse caso, o Brasil seria mais uma região a fazer parte de uma rede de conexões entre teatros, artistas e impressos responsável pela difusão do gênero melodrama, não apenas pela Europa, mas também pela América. (RONDINELLI, 2015, p. 03).

Além das peças produzidas pela companhia de Fernal, várias montagens foram apresentadas no teatro de Pará de Minas, entre os meses de março a maio, com repertório variado de melodramas franceses, portugueses e comédias, entre elas, os dramas: *As mulheres de mármore*, de Théodore

Barrière e Lambert Thiboust, tradução de Machado de Assis<sup>48</sup> e *Os Seis Degraus do Crime*<sup>49</sup> (1832), de Théodore Nézel e Benjamin Antier.

No dia 23 de julho, do ano de 1882, finalmente subia em cena no teatro de Pitangui a ópera cômica de Jules Massenet, *Dom Cesar de Bazan*<sup>50</sup>. As apresentações devido ao grande sucesso, fizeram com que a companhia de arte dramática dirigida por Antônio Fernal permanecesse um longo período em cartaz no teatro em Pitangui. Dentre as outras várias peças teatrais e óperas apresentadas, destacaram-se: *O Homem da Máscara Negra*<sup>51</sup>, de José da Silva Mendes Leal; *O Anjo da meia-noite*<sup>52</sup>, de Théodore Barrière e Edouard

<sup>46</sup> O Iniciador: 16/03/1882, p.02.

<sup>47</sup> O Iniciador: 16/07/1882, p.02.

<sup>48</sup> Em sua coluna de crítico teatral de *O Espelho*, Machado de Assis manifestou seu apoio à Ópera Nacional em duas ocasiões, censurando aqueles que se opunham à contratação de artistas estrangeiros: “Falo do concurso de artistas estrangeiros que para algumas suscetibilidades patrióticas tira a cor nacional à idéia da nova instituição. Os que assim pensam parecem ignorar que o talento não tem localidade (...) A ópera é nacional, porque cantada na língua do país”.

<sup>49</sup> O Iniciador: 09/04/1882, p.04.

<sup>50</sup> O Iniciador: 23/07/1882, p.04.

<sup>51</sup> O Iniciador: 30/07/1882, p.04.

<sup>52</sup> O Iniciador: 06/08/1882, p.04.<sup>52</sup>

Plouvier, tradução de Machado de Assis em 1866 (FARIA, 2012, p.51) e *O Fantasma Branco*<sup>53</sup>, ópera do escritor Joaquim Manoel Macedo.

No ano de 1883, o jornal *A Realização* noticiava novos caminhos para a companhia de Fernal, comunicando que “no dia 21 de setembro corrente partiu para a cidade de S. Antonio do Monte a Companhia Dramatica Fernal. Demorou-se n’esta cidade mais de um anno e deu 47 espectaculos, todos bem concorridos e geralmente aplaudidos”. Desejavam boa viagem e que pudessem encontrar o mesmo acolhimento que a população pitanguense lhes deu<sup>54</sup>.

Nítida se apresentou a importância das ações promovidas pela companhia de Fernal à cidade de Pitangui. Estas são percebidas no viés das políticas de valorização da realidade social do município, bem como com a formação dos enlaces que se faziam com o diálogo textual das peças na interlocução direta com os espectadores, lhe incitando uma reflexão da sociedade e do teatro enquanto mecanismo de poder.

### 2.3 OS AMADORES

O teatro amador em Minas Gerais se manifestou a partir de 1850, tendo sua evolução nas décadas seguintes. Quando as companhias dramáticas chegavam às cidades, traziam grandes novidades, modificando todo o cotidiano da população e antes de partirem, despertavam o desejo para formação de grupos de amadores (DUARTE, 1995, p.199).

No dia 26 de agosto de 1883, o jornal de Pitangui *A Realização*, anunciava o rompimento da “Sociedade de Amadores Pitanguyenses” com a “Companhia Fernal”, e ao mesmo tempo, anunciavam para sábado, dia primeiro de setembro, três peças de comédias, *Doutor Grama*, *Uma Experiência* e *Maldito Theatro* de autoria do escritor da terra Francisco Capanema Júnior, as quais faziam um apelo à população, para continuarem apoiando seus trabalhos amadores, comparecendo ao teatro<sup>55</sup>. Mediante pesquisa, comprova-se que, as companhias de teatro contratavam artistas amadores nos locais onde apresentavam seus espetáculos e também ambos poderiam romper seus contratos de trabalho. Todavia podemos perceber que a sociedade era convidada a prestigiar a arte dramática dos artistas amadores locais.

Após este período de êxito no exercício do teatro com fulgor social na mineira Pitangui, no ano de 1887, iniciou-se um movimento popular para redenção do teatro na cidade. Assim surgia o *Club Dramático Pytanguyense*<sup>56</sup>, sob diretoria de pessoas esclarecidas e bem-intencionadas, que enviaram uma petição à Assembleia da Câmara de Ouro Preto, solicitando verba que fosse suficiente para restauração do teatro, para que a população voltasse a ter edifício digno do progresso de sua cidade, no qual, era conhecida pelas suas tradições artísticas, advindas de práticas descritas anteriormente. Contudo, esperava-se da ilustrada Assembleia, um louvável *desideratum*.

No ano de 1888, a assembleia aceitou o pedido e foi liberada verba de 5:000\$000 (cinco contos de reis) para restaurar o teatro de Pitangui. (SOBRINHO, 1968, p.2). No jornal *A Província de Minas* do mesmo ano, era confirmada a notícia:

N. 409 – Art. 1: Comissão da fazenda, a que foi presente uma representação da directoria e corpo scenico do Club Dramatico Pytanguyense, invocando o patriotismo da assembleia para a construção de um theatro na cidade de Pytanguy; Considerando que são nobres e louváveis os intentos dos signatários da representação que pretendem elevar os títulos a que tem jus pelas suas tradições históricas a cidade de Pytanguy; Considerando que importante papel representão na sociedade os theatros, em que se exhibem ao público composições de alto valor litterario e moral; Considerando que a cultura das

<sup>53</sup> O Iniciador: 17/09/1882, p.02.

<sup>54</sup> A Realização: 23/09/1883, p.3

<sup>55</sup> A Realização: 26/08/1883, p.4.

<sup>56</sup> Pitanguy, 27 de junho de 1888. O Presidente Francisco de Assis Pereira Fonseca. O Vice-Presidente Pedro João Faria Morato. O 1º Secretário, Antônio Pedro Bahia da Rocha. O 2º Secretário Francisco Theodoro de Mendonça. O Diretor Ensaaiador, Antônio da Siqueira Gomes. O Procurador Possidonio Xavier Rabelo. O Fiel Christovão de Faria. O Thesoureiro João Antônio Gomes da Silva. O Vice- Diretor Faustino Otto da Fonseca e Manoel de Salles Couto, ator e cantor lírico. SOBRINHO, José Seixas. Artigo Jornal: Estado De Minas, 1968.

Letras, qualquer que seja a sua forma, muito contribue para adoçar e moralizar os costumes, fim a que devem se propor os poderes públicos; [...] <sup>57</sup>

Para podermos ter a dimensão do valor liberado pela assembleia, vale ressaltar que, na segunda sessão extraordinária do dia 08 de setembro de 1887, no artigo I referente a receita das Câmaras Municipais do Estado de Minas Gerais para o exercício de 1888, era liberado o orçamento para o município de Pitangui fixados em 3:000\$000 (três contos de réis)<sup>58</sup>, ou seja, o valor de toda despesa anual da Câmara do município era ainda menor do que o valor liberado para a restauração do teatro, contudo, seria uma prova da valorização e do entendimento do papel social que a arte cênica imprimia no período histórico em que a cidade vivia, trazendo mudanças para as práticas artístico-teatrais em Pitangui.

## 2.4 OS FRUTOS

No ano de 1892, no mês de setembro ao dia 7, era realizada uma assembleia geral do *Club Dramático Pytanguyense*, estando presentes no local 21 sócios para comemorarem o aniversário de cinco anos de existência. Na reunião, o sócio orador falou a respeito do movimento literário da congregação, destacando os objetivos que o clube nutria como a valorização das aptidões artísticas dos conterrâneos e de suscitar meios para melhorias do teatro.

Terminada as pontuações da reunião, foi promovida eleição da diretoria, na qual, fora reeleita para presidente, Azevedo Júnior; vice-presidente, Faustino Otto; 1º secretário, Salle Couto, 2º secretário, Francisco Theodoro; orador, Vasco Azevedo; fiel, Christovam de Faria; tesoureiro, João Gomes e bibliotecário, Augusto Osório (Minas Gerais, 1892).

## 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber ao longo deste estudo que as manifestações teatrais promovidas no território mineiro no século XIX, em especial no município de Pitangui, expressavam além de simples subsídios da arte do teatro. Estas movimentações entre texto e interpretação revelavam costumes sociais, artistas locais e criavam um estabelecimento de vínculo entre os espectadores e a representação teatral da vivência local da população.

Estes vínculos implicavam diretamente na reflexão de seus costumes locais e perspectivas de posturas políticas, na movimentação do progresso regional do período e na criação da identidade autônoma dos cidadãos no viés das ações que perfaziam o exercício do teatro.

Ainda que no início do século XIX, no interior das cidades mineiras, existissem poucas opções de entretenimento, cidades como Pitangui recebiam eventualmente companhias de teatro que, quando chegavam à cidade para apresentações, “transformavam esse cotidiano trazendo inovações, hábitos e modas de outros lugares” (DUARTE, 1995, p. 199).

Neste primário estudo relatamos que além de apresentar a realidade de outros lugares o teatro mostrava-se como um aparelho de poder para a comunidade pitanguense, o qual se marcava em levar junto aos textos e a encenação a reflexão do cidadão enquanto cidadão. O repertório da empresa dramática de Fernal, por exemplo, mostrava-se variado com dramas populares, comédias, musicais incluindo até óperas, e talvez, esta diversificação de atrações, seja a resposta da grande identificação da popularidade e sucesso da empresa que permaneceu por um longo período no município, no qual, ao conquistar a simpatia do público, atribui função civilizadora às artes cênicas, influenciado na formação de grupos amadores naquele local que passaram a reproduzir também valores locais.

Todavia, nem mesmo a distância que separava Pitangui da capital da província, foi capaz de impedir que os grandes festejos amalgamados às artes dramáticas se fizessem vivos apenas nos grandes centros. Com isso, a cidade excluiu de vez a falsa ideia de que a Velha Serrana seria menos representativa que muitas

<sup>57</sup> A província de Minas: 14/08/1888

<sup>58</sup> A Província de Minas: 23/09/1887 - CÂMARA DE PITANGUI: 1) Secretário: 360\$000; 2) Fiscal: 320\$000, 3) Continuo: 60\$000; 4) Porcentagem ao procurador: 546\$000; 5) Relógio público: 30\$000; 6) Caminheiros: 30\$000; 7) Despesas com galés: 100\$000; 8) Luz e limpeza da Cadeia: 300\$000; 9) Custas jurídicas: 150\$000; 10) Júri, eleições e alistamento: 100\$000; 11) Assinatura de jornal: 15\$000; 12) Formigueiros: 50\$000; 13) Expediente: 20\$000; 14) Eventuais: 20\$000; 15 Obras públicas: 899\$000. Total: 3:000\$000.

idades históricas próximas de Ouro Preto, ficando o legado do ensino das belas artes e o poder da influência do teatro na realidade social do município.

Além da expressão de poder que o teatro impôs na realidade pitanguiense, esta se torna referência por longos períodos para todo o território limítrofe que abarcou o nascimento de novas práticas teatrais no centro-oeste mineiro. Assim, acabou por reverberar ações que garantem a exposição cada vez mais acessível aos espectadores do diálogo com problemas locais e manifestações da realidade do espaço social pitanguiense.

## REFERÊNCIAS

- [1] Ávila, Affonso. O teatro em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX. Ouro Preto: Prefeitura Municipal e Museu da Prata, 1978.
- [2] Barroca, Mário Jorge. Medidas-Padrão Medievais Portuguesas. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Bolseiro do I.N.I.C., p.54-55. 2006. Acesso em: 22/01/2016. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2182.pdf>
- [3] Caldeira, Jorge. Mauá. Empresário do império. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Chamon, Carla Simone. O cenário da festa. Festa cívica em Minas Gerais no século XIX. Varia História. N.º. 19. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1998. pp. 183-204.
- [4] Contier, Arnaldo Daraya (Org.). O teatro popular: Rio de Janeiro, cidade polifônica (1930-1945). In: Caderno de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura, São Paulo, v.3, n.º. 1, pp. 105-117, 2003.
- [5] Diniz, Sílvio Gabriel. Pesquisando a História de Pitangui. Edição comemorativa do 250º aniversário de Pitangui. Belo Horizonte, 1965.
- [6] Duarte, Regina Horta. Noites Circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no Século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- [7] Rapm - Festejos em Sabará na ocasião da aclamação de D. João VI (1817), Imprensa Oficial de Minas Gerais, vol.10, fascículos 03-04, 1905, p.739-740.
- [8] Rapm - Termos de Vereação e Câmara Geral: Câmara Geral da Câmara Municipal de Ouro Preto vol. I, 1896, p. 481-483, CMOP-137 (1809-1826).
- [9] Rapm, - Festejos Oficiais em Pitangui 1817. Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, vol.10, fascículos 03-04, 1905, p.724-726.
- [10] Rondinelli, Bruna Grasiela da Silva. Repensando o Melodrama Romântico Francês no Brasil. XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015. Disponível em: <[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434382247\\_ARQUIVO\\_RepensandooMelodramaRomanticoFrances\\_Brunarondinelli.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434382247_ARQUIVO_RepensandooMelodramaRomanticoFrances_Brunarondinelli.pdf)>. Acesso em: 23/01/2016.
- [11] Schmitz, E. Os Jesuítas e a Educação: a filosofia educacional da Companhia de Jesus.
- [12] São Leopoldo: Unisinos, 1994.
- [13] Sobrinho, José Seixas. Artigo Jornal: Estado De Minas, Caderno turismo, Belo Horizonte, 1968.
- [14] Sobrinho, José Seixas. O Teatro em Sabará: da colônia a República. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1961.

## PERIÓDICOS

- [1] A Província de Minas: Edição n.º 476, 23/09/1887, Hemeroteca Digital Brasileira.
- [2] A província de Minas: Edição n.º 542, 14/08/1888, Hemeroteca Digital Brasileira.
- [3] A Realização: Edição n.º 35, 26/08/1883, APM, Jornais Mineiros do século XIX.
- [4] A Realização: Edição n.º 39, 23/09/1883, APM, Jornais Mineiros do século XIX. Minas Gerais: Edição n.º 148, 21/09/1892, Hemeroteca Digital Brasileira.
- [5] Iniciador: Edição n.º 07, 16/03/1882, APM, Jornais Mineiros do século XIX. O Iniciador: Edição n.º 10, 9/04/1882, APM, Jornais Mineiros do século XIX. O Iniciador: Edição n.º 11, 16/04/1882, APM, Jornais Mineiros do século XIX.
- [6] Iniciador: Edição n.º 12, 23/04/1882, APM, Jornais Mineiros do século XIX. O Iniciador: Edição n.º 17, 28/05/1882, APM, Jornais Mineiros do século XIX. O Iniciador: Edição n.º 18, 04/06/1882, APM, Jornais Mineiros do século XIX.

[7] Iniciador: Edição nº 22, 09/07/1882, APM, Jornais Mineiros do século XIX. O Iniciador: Edição nº 23, 16/07/1882, APM, Jornais Mineiros do século XIX. O Iniciador: Edição nº 24, 23/07/1882, APM, Jornais Mineiros do século XIX. O Iniciador: Edição nº 25, 30/07/1882, APM, Jornais Mineiros do século XIX. O Iniciador: Edição nº 26, 06/08/1882, APM, Jornais Mineiros do século XIX. O Iniciador: Edição nº 27, 13/08/1882, APM, Jornais Mineiros do século XIX. O Iniciador: Edição nº 31, 10/09/1882, APM, Jornais Mineiros do século XIX. O Iniciador: Edição nº 32, 17/09/1882, APM, Jornais Mineiros do século XIX. O Iniciador: Edição nº 34, 07/10/1882, APM, Jornais Mineiros do século XIX.

# Capítulo 14

## *Conformação da pós-modernidade: Aprofundamento da decadência ideológica burguesa e irracionalismo*

*Juliana Menezes Mendes Mauricio*

**Resumo:** O estudo em questão busca refletir, de modo preliminar, acerca dos processos sócio-históricos presentes no abandono do projeto da modernidade e na constituição do campo pós-moderno, como formas de instauração e aprofundamento da decadência ideológica da burguesia. Defendemos que as diferentes correntes de pensamento constituintes do campo pós-moderno, no bojo do movimento de busca pelo controle sociometabólico do capital no contexto de sua crise estrutural, caminham no sentido do aprofundamento da decadência ideológica, decadência essa já inaugurada pela burguesia.

**Palavras-chave:** Modernidade. Decadência ideológica. Capitalismo contemporâneo. Conservação da ordem. Pós-modernidade.

## 1. INTRODUÇÃO

O estudo em questão objetivar refletir, de modo preliminar, acerca dos processos sócio-históricos presentes no abandono do projeto da modernidade por parte da burguesia – que se assenta como classe conservadora – e na constituição do campo pós-moderno, como formas de instauração e aprofundamento da decadência ideológica da burguesia. Defendemos que as diferentes correntes de pensamento constituintes do campo pós-moderno, no bojo do movimento de busca pelo controle sociometabólico do capital no contexto de sua crise estrutural e crise de sobreacumulação, caminham no sentido do aprofundamento da decadência ideológica, decadência essa já inaugurada pela burguesia quando do abandono ao projeto da modernidade.

Consideramos que as reflexões aqui propostas configuram-se necessárias para aqueles que visam compreender a sociabilidade capitalista contemporânea. Isso, porque, a aplicação do pensamento/lógica pós-moderna mostra-se cada vez mais recorrente no cenário contemporâneo. É nessa perspectiva que fortifica-se a necessidade de reflexão acerca da constituição do campo pós-moderno e acerca do processo aqui denominado de “aprofundamento da decadência ideológica”.

Para tanto, buscaremos abordar inicialmente – de modo sintético – a modernidade e a razão moderna para, posteriormente, abordar o processo de abandono do projeto da modernidade e incursão no período de decadência ideológica. Logo em seguida, trataremos da emergência do pensamento pós-moderno. Por fim, buscaremos sinalizar as considerações finais acerca dos elementos trabalhados.

## 2. MODERNIDADE E RAZÃO MODERNA

É consenso que o advento da modernidade só pode ser pensado a partir da transição do século XVIII ao século XIX, a partir da constituição da sociedade burguesa e das relações sociais dessa decorrentes. Isto é, a modernidade torna-se possível a partir de um projeto de desenvolvimento, de um projeto de modernidade, compatível com a generalização de relações mercantis, da consolidação da classe burguesa como dominante e, conseqüentemente, da efetiva ruptura com o legado medieval. Isso, pois, é mediante a inserção revolucionária da burguesia que desenvolve-se a urbanização, organizam-se as nações, amplia-se a sujeição da natureza pelo homem e rompe-se com domínio ideológico da Igreja católica.

Logo, para fins de produção e consumo compatíveis com o processo de desenvolvimento capitalista em curso, era necessário transpor os limites medievais, a princípio, para posteriormente transpor os limites condizentes com a vida moderna e com o capitalismo. Para além do mencionado, nesse contexto desponta-se o mercado internacional, torna-se complexa a divisão social do trabalho e constituem-se habilidades humanas até então não vistas. Trata-se, portanto, do processo de constituição dos indivíduos sob a regência burguesa.

Complementando o exposto acima, é possível compreendermos a modernidade como o período em que o indivíduo, ante as necessidades do desenvolvimento capitalista, é reconhecido como ser detentor de razão e essa última, passa a ser o crivo fundamental de apreensão da realidade. Dessa forma, com o surgir da modernidade, os fenômenos relativos à natureza, a ordem social e os rumos da história devem ser elucidados a partir da racionalidade<sup>59</sup> e não mais, como no Antigo Regime, a partir da religiosidade e da mistificação. Logo, atribui-se a razão a tarefa de garantir a unidade e a estabilidade da vida social, bem como a veracidade da vida e da história humanas.

Observa-se que essa defesa pela incorporação da razão encontra raízes no Movimento de Ilustração<sup>60</sup> e no intenso esforço de seus pensadores – com auge também no século XVIII – para desenvolver a “ciência

<sup>59</sup> Impera apontarmos que a racionalidade contida no programa da modernidade rejeita as limitações do conhecimento como as operadas pelo campo da filosofia e da teleologia. Possui duas dimensões, sendo a primeira delas a dimensão instrumental. Assim, a racionalidade instrumental se propõe ao conhecimento e exploração racional da natureza. Já a segunda dimensão, a emancipatória, pressupõe um conhecimento racional capaz de organizar a sociedade para a emancipação dos homens.

<sup>60</sup> De acordo com o que ressalta Souza (2004, p. 37, 38) “a Ilustração – a grosso modo – pode ser tomada como o período que vai do século XVI no Renascimento, e vai encontrar seu clímax na segunda metade do século XVIII. Tem sua demarcação, sobretudo, pela influência do pensamento revolucionário de Copérnico, Galileu e Bacon, na física e na astronomia que fundam a filosofia Moderna, e sua caracterização posta pelo século das luzes na França de Voltaire, Diderot, etc. [...] Rouanet (1987) – cuja influência do pensamento é claramente habermasiana – chama-nos atenção para um fato importante, e que aqui incorporamos: existem diferenças entre o Iluminismo e a Ilustração. Para este autor, *o Iluminismo designa uma tendência intelectual, não limitada a qualquer época específica, que combate o mito e o poder a partir da razão (de argumentos racionais)*. Ou seja, diz respeito a um

objetiva, a moralidade e a lei universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas” (HABERMAS apud HARVEY, 2014, p. 23). Assim, conforme aludimos, a Ilustração como uma expressão da tendência Iluminista, uma realização histórica dessa última, configura-se um movimento intelectual, cultural, filosófico e político cujos pressupostos cooperaram na constituição das utopias emancipatórias decisivas para os processos revolucionários, seja no campo liberal ou no campo socialista, desde o século XVIII.

Em consonância ao exposto, nos marcos da Ilustração, pensava-se em utilizar o conhecimento construído por muitos indivíduos, de forma livre e criativa, em prol de um processo emancipatório. Nesse sentido, o domínio da natureza por meio do conhecimento científico sugeria a superação de escassez e do martírio próprio às calamidades naturais. Afora esse aspecto, a construção de um referencial racional indicava a possibilidade de superação de mitos, superstições e do domínio supremo da religião.

Dessa forma, o pensamento erguido irá incorporar a perspectiva do progresso por meio do desejo de ruptura com o Antigo Regime e pelo desejo de construção da modernidade. Assim, conforme nos aponta Harvey (2014, p. 23), o projeto da modernidade foi, especialmente, “um movimento secular que procurou desmitificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos de seus grilhões”.

No sentido do explicitado, o evoluir da modernidade destaca-se do Antigo Regime uma vez que, valoriza os processos criativos humanos e as descobertas científicas como meios para alcançar o progresso. Nesse ínterim, podemos considerar que eram abundantes formulações em torno dos princípios da liberdade, igualdade, crença na inteligência humana e razão universal. Em outros termos, a modernidade pode ser compreendida como o período em que o homem, reconhecido como detentor da razão, se insere no centro dos processos sociais, como sujeito de transformações sociais. Logo, os fenômenos próprios da natureza, os processos históricos e a configuração social devem ser interpretados a partir de fundamentos racionais e não mais mítico-religiosos. Agora a razão, que constitui-se como cerne do Projeto da Ilustração, se incumbirá das tarefas antes atribuídas à metafísica, como fundamentar a ordem e atribuir um sentido e uma verdade própria à história.

No que diz respeito à valorização da razão universal nesse processo de construção do projeto de modernidade, faz-se necessário destacarmos alguns elementos.

A razão moderna se ergueu a partir da “intercorrência e na síntese orgânica de três das suas categorias nucleares: o humanismo, o historicismo concreto e a razão dialética” (NETTO, 1994, p. 27). Nos termos de Coutinho apud Netto (1994, p. 27), estas três categorias podem ser definidas do seguinte modo:

O humanismo remete à teoria de que o homem é um produto de sua própria e coletiva atividade (vale dizer, autocriou-se); o historicismo concreto envia à afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, que embasa e suporta a viabilidade do desenvolvimento e do aperfeiçoamento do gênero humano; a razão dialética refere-se, simultaneamente, uma determinada racionalidade objetiva imanente ao processo da realidade e um sistema categorial capaz de reconstruir (ideal e subjetivamente) esta processualidade.

Vale destacarmos que, a síntese acima mencionada se vincula à revolução burguesa considerada como um processo de luta e de superação de valores assumidos pelo Antigo Regime, conforme já expusemos. Neste sentido, a razão moderna se constitui a partir de um processo interligado na sociabilização da sociedade advindo do desenvolvimento capitalista e com este, a industrialização, urbanização e demanda por saberes específicos capazes de orientar o controle da natureza pelo homem. Em síntese, “é somente no terreno das formações histórico-sociais embasadas no capitalismo que a produção e a reprodução da vida social podem aparecer aos homens como o resultado das suas relações com a natureza e consigo mesmos” (NETTO, 1994, p. 31).

---

projeto sócio-cultural que atravessa vários processos históricos, e inaugura um grande processo racionalista que está presente desde a pólis Grega e que perpassa de maneira trans-histórica o longo processo de constituição da sociedade ocidental. *A Ilustração por sua vez, atualizaria o projeto iluminista, mas este projeto não começou com aquela, nem se extingue no século XVIII.* Pensada, conforme sinalizado anteriormente, como expressão cultural hegemônica da burguesia em seu processo revolucionário, a Ilustração seria no dizer de Netto (2002) *um capítulo, um episódio do projeto Iluminista.*”

É sob esta ótica de raciocínio que destaca-se a lógica referente a este processo de desenvolvimento capitalista, na qual há a desantropomorfização da natureza uma vez em que são desenvolvidos modelos de conhecimento científico da mesma.

É importante destacar que apesar de a razão moderna ser de fundamental importância para o desenvolvimento e consolidação da ordem burguesa – na medida em que possibilita a desantropomorfização no pensar a realidade – é dissonante a esta no que diz respeito ao historicismo e a dialética. Isto porque, a partir de uma ótica fundada no historicismo e na dialética surge a possibilidade de compreender o cunho transitório do modo de produção em questão – o que pode ser problemático, do ponto de vista político, para a manutenção da ordem.

Por conseguinte, Netto (1994, p. 32; grifo do autor) aponta que:

A ordem burguesa, propiciadora da emersão da razão moderna, a partir de um dado patamar de desenvolvimento termina por incompatibilizar-se com a sua integralidade: por sua lógica imanente, deve prosseguir estimulando o evoluir da razão analítica (a inteligência), mas deve, igualmente, obstaculizar os desdobramentos da sua superação crítica (a dialética). Por exemplo: se os modelos lógico-matemáticos e a regulação da ação (social) por regras formais lhes são conaturais e indispensáveis (Weber, 1977; Lukács, 1965), é-lhe intolerável, como Lukács observou em 1923, situar o problema do presente como problema histórico.

Em síntese, considerando os elementos expostos, a Ilustração pode ser compreendida como o projeto civilizatório da modernidade, logo, a utilização da racionalidade crítica como forma de enfrentamento ao mito, a superstição e ao dogma religioso, como forma de atingir a autoemancipação da humanidade, por meio da incorporação de valores como racionalismo, individualismo e universalismo. Em que, o racionalismo expressa o desencantamento do mundo aplicado a partir da crença no potencial da razão em constituir uma nova ordem social. O individualismo, por sua vez, expressa a ruptura com a perspectiva presente no Antigo Regime, de que o valor do indivíduo advinha de sua inserção como membro do clã, da comunidade ou do feudo. Aqui a importância dos indivíduos não mais decorre do estatuto que sua comunidade lhe atribui. Já o universalismo denota a compreensão de que a natureza humana, a despeito de sua diversidade, é única. Ou seja, independe de etnia, gênero, religião ou classe.

### 3. ABANDONO DO PROJETO DA MODERNIDADE E DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DA BURGUESIA

Durante o período de tempo em que a burguesia empunhou armas contra a reação feudal as contradições estiveram depositadas nos domínios da contradição central: burguesia contra aristocracia. No entanto, na medida em que a burguesia fortalece seu poder e, as relações sociais capitalistas avançam, é possível observar o surgimento de uma nova postura por parte dessa nova classe dominante em relação aos poderes derrotados outrora. Isso, porque, já há em cena um novo sujeito histórico: o proletariado.

A análise da história nos mostra que já em 1848, na preparação ideológica da Alemanha para Revolução, temos o caminhar do processo de decadência ideológica da burguesia, tendo em vista a dissolução do hegelianismo. Isso, porque, o hegelianismo pode ser considerado a última relevante filosofia constituída em berço burguês. O conceito de decadência ideológica da burguesia é considerado por alguns marxistas um dos mais importantes resgates da obra de Marx, realizado por Lukács<sup>61</sup>.

Lukács (2010) nos aponta que Marx foi o primeiro a identificar e a escrever sobre esse processo de decadência ideológica da burguesia, tendo localizado o surgimento desse fenômeno nos anos de 1820-1830. É relevante observar que a emergência da já anunciada decadência ideológica é marcada pelo exercício do poder por parte da burguesia e pela inserção da luta de classes – burguesia e proletariado – no cerne do cenário histórico.

Conforme elabora Marx apud Lukács (2010, p. 41; grifo nosso),

[...] dobrou finados pela ciência econômica burguesa. Agora não se trata mais de saber se este ou aquele teorema é verdadeiro, mas sim se é útil ou prejudicial ao capital, cômodo ou incômodo, contrário aos regulamentos da polícia ou não. Em lugar de pesquisa desinteressada,

<sup>61</sup> Cabe-nos advertir que o conceito a que nos referimos, de decadência ideológica, encontra-se também cercado de controvérsias.

temos a atividade de espadachins assalariados; em lugar de uma análise científica despida de preconceitos, a má consciência e a premeditação apologética.

Nesse sentido, impera salientarmos que é possível encontrar em Marx uma substantiva e radical crítica no que diz respeito à transmutação política e ideológica da burguesia, que culmina com o reclinar dessa última para o campo da apologética e da decadência. Recorremos a Lukács que seleciona alguns pontos de maior relevância no que diz respeito à reviravolta em questão.

Inicialmente podemos identificar como um traço constitutivo do processo de decadência ideológica a fuga da realidade ou domínio da ideologia pura, a partir do distanciamento do materialismo e da dialética, os quais estiveram presentes no período em que a burguesia se portou como classe revolucionária. Dessa forma, é possível considerar que a contradição não é mais uma determinação relevante no pensamento burguês decadente, pelo contrário, busca-se escamoteá-la para fins de manutenção do domínio político e econômico.

Paralelo a essa fuga à realidade histórica a que nos referimos, associa-se a tendência à mistificação, o apelo à metafísica.

Nesse contexto, os ideólogos burgueses optam por inventar “vulgares e insípidos misticismos a encarar de frente a luta de classes entre burguesia e proletariado, a compreender cientificamente as causas e a essência desta luta” (LUKÁCS, 2010, p. 54). Os referidos foram se afastando gradativamente do contato com a realidade propriamente dita, elegendo assim como prioridade o debate de ideias com as doutrinas precedentes. Tal postura marca a mudança de direção por parte do pensamento e dos pensadores burgueses. Não se trata aqui de desconsiderar a importância da interlocução de ideias ou do exame minucioso das mesmas, mas de considerar essencial a alocação da realidade, da vida em seu processamento no centro do processo de construção teórica.

Desse modo, nos domínios da decadência ideológica, se constrói cada vez mais uma ciência estruturada em textos e frases vazios, a partir do distanciamento da realidade. Assim, nos marcos dessa nova orientação, é possível observar no plano econômico, que a produção burguesa passa a ser considerada a forma absoluta da produção e suas contradições reais e inerentes, como contradições aparentes. Além disso, no campo filosófico, toda a retórica em relação a um fato concreto passa a ser considerada o próprio fato concreto.

Faz-se necessário destacarmos que o caráter apologético assumido pelo pensamento burguês evidencia-se de modo especial quando se trata do progresso da sociedade burguesa. Assim sendo, a apologética deforma a perspectiva construída pelos grandes economistas, considerando o contraste indicado por Marx apud Lukács (2010, p. 55), personificado por Ricardo e Sismondi, “entre defesa burguesa do progresso e crítica romântica ao capitalismo”. Em outros termos, é possível observar com maior clareza o impacto imprimido pelo triunfo da apologética quando examinamos as narrativas sobre o progresso da sociedade burguesa. Considerando o contraste existente para os grandes economistas em relação ao explicitado progresso, a apologética irá se expressar distintamente, considerando as diferentes interpretações, em que Ricardo e Sismondi são representantes.

Ricardo – e a perspectiva por ele empreendida, que se situa no campo da defesa burguesa do progresso – defende, de forma honesta, a produção como um fim em si mesmo. Recorrendo a Marx apud Lukács (2010, p. 57; grifo do autor), “*o desenvolvimento das forças produtivas humanas, o desenvolvimento da riqueza da natureza humana, portanto, como um fim em si mesmo*”. O referido economista é capaz de comparar, nos domínios do capitalismo, o proletariado com as máquinas, não precisando, para isso, lançar mão de falseamentos. A partir do momento em que ganha corpo a perspectiva apologética, altera-se a direção assumida por Ricardo. Nesse primeiro tipo de apologética ao capital, destaca-se James Mill. Como precursor, Mill introduz a apologética direta e vulgar ao capitalismo, em que a economia se reduz à reprodução dos fenômenos em suas manifestações superficiais e o “processo espontâneo da decadência científica opera em estreito contato com a apologia consciente e venal da economia capitalista” (LUKÁCS, 2010, p. 56).

Sismondi, considerado expoente da crítica romântica ao capitalismo, destoa-se de Ricardo na medida em que evidencia “os direitos do homem individual, aniquilados material e moralmente pelo desenvolvimento capitalista” (LUKÁCS, 2010, p. 57). Em que pese o caráter da crítica de Sismondi, unilateral e injustificada, nele repousa o mérito de aproximação com as contradições e dissonâncias inerentes à sociabilidade capitalista. Conforme ressalta Marx apud Lukács (2010, p. 58): “[...] Sismondi julga convincentemente as contradições da produção burguesa, mas não as compreende; por isto, compreende ainda menos o

processo de sua resolução”. Sobre a perspectiva compartilhada por Sismondi, anticapitalista romântica, se estrutura uma apologética ainda mais complexa e perigosa, no campo do estímulo ao capitalismo de forma indireta. É nessa seara de vulgarização e decadência do anticapitalismo romântico que surge precocemente Malthus.

Podemos considerar que Malthus constitui uma apologética ao modo de produção capitalista a partir do reconhecimento e anuência às suas contradições. Não se configura como sua aspiração o encobrimento dessas mencionadas contradições, pelo contrário, o mesmo deseja desvelá-las para demonstrar a necessidade da miséria dos trabalhadores.

Dessa forma, Malthus poderá ser compreendido como o indivíduo que abrirá as portas para a degeneração máxima da ideologia do capital, expressando os setores mais reacionários da burguesia inglesa envolta nas lutas de classes no início do século XIX.

Há que esclarecer que, o processo em que ocorre a decadência ideológica não apresenta nenhum novo problema. Em outros termos, as questões que persistem e que virão a ser objeto de reflexões, são aqueles manifestas anteriormente, já no período clássico da ideologia burguesa. Questões e respostas relativas aos problemas decorrentes do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Logo, o que podemos observar é que, a distinção entre esses dois "momentos" de ideologia burguesa, clássica e decadente, se situa no fato de que, no período clássico os ideólogos ofereciam respostas honestas e científicas à realidade – ainda que, por vezes incompletas e paradoxais – e no período de decadência os ideólogos oferecem respostas que, covardemente, fogem da realidade, buscando inclusive ocultar essa fuga da realidade.

Para além do exposto, faz-se necessário abordarmos outro complexo problemático da sociabilidade do capital, a divisão social do trabalho. Apesar de anterior ao modo de produção capitalista, é conforme se amplia o domínio da mercadoria que a divisão social do trabalho e suas repercussões se propagam de modo a expressar uma profunda alteração, quantitativa para qualitativa.

Assim sendo, a divisão social do trabalho se espraia separando o campo da cidade, o trabalho físico do espiritual e atingindo até mesmo as classes dominantes. Essas aqui, no modo de produção capitalista, são também submetidas aos influxos da divisão do trabalho.

Logo, acerca da divisão social do trabalho, no bojo do desenvolvimento da decadência, encontramos lamentações românticas e perspectivas fatalistas que, tendem a compreender a conformação das especializações, de modo sumário, como um mal necessário, em função da amplitude atingida pela ciência moderna. Trata-se, no entanto, de uma compreensão equivocada, sobre a qual, Lukács (2010, p. 63) discorre com maestria:

O fato de que as ciências sociais burguesas não consigam superar uma mesquinha especialização é uma verdade, mas as razões não são as apontadas. Não residem na amplitude do saber humano, mas no modo e na direção de desenvolvimento das ciências sociais modernas. A decadência da ideologia burguesa operou nelas uma tão intensa modificação que elas não podem mais se relacionar entre si, e o estudo de uma não serve mais para promover a compreensão da outra. A especialização mesquinha tornou-se o método das ciências sociais.

Desse modo, as ciências singulares, como campos de especialização, encontram-se embebidas na apologética, não sendo possível, portanto, obter um conhecimento universal a partir dessa configuração. A fim de exemplificar, temos a nova ciência nos domínios da decadência, a sociologia. A mesma emerge como ciência independente, uma vez que, os ideólogos burgueses se propunham a compreender o desenvolvimento social e suas leis, de forma desarticulada da economia. Já na economia, paralelamente, ocorre o abandono de reflexões e de análises sobre o processo de produção e reprodução. Nessa última, o foco se desloca para os eventos mais superficiais no campo da circulação. Por conseguinte, enquanto no período clássico havia um empenho em apreender a relação existente entre os problemas sociais e a economia, nos marcos da decadência, ergue-se uma “muralha divisória artificial, pseudocientífica e pseudometodológica, criando assim compartimentos estanques que só existem na imaginação” (LUKÁCS, 2010, p. 64).

Assim sendo, a divisão social do trabalho se instala no cerne do indivíduo desfigurando-o. As atividades profissionais destes são tidas como autônomas em relação ao processo como um todo e, sob o olhar da

ciência decadente, dizem respeito a um processo inevitável, em que, cada atividade configura-se como uma peça de uma grande máquina.

Conforme nos aponta Lukács (2010), Marx destaca o cunho restrito e animalesco da subsunção dos indivíduos à divisão capitalista do trabalho, sendo que, este cunho se reproduz nesses indivíduos que não se rebelam contra as formas objetivas da referida subsunção. No campo ideológico, a expressão desse cunho restrito repousa no contraste entre as diferentes concepções de mundo gestadas, ou seja, no contraste entre o racionalismo e o irracionalismo. Em que, o “racionalismo é uma direta capitulação, covarde e vergonhosa, diante das necessidades objetivas da sociedade capitalista” e o irracionalismo, é um “protesto contra elas, mas igualmente impotente e vergonhoso, igualmente vazio e pobre de pensamento” (LUKÁCS, 2010, p. 67).

Logo, o irracionalismo como perspectiva patenteia o completo esvaziamento e empobrecimento dos homens de quaisquer conteúdos sociais. Constitui-se ao mesmo tempo como expressão filosófica e agente promotor da barbárie. No contexto da decadência já anunciada e com a intensificação das lutas de classe, o irracionalismo atiza os mais sórdidos instintos humanos e as reservas de brutalidade que inevitavelmente se mantêm no homem inscrito na sociedade capitalista.

No sentido do exposto, há que acrescer que existe uma “divisão do trabalho”, no que toca ao pensamento burguês decadente, entre as tendências extremas do racionalismo e do irracionalismo. Em outras palavras, nos contextos em que ocorre a reprodução do capital em condições normais, quando se atinge um certo patamar de estabilidade social com falsa sensação de segurança – ainda que temporalmente limitadas – prevalecem no pensamento burguês correntes ligadas ao racionalismo: positivismo, neopositivismo, funcionalismo, dentre outras. Todavia, em situações em que a tida “estabilidade social” encontra-se ameaçada, tendo em vista, por exemplo, contexto de crise, sobressaem as perspectivas irracionalistas, as quais, lançam mão da intuição, do hedonismo, dentre outros artifícios, com vistas à conservação da ordem.

Ainda buscando caracterizar o período decadente, vale expor o contexto geral ideológico cultural, em dois fenômenos concomitantes. O primeiro diz respeito ao fato de que a filosofia não contribui, pelo contrário, atua obstaculizando o desenvolvimento das ciências naturais. Em especial, no que se refere à elucidação de seus métodos e conceitos. E o segundo, refere-se ao contexto em que as importantes descobertas da ciência moderna se consolidam, quase sempre após passar pelo crivo da filosofia reacionária. Por conseguinte, se essas descobertas são popularizadas e chegam até a consciência da população, isso não ocorre sem uma formatação em um sentido relativista e idealista.

Desse modo pinta-se o cenário decadente, o qual, para além dos elementos expostos é também recheado de preconceitos. Estes últimos direcionam a atenção dos indivíduos impossibilitando-os de captar os eventos efetivamente relevantes da época, que dirá a essência dos fenômenos.

Assim sendo, nesse caldo ideológico, mesmo aqueles escritores – do ponto de vista da literatura – que possuem inclinação realista, necessitam travar uma batalha contínua: por um lado para superar os preconceitos na apreensão e exame do real e, por outro lado, para superá-los em seu próprio íntimo<sup>62</sup>.

Afora o exposto, assinala Lukács (2010, p.78) que, enquanto o escritor não erradicar a ilusão da divisão social do trabalho de sua obra e enquanto aceitar o contraste fetichizado entre intuição e intelecto e, não captar a “unidade oculta e contraditória de ambos; enquanto isto não ocorrer, não pode surgir nele aquela cultura dos sentimentos sem a qual é impossível uma literatura realista, verdadeiramente significativa”.

A citada cultura dos sentimentos pode ser encontrada, sem dúvida, em períodos precedentes à decadência. Isso, pois, a associação entre a vida sentimental e a vida intelectual, a possibilidade do pensamento mais elevado produzir algo no campo da emoção e, vice-versa, se perderam mediante a instauração da decadência ideológica burguesa.

Em síntese, podemos dizer que a crítica de Marx ao processo de decadência ideológica identificada por Lukács (2010, p. 92), concentra-se em desnudar o “espírito pequeno-burguês que se esconde por trás da retórica superficial e pomposa”. Isso, pois, é intrínseco ao campo pequeno-burguês, ao ambiente decadente, o cortejo à retórica ao invés de confrontarem as convicções subjetivas com o movimento da realidade. Espírito pequeno-burguês este que abdica de identificar e compreender as tendências objetivas da vida, se saciando com os desejos subjetivos que passam a ser compreendidos como a força propulsora da realidade.

---

<sup>62</sup> Salientamos que tanto a quantidade quanto a qualidade dos preconceitos a serem superados pelo escritor se elevam na medida em que se agrava a decadência ideológica da burguesia.

Para tanto, abandona-se o materialismo e a dialética característicos do período ascensional da burguesia. Sobressai a fuga da realidade, o formalismo, o imediatismo, o ecletismo, o irracionalismo, a simples reprodução da dimensão superficial dos fenômenos e a recusa a questões essenciais do capitalismo e da sociedade por ele erguida. E é preciso ter consciência de que, quanto mais haja o progresso da decadência ideológica burguesa, maior será o grau de exigência intelectual e moral posto aos indivíduos que desejem transcender a apologética.

#### **4. PENSAMENTO PÓS-MODERNO: AGUDIZAÇÃO DA DECADÊNCIA IDEOLÓGICA E IRRACIONALISMO A PARTIR DOS ANOS 1960/1970**

O campo pós-moderno emerge, na atualidade, a partir da suposta e enunciada crise da modernidade. Para os ideólogos desse campo, a modernidade e suas conexões estruturais se exauriram. Cabe acrescer que esse debate desperta-se na conjuntura de profundas transformações econômicas e políticas a partir da década de 1960.

Em outros termos, o campo pós-moderno surge como forma de resposta – e não há como não adjetiva-la de conservadora – e conforto, em um contexto sócio-histórico determinado. Assim, o pensamento pós-moderno parte de uma compreensão bem específica, determinado por uma racionalidade e uma cultura distintos, caracterizado pelo apelo ao individualismo subjetivo, pelo reconhecimento das identidades pessoais fluidas e à plasticidade da personalidade humana.

Nesse sentido, rechaça-se as retóricas dos movimentos sociais dos anos de 1960, uma vez que consideram estar enterradas as singularidades sob discursos e narrativas coletivistas. Aqui, no campo pós-moderno em desenvolvimento, as metanarrativas já não são mais bem-vindas. Construindo o enfrentamento às verdades absolutas, às padronizações, ao progresso linear e ao planejamento racional a pós-modernidade defende, em contraposição, a heterogeneidade, a fragmentação, a indeterminação e a suspeição das narrativas tidas como totalizantes.

Harvey (2014) nos coloca uma interpelação que consideramos importante recuperar: mas, afinal, a vida social terá se alterado substancialmente a partir do início dos anos de 1960/1970, a ponto de podermos determinar que vivemos hoje em uma conjuntura pós-moderna?

De certo ocorreram sensíveis modificações na vida social pós anos de 1960/1970. Contudo, tais modificações estão longe de configurarem um período pós-moderno.

Considerando o supramencionado, avaliamos ser necessária a exposição sintética do contexto sócio-histórico – e suas alterações – que antecedeu a emergência do campo pós-moderno, bem como das respostas ao referido contexto nos marcos da sociabilidade capitalista.

#### **4.1 TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS A PARTIR DA DÉCADA DE 1960/1970: O CHÃO HISTÓRICO DO PENSAMENTO PÓS-MODERNO**

Pode-se dizer que a dinâmica societária capitalista, de caráter histórico, não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui no âmago, como, a cada novo estágio do seu desenvolvimento, funda expressões econômicas e sócio-políticas diversificadas e mais complexificadas, correspondentes à necessidade de intensificação da exploração que é a sua razão de ser (NETTO, 2012).

É nesta perspectiva que, após o período de transição da década de 1960 à década 1970 o modo de produção capitalista engendra em um contexto peculiar. Tal contexto exposto é composto por uma série de alterações advindas das estratégias de sobrevivência do capital para superar a crise estrutural – crise de superprodução – encetada nesse período. Sob este viés de compreensão, merece ênfase o caráter estrutural que caracteriza tal crise, haja vista que, apesar de suas particularidades históricas configura-se como um elemento intrínseco à ordem do capital.

Dentre as estratégias mencionadas, algumas merecem relevo em termos de impacto sobre o trabalho e os trabalhadores como o processo de reestruturação produtiva, a mundialização do capital e o neoliberalismo. Acrescentando com a compreensão de Alves (2011, p. 26; grifo do autor) “a mundialização do capital, a acumulação flexível e o neoliberalismo tenderiam a repor, cum grano salis, como motor da acumulação, as práticas predatórias da acumulação primitiva ou original”.

Assim sendo, a reestruturação produtiva tinha como fim – neste contexto de superação de crise – transformar o padrão produtivo até então disposto nos moldes fordista/taylorista, desconsiderando as

necessidades e interesses dos trabalhadores e inclusive, suas árduas conquistas. Neste sentido, deu início a construção de um novo padrão de acumulação, que supõe uma série de modificações: o padrão de acumulação flexível.

Antes, porém, de adentrarmos na exposição das modificações sinalizadas consideramos essencial destacarmos que, apesar de o padrão de acumulação flexível demandar certas alterações, este não constitui um processo de ruptura com o arranjo antecedente, todavia, uma “reposição de elementos essenciais da produção capitalista em novas condições de desenvolvimento capitalista e de crise estrutural do capital” (ALVES, 2011, p. 15), constituindo assim, uma nova materialidade da produção sob o comando do capital.

Assim, sob a perspectiva que vimos traçando, a acumulação flexível configura-se como uma nova estratégia de ofensiva do capital ao ser social em suas diversas dimensões objetivando edificar “um novo controle sociometabólico do capital adequado às condições de sua crise estrutural e crise de sobreacumulação” (ALVES, 2011, p. 18).

Tal arquétipo de acumulação se opõe a rigidez fordista anunciando a flexibilização. Refuta a verticalização/centralização da produção – característica presente durante a vigência dos modelos fordista/taylorista – propugnando uma produção horizontalizada/descentralizada. Em outras palavras nem todas as etapas necessárias à produção de determinada mercadoria ocorrem na mesma unidade produtiva, logo, faz-se necessária – para que haja a completude da produção – a vinculação com outras unidades produtivas, o que, segundo Behring (2002, p. 178) demanda “terceirizar e subcontratar um rede de pequenas/médias empresas, muitas vezes com perfil semi-artesanal e familiar”. Os estoques das unidades produtivas nesta nova conformação do padrão de acumulação são mínimos, uma vez que, parafraseando Behring (2002), a produção acompanha a demanda sob a perspectiva “just in time”. E ainda, a acumulação flexível supõe uma constrição do “espaço-tempo” burguês, especialmente quando tratamos dos processos de tomada de decisões, comunicação e transporte. Por outro lado, configura-se um contexto em que o espaço e o tempo em que se organiza a produção são re-territorializados e des-territorializados, uma vez que, surgem novas regiões industriais ao mesmo tempo em que outras desaparecem (ANTUNES, 1999). Vale ressaltar que tal surgimento de novas regiões industriais possui como marca contemporânea a mundialização, em que há uma redefinição dos “domínios e poderes” estatais em prol da reconfiguração do processo de produção e acumulação.

Nos domínios da acumulação flexível algumas experiências foram surgindo em alguns países. Conforme exemplifica Alves (2011, p. 16) “a especialização flexível, na Terceira Itália; ou o kalmarianismo, na Suécia”, contudo, a experiência mais bem sucedida em termos de expressar as alterações em tela corresponde o ohnismo/toyotismo – desenvolvido no Japão. Este estrutura-se a partir das possibilidades advindas da introdução da microeletrônica. Na compreensão de Behring (2008b), a base técnica incorporada pelo modelo toyotista é diferenciada pelo uso da “microeletrônica digital miniaturizada”. Neste sentido, passou-se a empregar o computador aglutinado à “máquina-ferramenta universal” (BEHRING, 2008b, p. 34) inserindo o controle numérico no processo produtivo.

Também com relação à incorporação do padrão toyotista, merece relevo o fato de tal incorporação ter se dado pelo sucesso da indústria japonesa diante a concorrência internacional – para além do supramencionado, o toyotismo configurou-se como a experiência mais bem sucedida em termos de representar as alterações da conjuntura em questão. Assim sendo, inúmeras técnicas foram importadas do Japão, dentre elas, destacamos a TQC (Total Quality Control). Por fim, pode-se considerar que a construção e consolidação do toyotismo configurou-se como um marco no que tange à ofensiva material e ideológica do capital para com o trabalho. Ultrapassando os elementos abordados, o toyotismo “é um dispositivo organizacional e ideológico cuja ‘intentio recta’ é buscar debilitar (e anular) ou ‘negar’, o caráter antagonico do trabalho vivo no seio da produção do capital.” (ALVES, 2007, p. 161).

Além do exposto, impera destacarmos que há o predomínio da esfera financeira<sup>63</sup> neste novo regime de acumulação. Assim, a característica principal deste regime é ser rentista e parasitário, o que o faz subordinar-se cada vez mais as necessidades peculiares oriundas da centralização do “capital-dinheiro”<sup>64</sup> (ALVES, 1999). Essa forma específica que marca o regime de acumulação na contemporaneidade encontra sustentação – em termos de poder – nas instituições financeiras internacionais como o Fundo

<sup>63</sup> Iamamoto (2008) caracteriza o capital financeiro como o capital constituído pelas instituições financeiras dentre as quais podemos destacar bancos, companhias de seguros e fundos de pensão.

<sup>64</sup> “[...] em particular os fundos mútuos de investimento (*mutual investments funds*) e os fundos de pensão (as características rentistas dizem respeito também ao capital produtivo).” (ALVES, 1999, p. 55).

Internacional Monetário (FMI) e o Banco Mundial, e ainda, nos Estados Nacionais mais poderosos mundialmente.

Avancemos assim para a segunda estratégia adotada no período pós-crise: a mundialização do capital. Para compreendermos a referida mundialização do capital é fundamental atentarmos para o fato de que esta se constitui não como uma mundialização das trocas – conforme houve nos primórdios da internacionalização capitalista trocas de mercadorias, impostas pelo ocidente ao oriente – mas, pela mundialização das intervenções do capital, seja este em sua forma industrial ou financeira (ALVES, 1999). Por conseguinte, são as intervenções/operações do capital em escala internacional que compõem a caracterização do fenômeno “mundialização do capital”.

De acordo com o que aponta Alves (1999) existem três eixos que contribuíram para a ofensiva do capital neste processo de mundialização. São eles: a força adquirida pelo capital nos chamados “anos gloriosos”; as novas tecnologias que as corporações mundializadas souberam empregar para seus próprios benefícios (principalmente com o intuito de modificar suas relações com os trabalhadores assalariados e as organizações sindicais); e, o apoio essencial por parte dos Estados Nacionais capitalistas, sob a forma das políticas de liberalização, desregulamentação e privatização (as políticas neoliberais).

Assim, de acordo com essa acepção, o capital nos marcos do processo de mundialização buscou dissolver as “amarras das relações sociais, leis e regulamentações dentro das quais se achava possível prendê-lo com a ilusão de poder ‘civilizá-lo’” (ALVES, 1999, p. 56).

Conforme mencionamos, há uma hegemonia neste contexto do capital financeiro perante a conformação da acumulação e ainda, perante tal processo mundializado. Assim sendo, é importante destacar que há a associação de “grandes grupos industriais transnacionais” com o campo do capital financeiro contribuindo fundamentalmente para a mundialização da economia, em outras palavras, para a transnacionalização do capital. Nos termos de Antunes (1999, p. 115), a “configuração local, regional e nacional se amplia em laços e conexões na cadeia produtiva, que é cada vez mais internacionalizada”.

Ainda com relação à mundialização da economia paralela ao processo de financeirização da mesma – que, conforme buscamos clarificar, marca o modo de produzir e acumular riqueza do capitalismo contemporâneo – é importante fazermos alguns apontamentos. O primeiro diz respeito à impossibilidade do capital financeiro, por si próprio, criar valor ou ainda mais valor. Nesse sentido, o valor assim como o mais valor é oriundo do dispêndio de força de trabalho, pressupondo assim a necessidade do processo produtivo.

O segundo apontamento refere-se à homogeneização das formas de estruturação do capital, englobando as formas de dominação ideológica e os padrões de consumo (IAMAMOTO, 2008). Tal homogeneização preconizada e conduzida é alimentada pela heterogeneidade, mais especificamente, pela heteronomia das diferentes nações em diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo (IAMAMOTO, 2008).

O terceiro elemento que consideramos de suma importância ressaltar é o aumento da dívida pública. Este é fundamental para a internacionalização do capital e mais, para o aumento exponencial dos lucros do capital fictício.

Iamamoto (2008) elucida de forma sagaz o assalto do capital financeiro sobre o fundo público avaliando que, tal assalto contribui para a distribuição de rendimentos de forma díspar “estimulando as poupanças dos altos rendimentos por meio de elevadas taxas de juros, que consomem parcelas importantes da produção do valor, engessando a produção” (IAMAMOTO, 2008, p. 113).

Cabe acrescentar que, o financiamento público configura-se como pressuposto para o capital. No entanto, no “capitalismo concorrencial, o fundo público comparecia como um elemento a posteriori; já no capitalismo contemporâneo ‘a formação da taxa de lucro passa pelo fundo público, o que o torna um componente estrutural insubstituível’” (OLIVEIRA apud BEHRING, 2008a, p. 53; grifo do autor).

Um quarto apontamento que impera realizarmos é a crescente tendência à concentração e centralização de capitais no cenário contemporâneo. Em um contexto em que há a desregulamentação e liberalização da economia – pressupostos para o livre trânsito de capitais – os grupos industriais resultantes de aglutinações “assumem formas cada vez mais concentradas e centralizadas do capital industrial e se encontram no centro da acumulação” (IAMAMOTO, 2008, p. 108). Tais grupos inserem-se nos países de desenvolvimento periférico com objetivo de aproveitar os “benefícios” ofertados, como por exemplo, incentivo fiscal, matéria-prima e mão de obra a baixo custo, dentre outros, o que contribui ainda mais para a já explicitada homogeneização estruturada sobre a heterogeneização, heteronomia.

Sigamos assim, para a terceira forma de reação burguesa anunciada: a política neoliberal.

No período pós-crise de 1970, o capitalismo em sua fase monopolista estimulou a disseminação de um “conjunto ideológico” como forma de legitimar as ações realizadas com vistas à manutenção e ampliação dos lucros. Tal conjunto ideológico intitulado como neoliberalismo foi e ainda é propagado pela mídia, por profissionais e também por segmentos da população, mas especialmente pelos intelectuais orgânicos do capital. O primeiro objeto de interesse da ideologia neoliberal foi o Estado. Este foi considerado “anacrônico” e, sendo assim, submetido a uma “reforma”, que não mais se caracteriza como um conjunto de mudanças com vistas à ampliação dos direitos, mas sim, como um processo de “contrarreforma” (BEHRING, 2008b). Neste processo a lógica observada zela pela primazia do privado em detrimento do público, configurando assim uma subtração ou mesmo eliminação dos direitos e das garantias sociais. Ou seja, um desmonte da construção histórica que contou com a participação da organização dos trabalhadores.

Partindo deste pressuposto, podemos observar no Brasil a dinâmica presente, especialmente no final da década de 80 e início da década de 90, que será marcada por uma clara tensão entre as conquistas constitucionalmente garantidas e a contrarreforma neoliberal do Estado (BEHRING E BOSCHETTI, 2007). Esta conjuntura pode ser caracterizada a partir da busca pelo rompimento dos entraves sociopolíticos que se colocam para a acumulação do capitalismo em sua etapa monopolista. Segundo o ideário neoliberal, o rompimento destes entraves deverão ocorrer através do esfacelamento das regulamentações que são produto das mobilizações e de lutas dos trabalhadores com vistas à reformatar “o Estado brasileiro para a adaptação passiva a lógica do capital” (BEHRING E BOSCHETTI, 2007, p. 151). Neste sentido, o esfacelamento mencionado se efetiva por meio da supressão e/ou minimização dos direitos sociais, pela “flexibilização do trabalho”, “entrega de parcela significativa do patrimônio público ao capital estrangeiro” (BEHRING E BOSCHETTI, 2007, p. 153), bem como a expansão na utilização do mix público/privado. Afinal, o capitalismo visa destruir “qualquer trava extra-econômica aos seus movimentos” (NETTO E BRAZ, 2006, p. 226).

É certo que todas as alterações presentes no período pós-crise da década de 1960/1970 se relacionam de forma dialética, não constituindo de forma alguma fragmentos isolados. Logo, apesar de termos utilizado de uma metodologia de explanação que optou por trabalhar as principais respostas burguesas ao período de crise esmiuçando suas principais características, gostaríamos de enfatizar que temos consciência do caráter imbricado das mesmas.

Considerando os elementos apontados, podemos ter minimamente a dimensão das alterações que compõem o novo panorama, ou melhor, o panorama recomposto do modo de produção capitalista. Somando-se ao que expusemos, Antunes (1999) destaca que para atingir seu foco de obtenção e maximização dos lucros os burgueses utilizam cada vez mais das formas precarizadas e intensificadas de exploração do trabalho. Assim sendo, emerge um contingente de indivíduos que, em detrimento das formas clássicas e estáveis de trabalho, são levados a se submeter às formas flexibilizadas de trabalho – como, por exemplo, trabalho terceirizado, part-time, informal, dentre outros tipos.

Parafrazeando Yamamoto (2008), concomitantemente ao surgimento de esferas essenciais a este processo contemporâneo de preponderância do capital financeiro e transnacional são revigoradas “formas arcaicas do trabalho doméstico, artesanal, familiar e o renascimento de economias subterrâneas e “informais” [...] ressuscitando velhos traços paternalistas impressos às relações de trabalho” (IAMAMOTO, 2008, p. 112). Há o aumento exponencial do desemprego, o que contribui de forma extremamente positiva para a contenção dos salários e ainda, para o desmonte dos sistemas de proteção social dos trabalhadores, haja vista a fragilidade dos sujeitos sociais neste contexto.

Em acordo ao supramencionado, é possível afirmar com tranquilidade que a organização social pautada do modo burguês de produção já demonstrou ao longo de sua existência – dentre inúmeras alterações – que seu potencial progressista está exaurido. Ainda que tenha sido de forma geral – frente, por exemplo, a feudalidade – um sistema progressista, haja vista, a realização de algumas ações como “a emancipação política dos homens, a liberação e o fomento das forças produtivas, o estímulo à pesquisa científica e a incorporação de seus resultados à produção” (NETTO E BRAZ, 2006, p. 243) tal sistema de produção e acumulação também demonstrou o quanto pode ser – e diga-se passagem foi – oneroso e penoso para os trabalhadores.

É nesse sentido que, uma análise histórico-social não deixa dúvidas quanto a existência de dois únicos rumos – opostos e, por assim ser, inconciliáveis: a continuidade da barbárie, talvez sobre nova roupagem capitalista ou a “construção de uma ordem social que [...] instaure ‘uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos’” (MARX E ENGELS apud NETTO E BRAZ, 2006, p. 243).

## 5. EMERGÊNCIA DO PENSAMENTO PÓS-MODERNO: O PROCESSO DE APROFUNDAMENTO DA DECADÊNCIA IDEOLÓGICA

Conforme buscamos sinalizar, é copiosa a compreensão de que a sociedade pós-moderna encontra-se vigente. Para os ideólogos deste campo, é possível verificar os traços do esgotamento da modernidade e, conseqüente ingresso na pós-modernidade, nas artes, na literatura, na arquitetura e na própria dinâmica da vida social.

Uma leitura carente de atenção a matérias de jornais, revistas, bem como apreensão aos discursos e as narrativas presentes no âmbito de muitos movimentos sociais nos levariam a crer que o projeto da modernidade dissipou-se completamente e que hoje, experimentamos novos tempos, tempos “pós-modernos”.

Vivenciamos de fato, a partir dos anos de 1960/1970 profundas alterações econômicas, políticas, sociais e culturais, em consonância com o que buscamos explicitar. Nesse sentido, é evidente que nesse contexto iniciam-se novas configurações sociais com modificações sensíveis em diversos aspectos. Conforme aponta Souza (2004, p. 142, 143),

“novas configurações sociais” começaram a emergir (uma sociedade variável e equivocadamente descrita como sociedade pós-industrial, capitalismo multinacional, sociedade de consumo, sociedade da mídia, etc.) novos tipos de consumo; obsolescência planejada; um ritmo de vida cada vez mais rápido de mudanças na moda e no estilo, a penetração da propaganda, da televisão e dos meios de comunicação em geral num grau até então sem precedentes em toda a sociedade; a substituição da velha tensão entre cidade e campo, centro e província, pelos subúrbios e pela padronização universal; o crescimento das grandes redes de auto-estrada e o aparecimento da cultura do automóvel.

No entanto, reiteramos aqui que tais transformações dizem respeito tão somente ao modo de produção capitalista e seus ciclos de crises estruturais. Desse modo, o contexto de transformações societárias experimentado contém em seu íntimo a necessidade capitalista de reestruturação com vistas à manutenção de sua supremacia como sistema econômico, político e social. Não se trata, pois, a despeito da aparência, do surgimento da anunciada condição pós-moderna<sup>65</sup>.

Antes de adentrarmos na caracterização da argumentação pós-moderna em oposição ao projeto de modernidade, faz-se necessário destacar o fato de que o pensamento pós-moderno está longe de ser algo homogêneo. O mesmo é constituído por pensadores que, conforme nos apresenta Santos (1995) se subdividem em dois grupos. O primeiro seria composto por pensadores que acreditam que as promessas apresentadas pela modernidade não passaram de farsas impossíveis de serem realizadas e por isso, sugerem a substituição da razão moderna e, o segundo, seria composto por pensadores que consideram que o conjunto de princípios e valores modernos se esgotaram e que, por isso, são impossíveis de serem realizados – note que nesse segundo grupo não se compreende como farsa as promessas da modernidade. A fim de exemplificação, se situa no primeiro grupo Lyotard e no segundo, o próprio Boaventura Souza Santos.

Apesar da subdivisão “em dois campos”, os pensadores pós-modernos compreendem de um modo comum que a sociedade atual encontra-se em uma transição que se espraia tanto a nível social quanto epistemológico. Sendo assim, um primeiro ponto que sobressai em relação à argumentação no campo pós-moderno diz respeito à ciência moderna e ao conhecimento científico.

No sentido explicitado, é anunciada a crise da ciência moderna pelo seu significado social e político, bem como pelos seus padrões de análise.

Para Lyotard apud Souza (2004), o saber modifica sua condição na medida em que a sociedade desemboca no contexto pós-industrial e a cultura no contexto dito pós-moderno. Assim, para esse autor há uma crise

<sup>65</sup> A desconstrução das perspectivas emancipatórias modernas, no contexto da crise societária encetada décadas seguintes ao enfraquecimento do fordismo-keynesianismo, e a reestruturação do capitalismo – conforme buscamos evidenciar – constitui o cenário que propiciará a emergência das primeiras obras consideradas pós-modernas, como o livro intitulado *A Condição Pós-Moderna*, do filósofo Jean-François Lyotard, publicado em 1979. É consenso entre diversos estudiosos que o debate em torno da condição pós-moderna tem como marco essa obra a que nos referimos.

da ciência e da verdade, fato esse que invalida os mecanismos de explicação da ciência moderna, tendo em vista o desenvolvimento tecnológico sobre o saber.

Já para Boaventura Souza Santos, a ciência moderna configura-se como um modelo totalitário. Isso, porque, esta refuta o cunho racional presente nas demais formas de conhecimento que não compartilham de seus princípios e de suas normas metodológicas. O referido autor defende, inclusive, o que acredita ser “uma necessidade”: a superação por parte da ciência da contraposição com o senso comum.

Apresenta ainda Santos (1995), a contraposição entre o “velho paradigma” e o “novo paradigma”, ou seja, a ciência moderna e a ciência pós-moderna respectivamente.

Nesse sentido, para o autor acima, o velho paradigma pode ser considerado como um padrão marcado por privilégios, na medida em que demanda ser considerado como o único capaz de produzir um conhecimento efetivamente válido. Validação essa passível de ser demonstrada e a verdade, segundo sua compreensão, intemporal, e por assim ser, sujeita a determinismos. Em contraposição, no novo paradigma, não existe somente uma forma de conhecimento aceitável, pelo contrário, existem diversas formas de conhecimento, em conformidade com a sustentação proporcionada pelas práticas sociais.

Desse modo, o novo paradigma para Santos (1995), a ciência pós-moderna, se dispõe a valorizar conhecimentos e práticas socialmente não hegemônicos, rompendo de uma vez com as distinções existentes até então entre o conteúdo científico e o conteúdo que não é científico.

Logo, os conhecimentos oriundos das diversas práticas sociais concorrerão e serão distinguidos de acordo com a capacidade argumentativa e de aceitação/interpretação nos interior das comunidades. Outro traço relevante refere-se ao fato de que no novo paradigma o conhecimento não é mais verificável e relacionado a verdades intemporais. É um conhecimento ancorado na retórica, sendo sua validade associada à convicção argumentativa.

De acordo com os elementos apontados, no campo pós-moderno, o saber é mais amplo que a ciência e até mesmo que o conhecimento. O conhecimento, sob esta ótica, pode ser compreendido como o agrupamento de enunciados que dizem sobre objetos, desconsiderando os demais enunciados existentes e, principalmente, passíveis de serem considerados verdadeiros ou falsos. A ciência passa a ser considerada como uma seção do agrupamento que é o conhecimento. Já o saber é, afora os enunciados, a junção de ideias e experiências do viver, do fazer, do ouvir, dentre outras experiências sensíveis (SOUZA, 2004).

Torna-se notável, portanto, que nesse campo a ciência se mostra resumida ao universo do discurso, que não estabelece nenhuma preeminência em relação aos outros saberes. Repousa na retórica a condição de sua verdade. Cabe ainda discernir que, no ambiente pós-moderno considera-se que há a indeterminabilidade da verdade científica. Existindo, pois, para seus ideólogos, não uma verdade, mas verdades. Assim sendo, não há mais um referencial de verdade para lançarmos mão, visto que, na construção pós-moderna tanto a ciência quanto o conhecimento científico não expressam a realidade.

É sobre essa base que emerge a chamada crise de paradigmas dentro das ciências sociais<sup>66</sup> para os teóricos da pós-modernidade. Trata-se, de uma inapropriação dos antigos paradigmas à realidade atual, que se configura mais complexa. Tais teóricos acreditam que esta inapropriação advém da característica totalizante e de autossuficiência incorporada pela ciência moderna – antigo paradigma – que, conseqüentemente, os levou a considera-la como dogmática.

Cabe, todavia, ressaltar que a transposição da discussão de paradigmas das ciências naturais para as ciências sociais se configura um equívoco e, conseqüentemente também, a polêmica em torno da “crise paradigmática” das ciências sociais inscrita pelos pós-modernos. Isso, pois, de forma simplória, não há como equiparar a situação da Física com a da História (NETTO apud SOUZA, 2004).

Faz-se necessário, por fim, evidenciar que a discussão hoje em voga no campo pós-moderno não diz respeito às polêmicas em torno das ciências sociais, como as existentes a partir do século XIX<sup>67</sup>. Pelo contrário, diz respeito à ruína da razão, uma vez que, se questiona a opção feita no projeto da modernidade pela racionalidade.

<sup>66</sup> “Nestes termos, mesmo não tendo sua gênese nas ciências sociais este debate acaba por resvalar nas mesmas em torno do próprio conceito de ‘paradigma’, no sentido de ser possível a este dar ou não conta do campo das ciências sociais” (SOUZA, 2004, p. 147).

<sup>67</sup> Desde o final do século XIX, é possível verificar que o questionamento dos veios explicativos da realidade tem destaque nas discussões no campo das ciências sociais.

Derivada dos elementos expostos acima, temos outra questão bastante valiosa ao pensamento pós-moderno. Trata-se do superdimensionamento da imediaticidade da vida social. Em outros termos, podemos dizer que no ambiente pós-moderno, a imediaticidade recebe status de realidade, não havendo, pois, distinção entre a aparência e a essência dos fenômenos.

De acordo com Boaventura Sousa Santos, a pretensão assumida pela ciência moderna, de diferenciar e hierarquizar a aparência e essência da realidade gera a desclassificação das demais formas de conhecimento existentes, para além do paradigma da ciência moderna.

Complementando o que expusemos acima, que a verdade no campo pós-moderno se situa no âmbito da retórica, pode-se também dizer que ela se resume ao que é possível de ser percebido na imediaticidade. Assim sendo, o pensamento pós-moderno comporta tanto a perspectiva de que não deve haver diferenciação entre a aparência e a essência, quanto a perspectiva que claramente exalta a dimensão da aparência.

Desse modo, representantes do pensamento pós-moderno como Michel Maffesoli (1996) compreendem e ratificam o entendimento da tida sociedade pós-moderna como lócus do senso comum, da profundidade das aparências, do hedonismo do cotidiano, do “carpe diem”. Assim, a efemeridade oferta sentido à vivência cotidiana. Logo, para o mesmo, a pós-modernidade coloca na ordem do dia a necessidade de uma sensibilidade teórica direcionada à redução da oposição entre a razão e o imaginário – oposição essa identificada pelo referido autor na vigência da modernidade. Para Maffesoli (1996) impera, pois, a necessidade de constituir uma hiperracionalidade, ou seja, um modo de conhecimento capaz de integrar parâmetros até então tidos como secundários, como o lúdico, a aparência, a emoção, as fantasias de um modo geral. Isso, porque, Maffesoli defende que o “mundo imaginal” compõe o real contemporâneo, de um modo que, diz o autor, o racionalismo ocidental não gostaria de reconhecer.

Nesse sentido, para o referido autor, a sociedade constitui-se mediante a agregação de múltiplos indivíduos a partir do laço afetivo, emocional e a solidariedade social emerge a partir de um complexo processo de atrações, repulsões, paixões, ou seja, emoções de um modo geral.

Em síntese, pode-se considerar que para Maffesoli (1996) o que difere a sociedade moderna da pós-moderna é que na primeira há a tendência a homogeneização em que predomina um valor principal e, na segunda, destacam-se múltiplos valores heterogêneos e conectados entre si. Além disso, a pós-modernidade é espaço de sinergia entre o arcaico e o desenvolvimento contemporâneo que, todavia, inaugura um tempo de desengajamento político, do esgotamento dos grandes ideais e do enfraquecimento de uma moral universal.

No sentido do exposto, é possível observar que o campo pós-moderno elege o cotidiano e as expressões fenomênicas como lócus das discussões. Desse modo, sobressai a dimensão singular da realidade e ofusca-se a totalidade, de modo a operar diretamente e convenientemente à manutenção da sociabilidade capitalista.

Logo, estabelece uma autonomia do cotidiano, da singularidade a ponto de constituir um subjetivismo radicalizado. A realidade dinâmica e objetiva cada vez mais perde espaço como referencial, reduzindo-se aos simulacros em um progressivo processo de semiologização da vida real (SOUZA, 2004).

Afora as questões abordadas anteriormente, impera retomarmos a tônica constituinte do projeto da modernidade: subordinação da natureza pelo homem, mediada pela racionalidade. Sabemos, no entanto, que temos na contemporaneidade um panorama adverso no que tange a utilização dos recursos naturais, panorama esse que beira o colapso. Apreciando de maneira superficial, sugere-se que tenha havido um fracasso nesse ponto. E, é exatamente isso que faz o pensamento pós-moderno, discute a questão homem/natureza fazendo a crítica do trato dessa relação pela modernidade, sem, todavia, estabelecer uma análise das condições sócio-históricas atinentes a esse processo.

Nesse sentido, os pensadores pós-modernos defendem que a dissociação presente entre sociedade/natureza, homem/natureza, sob os domínios da modernidade, se dissolveu dando lugar a associação dessas “duas dimensões”. Estabelecendo-se assim, uma identidade absoluta. Uma vez que, para os mesmos, o preconizado controle da natureza pelos homens produziu o controle dos próprios homens. Desse modo, tais pensadores acreditam que a razão tornou-se um mecanismo de dominação social, aliada ao poder.

Boaventura Souza Santos (1995) alega que a modernidade armou uma grande armadilha para nós. Isso, porque, no entendimento do autor, ao invés de energias emancipatórias, acabamos por ter energias regulatórias. Na expressão de Santos (1995, p. 92),

[...] enquanto Habermas acredita que o projeto da modernidade é apenas um projeto incompleto, podendo ser completado com recurso aos instrumentos analíticos, políticos e culturais desenvolvidos pela modernidade, eu penso que o que quer que falte concluir da modernidade não pode ser concluído em termos modernos sob pena de nos mantermos prisioneiros da mega-armadilha que a modernidade nos preparou: a transformação incessante das energias emancipatórias em energias regulatórias. Daí a necessidade de pensar em descontinuidades, em mudanças paradigmáticas e não meramente subparadigmáticas.

Fazendo uso do que aponta Souza (2004, p. 178), o que ideólogos pós-modernos desconsideram é que, “o projeto Ilustrado, destituído de sua impositação ontológica e cercaneado nas fronteiras da racionalidade analítico-formal, foi perdendo densidade em face da consolidação da ordem burguesa”.

Logo, o controle da natureza, de modo instrumental e manipulador, tal como apregoam os representantes do capital, não permite e não permitirá – por mera incompatibilidade de fins e meios – a autonomia e emancipação dos indivíduos. Note que não se trata do falseamento do arcabouço reunido pela modernidade, bem como, de seu esvaziamento. Mas sim, da apreensão por parte do pensamento pós-moderno, que autonomiza a razão em face dos sujeitos e suas práticas sociais.

Recorrendo novamente a Souza (2004, p. 178, 179; grifo do autor), temos que:

O pensamento pós-moderno exprime, pois, um aparente movimento paradoxal, bem analisado por Netto, qual seja a hipertrofia da razão analítica implica a redução do espaço da racionalidade. Todos os níveis da realidade social que escapam à sua modalidade calculadora, ordenadora e controladora são remetidos à irratio. O que não pode ser coberto pelos procedimentos analíticos torna-se território da irracionalidade (ibidem). Porém, como Netto bem enfatiza, a lógica deste aparente paradoxo na verdade é o fato de que quanto mais à razão falta fundamentação ontológica, se empobrece na analítica formal, mais avulta o que parece ser irracional.

Cabe destacar, conforme expusemos ao tratar do processo de decadência ideológica da burguesia, que o apelo ao irracional não é inaugurado com o surgimento do pensamento pós-moderno. Desde o processo de consolidação da sociedade burguesa que a razão analítico-formal caminha lado a lado com o irracional. Nesse sentido, pode-se dizer que o pensamento pós-moderno retoma, reestabelece e, a nosso ver, aprofunda o apelo ao irracionalismo.

Por fim, outro traço marcante do pensamento pós-moderno, afora daqueles já mencionados, relaciona-se com a repulsa a quaisquer análises que possam ser caracterizadas como totalizantes, que tenham em seu centro a perspectiva de totalidade. Desse modo, os “metarrelatos” são atribuídos ao autoritarismo e às experiências ditatoriais.

Portanto, consideram os pensadores pós-modernos que a descrença em relação aos materrelatos diz respeito à um efeito do progresso da ciência pós-moderna, de sua pulverização, no bojo de uma sociabilidade cada vez mais desenvolvida. Uma sociabilidade antitotalitária, democraticamente fragmentada e que desperta nossa atenção e inteligência para o que é presente, heterogêneo, marginal e cotidiano.

Os vínculos sociais que organizam esta suposta sociedade pós-moderna são linguísticos e se configuram em um quantitativo indeterminado de jogos de linguagem, em que os próprios sujeitos parecem dissolver-se “pela atomização do social em redes flexíveis de jogos de linguagem heteromórficos, que se disseminam e que não podem ser disciplinados por regras gerais” (SOUZA, 2004, p. 181).

Compartilhamos aqui da compreensão de que apesar de reconhecer o devido valor da linguagem, não atribui a ela o lócus de origem das trocas, do trabalho não pago e muito menos das desigualdades sociais. São, pois, as relações concretas, objetivas as responsáveis pela emergência das desigualdades sociais, por mais conveniente e funcional que a linguagem possa ser ao capitalismo.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente gostaríamos de mencionar que a modernidade é muito mais complexa e constituída de determinações do que costuma supor o campo pós-moderno. Afirmamos isso, pois, trata-se de um fenômeno sócio-histórico e não de mero ideário. Fenômeno sócio-histórico esse que possibilitou aos indivíduos desfrutar cotidianamente de um novo conteúdo, inaugurado por meio de uma postura revolucionária por parte da burguesia em relação ao Antigo Regime.

Esteve contida assim no projeto da modernidade, uma nova perspectiva de interação com o mundo, balizada na racionalidade – instrumental e emancipatória – composta por uma estrutura inclusiva pautada, portanto, no humanismo, no historicismo concreto e na razão dialética.

Salientamos que a mesma classe burguesa que, inicialmente se portou como classe revolucionária incorporando e constituindo o projeto da modernidade irá, posteriormente, atuar na atrofia do referido projeto, impossibilitando sua realização histórica, uma vez iniciado seu processo de decadência ideológica. Diz respeito, portanto, como é possível observar, a um movimento cravejado de contradições.

Em consonância com o que buscamos apontar, a classe burguesa ao se assumir como classe conservadora, no bojo do seu processo de decadência ideológica, conforme demarca Lukács, inicializa seu processo de ruptura com as categorias estruturantes da razão moderna.

Nesse sentido, o capitalismo ao constituir uma nova sociabilidade começa também a constituir uma forma fenomênica do social. Esta última responde tanto por uma “pseudo-objetividade com a qual encobre a processualidade social, como também estende a racionalidade analítica ao domínio das relações sociais reduzindo a racionalidade a entendimento” (SOUZA, 2004, p. 196).

Cabe salientar que a constituição acima mencionada, refere-se a um traço da sociedade burguesa, e não a mera casualidade, o que se reflete necessariamente no pensamento social e nas elaborações teórico-filosóficas. Assim sendo, impera acrescermos que a sociabilidade capitalista se constitui medularmente a partir da produção pautada na alienação e no estranhamento do trabalho, os quais são generalizados nesta sociedade particular. Institui-se, portanto, a reificação e o fetichismo, sendo que, no capitalismo contemporâneo, estes se mostram complexificados e presentes em todos os âmbitos da vida social.

Em consonância ao exposto, com a finalidade de conservação da ordem capitalista, a reificação é tomada nesta sociedade a partir da naturalização, com uma positividade que desconsidera seu caráter contraditório. Tal positividade permite que os indivíduos experimentem cotidianamente a reificação e suas implicações como se essa fosse a forma necessária de realização da objetivação humana.

É nesse caldo que adquirem sentido o pensamento pós-moderno e a tida sociedade pós-moderna. Adquirem sentido, especialmente após o último terço do século XX em suas condições específicas, em meio à inversão das relações sociais própria da sociabilidade capitalista e a positividade por esta assumida.

Em outros termos, é no contexto do capitalismo contemporâneo de inseguranças e incoerências para os indivíduos – conforme aludimos nesse estudo – que emerge e ganha evidência um modelo aguçado de fragmentação subjetiva que reflete um modelo social estilhaçado, mas não, uma nova ordem social complexa (JAMESON, 2000).

Gostaríamos por fim de ratificar que é incontestável o surgimento de novas determinações e diferencialidades nos marcos do capitalismo contemporâneo, todavia, nos parece inconcebível atribuir tais diferencialidades ao esgotamento da modernidade e seu projeto, bem como malograr a possibilidade de transformação social, como pode ser observado na perspectiva pós-moderna.

Nesse sentido, consideramos que há um fio condutor que estabelece ligação e continuidade entre a chamada decadência ideológica da burguesia e a intitulada pós-modernidade. Tal assertiva poderá ser corroborada ao observarmos atentamente a reedição – reedição esta que atribui novos contornos – de traços já presentes no período da decadência ideológica, no período considerado pós-moderno. Dentre os traços, conforme indicamos ao longo deste estudo, destacamos a fuga da realidade; o domínio da ideologia pura; e o irracionalismo.

Desse modo, evidencia-se que o pensamento pós-moderno – contrapondo-se diametralmente à ontologia histórico-materialista – caracteriza-se por um novo irracionalismo e pela edificação de uma concepção grosseiramente idealista da vida social, afinados a já conhecida necessidade de obscurecimento e falseamento das relações sociais próprios à sociedade capitalista. Promovendo uma regressão teórica aliada a uma postura reacionária do ponto de vista político-ideológico, que atende, por fim, as aspirações de manutenção e perpetuação da ordem do capital em um contexto pós-crise (NETTO, 2002). Além de, a

nosso ver, promove o aprofundamento da decadência ideológica inaugurada no estabelecimento da burguesia como classe conservadora.

## REFERÊNCIAS

- [1] ALVES, G. Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª ed. Londrina: Práxis, 2007.
- [2] \_\_\_\_\_. Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização. 2ª ed. Londrina: Práxis, 1999.
- [3] \_\_\_\_\_. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- [4] ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- [5] BEHRING, E. R. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: Política social no capitalismo – tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008a.
- [6] \_\_\_\_\_. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008b.
- [7] \_\_\_\_\_. Política social no capitalismo tardio. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- [8] BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- [9] HARVEY, D. Condição pós-moderna. Condição: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 25ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- [10] IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. Cap. III. São Paulo: Cortez, 2008.
- [11] JAMESON, F. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo, Ática, 2000.
- [12] LUKÁCS, G. Marx e o problema da decadência ideológica. In: LUKÁCS, G. Marxismo e teoria da literatura. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- [13] MAFFESOLI, M. No fundo das aparências. 2ª ed, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- [14] NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. Argumentum, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.
- [15] \_\_\_\_\_. Georg Lukács: um exílio na pós-modernidade. In: PINASSI, M. O. e LESSA, S. (orgs.). Lukács e a atualidade do marxismo. São Paulo: Boitempo, 2002.
- [16] \_\_\_\_\_. Razão, ontologia e práxis. Serviço Social & Sociedade, ano XV, n° 44, p. 26-42, abril 1994.
- [17] NETTO, J. P.; BRAZ, M.. Economia política: uma introdução crítica. – São Paulo: Cortez, 2006.
- [18] SANTOS, B. de S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- [19] SILVEIRA JÚNIOR, A. A. A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, p. 167-187, jan/jun. 2016.
- [20] SOUZA, A, A, de S. Pós-modernidade: mistificação e ruptura da dimensão de totalidade da vida social no capitalismo contemporâneo. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2004.

Autores

**KELMA MARIA VASCONCELOS CARDOSO (ORGANIZADORA)**

Administradora, especialista em Gestão de Recursos Humanos, mestre em Planejamento e Políticas Públicas, pela Universidade Estadual do Ceará. Servidora pública, no cargo de Administradora da Prefeitura Municipal de Maracanaú-CE desde 2006, lotada na Secretaria de Assistência Social e Cidadania, exercendo a função de Coordenadora de Gestão do Sistema Único de Assistência Social – GESUAS e membro do Observatório de Práticas de Assistência Social (ObservaSUAS). Conselheira Presidenta do Conselho Municipal de Assistência Social de Maracanaú - CMAS (2017 – 2019). Professora visitante da Universidade Estadual do Ceará, Faculdade Cearense, Faculdade Cesma de Maracanaú e Universidade de Fortaleza, como professora do CapacitaSUAS (2015 e 2018). Membro da Academia Maracanaense de Letras.

**ANGELA KALINE DA SILVA SANTOS**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba.

**BÁRBARA HELLEN DANTAS AUGUSTO**

Funcionária pública municipal na Procuradoria do município de São Miguel/RN. É acadêmica do curso de Direito (turma 2015.1 da Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar, FACEP).

**BERNADETE DE LOURDES FIGUEIREDO DE ALMEIDA**

Doutora em Serviço Social, professora do Departamento de Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba.

**CAMILA RACHEL LIRA SILVA**

Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Estetização da Saúde, Promoção da Saúde, Atenção Primária à Saúde (APS) e HIV/AIDS

**CHARLES GALVÃO DE AQUINO**

Possui graduação em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Divinópolis MG, com Projetos em Iniciação Científica de Pesquisa e Extensão vinculado ao PROINPE UEMG, FAPEMIG, PAPq e PAEx. Tem experiência na área de História na conservação, tratamento, organização e divulgação do Arquivo Histórico de Pitangui nos séculos XVIII, XIX e XX. Genealogista e pesquisador em arquivos Coloniais com leitura paleográfica. Possui interesse e pesquisa nas seguintes áreas: História do Integralismo, Ciganos em Minas Gerais e Cultura Afrodescendente no Centro-Oeste Mineiro.

**ELIZÂNGELA ASSUNÇÃO NUNES**

Graduada em Serviço Social, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), especialização em Saúde Mental (UECE) e mestrado em Planejamento e Políticas Públicas (UECE ). Assistente Social da Prefeitura de Fortaleza - CE, lotada no Hospital da Mulher. Assistente Social da Prefeitura de Maracanaú - CE, lotada na Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Participa do Grupo Interdisciplinar de Políticas e Intervenções em Saúde e Nutrição.

**ESTELA BELLUZZI FREITAS**

Formação em Psicologia, pela Unicesumar| 2017. Sócia/Consultora | Logos Inova Consultoria | A partir de 2018.

**FRANCISCA EDLEUZA CASTRO DA SILVA CARNEIRO**

Graduada em Economia Doméstica, pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Especialista em Ciência de Alimentos, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Economista Doméstico da Prefeitura de Maracanaú - CE, lotada na Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC), como Técnica da Célula de Segurança Alimentar e Nutricional. Membro do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) de Maracanaú - CE. Membro do Conselho Regional de Economistas Domésticos (CRED I).

**FRANCISCO THALLES ROCHA DE OLIVEIRA**

Acadêmico do curso de Direito (turma 2015.1 da Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar, FACEP)

**ISABELA SARMET DE AZEVEDO**

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; Professora associada do Departamento de Serviço Social de Campos/ Universidade Federal Fluminense/UFF; Coordenadora do Grupo de Assessoria ao Trabalho do Assistente Social (GATAS). E-mail: isabela\_sarmet@uol.com.br

**JAQUELINE FELTRIN INADA**

Doutora em Psicologia Clínica pela PUCSP. Mestre em filosofia pela UNESP. Psicóloga pela UEM. Docente do curso de psicologia da UniCesumar. Psicóloga clínica em consultório particular.

**JÉSSICA PEREIRA COSMO DA SILVA**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal da Paraíba.

**JOSÉ CRISTIELIO DE AQUINO**

Funcionário público municipal e controlador interno da Prefeitura Municipal de Coronel João Pessoa/RN. É acadêmico do curso de Direito (turma 2015.1 da Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar, FACEP) e já atuou como membro de Comissão Permanente de Licitações.

**JULIANA MENEZES MENDES MAURICIO**

Doutorado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2019), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2014) e graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2010). Atua como assistente social há aproximadamente nove anos, com experiência na Política Municipal de Assistência Social e na Política Municipal de Saúde. Atuou como coordenadora local do Núcleo de Assistentes Sociais de Leopoldina e região, vinculado ao CRESS 6ª Região, por aproximadamente dois anos. No campo acadêmico-investigativo, possui experiência no âmbito do Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: assalariamento e produtividade do trabalho; fundamentos do Serviço Social; e trabalho do assistente social.

**JULIANA SANTOS GRACIANI**

Doutorado em Psicologia Social -PUC/SP (2015), Mestre em Gerontologia Social - PUC/SP (2010), Especialista em Arte e Desenvolvimento Humano- Faculdade Messiânica (2015) e Especialista em Psicologia Transpessoal (2019) - UNIPAZ/SP, Psicóloga Clínica, Jurídica e Comunitária-PUC-SP (2002), Pedagoga-UNIP (2015) e Teóloga -UNINTER (2019). Professora da Graduação em Psicologia na FMU (2019). Foi Coordenadora de Cursos da Pós-Graduação da USJT (2019). Foi Coordenadora Social da Extensão Universitária na USJT (2018). Foi professora da Graduação em

Psicologia, Administração, Comércio Exterior, Direito, Secretariado e Gestão de Recursos Humanos na USJT. Foi professora da Pós-Graduação em Pedagogia Social na UNISAL e Pós-Graduação em Arte e Desenvolvimento Humano - Faculdade Messiânica-SP. Foi professora da Pós-Graduação MBA Gestão Estratégica de Pessoas - USJT. Recebeu o prêmio de Menção Especial Honrosa: Projeto Político Pedagógico do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo - IASES (2010), primeiro lugar no Hackathon Digital Transformations Labs, organizado pela Microsoft e Grupo Ânima (2018) e Menção Honrosa pelo trabalho "A Importância do Sermão da Montanha e sua Relação com as Metas do Milênio", pela UNINTER (2018). Atua nas áreas de Psicologia, Pedagogia Social, Administração Organizacional, Gerontologia, Artes e Teologia. Ministra cursos de Gestão em Políticas Públicas, Psicologia Clínica, Pedagogia Social, Mediação de Conflitos, Estatuto da Criança e do Adolescente, da Juventude e do Idoso.

### **LARISSA DOS SANTOS FERREIRA**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal da Paraíba.

### **LEIRIANE DE ARAÚJO SILVA**

Assistente social, mestre em Política Pública e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela Universidade de Brasília – UNB. Professora do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Fаметro. Servidora pública da Prefeitura Municipal de Maracanaú-CE, lotada na Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Presidenta do Observatório de Práticas da Política de Assistência Social do Município de Maracanaú-CE – ObservaSUAS (2014-2017) e Conselheira Presidenta do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/3ª Região (2017-2020). Pesquisadora do Laboratório de Seguridade Social e Serviço Social (LASSOSS/UECE). Pesquisa sobre pobreza, políticas públicas e assistência social.

### **LORENA RANGEL BOZZETTI**

Aluna da graduação do Curso de Direito da Universidade Vila Velha

### **LOUIZIANA MARIA PONCE DA SILVA**

Graduada em Economia Doméstica, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente é economista doméstico da Prefeitura de Maracanaú - CE. Membro Titular do Observatório de Práticas do Sistema Único de Assistência Social (ObservaSUAS), desde 2014. Conselheira suplente no Conselho Municipal de Assistência Social de Maracanaú - CE (CMAS), para o biênio 2019-2021. Tem experiência na área de Economia Doméstica, com ênfase em Economia Doméstica e Segurança Alimentar e Nutricional.

### **LÚCIA MARIA PATRIOTA**

Possui Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (1993), Especialização em Política Social pela Universidade Estadual da Paraíba (1999), Especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela FIOCRUZ/Universidade Estadual da Paraíba (2008) e Mestrado Interdisciplinar em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual da Paraíba (2002). Professora Mestre Nível D do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Atualmente é membro do Núcleo Docente Estruturante do curso e do Colegiado do curso. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social e Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: psf, aids, política de saúde, serviço social e saúde, serviço social e saúde mental.

### **LUCICLEIDE CÂNDIDO DOS SANTOS**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba.

**LUÍS ANTONIO GROPPPO**

Professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Pesquisador do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Doutor em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

**MARIA DO SOCORRO PONTES DE SOUZA**

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (1992) e mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1998). Atualmente é professor titular da Universidade Estadual da Paraíba, vinculada ao Núcleo de Pesquisa e Práticas Sociais - NUPEPS/DSS/UEPB. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: participação popular, controle social, municipalização e poder local, correlação de forças, estratégia saúde da Família e HIV/Aids.

**TEREZINHA GOMES DE CARVALHO NETA**

Acadêmica do curso de Direito (turma 2015.1 da Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar, FACEP)

**THAÍS MACHADO DE ANDRADE**

Doutora e Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV. Advogada. Especialista em Direito Ambiental. Professora de História do Direito da Universidade Vila Velha-UVV. Área de Pesquisa: Gênero, Etnia, Classe e Direitos Fundamentais

**WAGNER FRANCIS MARTINIANO DE FARIA**

Doutor em Educação na Universitat de Girona – Espanha. Doutor em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Pedagogia. Mestre em Educação Tecnológica pelo CEFET/MG e em Educação e Docência pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Pós-Graduado em Supervisão Orientação e Inspeção Escolar; Gênero e Diversidade na Escola; Mídias na Educação; Educação Empreendedora; Gestão Estratégica em Políticas Públicas; Ensino de Filosofia no Ensino Médio e em Educação Religiosa. Tem ampla experiência na área de Educação com ênfase na Coordenação Educacional, Supervisão e Docência da Educação Básica e do Ensino Superior.



Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7042-204-0



9 788570 422040